

MENSAGEM

À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

2019

AUTORIDADES

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR

Governador do Estado

DARCI PIANA

Vice-Governador do Estado

LUIZ AUGUSTO SILVA

Secretário Chefe da Casa Civil

LETÍCIA FERREIRA DA SILVA

Procuradora Geral do Estado

WELBY PEREIRA SALES

Secretário Chefe da Casa Militar

DANIEL WESLEY VILAS BÔAS ROCHA

Chefe de Gabinete do Governador

RAUL CLEI COCCARO SIQUEIRA

Controlador Geral do Estado

VALDEMAR BERNARDO JORGE

Secretário de Estado do Planejamento e Projetos Estruturantes

CARLOS ALBERTO GEBRIM PRETO

Secretário de Estado da Saúde

HUDSON ROBERTO JOSÉ

Secretário de Estado da Comunicação Social e da Cultura

JOÃO CARLOS ORTEGA

Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano e de Obras Públicas

MÁRCIO FERNANDO NUNES

Secretário de Estado do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo

NEY LEPREVOST NETO

Secretário de Estado da Justiça, Família e Trabalho

NORBERTO ANACLETO ORTIGARA

Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento

REINHOLD STEPHANES

Secretário de Estado da Administração e da Previdência

RENATO FEDER

Secretário de Estado da Educação e do Esporte

RENÊ DE OLIVEIRA GARCIA JUNIOR

Secretário de Estado da Fazenda

ROMULO MARINHO SOARES

Secretário de Estado da Segurança Pública

SANDRO ALEX CRUZ DE OLIVEIRA

Secretário de Estado de Infraestrutura e Logística

ALDINO JORGE BUENO

Superintendente de Articulação Regional

ALDO NELSON BONA

Superintendente de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

FRANCISCO CAETANO MARTIN

Superintendente de Desenvolvimento das Bacias Hidrográficas

HENRIQUE DOMAKOSKI

Superintendente Geral de Inovação

JOÃO LUIZ GIONA JUNIOR

Superintendente de Desempenho Governamental

MAURO ROCKENBACH

Superintendente de Diálogo e Interação Social

PHELIPE ABIB MANSUR

Superintendente de Governança Social

RICARDO APARECIDO MAIA KOTSIFAS

Superintendente de Apoio aos Municípios

JESLAYNE MAGALHÃES VALENTE

Superintendente de Apoio aos Municípios

RICARDO SILVA

Coordenador Estadual da Defesa Civil

SUMÁRIO

SUMÁRIO

A ECONOMIA PARANAENSE NO ANO DE 2019	3
1 CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO (CGE)	11
1.1 PRINCIPAIS REALIZAÇÕES	11
1.1.1 Prevenção e Combate à Corrupção	11
1.1.2 Transparência, Controle Social e Atendimento ao Cidadão	14
1.2 DESTAQUES	15
1.3 PERSPECTIVAS	16
2 CASA MILITAR (CM)	20
2.1 PRINCIPAIS REALIZAÇÕES	21
2.2 DESTAQUES	22
2.3 PERSPECTIVAS	22
3 SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E DO TURISMO (SEDEST)	27
3.1 PRINCIPAIS REALIZAÇÕES	27
3.2 INSTITUTO DE TERRAS, CARTOGRAFIA E GEOLOGIA DO PARANÁ (ITCG)	28
3.2.1 PRINCIPAIS REALIZAÇÕES.....	28
3.2.1.1 Departamento de Terras	28
3.2.1.2 Departamento de Geomática.....	29
3.3 PARANÁTURISMO.....	30
3.3.1 PRINCIPAIS REALIZAÇÕES.....	30
3.4 SISTEMA METEOROLÓGICO DO PARANÁ (SIMEPAR)	31
3.4.1 PRINCIPAIS REALIZAÇÕES.....	31
3.5 INSTITUTO DAS ÁGUAS DO PARANÁ (AGUASPARANÁ).....	32
3.5.1 PRINCIPAIS REALIZAÇÕES.....	32
3.5.1.1 Diretoria Técnica e de Saneamento	32
3.5.1.2 Diretoria de Planejamento e Controle do Uso das Águas	34
3.5.1.3 Diretoria Administrativo-Financeira.....	35
3.6 INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ (IAP)	35
3.6.1 PRINCIPAIS REALIZAÇÕES.....	35
3.6.1.1 Diretoria de Biodiversidade e Áreas Protegidas (DIBAP)	35
3.7 DESTAQUES	37
3.8 PERSPECTIVAS	37
4 SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO (SEAB).....	41
4.1 PRINCIPAIS REALIZAÇÕES	42
4.1.1 Competitividade e Renda.....	42
4.1.2 Inclusão Socioprodutiva da Agricultura Familiar	44
4.1.3 Produção Sustentável	45
4.1.4 Segurança Alimentar e Nutricional e a Melhoria da Qualidade de Vida no Meio Rural	46
4.2 DESTAQUES	46
4.3 PERSPECTIVAS	49

5	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE (SEED).....	53
5.1	PRINCIPAIS REALIZAÇÕES	53
5.1.1	Gestão Pedagógica	54
5.1.2	Tecnologia e Inovação	56
5.1.3	Gestão de Pessoas e Valorização dos Profissionais da Educação	57
5.1.4	Infraestrutura Escolar.....	58
5.1.5	Gestão do Esporte.....	59
5.2	DESTAQUES.....	60
5.3	PERSPECTIVAS.....	61
6	SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE (SESA)	67
7	SECRETARIA DE ESTADO DA COMUNICAÇÃO SOCIAL E DA CULTURA (SECC).....	79
7.1	PRINCIPAIS REALIZAÇÕES	79
7.1.1	Apoio, Incentivo e Ação Cultural	79
7.1.2	Patrimônio Cultural	81
7.1.3	Gestão do Sistema Estadual de Cultura	84
7.1.4	Comunicação	85
7.2	DESTAQUES.....	87
7.3	PERSPECTIVAS.....	88
8	SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA (SEIL)	91
8.1	PRINCIPAIS REALIZAÇÕES	91
8.1.1	Modal Rodoviário	91
8.1.2	Modal Aeroviário.....	92
8.1.3	Modal Aquaviário	92
8.1.4	Infraestrutura Multimodal	92
8.1.5	Inovação	93
8.2	PERSPECTIVAS.....	93
8.3	DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM (DER)	94
8.3.1	Principais Realizações.....	94
8.4	ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA (APPA)	95
8.4.1	Projetos Estruturantes	96
8.4.1.1	Infraestrutura Marítima	96
8.4.1.2	Infraestrutura Terrestre	97
8.5	ESTRADA DE FERRO PARANÁ OESTE S.A. (FERROESTE)	97
8.5.1	Planejamento Estratégico	98
9	SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA (SEAP)	103
9.1	PRINCIPAIS REALIZAÇÕES	104
9.1.1	Gestão Administrativa.....	104
9.1.2	Gestão de Logística para Contratações Públicas	106
9.1.3	Gestão Recursos Humanos.....	106
9.1.4	Gestão Previdenciária Estadual.....	108
9.1.5	Saúde do Servidor	109
9.1.6	Gestão do Patrimônio	109

9.1.7	Gestão do Transporte Oficial	110
9.1.8	Registro Mercantil Público	111
9.1.9	Metrologia Legal e Avaliação de Conformidade	112
9.1.10	Gestão do Arquivo Público.....	112
9.2	DESTAQUES	112
9.3	PERSPECTIVAS	114
10	SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, FAMÍLIA E TRABALHO (SEJUF)	117
10.1	PRINCIPAIS REALIZAÇÕES	119
10.1.1	Garantia de Direitos	119
10.1.1.1	Criança e Adolescente	121
10.1.1.2	Pessoa Idosa	123
10.1.1.3	Mulher.....	125
10.1.1.4	Pessoas com Deficiência	126
10.1.1.5	Jovens.....	127
10.1.1.6	Migrantes e refugiados	128
10.1.1.7	Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.....	129
10.1.1.8	Promoção da Igualdade Étnico-Racial.....	129
10.1.1.9	Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais.....	130
10.1.1.10	LGBT	130
10.1.1.11	População em Situação de Rua	130
10.1.1.12	Consumidor	131
10.1.2	Socioeducativo	132
10.1.2.1	Qualificação/ Capacitação Socioeducadores/ Funcionários das Unidades	132
10.1.2.2	Atendimento aos adolescentes.....	134
10.1.3	Trabalho e Estímulo à Geração de Renda	136
10.1.4	Assistência Social	139
10.1.4.1	Programa Família Paranaense.....	143
11	PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO (PGE).....	149
11.1	PRINCIPAIS REALIZAÇÕES	149
11.1.1	Prevenção e Redução de Litigiosidade.....	149
11.1.1.1	Prevenção de litígios mediante cooperação com as Secretarias de Estado e autarquias.....	149
11.1.1.2	Prevenção de litígios mediante gestão do pagamento de honorários a advogados dativos	150
11.1.2	Representação Judicial e Extrajudicial do Estado	150
11.1.3	Cobrança da Dívida Ativa do Estado	152
11.1.3.1	Cobrança extrajudicial da dívida ativa do Estado.....	152
11.1.3.2	Cobrança judicial da dívida ativa do Estado	152
11.1.4	Precatórios e Requisições de Pequeno Valor (RPVs)	153
11.1.5	Promoção do Aperfeiçoamento Intelectual.....	154
11.2	DESTAQUES	155
11.3	PERSPECTIVAS	156
12	COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA (COPEL).....	161
12.1	PRINCIPAIS REALIZAÇÕES	161

12.1.1	Geração de Energia Elétrica	161
12.1.1.1	Operação e Manutenção de Usinas.....	161
12.1.1.2	Expansão da Geração de Energia	162
12.1.1.3	Participação em Leilões de Energia Nova	162
12.1.1.4	Outras Fontes de Energia Renovável.....	162
12.1.2	Transmissão de Energia Elétrica.....	163
12.1.2.1	Novos Empreendimentos	163
12.1.3	Regularização Fundiária	164
12.1.4	Distribuição de Energia Elétrica	165
12.1.4.1	Ações Relevantes da Distribuidora.....	165
12.1.4.2	Ações relevantes de relacionamento com o cliente.....	166
12.1.5	Comercialização de Energia Elétrica.....	166
12.2	DESTAQUES.....	166
12.2.1	Governança Corporativa e Sustentabilidade Empresarial.....	167
12.2.2	Principais Melhorias em Governança Corporativa.....	167
12.2.3	Sustentabilidade Empresarial e Gestão Socioambiental.....	168
12.2.4	Logística de Suprimento	170
12.2.5	Tecnologia da Informação.....	171
12.2.6	Resultados Econômico-financeiros	172
12.2.7	Reconhecimentos.....	173
13	COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ (SANEPAR).....	177
13.1	PRINCIPAIS REALIZAÇÕES	178
13.1.1	Inventário de Gases de Efeito Estufa (IGEE).....	178
13.1.2	Troféu Transparência 2018 e 2019	178
13.1.3	Prêmio Nacional de Qualidade em Saneamento (PNQS)	179
13.1.4	Prêmio WEPs Brasil 2019	179
13.1.5	Política de Proteção de Dados Pessoais 2019	179
13.1.6	Governança Corporativa	180
13.1.7	Mercado e Investimentos	180
13.1.8	Concessões.....	181
13.2	DESTAQUES.....	181
13.2.1	Resultados Financeiros.....	181
13.2.2	Resultados Operacionais.....	182
13.2.3	Tarifa Social	182
13.2.4	Gerenciamento de Riscos.....	183
13.3	PERSPECTIVAS.....	184
14	CASA CIVIL (CC)	187
14.1	PRINCIPAIS REALIZAÇÕES	188
14.1.1	Superintendência Geral de Inovação (SGI).....	188
14.1.2	Superintendência Geral de Diálogo e Interação Social (SUDIS)	188
14.1.3	Superintendência Geral de Articulação Regional (SAR)	189
14.1.4	Superintendência Geral de Governança Social (SGG)	190

14.1.5	Superintendência Geral de Desempenho Governamental (SDG)	191
14.2	DESTAQUES	192
14.3	PERSPECTIVAS	192
14.4	DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO PARANÁ (DETRAN/PR)	194
14.4.1	Principais Realizações	194
14.4.2	Destaques	196
14.4.3	Perspectivas	197
14.5	AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DE INFRAESTRUTURA DO PARANÁ (AGEPAR)	198
14.5.1	Principais Realizações	198
14.5.2	Destaques	199
14.5.3	Perspectivas	200
14.6	SUPERINTENDÊNCIA GERAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR (SETI)	201
14.6.1	Principais Realizações	203
14.6.1.1	Lei Geral das Universidades	204
14.6.1.2	Lei de Inovação	204
14.6.1.3	Implantação do Observatório Universitário sobre Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)	204
14.6.1.4	Programa de Residência Técnica	204
14.6.1.5	Programa de Apoio à Capacitação de Servidores Públicos - Mestrados Profissionais	205
14.6.1.6	Execução do Projeto Cidade Amiga do Idoso	205
14.6.1.7	Ensino Superior	206
14.6.1.8	Ciência, Tecnologia e Inovação	207
14.6.1.9	Extensão	208
14.6.1.10	Relações Internacionais	209
14.6.1.11	Unidade Gestora do Fundo Paraná (UGF)	209
14.6.2	Destaques	210
14.6.3	Perspectivas	210
14.7	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA (UEL)	211
14.7.1	Principais Realizações	211
14.7.2	Destaques	212
14.7.3	Perspectivas	214
14.8	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA (UEPG)	215
14.8.1	Principais Realizações	216
14.8.2	Destaques	217
14.8.3	Perspectivas	217
14.8.3.1	Hospital Universitário Regional dos Campos Gerais	218
14.9	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ (UEM)	218
14.9.1	Principais Realizações	219
14.9.1.1	14.9.1.1 Patentes	219
14.9.1.2	14.9.1.2 Complexo de Saúde	220
14.9.1.3	Projetos de Pesquisa:	221
14.9.1.4	Hospital Veterinário - UEM - <i>Campus</i> Avançado de Umuarama	222

14.9.2	Destaques.....	222
14.9.3	Perspectivas	222
14.10	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE (UNICENTRO)	223
14.10.1	Principais Realizações.....	223
14.10.2	Destaques.....	224
14.10.3	Perspectivas	225
14.11	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ (UNESPAR)	226
14.11.1	Principais Realizações.....	227
14.11.1.1	Ensino de Graduação.....	227
14.11.1.2	Pós-Graduação e Pesquisa.....	227
14.11.1.3	Extensão e Cultura.....	227
14.11.1.4	Relação com a comunidade externa	228
14.11.1.5	Infraestrutura	228
14.11.2	Destaques.....	229
14.11.3	Perspectivas	230
14.12	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE DO PARANÁ (UENP)	230
14.12.1	Principais Realizações.....	230
14.12.1.1	Ensino	230
14.12.1.2	Pesquisa e Pós-Graduação.....	231
14.12.1.3	Extensão e Cultura.....	233
14.12.2	Destaques.....	234
14.12.3	Perspectivas	234
14.13	INSTITUTO DE TECNOLOGIA DO PARANÁ (TECPAR)	235
14.13.1	Principais Realizações.....	235
14.13.2	Destaques.....	235
14.13.3	Perspectivas	236
14.14	ESCRITORIO DE REPRESENTAÇÃO DO PARANÁ EM BRASÍLIA	237
14.14.1	Principais Realizações.....	237
14.14.2	Destaques.....	237
14.15	DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO PARANÁ (DIOE)	238
14.15.1	Principais Realizações.....	238
14.15.2	Perspectivas	238
14.16	BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL (BRDE)	239
14.16.1	Principais Realizações.....	239
14.16.1.1	Contratações por Segmento.....	239
14.16.1.2	Contratações por Porte das Entidades	239
14.16.1.3	Operações Contratadas por Região	240
14.16.1.4	BRDE - Principais Contas.....	240
14.16.2	Destaques.....	241
14.16.3	Perspectivas	242
14.17	COMPANHIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO PARANÁ (CELEPAR)	243
14.17.1	Principais Realizações.....	243

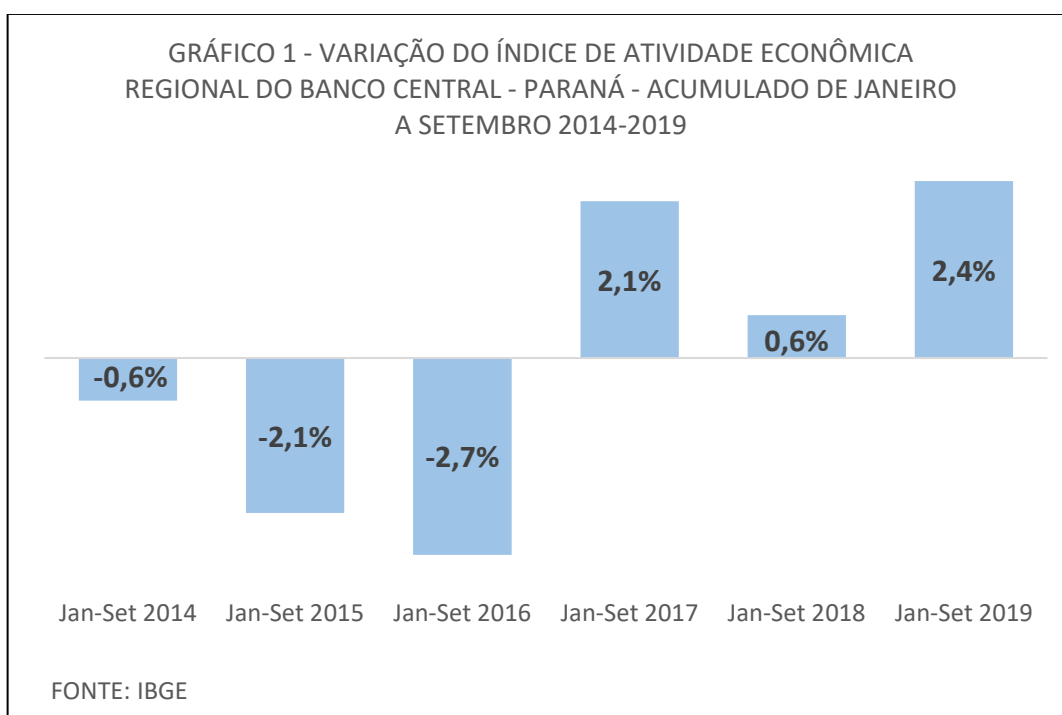
14.17.1.1	Governo Digital	243
14.17.1.2	Soluções Para Educação	243
14.17.1.3	Soluções para Saúde	244
14.17.1.4	Soluções para Segurança:.....	244
14.17.1.5	Soluções para Trânsito	245
14.17.1.6	Soluções Diversas	246
14.17.1.7	CELEPAR Experience (Projetos de Sustentabilidade)	247
14.17.2	Destaques	247
14.17.3	Perspectivas	248
14.18	AGÊNCIA DE FOMENTO PARANÁ (FOMENTO PARANÁ)	248
14.18.1	Principais Realizações	249
14.18.2	Destaques	251
14.18.3	Perspectivas	252
15	SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA (SESP)	255
15.1	PRINCIPAIS REALIZAÇÕES E DESTAQUES	255
15.1.1	Gestão Penitenciária	255
15.1.2	Polícia Civil	257
15.1.3	Polícia Militar e Corpo de Bombeiros	260
15.1.4	Polícia Científica	263
15.1.5	Fortalecimento dos Conselhos Comunitários de Segurança (CONSEG).....	263
15.1.6	Centro Integrado de Denúncias 181	264
15.1.7	Centro Integrado de Comando e Controle (CICCR).....	265
15.1.8	Assessoria de Conflitos da Terra	266
15.1.9	Cidade da Polícia	266
15.1.10	Núcleo Estadual de Políticas Públicas Sobre Drogas.....	267
15.1.11	Departamento de Inteligência	268
15.1.12	Programa Pró-Vida.....	268
15.2	PERSPECTIVAS	269
16	COORDENADORIA ESTADUAL DA DEFESA CIVIL (CEDC)	273
16.1	PRINCIPAIS REALIZAÇÕES	273
16.1.1	Tecnologia e Inovação.....	273
16.1.2	Investimentos	275
16.1.3	Preparação - Simulados	275
16.1.4	Preparação - Cursos	276
16.1.5	Inclusão Social.....	277
16.1.6	Serviços para a População	277
16.2	COMITÊS	280
16.2.1	Barragens	281
16.3	DESTAQUES	281
16.3.1	Paraná mais Verde - Ação Conjunta.....	281
16.3.2	Carta Geotécnica Síntese de Adequabilidade a Ocupação na Porção Leste da Serra do Mar	282
16.3.3	Desastres na Região Metropolitana de Curitiba (RMC)	282

16.3.4	Diagnóstico de Jandaia do Sul para o Programa Vida Nova	282
16.4	PERSPECTIVAS.....	283
17	SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E PROJETOS ESTRUTURANTES (SEPL)	287
17.1	PRINCIPAIS REALIZAÇÕES	288
17.1.1	Restuturação Organizacional	288
17.1.2	Desestatização das Estruturas Não Estratégicas	289
17.1.3	Inovação e Gestão Pública	290
17.1.4	Estudos Técnico-Científicos e Avaliações Socioeconômicas	292
17.1.5	Promoção, Elaboração e Gerenciamento de Projetos	293
17.1.6	Desenvolvimento Econômico.....	294
17.2	DESTAQUES.....	296
17.3	PERSPECTIVAS.....	297
18	SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E DE OBRAS PÚBLICAS (SEDU)	301
18.1	SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE	301
18.2	COORDENAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA (COMEC).....	303
18.2.1	Planejamento	303
18.2.2	Controle do Uso e Ocupação do Solo.....	303
18.2.3	Obras estruturantes	303
18.2.4	Transporte Coletivo.....	304
18.2.5	Desenvolvimento	305
18.2.6	Parcerias	305
18.3	COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO PARANÁ (COHAPAR)	305
18.4	PARANÁ EDIFICAÇÕES (PRED)	307
18.5	CONSELHO ESTADUAL DAS CIDADES (CONCIDADES)	308
19	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA (SEFA)	311
19.1	PRINCIPAIS REALIZAÇÕES E DESTAQUES	311
19.1.1	Governança	311
19.1.2	Gestão Tributária	312
19.1.3	Gestão Orçamentária	317
19.1.4	Gestão Financeira.....	318
19.1.5	Gestão Contábil	320
19.2	PERSPECTIVAS.....	320

ECONOMIA PARANAENSE

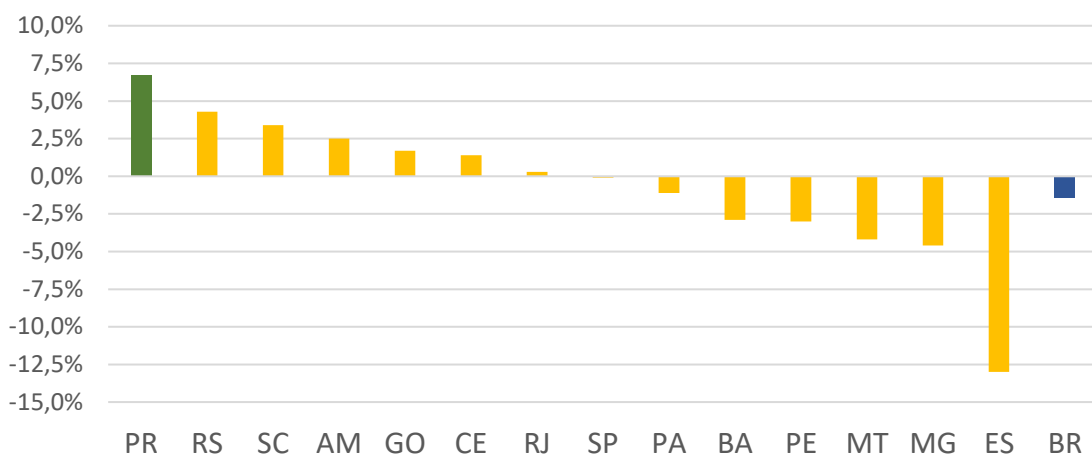
A ECONOMIA PARANAENSE NO ANO DE 2019

Assim como o Brasil, o Estado do Paraná vem apresentando sinais de retomada econômica, posteriormente à profunda crise que marcou o passado recente, a despeito da constatação de alguma assimetria entre os resultados setoriais no ano de 2019. Segundo dados do Banco Central, a atividade econômica paranaense avançou 2,4% no acumulado de janeiro a setembro de 2019 (gráfico 1), o mais alto percentual registrado em intervalos análogos desde 2014, o que confirma a melhoria da condição da produção local.



No setor manufatureiro, verifica-se elevação de 6,7% da produção física, o que colocou o Estado na liderança do *ranking* das 14 Unidades da Federação (UFs) pesquisadas pelo IBGE (gráfico 2). Esse pronunciado crescimento derivou sobremaneira dos bons desempenhos dos segmentos de veículos automotores, alimentos e máquinas e equipamentos, não obstante os resultados relevantes também registrados por outros ramos industriais, como os de material elétrico e produtos de metal.

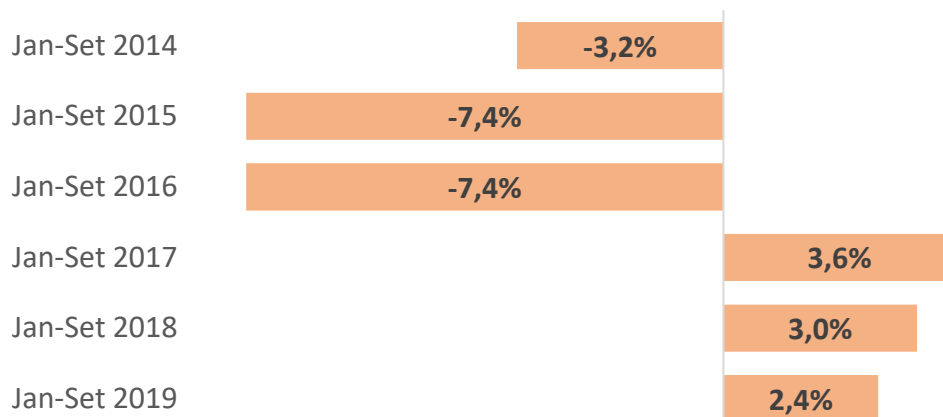
GRÁFICO 2 - VARIAÇÃO DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL - UNIDADES DA FEDERAÇÃO E BRASIL - JANEIRO A SETEMBRO DE 2019



FONTE: IBGE

Já o comércio paranaense, em uma classificação que inclui, além das atividades do varejo, os segmentos de materiais de construção e veículos e peças, contabilizou crescimento de 2,4% nos nove primeiros meses de 2019 (gráfico 3). Apesar desse resultado positivo, muito superior aos números anotados durante a recessão do triênio 2014-2016, a expansão das atividades comerciais do Estado não suplantou as taxas verificadas em 2017 e 2018, o que indica a persistência de algumas restrições ao consumo familiar, por conta dos patamares de endividamento das pessoas físicas e da recuperação apenas gradual da renda do trabalho, acompanhando um movimento de abrangência nacional.

GRÁFICO 3 - VARIAÇÃO DO VOLUME DE VENDAS DO COMÉRCIO
VAREJISTA AMPLIADO - PARANÁ - JANEIRO A SETEMBRO 2014-2019



FONTE: IBGE

Passando ao setor primário, é possível observar oposição entre os resultados da pecuária e da agricultura, com os abates de frangos e suínos progredindo 0,5% e 0,3%, respectivamente, no período de janeiro a setembro do presente exercício, de acordo com estatísticas do Sistema de Informações Gerenciais do Serviço de Inspeção Federal (SIGSIF) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), enquanto a produção de soja, principal item da pauta agrícola paranaense, apresentou expressiva queda de -16,1% (tabela 1), devido à ocorrência de intensa estiagem na temporada 2018/2019.

Todavia, no cômputo geral, a produção estadual de grãos registrou incremento de 3,0%, saltando de 35,1 milhões para 36,1 milhões de toneladas, com fortes acréscimos nas quantidades colhidas de milho, centeio e cevada, em contraposição às reduções nos volumes ofertados de trigo e triticale, além da soja, conforme dados do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) do IBGE.

A propósito, a diminuição da quantidade colhida da oleaginosa influenciou fortemente o declínio das exportações do Estado. Tanto que a queda de US\$ 1,8 bilhão nas vendas externas de soja, confrontando os US\$ 2,6 bilhões comercializados no acumulado de janeiro a outubro de 2019 com os US\$ 4,4 bilhões negociados em igual intervalo de 2018 (tabela 2), representou 86% da redução total das receitas com as exportações de produtos paranaenses, o que tem relação também com o comportamento dos preços internacionais da citada *commodity* agrícola.

Com quedas igualmente acentuadas, podem ser mencionados ainda os casos da madeira compensada e do óleo de soja bruto, cujas exportações recuaram, respectivamente, -31,4% e -39,4% nos dez primeiros meses de 2019, opondo-se ao extraordinário aumento de 316,4% das vendas de cereais, representados principalmente pelo milho.

TABELA 1 - PRODUÇÃO DE GRÃOS - PARANÁ - SAFRAS 2017/2018 E 2018/2019

PRODUTO	PRODUÇÃO (t)		VARIACÃO %)
	Safra 2017/2018	Safra 2018/2019	
Arroz	131.317	134.649	2,5
Aveia	162.857	173.300	6,4
Centeio	4.500	6.200	37,8
Cevada	215.957	244.300	13,1
Feijão	585.100	614.712	5,1
Milho	11.863.627	16.584.035	39,8
Soja	19.266.672	16.164.807	-16,1
Trigo	2.821.145	2.177.100	-22,8
Triticale	25.836	18.200	-29,6
TOTAL	35.077.011	36.117.303	3,0

FONTE: IBGE - Levantamento Sistemático da Produção Agrícola

TABELA 2 - EXPORTAÇÕES, SEGUNDO PRINCIPAIS PRODUTOS - PARANÁ - JANEIRO A OUTUBRO 2018-2019

PRODUTO	JANEIRO A OUTUBRO DE 2018		JANEIRO A OUTUBRO DE 2019		VAR. (%)
	Export. (US\$)	Part. (%)	Export. (US\$)	Part. (%)	
Soja em grão	4.418.063.147	28,8	2.628.425.184	19,8	-40,5
Carne de frango "in natura"	1.929.471.774	12,6	2.068.931.683	15,6	7,2
Farelo de soja	1.114.387.267	7,3	1.051.733.197	7,9	-5,6
Cereais	161.491.650	1,1	672.440.112	5,1	316,4
Celulose	605.269.586	3,9	511.958.798	3,9	-15,4
Automóveis	489.040.790	3,2	475.246.298	3,6	-2,8
Papel	450.329.226	2,9	459.043.909	3,5	1,9
Açúcar bruto	521.466.569	3,4	412.888.034	3,1	-20,8
Veículos de carga	349.987.264	2,3	374.398.278	2,8	7,0
Madeira compensada ou contraplacada	444.811.349	2,9	304.943.033	2,3	-31,4
Café solúvel	241.100.158	1,6	235.232.634	1,8	-2,4
Óleo de soja bruto	376.040.489	2,4	227.989.560	1,7	-39,4
Madeiras e manufaturas de madeira diversas	181.476.962	1,2	208.567.542	1,6	14,9
Madeira serrada	196.329.172	1,3	181.060.293	1,4	-7,8
Carne suína "in natura"	150.069.066	1,0	179.705.688	1,4	19,7
Autopeças	231.082.195	1,5	177.033.631	1,3	-23,4
Tratores	211.204.894	1,4	159.944.270	1,2	-24,3
Outros produtos	3.285.824.732	21,4	2.936.050.523	22,1	-10,6
TOTAL	15.357.446.290	100,0	13.265.592.667	100,0	-13,6

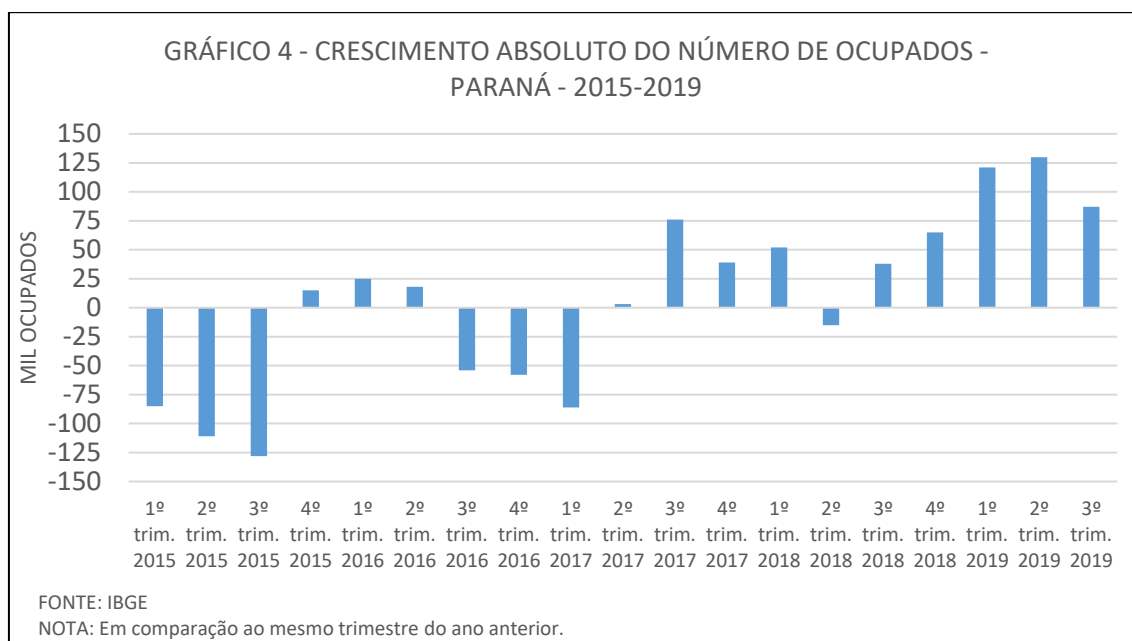
FONTE: IPARDES

NOTA: Dados brutos do Ministério da Economia.

Mesmo diante de todos esses números, que podem apontar para dinâmicas setoriais um tanto quanto distintas, não há dúvida que o ano de 2019 foi positivo para a economia do Paraná, especialmente se for considerada a questão do emprego. Segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), foram criadas 66,9 mil vagas com carteira assinada no período janeiro-outubro do corrente exercício, o melhor resultado dos últimos

cinco anos em igual intervalo de dez meses, sendo destacado o número auferido pelo setor de serviços (38,9 mil novos empregos), seguido da construção civil (10,7 mil) e da indústria de transformação (8,7 mil).

Em um exame mais amplo, incorporando o trabalho informal, constata-se um movimento ascendente igualmente relevante, com crescimento de 87 mil do número de ocupados no terceiro trimestre de 2019, comparativamente a idêntico período de 2018, saltando de 5,457 milhões para 5,544 milhões de pessoas, de acordo com o IBGE. Esse aumento assegurou ao Paraná a quarta posição entre as UFs, ficando abaixo apenas de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, e manteve a sequência de bons resultados observada ao longo de 2019 (gráfico 4).



Por fim, prospectivamente, espera-se que o exercício de 2020 seja marcado pela definitiva superação, pela economia paranaense, dos efeitos do ciclo recessivo brasileiro. Conforme projeções do IPARDES, realizadas para compor a Lei Orçamentária Anual (LOA), o PIB estadual poderá crescer 2% no próximo ano, taxa que, embora não impressionante, representa inegável avanço diante dos números dos exercícios anteriores (a economia local apresentou expansão real anual apenas uma vez no período de 2014 a 2018). Tal perspectiva, como reflexo dos movimentos macroeconômicos e da efetividade das políticas de desenvolvimento do Estado, ainda poderá ser positivamente alterada, indicando melhoria futura da condição de bem-estar da população paranaense.

CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO

1 CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO (CGE)

A Controladoria-Geral do Estado (CGE), órgão integrante da Governadoria do Estado regulamentada pelo Decreto nº 2.741, de 19 de setembro de 2019, é o órgão central do Sistema Estadual de Controle do Poder Executivo, composta pelos sistemas de Controle Interno, Transparência e Controle Social, Corregedoria, Ouvidoria e Integridade & *Compliance*. Tem por finalidade as atividades de controle contábil, financeiro, orçamentário, operacional e patrimonial; implementar mecanismos e diretrizes de prevenção e combate à corrupção; aprimorar a transparência pública; promover a participação social; coordenar os atendimentos de ouvidoria; gerenciar processos de correção; promover o comportamento ético e atuar na defesa do patrimônio público. Em sua atuação sistêmica é responsável pelo assessoramento, orientação normativa e supervisão técnica dos Núcleos de Integridade e *Compliance* (NICS), composto pelos agentes setoriais de controle interno, *compliance*, transparência e ouvidoria.

1.1 PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

1.1.1 Prevenção e Combate à Corrupção

- ▶ No âmbito do Controle Interno realizou as avaliações dos controles administrativos dos órgãos/entidades estaduais previstos no Plano de Trabalho de 2019, disponível no sítio eletrônico desta Controladoria.
- ▶ Atuou continuamente exercendo a função de controle, com vistas a minimizar eventuais desvios que possam comprometer a eficiência e a eficácia dos serviços e recursos públicos, buscando assegurar a conformidade legal dos controles existentes e identificar as boas práticas de gestão.
- ▶ Realizou Monitoramento dos apontamentos exarados pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná aos órgãos e entidades, visando sanar irregularidades e evitar reincidência dos fatos.
- ▶ Programa de Integridade & *Compliance* da Administração Pública Estadual - visa o aumento da transparência pública, o combate à corrupção, a gestão eficiente e adequada de recursos públicos, a adoção de mecanismos de identificação de desvios de conduta e o estreitamento das relações entre Estado e servidor público e Estado e Cidadão. (Instituído pela Lei nº 19.857, de 29 de maio de 2019; regulamentado pelo Decreto nº 2.902, de 01 de outubro de 2019). Deu início à fase de avaliação de riscos em 10 órgãos e/ou entidades em que se identificou mais de 1.500 riscos. Para esta avaliação mais de 1.600 servidores foram entrevistados; foram recebidos por meio das urnas do *Compliance* mais de 200 formulários; 435 denúncias foram recebidas a partir da ouvidoria e 66 formulários do controle interno foram analisados. Os riscos identificados serão acompanhados e monitorados por meio de um módulo na plataforma E-CGE desenvolvido exclusivamente para o

Programa de Integridade & *Compliance* do Estado do Paraná. Encontram-se em elaboração os Planos de Integridade dos órgãos e entidades avaliados, o documento contém o mapeamento das atividades ou processos que podem apresentar riscos e vulnerabilidades ao trabalho íntegro e eficiente e visa ser auxílio ao gestor da Pasta no enfrentamento das situações apontadas. Elaborou e entregou o Código de Ética do Agente de *Compliance* aos agentes atuantes nos órgãos.

- ▶ Núcleos de Integridade & *Compliance* Setorial (NICS) - instituídos pela Lei nº 19.848, de 03 de maio de 2019, em cada um dos órgãos da administração direta do Estado do Paraná. São compostos por 01 Agente de *Compliance*, 01 Agente de Controle Interno e 01 Agente de Transparência e Ouvidoria visando disseminar a cultura de integridade e *compliance*, bem como dar suporte às outras áreas em assuntos relacionados.
- ▶ Acordo de Leniência - foi celebrado o primeiro Acordo de Leniência da Controladoria-Geral do Estado, em razão das investigações decorrentes da Operação Rádio Patrulha, em conjunto com o Ministério Público Estadual e a Procuradoria Geral do Estado, resultando na reparação ao erário da quantia aproximada de R\$ 33,0 milhões.
- ▶ Concessão de Estradas Rodoviárias do Estado do Paraná - foi instaurado o primeiro Procedimento de Investigação Preliminar (PIP) no âmbito da investigação dos Contratos de Concessão de Estradas Rodoviárias do Estado do Paraná; concedeu apoio técnico à Procuradoria Geral do Estado, nas ações legais de investigação e correção de conduta a malfeitos públicos quanto ao Programa de Concessões Rodoviárias do Estado do Paraná.
- ▶ Iniciou Procedimentos de Responsabilização de Pessoas Jurídicas (PAR), visando responsabilizar os praticantes de atos contra a administração estadual, reparar os danos causados, bem como contribuir na criação da cultura de ética nos contratos formalizados com a Administração Pública.
- ▶ Executou melhorias no Sistema E-CGE para gestão dos processos administrativos do Estado do Paraná, além de possibilitar a eliminação de protocolos físicos.
- ▶ Folha de pagamento - constituiu grupo de trabalho para realizar auditoria na folha de pagamento dos servidores do Poder Executivo Estadual e promoveu estudos temáticos visando identificar possíveis indícios de irregularidade ou fragilidade de controle.
- ▶ Promoveu a primeira auditoria de Atestados Médicos dos Servidores do Estado que identificou a necessidade de uma melhoria no sistema de cadastro desses documentos e um levantamento profundo das áreas mais sensíveis do Estado.
- ▶ Realizou estudos junto a órgãos Federais, liderados pela Controladoria-Geral da União, para identificação de acumulações de cargos públicos em desconformidade legal, bem como irregularidades na concessão de benefícios do governo federal.
- ▶ Fortalecimento da CGE no cumprimento de sua missão institucional, por meio da redação do ato regulatório que culminou na publicação do Decreto nº 2.137, de 22 de julho 2019, que autoriza a Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná (CELEPAR) a disponibilizar à

Controladoria-Geral do Estado, dados e informações armazenados nos bancos de dados dos sistemas de tecnologia da informação utilizados pelos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual, com a finalidade de possibilitar ações de prevenção e combate à corrupção.

- ▶ Capacitações - promoveu o 1º Simpósio Paranaense de Combate à Corrupção na Administração Pública, como forma de capacitação e conscientização dos participantes/servidores quanto a conduta ética, probidade e combate a corrupção; implementou capacitação aos servidores da CGE, bem como aos agentes de atuação sistêmica, visando o aprimoramento dos serviços finalísticos deste órgão.
- ▶ Fundo Estadual de Combate à Corrupção (FUNCOR/PR) - criação do fundo vinculado à CGE/PR, em que constarão os valores decorrentes de Acordos de Leniência, visando garantir o aperfeiçoamento da estrutura da Controladoria.
- ▶ Propôs a criação de Conselho Estadual para Acordos de Leniência e Combate à Corrupção, que se encontra em andamento e tem por objetivo facilitar o intercâmbio de informações e também o de conferir maior segurança jurídica para celebrar acordos de leniência de competência estadual, bem como o de resguardar o interesse público.
- ▶ Participou de Grupo de trabalho instituído pelo Decreto nº 633/2019, de 21 de fevereiro de 2019, com o propósito de elaborar estudos e oferecer propostas para atualização de normas voltadas a programas de desestatização no Estado do Paraná, que culminou na publicação do Decreto 1953 de 05 de julho de 2019, que regulamenta os dispositivos da Lei nº 19.811, de 05 de fevereiro de 2019 quanto à composição e competências do Conselho do Programa de Parcerias do Paraná e de sua Unidade Gestora.
- ▶ Solicitou a suspensão da licitação para contratação dos serviços de descontos facultativos em folha de pagamento dos empréstimos consignados, visando a adequação à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e a destinação dos recursos para o Fundo de Combate à Pobreza.
- ▶ Instituiu grupo de trabalho em conjunto com a Superintendência de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Paraná (SETI), nomeado pela Resolução Conjunta CGE/SETI nº 004/2019, objetivando analisar, inspecionar e examinar os relatórios de controle do Instituto de Tecnologia do Paraná (TECPAR).
- ▶ Fortalecimento da CGE, ampliando e aprimorando a força de trabalho para desempenhar atividades de investigação administrativa, auditoria, acompanhamento de denúncias e implantação do programa de *compliance*, entre outras atividades de combate à corrupção.
- ▶ Participou de estudos com a Procuradoria Geral do Estado, sobre a modernização do Regulamento Disciplinar do Estado.
- ▶ Delegação de competência ao controlador-geral do estado para atuar nos processos para formalização de recebimento de doações e comodatos, por meio do Decreto nº 2.548, de 26 de

agosto de 2019, deu início aos trabalhos quanto a elaboração do Chamamento Público Geral, objetivando fomentar as doações e comodatos de bens de que trata este Decreto.

- ▶ Atuou junto ao Conselho de Controle das Empresas Estaduais (CCEE), tendo o Controlador-geral como membro, com atribuição de assessorar o Governador no estabelecimento de diretrizes para a orientação de práticas de governança corporativa e controles internos, e acompanhar as atividades e avaliar o desempenho das empresas públicas, sociedades de economia mista e das fundações públicas estaduais.
- ▶ Atuou na defesa da transparência nos gastos públicos e fortalecimento do controle interno e controle social por meio de sua participação junto ao Conselho Nacional de Controle Interno (CONACI).
- ▶ Criação do Grupo de Trabalho - GT 13 - Controle e Transparência, junto ao Consórcio de Integração Sul e Sudeste (COSUD), destinado a discutir pautas conjuntas entre os estados participantes, referente as áreas de controle e transparência.
- ▶ Atuação em Comissão nomeada pela Resolução conjunta nº 01/2019 PGE/CGE/SEFA, que realizou auditoria no Contrato 07/2017 SEFA, cujo objeto é a aquisição e implantação de solução tecnológica integrada de gestão orçamentaria, financeira e contábil que atende às necessidades da Administração Pública do Estado do Paraná (SIAF).
- ▶ Propôs alteração na Lei que Instituiu o Fundo Estadual de Combate à Pobreza do Paraná, por meio da redação que culminou na publicação da Lei 19.926, de 11 de setembro de 2019, acrescentando outras formas de recursos a compor o Fundo.
- ▶ Decreto 2.834, de 20 de setembro de 2019, inclui a Controladoria-Geral do Estado como membro da Comissão de Governança e Gestão de Benefícios Fiscais - CGGBF, com a finalidade de implementar e manter mecanismos, instâncias e práticas de governança de benefícios fiscais.
- ▶ Propôs alteração à Lei Estadual de Licitações nº 15.608, de 16 de agosto de 2007, que se encontra em andamento, incluindo cláusula anticorrupção.
- ▶ Participação no grupo de trabalho intersecretarial, que analisou o sistema de mobilidade da administração pública estadual, instituído pelo Decreto nº 1.056, de 04 de abril de 2019.

1.1.2 Transparência, Controle Social e Atendimento ao Cidadão

- ▶ Assumi a gestão do portal da transparência, conforme disposto no Regulamento da CGE, aprovado pelo Decreto 2741/2019, de 19 de setembro de 2019, trazendo inovação e melhoria de 25 consultas do portal, dentre eles os temas de viagens, contratos, licitações, patrimônio, servidores, bem como criação de formulário de sugestões e divulgação das agendas de autoridades.
- ▶ Capacitação dos servidores da CGE no tocante ao Portal da transparência, consistindo em aplicação de questionário para localização de informações, experiências e sugestões de melhorias.

- ▶ Propôs a redação do Decreto nº 1.077 de 04 de abril de 2019, instituído pela Lei nº 19.447, de 05 de abril de 2018, que dispõe sobre a gravação em áudio e vídeo do processo licitatório e sua transmissão ao vivo, por meio da *internet*, no Portal da Transparência do Estado do Paraná, visando aprimorar a transparência dos atos da administração pública e fomentar a participação da sociedade civil no controle sobre os gastos públicos.
- ▶ Promoção de concurso de redação com alunos do Colégio Estadual para o fomento ao debate de temas como integridade, ética e prevenção à corrupção, como treinamento para o ENEM e sendo vinculado ao 2º Simpósio Paranaense de Combate à Corrupção: Fazendo a Coisa Certa, promovido pela CGE, inclusive com premiação para as 10 melhores redações.
- ▶ Criação da Cartilha da Lei de Acesso à Informação - LAI, publicada no sítio eletrônico da CGE, com orientações para a população sobre seus direitos e dicas de como fazer um bom pedido de acesso à informação.
- ▶ Atuou em ações de aproximação da CGE com o cidadão, com divulgação dos canais de ouvidoria e do portal da transparência, mencionando informações que podem ser encontradas e solicitadas para o exercício do controle social por meio da LAI e reafirmando o papel da ouvidoria do Estado.
- ▶ Atendimento ao cidadão via *WhatsApp* - disponibilização de novo canal de comunicação com a sociedade em que podem ser registradas sugestões, reclamações, elogios, denúncias e solicitações de acesso à informação.
- ▶ Ouvidoria - realização até outubro, mais de 100 mil atendimentos de ouvidoria- aumento de 20,0% em relação ao mesmo período do ano anterior.

1.2 DESTAQUES

- ▶ Regularização de pendências de atendimentos de Ouvidoria de 2011 a 2016 até outubro.
- ▶ Prêmio *Compliance Across Americas* - o Programa de Integridade & *Compliance* foi premiado, tendo a entrega do prêmio sido realizada no 2º Congresso *Compliance Across Americas*, realizado pela Escola Superior de Ética Corporativa de Negócios e Inovação (ESENI) com objetivo de promover a troca de informações e experiências na área de *compliance*, gestão de risco, governança corporativa e auditoria.
- ▶ Firmou parceria com a Transparência Internacional, entidade de controle social presente em 110 países, com apoio do Ministério de Relações Exteriores da Dinamarca e do Fundo de Apoio a Iniciativas Locais do Canadá, visando capacitar funcionários do Estado do Paraná para atuar no combate à corrupção e na elaboração do Plano de Integridade Estadual, com base na metodologia aprendida e em concordância com o Programa de Integridade e *Compliance* Estadual. O Estado do Paraná foi selecionado para participar em razão dos avanços na área de Integridade e Combate à Corrupção.

- ▶ Programa de Integridade & *Compliance* - reconhecimento da importância do Programa de Integridade & *Compliance*, por meio de convites para palestrar e apresentar o programa em diversos eventos, como o Simpósio Gestão de Integridade e *Compliance*, promovido pela Universidade Federal do Mato Grosso, evento comemorativo aos 40 anos da Controladoria-Geral de Cuiabá; 4º Fórum *Compliance* e Integridade em Maceió; 1º Simpósio de *Compliance*, Transparência e Anticorrupção na Administração Pública, promovido pela OAB Paraná; entre outros.
- ▶ Programa Conexão CGE - o Controlador-geral do Estado entrevista especialistas, sobre assuntos diversos que tenham relação com as atividades desenvolvidas pela CGE Paraná e disponibiliza no sítio eletrônico da Controladoria-Geral do Estado. Já foram registrados programas com o Controlador-Geral de Goiás; com o Ministro do Tribunal de Contas da União e com o Diretor Executivo da Transparência Internacional no Brasil.

1.3 PERSPECTIVAS

- ▶ Entrega do Código de Ética e Conduta dos Servidores do Estado do Paraná, bem como o Código de Ética e Conduta dos órgãos ou entidades que finalizarem a fase de identificação e classificação de riscos.
- ▶ Constituir o Conselho de Ouvidores.
- ▶ Fortalecimento do desenvolvimento profissional - visa implementar um programa de formação continuada e treinamento dos gestores e servidores da CGE, bem como a todos os gestores e servidores que atuam como agentes nos diversos órgãos e entidades do Poder Público Estadual, por meio da Coordenadoria de Desenvolvimento Profissional.
- ▶ Implementar a pesquisa de satisfação para avaliação do atendimento prestado pelas ouvidorias setoriais do Estado.
- ▶ Ampliar a instauração de Procedimentos de Responsabilização de Pessoas Jurídicas (PAR), visando o retorno aos cofres públicos do dinheiro desviado por atos de corrupção.
- ▶ Portal da Transparência - aprimorar os sistemas e disponibilidade das informações, criar novas consultas e facilitar o acesso ao cidadão.
- ▶ Programa Cidadão Vigilante - regulamentar, instituir e executar o videomonitoramento das obras públicas, vinculado ao portal da transparência, com acompanhamento em tempo real por meio de transmissão via *internet*.
- ▶ Programa CGE Itinerante - instituir o programa como forma de aproximar a CGE do cidadão, promovendo a participação social e divulgando o sistema de ouvidoria e os canais existentes.
- ▶ Firmar termo de cooperação com a Secretaria de Estado da Educação e do Esporte (SEED) visando a inserção dos temas relacionados as áreas de atuação da CGE (prevenção e combate à corrupção,

ética, *compliance*, controle interno, transparência e controle social) como temas transversais a serem trabalhados nas disciplinas que integram as matrizes curriculares das escolas estaduais, tanto no ensino fundamental quanto no ensino médio e executar Projeto Piloto.

CASA MILITAR

2 CASA MILITAR (CM)

A Casa Militar, órgão pertencente à Governadoria do Estado do Paraná, desenvolve atividades de assistência direta e imediata ao Chefe do Poder Executivo nos assuntos militares, bem como proporciona a segurança pessoal do Governador, Vice-Governador e suas respectivas famílias, hóspedes oficiais e demais pessoas designadas. Nesses termos, executa ainda a segurança das instalações físicas da Sede do Governo (Palácio Iguazu), Consulados no município de Curitiba, pontos sensíveis e demais instalações de interesse institucional. Além dessas atribuições, desenvolve a atividade de transporte aéreo e transporte terrestre desses dignitários, a produção e proteção de assuntos sigilosos de interesse governamental, bem como apoia a Secretaria de Estado da Saúde no transporte de órgãos e tecidos humanos (Central Estadual de Transplantes). No exercício financeiro 2019, apesar da entrada em vigor da Lei nº 19.848, de 3 de maio de 2019, a Casa Militar manteve sob sua estrutura orçamentária e financeira as atribuições de Defesa Civil, que a partir do ano de 2020 serão conduzidas por órgão com estrutura e orçamento próprios (Coordenadoria Estadual de Defesa Civil).

2.1 PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- ▶ Reestruturação do órgão - buscou a reestruturação alinhada às novas propostas de gestão e estrutura do Poder Executivo (Lei nº 19.848/2019). Em setembro, teve seu regulamento aprovado (Decreto nº 2.680) que redefiniu as atribuições da Casa Militar, conferindo maior dinamismo e eficiências às ações. Nesse contexto, houve redução de pessoal empregado, na ordem de 19,3%, tendo reduzido de 275 para 222 de efetivo militar e de 31 para 25 cargos comissionados.
- ▶ Visando aprimorar e qualificar os agentes de segurança da Casa Militar, foi realizado um estágio de capacitação com carga horária de 75 horas/aulas e mais 11 instruções internas, compreendendo defesa pessoal, armamento e tiro, procedimentos operacionais, entre outros.
- ▶ Segurança do Palácio Iguazu - aprimoramento com a aquisição de portais detectores de metais; e encontra-se em andamento a reativação de sistema de monitoramento por câmeras.
- ▶ A Casa Militar desempenha a proteção do Exmo. Sr. Governador, Vice-Governador, respectivos familiares e hóspedes oficiais, cujas ações resultaram até outubro na execução de 380 missões de segurança, sendo atendidos 63 visitantes oficiais ao Estado do Paraná entre Presidentes, Embaixadores, Ministros e outros dignitários de interesse institucional.
- ▶ Serviço de transporte aéreo - até 15 de outubro de 2019, executou 1.649 horas de voo, correspondentes a 482 missões, das quais 289 missões foram destinadas a transportes de autoridades, 105 atividades se referem a transporte aeromédicos (transporte de órgãos e tecidos

para a central de transplante, resgates e transporte para Central de Leitos), 28 missões em apoio à Segurança Pública e 60 voos de proficiência e manutenção da aeronave.

- ▶ Foi renovada toda a frota de veículos locados, por meio de novo processo licitatório.
- ▶ Nas ações de Defesa Civil, foram atendidos 18 municípios em situação de emergência, com distribuição de materiais de ajuda humanitária, a saber: a) 1.076 bobinas de lona; b) 33.892 telas de fibrocimento; c) 640 colchões; d) 640 *kits* dormitórios; e) 250 *kits* higiene; f) 250 *kits* limpeza.
- ▶ O Centro Estadual de Gerenciamento de Riscos e Desastres da Defesa Civil (CEGERD), no período de janeiro a outubro de 2019, deu atendimento às ocorrências constantes no quadro a seguir:

QUADRO 1 - ATENDIMENTO DE OCORRÊNCIAS PELO CEGERD DE ACORDO COM O TIPO - PARANÁ - 2019

OCORRÊNCIAS	QUANTIDADE
Total de municípios atingidos	152
Total de ocorrências	336
Total de pessoas afetadas	159.150
Total de pessoas desalojadas	2.591
Total de pessoas que permanecem desalojadas	495
Total de pessoas feridas	66
Total de pessoas enfermas	8
Total de casas danificadas	17.953
Total de casas destruídas	23

Fonte:

SISDC/Defesa Civil.

2.2 DESTAQUES

Destacaram-se as ações desenvolvidas pela Divisão de Transporte Aéreo em apoio à Central de Transplantes do Estado do Paraná, que contribuiriam significativamente para que o Estado do Paraná se mantivesse líder em transplante de órgãos no país.

Atualmente a Divisão de Transporte aéreo opera com dois aviões do tipo Seneca III, um Sessna Grand Caravan, um King Air 350 (este mediante convênio com a COPEL) e um helicóptero EC130B4, os quais além de dar suporte aos transportes oficiais do Estado operam, com prioridade, para atender o serviço de transplante de órgãos e tecidos.

2.3 PERSPECTIVAS

- ▶ Aquisição de mais uma aeronave e aumentar as ações de transporte aeromédico.
- ▶ Reforma do hangar, proporcionando maior segurança e preservação das aeronaves e equipamentos.

- ▶ Renovação da frota terrestre própria, em 25,0%, para proporcionar melhor agilidade nas missões de transporte das autoridades e geração de economia com manutenção dos veículos.
- ▶ A Coordenadoria Estadual de Defesa Civil pretende criar três Centros Logísticos no interior do Estado (Guarapuava, Londrina e Quedas do Iguaçu) visando a otimizar o armazenamento e distribuição de ajuda humanitária, uma vez que atualmente existe apenas um centro no Estado do Paraná, localizado no município de Curitiba.

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E DO TURISMO

3 SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E DO TURISMO (SEDEST)

A Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo - SEDEST, criada nos termos da Lei nº 19.848 de 03 de maio de 2019, constitui órgão de primeiro nível hierárquico do Poder Executivo Estadual, e tem por finalidade formular, coordenar, executar e desenvolver as políticas públicas de proteção, conservação e restauração do patrimônio natural; de gerenciamento dos recursos hídricos; de saneamento ambiental; de gestão territorial e política agrária, fundiária e cartográfica; mineral, geológica e de turismo, visando o desenvolvimento sustentável do Estado do Paraná, em sua esfera de competência. Suas ações e de suas vinculadas, Instituto de Terras, Cartografia e Geologia do Paraná (ITCG), Instituto das Águas do Paraná (AGUASPARANÁ), Instituto Ambiental do Paraná (IAP) e Paranáturismo, estão detalhadas a seguir.

3.1 PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- ▶ Programa Paraná + Verde - plantio de 500 mil mudas de árvores nativas, contemplando todos os municípios paranaenses, envolvendo escolas estaduais e APAE; está sendo estruturado o suporte para o Programa, de forma a viabilizar o plantio de 3 milhões de mudas até 2022.
- ▶ Paraná Pet Amigo - Causa Animal - reformulado o Conselho Estadual de Direitos Animais, a fim de permitir uma participação mais efetiva das Organizações da Sociedade Civil, e apoiar as Secretarias de Estado na execução da Política Estadual de Direitos Animais. Foi firmado Convênio com a Fundação Araucária para abertura de um edital específico em Saúde Única, no valor de R\$ 1,0 milhão. Em parceria com a SESP, foi desenvolvida uma aba específica para denúncias, Maus Tratos a Animais Domésticos, dentro da Central de Atendimento Disque-Denúncia 181, gerenciado pela SESP, já em funcionamento, atendendo ao compromisso de abrir um canal específico para recebimento desse tipo de agressão, bem como a criação de um protocolo para atendimento aos maus-tratos animais, a ser disponibilizado às prefeituras municipais.
- ▶ Educação Ambiental - foram realizadas dez consultas públicas, com participação de aproximadamente 1.000 pessoas, para validação do Programa Estadual de Educação Ambiental, a ser lançado em evento no Município de Palotina no mês de dezembro. Foi dado início a reestruturação do Parque Escola, com o objetivo de iniciar efetivamente as atividades em março de 2020, de forma piloto, em sete Unidades de Conservação, distribuídas ao longo das diferentes regiões do Estado. A plataforma Detetives da Natureza, disponível por meio da ferramenta iNaturalist, já conta com mais de 20.000 registros da biodiversidade paranaense. No Portal

Conexão Ambiental - SEDEST, são disponibilizadas informações sobre meio ambiente e sustentabilidade, por meio de uma biblioteca virtual, são divulgadas iniciativas relacionadas a boas práticas ambientais, além de ações, projetos e agenda de cursos e eventos.

- ▶ Soltura de Peixes - para repovoamento e preservação de espécies nativas nas bacias hidrográficas, foram realizadas em Municípios do Estado, solturas de aproximadamente 500 mil peixes das espécies pacu, piaparas, curimatá, dourado e lambari.

3.2 INSTITUTO DE TERRAS, CARTOGRAFIA E GEOLOGIA DO PARANÁ (ITCG)

O Instituto de Terras, Cartografia e Geologia do Paraná (ITCG), entidade autárquica, dotada de personalidade jurídica de direito público, com patrimônio e receitas próprios, com autonomia administrativa, técnica e financeira, integrante da Administração Indireta do Estado, vinculada à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo (SEDEST).

3.2.1 PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

3.2.1.1 Departamento de Terras

- ▶ Regularização Fundiária em Terras Particulares

Programa Minha Terra Paraná - Pró-Rural - ampliação do Programa para Regularização Fundiária em Terras Particulares, com início do trabalho em 04 novos municípios: Nova Cantu, Roncador, Manoel Ribas e Rio Branco do Ivaí; tendo beneficiado aproximadamente 300 famílias, bem como cumprimento da meta estabelecida pelo BIRD, para o ajuizamento das ações pendentes em parceria com a Defensoria Pública, programa Justiça nos Bairros do TJPR, e novas parcerias com a Defensoria Dativa da OAB/PR.

Continuidade do Convênio com a Secretaria Especial da Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário, para regularização fundiária em terras particulares e devolutas, com o georreferenciamento de imóveis nos municípios de Guaraqueçaba, Morretes, Piên, Agudos do Sul, Mandirituba e Guaratuba. E início de novos cadastros nos municípios de Quitandinha, Campina Grande do Sul, Tijucas do Sul, Lapa, Contenda, sendo atendidas aproximadamente duas mil famílias. No início do segundo semestre foi assinado o termo de cooperação para conclusão do processo de reforma agrária e regularização fundiária dos assentamentos Norte Sul e Novo Horizonte, entre os municípios de Cafeara e Santo Inácio, com a previsão de que mais de 60 famílias que ocupam as áreas possam ter a situação regularizada, e com o município de Campo Magro, beneficiando 100 famílias.

- ▶ Regularização Fundiária em Terras Devolutas

Conclusão dos trabalhos em Quitandinha (59 títulos), Pitanga (56 títulos), Paranaguá (367 títulos), Pontal do Paraná (10 títulos) e Rio Negro (11 títulos). No exercício foram entregues 503 títulos de propriedade rural.

3.2.1.2 Departamento de Geomática

- ▶ Paraná Rural - atendimentos georreferenciados, medição de imóveis rurais, com a finalidade de regularização fundiária, em 638 imóveis, com área de 3.800 ha, nos municípios de São Mateus do Sul, Altamira do Paraná, Cândido de Abreu, Cândói, Grandes Rios e Rosário do Ivaí.
- ▶ SEAF (INCRA) - atendimentos georreferenciados, medição de imóveis rurais, com a finalidade de regularização fundiária, em 1.111 imóveis, com área de 5.100 ha, nos municípios de Agudos do Sul, Guaraqueçaba, Guaratuba, Mandirituba, Morretes, Piên e Quitandinha.
- ▶ Atendimento técnico de 68 solicitações, de prefeituras e proprietários de imóveis rurais, relativas a demanda diária sobre revisão e dúvidas de limites territoriais dos Municípios do Paraná, bem como, atendimento de proprietários de imóveis, sobre a localização territorial dos mesmos e encaminhamento de informações técnicas de limites municipais oficiais do Estado, para atualização da base censitária ao IBGE-PR.
- ▶ Entrega de relatório de Caracterização do Meio Físico, para fins de planejamento urbano, nos Municípios de Prudentópolis, Tijucas do Sul e Piên; e subsídio a seus Planos Diretores e a gestão de Defesa Civil nas áreas urbanizadas.
- ▶ Entrega do Projeto de Mapeamento Geológico-Geotécnico na Região Metropolitana de Curitiba, com a consolidação da base de dados e geração de mapas temáticos, para fins de Plano Diretor e Defesa Civil.
- ▶ Concluídos vinte mapas do Projeto de Rochas e Minerais Industriais do Paraná na escala 1:250.000.
- ▶ Avaliação de processos de licenciamento de postos de combustível, em continuidade às atividades de assessoramento ao IAP, fornecendo ao órgão ambiental pareceres relativos às características do meio físico para subsidiar o processo de licenciamento.
- ▶ Avaliação de processo de loteamento na área urbana de Irati, por solicitação do Ministério Público.
- ▶ Escarpa devoniana - determinação dos limites da área tombada e elaboração das normativas do bem tombado.
- ▶ Implantação do circuito Geoturístico de Colombo.
- ▶ Cratera de Vista Alegre - apoio a projeto de criação de um museu de geologia em Coronel Vivida.

3.3 PARANÁTURISMO

A Paranáturismo, autarquia estadual, vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Sustentável e do Turismo (SEDEST), tem como competência básica a execução da política estadual de turismo, com suas atribuições, estrutura e funcionamento regulamentados por decreto.

3.3.1 PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- ▶ Gestão estratégica do turismo: a) divulgação e monitoramento do plano estadual de turismo - Paraná Turístico 2026, com a finalização de 14 planos regionais com publicação na página web (paranaturistico2026.tur.br); b) atualização do Mapa do Turismo Brasileiro 2019 com inserção de 217 municípios paranaenses.
- ▶ Inteligência no turismo : a) parceria com IPARDES para produção e atualização de dados do turismo na BDE, análise dos dados da hotelaria do Paraná e das agências de turismo - pesquisas nacionais do Ministério do Turismo (MTur) e IBGE, estruturação e manutenção do BI do CADASTUR e dos Atrativos Turísticos do Paraná; b) Revisão e atualização do documento estatístico Turismo em Números 2018 com posterior publicação na página *web* da Paraná Turismo, referente aos dados dos passageiros e visitantes; c) coordenação da pesquisa da Oferta Turística do Paraná em parceria com SEBRAE e Instâncias de Governanças Regionais (IGRs), visando atualização das informações existentes para subsidiar ações de estruturação e *marketing*; d) parceria com a Universidade Federal do Paraná para reestruturação do Observatório de Turismo do Paraná; e) participação na Rede de Inteligência de Mercado do Turismo (RIMT) do Ministério do Turismo, mediante a inserção de informações no Sistema do MTur sobre os produtos turísticos paranaenses.
- ▶ Promoção de investimentos: a) parceria com a Agência Paraná Desenvolvimento (APD) para estabelecimento de procedimentos em comum na disseminação do Programa Municipal de Atração de Investimentos (PMAI) - diagnóstico e captação de investimentos; b) participação no projeto Investe Turismo junto ao Ministério do Turismo e SEBRAE Nacional nas ações voltadas a investimentos nos municípios de Foz do Iguaçu, Curitiba, Morretes e Paranaguá; c) Parceria com o MTur na oferta de Cursos de Capacitação na plataforma Brasil Braços Abertos e de Gestores de Turismo; d) elaboração do projeto Workshop Viaje Paraná, com realização de piloto nos Campos Gerais/Ponta Grossa e Ecoaventuras, Histórias e Sabores em Campo Mourão; e) realização de 2.590 cadastros na base de dados nacional (CADASTUR).
- ▶ Destinos Turísticos: a) parceria com a Superintendência de Esporte para a realização dos Jogos de Aventura e Natureza entre agosto e dezembro nas regiões Litoral, Cataratas e Caminhos ao Lago de Itaipu e Angra Doce no Norte Pioneiro; b) realização do evento Grande Reserva Mata Atlântica, em Morretes, envolvendo os Estados de São Paulo e Santa Catarina; c) proposta e viabilização do produto sinfonia Grande Mar Redondo, no Rio Itiberê em Paranaguá; d) atendimento à Comissão Estadual do Turismo Religioso - palestra no Encontro de Gestores de Santuários da Pastoral do

Turismo, viabilização do 2º Fórum Paranaense de Turismo Religioso (Maringá), assessoria ao Congresso Internacional de Turismo Religioso e Sustentável (Guarapuava) e repasse de informações ao Sistema da RIMT do MTur sobre produtos turísticos.

- ▶ Promoção turística: a) planejamento, coordenação e operacionalização da participação do Paraná nos Eventos Salão Paranaense de Turismo/Mostra das Regiões Turísticas/Arena Gastronômica em Curitiba, WTM em São Paulo, BNT Mercosul em Itajaí/Balneário Camboriú, Festival das Cataratas, AVIRPP em Ribeirão Preto, Expo Saudável em Curitiba, ABAV Internacional, Festival de Turismo de João Pessoa e Festival de Turismo de Gramado (FESTURIS), no mercado internacional: FIT em Buenos Aires e FITPAR em Assunção com escolha de imagens e confecção de painéis para os estandes e definição de cooperados, parceiros e ações; b) participação em eventos de público final: *Show Rural* em Cascavel com o PIT Móvel (Van) e dentro da Fazendinha na ExpoLondrina e Expoingá em parceria com EMATE, e na ExpoGoioerê; c) disponibilização do PIT Móvel para o atendimento aos turistas em Matinhos durante Operação Verão 2018-2019, apoio ao funcionamento do PIT Aeroporto com prefeituras de Curitiba e São José dos Pinhais; d) participação na Convenção BWT Turismo em Cabo Santo Agostinho (PE) com realização de palestra e mesa de trabalho informando sobre produtos turísticos do Paraná; e) participação no Evento Desvenda Braztoa em São Paulo, Braztoa Nordeste em Salvador e realização do Evento Experiência Braztoa Sul em Curitiba, expondo e apresentando o Paraná para Operadores de Turismo.

3.4 SISTEMA METEOROLÓGICO DO PARANÁ (SIMEPAR)

O Sistema Meteorológico do Paraná (SIMEPAR), é uma entidade de direito privado e interesse público, sem fins lucrativos, vinculado à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo (SEDEST).

3.4.1 PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- ▶ Monitoramento Hidrometeorológico do Estado do Paraná - o serviço envolveu a manutenção, operação, controle de qualidade e processamento de dados hidrometeorológicos coletados em mais de 300 pontos no Estado, envolvendo estações meteorológicas, hidrológicas e pluviométricas, receptores de descargas atmosféricas e de imagens de satélite, e dois radares meteorológicos de longo alcance, bem como sua disseminação para o setor produtivo, governo e sociedade.
- ▶ Previsão de Tempo e Clima para todos os Municípios Paranaenses e Alerta de Eventos Extremos para a Defesa Civil - o serviço envolveu a realização sistemática das previsões do tempo (diárias, com atualização a cada seis horas e horizonte de sete dias) e do clima (sazonais, a cada trimestre) para todos os municípios paranaenses, bem como sua disseminação por diversas mídias, para as

empresas, o governo e a sociedade em geral, configurando o site do SIMEPAR (www.simepar.br). Também foi realizado o serviço de vigilância meteorológica e alerta de eventos extremos para a Defesa Civil (emissão de 840 avisos/alertas nos primeiros 10 meses de 2019).

- ▶ Serviços Tecnológicos de Monitoramento e Gestão da Segurança das Barragens Paranaenses - o projeto, já contratado pelo AGUASPARANÁ e em pleno desenvolvimento, objetiva atualizar a base de dados de barragens existentes no Estado, realizar levantamento de campo por meio de visitas técnicas, caracterizar as barragens quanto ao Dano Potencial Associado (DPA) e estabelecer as respectivas categorias de risco.
- ▶ Especificação dos Serviços Tecnológicos de Monitoramento Ambiental de Florestas Nativas no Paraná (SMARTFLOR) - concluído o dimensionamento do projeto para a execução de serviços tecnológicos voltados ao monitoramento da cobertura florestal do Estado a partir de tecnologias de sensoriamento remoto e dados de campo, que serão utilizados para atividades de fiscalização, licenciamento, Cadastro Ambiental Rural (CAR), Programa de Regularização Ambiental (PRA) e gestão territorial.
- ▶ Conclusão da 1ª Etapa da Análise do Cadastro Ambiental Rural (CAR) por meio do Projeto SICAR, Parceria IAP-SIMEPAR (Contrato+Aditivo).
- ▶ O SIMEPAR, com o apoio do Instituto Ambiental do Paraná (IAP), finalizou a primeira etapa dos serviços de análise do Cadastro Ambiental Rural (CAR), o que culminou com a disponibilização de 15 mil cadastros de propriedades rurais com área maior do que quatro módulos fiscais para serem homologados pelo órgão estadual gestor do meio ambiente.

3.5 INSTITUTO DAS ÁGUAS DO PARANÁ (AGUASPARANÁ)

O Instituto das Águas do Paraná, criado pela Lei Estadual nº 16.242, de 13 de outubro de 2009, e alterações posteriores, entidade autárquica dotada de personalidade jurídica de direito público, com patrimônio e receitas próprias e autonomia administrativa, técnica e financeira, integrante da Administração Indireta do Estado, vinculada à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo (SEDEST).

3.5.1 PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

3.5.1.1 Diretoria Técnica e de Saneamento

- ▶ Obras de Galerias de Águas Pluviais para Saneamento e Controle de Erosão - formalizou 115 convênios com Prefeituras Municipais por meio do Programa de Obras de Drenagem Pluvial Urbana, para fins de saneamento, controle de cheias e controle da erosão, resultando no

fornecimento de 56 mil metros lineares de tubos de concreto com investimentos de aproximadamente R\$ 17,0 milhões, atendendo 90 municípios.

- ▶ Obras de Controle de Cheias - por intermédio do PAC - Prevenção foram desenvolvidos projetos para execução de obras de controle de cheias na Região Metropolitana de Curitiba, nos Municípios de Pinhais/Colombo - Rio Palmital, e Fazenda Rio Grande - Rio Mascate. As obras no Rio Palmital foram divididas em três etapas, a primeira foi composta pela execução de uma grande bacia de detenção e um parque no entorno, localizados no município de Pinhais. As obras de drenagem estão concluídas e os projetos para a complementação do Parque Palmital estão em fase de finalização, totalizando R\$ 16,2 milhões. Na segunda etapa, que contempla a execução de 4 bacias de detenção no município de Colombo, aguardam a Autorização de Início de Objeto (AIO), obra a ser emitida pelo Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), no valor total de R\$ 48,2 milhões, previsão de conclusão até dezembro. A terceira etapa, composta pela execução da proteção na foz do Rio Palmital e a bacia de detenção em Pinhais, possui os projetos aprovados junto à Caixa Econômica Federal e aguarda homologação do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) para dar início à licitação e obra, (previsão de início até dezembro), o valor do investimento para esta etapa é de R\$ 13,8 milhões. As obras no Rio Mascate, foram divididas em duas etapas, a primeira, no valor de R\$ 5,5 milhões, consiste na execução de cinco pontes e ampliação da seção de escoamento do Rio Mascate, já possui projetos e processo aguardando autorização de Início da obra, pelo Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), com previsão de conclusão em dezembro. A segunda etapa contempla a execução das três bacias de detenção em Fazenda Rio Grande e está em fase de finalização dos projetos, com as avaliações para desapropriação das áreas atingidas concluídas. O valor total previsto para a obra é de R\$ 13,2 milhões, dependendo das autorizações do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), e do resultado das licitações, prevê-se o início das obras ainda neste exercício.
- ▶ Programa Água no Campo - Poços Artesianos - o Estado do Paraná com o intuito de amenizar a escassez hídrica e visando o fornecimento de água de boa qualidade para os municípios, desenvolve o referido programa viabilizando acesso a água às comunidades rurais do Estado, por meio da perfuração de poços artesianos. A execução da obra cabe ao AGUASPARANÁ, em contrapartida ao Município, aquisição dos materiais necessários para a perfuração dos poços. Foram contemplados neste exercício, 39 municípios paranaenses com a execução da obra de perfuração de poços artesianos, no total de 105 poços perfurados, com custo de R\$ 11,6 mil, por poço, totalizando R\$ 1,2 milhões de recursos utilizados para perfuração e manutenção de equipamentos. Até dezembro, estão previstas perfurações em mais 08 municípios, totalizando 14 poços, com custo estimado de R\$ 162,4 mil, de recursos aplicados.
- ▶ Programa Água para Todos - Programa Estadual de Combate Emergencial à Sede e Apoio Hídrico, com a finalidade de aplicação de recursos em serviços de abastecimento de água em situações

emergenciais ou de escassez hídrica, em comunidades rurais, prevê até dezembro, a entrega de 30 caminhões pipa aos municípios conveniados.

- ▶ Programa Estadual de Implementação do Sistema Integrado de Coleta Seletiva - tem como objetivo dotar os municípios paranaenses de serviços adequados para a coleta e destinação final de materiais recicláveis, disseminando a reciclagem como forma de recuperação de matéria prima, resultando em vantagens socioeconômicas e na diminuição dos materiais encaminhados aos aterros sanitários. Para implementar a coleta seletiva, o AGUASPARANÁ disponibilizará a 15 municípios conveniados, até dezembro, a quantidade de 15 caminhões especificamente desenvolvidos para a coleta de recicláveis, e recursos para implantação de 15 barracões para processamento de materiais recicláveis.

3.5.1.2 Diretoria de Planejamento e Controle do Uso das Águas

A Diretoria de Planejamento e Controle do Uso das Águas, desenvolveu atividades de rotina relacionadas a emissão dos seguintes documentos: Portaria de Outorga de Uso de Recursos Hídricos, com emissão de 4.800 portarias de outorgas, Declaração Independente do Uso de Outorga, 2.800 dispensas de outorga, Autorização para Perfuração de Poços, anuência prévia para pessoas jurídicas e físicas, com análise nos documentos emitidos, e liberação de 2.800 anuências prévias.

O Departamento Hidrológico é o setor responsável pelo monitoramento de chuva, nível de rios, qualidade da água e vazão das estações hidrológicas do Estado do Paraná, entre suas atividades encontram-se sob suas diligências o monitoramento hidrológico e telemétrico com vistas a previsão de alertas, com as seguintes ações no exercício:

- ▶ Vistoria para Segurança de Barragens - foram executadas 60 vistorias para segurança de barragens, e em parceria com a Agência Nacional de Águas (ANA), promoção de evento, realizado no SIMEPAR, sobre Inspeção em Segurança de Barragens, que visa a capacitação de servidores de órgãos estaduais de recursos hídricos, bem como de representantes da defesa civil e empreendedores públicos e privados envolvidos na área.
- ▶ Monitoramento da Rede Pluviométrica do Estado do Paraná, composta por 450 estações convencionais, com obtenção de 5.040 boletins.
- ▶ Monitoramento trimestral de Rede Fluviométrica convencional, contrato QUALIÁGUA firmado com a ANA, com a realização de 524 inspeções e monitoramento.
- ▶ Monitoramento da Rede Hidrológica Telemétrica, em 66 estações em operação, com vistorias preventivas e corretivas.
- ▶ Atualização do Banco de Dados SIH - Sistema de Informações Hidrológicas com 7.470 informações obtidas das estações hidrológicas de: chuva, cota dos rios, vazão, índices de qualidade da água, levantamento, topobatimétricos e dados das estações telemétricas.

3.5.1.3 Diretoria Administrativo-Financeira

- ▶ Operação Verão - 2019/2020 - para a temporada de Verão 2019/2020 foram repassados, até dezembro, cerca de R\$ 5,9 milhões para as Prefeituras Municipais do Litoral (Antonina, Guaraqueçaba, Morretes, Guaratuba, Matinhos, Paranaguá - Ilha do Mel e Pontal do Paraná), visando auxílio para a destinação adequada do lixo.
- ▶ Projetos de Revitalização Ilha do Mel - visando promover o turismo no litoral paranaense e implantar ações da lei de uso e ocupação de solo da Ilha do Mel executou, até dezembro, projetos de revitalização de estruturas como: limpeza, escavação, e roçada de canais, córregos e valas, bem como obras de passarelas nas trilhas sobre os córregos melhorando a segurança, estrutura e conforto dos usuários.

3.6 INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ (IAP)

O Instituto Ambiental do Paraná (IAP), criado pela Lei Estadual nº 10.066, de 27 de julho de 1992, e alterações posteriores, entidade autárquica, com personalidade jurídica de direito público e autonomia administrativa, financeira e patrimonial, vinculada à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo (SEDEST).

3.6.1 PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

3.6.1.1 Diretoria de Biodiversidade e Áreas Protegidas (DIBAP)

- ▶ Departamento de Restauração Florestal (DIREF) - produção e doação de 1.205.280 mudas de espécies florestais nativas para 3.527 produtores paranaenses realizarem a adequação ambiental dos seus imóveis rurais; realização de ação no Dia da Árvore com a distribuição de 420.000 mudas de espécies nativas em 2.555 Escolas Estaduais.
- ▶ Departamento de Estratégias para Conservação (DEC): a) Pagamento de Serviços Ambientais (PSA) para Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) - foram atendidas vinte e duas RPPNs municipais, estaduais e federais, no valor de R\$ 722,0 mil; b) Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs) - organização da base de dados e site; elaboração de material de divulgação para criação de RPPNs; c) Sistema Integrado de Gestão e Avaliação da Biodiversidade e Serviços Ecológicos no Paraná (SIGA-BIO) - elaboração de termo de referência e marco lógico para constituir o sistema, cujo objetivo é organizar dados e informações das Unidades de Conservação sobre a cobertura vegetal nativa e a biodiversidade paranaense, estabelecendo e mantendo um sistema atualizado para auxiliar no monitoramento e licenciamento ambiental; o Sistema prevê informações para o cálculo dos índices que compõem o ICMS-Ecológico e visa melhorar a gestão do Estado sobre o patrimônio e capital natural, auxiliando no monitoramento e licenciamento

ambiental; d) Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) Ecológico por Biodiversidade - compete ao IAP realizar anualmente o cálculo dos índices ambientais para os municípios que abrigam em seu território Unidades de Conservação (UCs), Áreas de Terras Indígenas, Reservas Particulares do Patrimônio Natural, Faxinais e Reservas Florestais Legais; foram realizadas 475 avaliações nas UCs, além de relatórios técnicos para geração dos índices do Fator Ambiental por Biodiversidade; em 2019, foram inseridas mais 31 Unidades de Conservação em decorrência dos incentivos ao projeto, acarretando no incremento de mais 18.965,22 ha de áreas protegidas no Paraná; e) Projeto Biodiversidade e Mudanças Climáticas na Mata Atlântica (PMMA) - objetiva contribuir para a conservação da biodiversidade e a recuperação da vegetação nativa na Mata Atlântica, com ênfase em regiões onde se localizam mosaicos de unidades de conservação selecionados, contribuindo para mitigação e adaptação às mudanças do clima. Dentre as ações executadas no exercício destacaram-se a elaboração de termos de referência para contratação de Planos de Manejo das Unidades de Conservação do Parque Estadual do Marumbi, do Parque Estadual Pau-Oco e do Parque Estadual Pico Paraná.

- ▶ Departamento de Unidades de Conservação (DUC): a) Programa Parque Escola - utilização das Unidades de Conservação Estaduais, por meio de aulas interativas sobre o meio ambiente, para alunos da rede pública estadual; lançamento do Projeto no Parque Estadual São Camilo no município de Palotina; b) concessão de áreas destinadas ao uso público no Parque Estadual de Vila Velha, em fase final de licitação; c) criação do Parque Arquipélago de Ilhas do Rio Paraná; d) elaboração do Plano de Manejo do Monumento Salto São João, Parque Estadual do Pau-Oco, Parque Pico Paraná e revisão do Plano de Manejo do Parque Estadual Pico do Marumbi.
- ▶ Departamento de Unidades de Conservação de Uso Sustentável (DCS): a) novas Áreas Especiais de Uso Regulamentado (ARESUR) - ampliação da ARESUR do Faxinal Água Quente dos Meiras por meio da anexação do Faxinal Água Quente do Baú; criação da ARESUR do Faxinal Mato Preto Paiol, na Lapa; criação da ARESUR do Faxinal Itaparã, em Irati, fase final; b) projeto de enriquecimento florestal no Faxinal Taquari, incluindo, como ação de monitoramento e corretiva do projeto, a elaboração de Termo de Compromisso dos faxinalenses para o manejo adequado da floresta; c) planejamento e implantação de Sistemas Agroflorestais (SAFs) - em parceria com o Grupo de Pesquisa Interconexões da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), junto a comunidades tradicionais faxinalenses e quilombolas, na região de Ponta Grossa e Campo Largo, com a finalidade de melhorar os sistemas produtivos por meio do enriquecimento da biodiversidade, da diversificação de renda, da valorização de produtos da sociobiodiversidade e do manejo conservacionista de solos e águas; d) ampliação do Projeto SAFs além da lei para recuperação de Áreas de Preservação Permanente (APPs), na Área de Proteção Ambiental (APA) da Serra da Esperança, Município de Inácio Martins; e) oficialização da logomarca da APA da Serra da Esperança, junto ao Conselho Gestor da APA.

3.7 DESTAQUES

A Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo foi uma das organizações escolhidas para o Prêmio Expressão de Ecologia, com o projeto Selo Clima Paraná, inserido na categoria de *Marketing* Ecológico. Premiação é a maior do Sul e de maior longevidade no país no quesito ambiental. O projeto paranaense reconhece empresas que decidem, voluntariamente, reduzir as emissões de gases de efeito estufa.

3.8 PERSPECTIVAS

- ▶ *Pet por Elas* - encontra-se em desenvolvimento o projeto vinculado do Departamento Penitenciário (DEPEN/SESP), para oferta de cursos de Auxiliar de Higiene e Beleza Animal e Técnicas Básicas de Adestramento, visando promover a qualificação profissional das mulheres em privação de liberdade, sua ressocialização, ampliando as possibilidades de empregabilidade, ao saírem do Sistema Prisional. Além disso, o projeto pretende minimizar o problema dos cães e gatos errantes dentro do Complexo Penitenciário, que ainda na temática da Saúde Única, tem causado problemas aos colaboradores do Complexo, bem como aos detentos de forma geral.
- ▶ Encontra-se em estudo um Acordo de Cooperação com a Sociedade Mundial de Proteção Animal WSPA Brasil, para o desenvolvimento de ações coordenadas de capacitação e educação ambiental voltados principalmente ao atendimento, fiscalização e combate aos maus-tratos animais, ao manejo humanitário de cães e gatos, ao manejo de animais em desastres, as boas práticas de manejo na produção animal, à guarda responsável, à prevenção de mordeduras, ao controle de zoonoses e promoção da saúde Única, bem como à proteção da fauna silvestre e o incentivo ao turismo sustentável.
- ▶ Pretende-se implantar a Rede Paranaense em bem-estar animal, voltada à melhoria das condições dos animais de fazenda nas diferentes etapas da criação comercial, visando levar o conhecimento científico ao setor produtivo, além de possibilitar a abertura para novos mercados.
- ▶ Está sendo firmado acordo de Cooperação entre SEDEST/IAP E WWF, para os animais silvestres, visando a implementação da estratégia nacional para conservação de espécies ameaçadas de extinção (GEF pró-espécies), e ainda, a estruturação da rede de atendimento a animais marinhos encalhados no litoral do Estado.
- ▶ Programa Paranaense de Mudanças Climáticas (PPMC) - em parceria com o SIMEPAR está sendo criado o PPMC, visando mapear os impactos das mudanças climáticas no setor produtivo e desenvolver alternativas para mitigação desses impactos.
- ▶ Implantação do Sistema Integrado de Gestão e Avaliação da Biodiversidade e Serviços Ecosistêmicos no Paraná (SIGA-BIO) - ferramenta tecnológica inovadora que visa organizar dados e informações espaciais sobre Biodiversidade, cobertura vegetal nativa, fauna e Unidades de

Conservação, estabelecendo um sistema moderno de monitoramento ambiental de forma a servir de instrumento para fiscalização e licenciamento ambiental.

- ▶ Materiais Técnicos e Capacitação sobre Conservação da Biodiversidade, fauna e flora paranaense. Estão em produção, materiais técnicos para municípios e público em geral sobre os seguintes temas: Orientação para criação de Unidades de Conservação Municipais, Guia para erradicação de espécies exóticas invasoras, Roteiro para a criação de Reservas Particulares do Patrimônio Natural; Guia de espécies alternativas para arborização urbana, Lista de Fauna Ameaçada de Extinção - em atualização, e Cartilha para municípios sobre o ICMS-Ecológico.
- ▶ Incentivos a proprietários de Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs).
- ▶ Em processo de licitação o mapeamento com georreferenciamento de 200 RPPNs que não possuem seus limites adequadamente definidos, inserindo essas áreas no mapeamento das áreas estratégicas para conservação.
- ▶ Elaboração de novo Edital para Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), em continuidade ao Programa iniciado em 2019, o qual pretende-se dar maior escala a esse projeto que remunera proprietários que preservam suas florestas, incentivando tanto a conservação dessas áreas como a criação de novas RPPNs.
- ▶ Lançamento do Edital para Planos de Manejo para aproximadamente 150 Reservas Particulares do Patrimônio Natural, visando que os proprietários possam ter um instrumento de gestão e apoio para conservação de suas áreas de remanescentes florestais, que atualmente representam cerca de 52.000 ha.
- ▶ Áreas estratégicas para Conservação da Biodiversidade - em estudo novas áreas de grande relevância para a criação de Unidades de Conservação nas diversas categorias de manejo, estaduais, municipais e particulares. Entre as áreas estudadas encontram-se importantes remanescentes de Floresta com Araucária, Várzeas do Rio Paraná, Floresta Estacional Semidecidual e ainda refúgio para espécies ameaçadas de extinção, como o macaco mono-carvoeiro, maior primata da América do Sul e criticamente ameaçado de extinção.

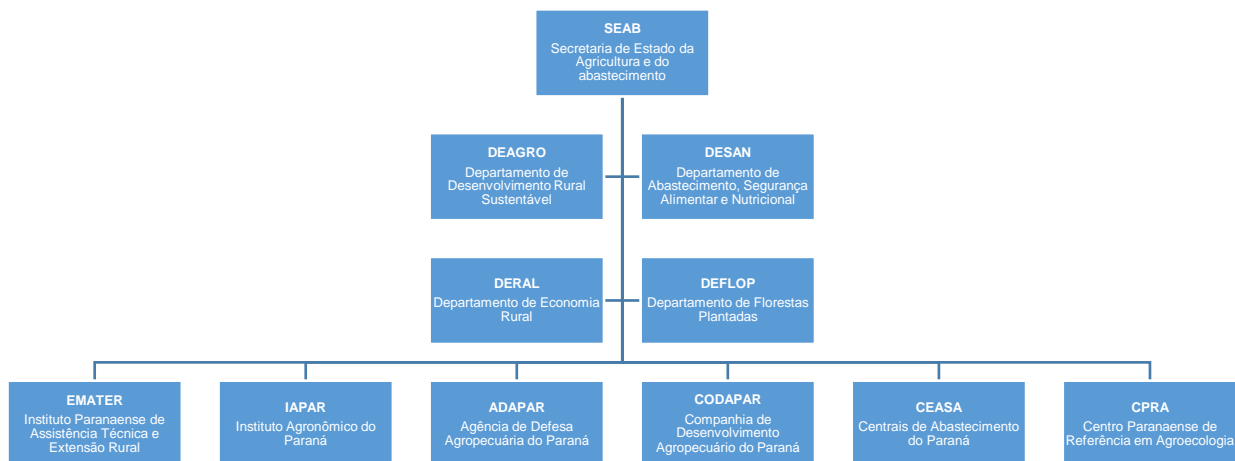
SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO

4 SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO (SEAB)

A SEAB tem por missão prover políticas públicas para o setor agropecuário no sentido do desenvolvimento rural sustentável (social, econômico, ecológico, cultural, geográfico), reduzindo as desigualdades regionais e garantindo segurança alimentar e nutricional à população, qualidade de vida aos agricultores e respeito ao meio ambiente, tendo como referência a inovação tecnológica, bem como a inclusão produtiva do agricultor familiar individual ou em grupos, associações, cooperativas e outras formas de organização. Atua por meio de seus departamentos, núcleos regionais e suas unidades descentralizadas (Sistema Estadual de Agricultura - SEAGRI) que trabalham de forma sistêmica e em sincronia na pesquisa, na prestação de orientação técnica especializada, no planejamento, na organização, no controle e na execução das atividades.

Compõe a SEAB os seguintes departamentos: a) Departamento de Desenvolvimento Rural Sustentável (DEAGRO); b) Departamento de Abastecimento, Segurança Alimentar e Nutricional (DESAN); c) Departamento de Economia Rural (DERAL); d) Departamento de Florestas Plantadas (DEFLOP).

Vinculam-se à SEAB: a) Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) - tem como compromisso executar as políticas públicas junto a população do meio rural, orientar os agricultores em sistemas de produção, bem como articular e coordenar o Plano Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER); b) Instituto Agrônomo do Paraná (IAPAR) - tem como compromisso a pesquisa que dá embasamento tecnológico às políticas públicas de desenvolvimento rural do Estado; c) Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (ADAPAR) - tem como compromisso manter e promover a saúde animal, a sanidade vegetal, a inocuidade e conformidade dos alimentos, comércio e uso de insumos agropecuários; d) Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná (CODAPAR) - tem como compromisso prover soluções de engenharia rural, infraestrutura logística e segurança alimentar com qualidade e proteção ao meio ambiente; e) Centrais de Abastecimento do Paraná S.A. (CEASA) - tem como compromisso proporcionar à população o acesso a alimentos seguros em quantidade e de alta qualidade; f) Centro Paranaense de Referência em Agroecologia (CPRA): tem como compromisso promover e apoiar ações de capacitação, pesquisa, ensino e articulação entre pessoas e organizações, voltadas à produção agropecuária e ao consumo sustentáveis, baseados em preceitos agroecológicos. Conforme segue organograma:



4.1 PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

As ações e iniciativas da SEAB, bem como sua missão, desafios e transformações desejadas, encontram-se em consonância com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU), em todos os seus princípios e estão pautadas nas seguintes diretrizes estratégicas: Competitividade e Renda; Inclusão Socioproductiva da Agricultura Familiar; Produção Sustentável; Segurança Alimentar e Nutricional e a Melhoria da Qualidade de Vida no Meio Rural

4.1.1 Competitividade e Renda

Trata-se da expansão e consolidação do parque agroindustrial buscando o fortalecimento do cooperativismo, bem como a ampliação, classificação e adequação sanitária das agroindústrias familiares, sobretudo com inclusão de mulheres e jovens agricultores, estabelecendo instrumentos essenciais, principalmente mediante programas que contemplem a modernização, geração, inovação e difusão de processos tecnológicos, assistência técnica, extensão rural, soluções de engenharia e de logística em infraestrutura eficientes, sempre em parceria com os municípios, buscando integrá-los aos Planos Diretores Municipais, com aval dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural, bem como a integração dos demais segmentos organizados da sociedade civil, além do governo federal e com apoio da Assembleia Legislativa do Estado, bem como parcerias com a iniciativa privada. Dentre as principais atividades realizadas destacaram-se:

- ▶ Aquisição de Aeronave Remotamente Pilotada (ARP) - aquisição de *drone* para a realização de levantamentos fitossanitários e fiscalizações de rotina em propriedades rurais com problemas de conservação dos solos, ampliando a capacidade de vigilância e proporcionando mais agilidade nas ações de prevenção e controle de pragas.

- ▶ Implantação do Termo de Fiscalização Eletrônico (E-TF) - Sistema que permite a utilização de *tablets* no campo, conferindo agilidade e transparência na disponibilização das informações coletadas. Aproximadamente 24 mil termos foram enviados por meio de *tablets*.
- ▶ Implantação da Guia de Trânsito Animal Eletrônica (e-GTA), permite solicitar e imprimir a guia de transporte pela *internet*, sem ter de comparecer a uma unidade da Defesa Agropecuária toda vez que realizar o transporte de animais.
- ▶ Reforma dos Postos de Fiscalização do Trânsito Agropecuário (PFTAs) de Ribeirão Claro e Santa Mariana e construção do PFTA de Campina Grande do Sul com previsão de conclusão para início de 2020, resultantes de parceria firmada entre a ADAPAR e o Fundo de Desenvolvimento Agropecuário do Estado do Paraná - FUNDEPEC.
- ▶ Programa Apoio à Estruturação de Cadeias Produtivas do leite, arroz e cana-de-açúcar - Fortalecimento e Dinamização Econômica Rural, adquiriu e instalou máquinas, equipamentos, tratores e veículos investindo recursos na ordem de R\$ 3,6 milhões.
- ▶ Programa Estradas da Integração - adequou 296,49 km de estradas rurais, contando com 16 Patrulhas Rurais em atuação, beneficiando cerca de 60 municípios.
- ▶ Projeto IBITIBA - parceria entre o IAPAR e a ITAIPIU BINACIONAL, com o objetivo de impulsionar o desenvolvimento agropecuário da região Oeste Paranaense, firmou parceria multi-institucional com a empresa Frimesa, EMBRAPA e Universidades da região para acelerar os estudos no solo que garantirão o descarte controlado e seguro de resíduos. Executa uma programação de oito planos de ação que tem trazido contribuições aos principais desafios da produção agropecuária do Oeste paranaense, tais como: coleta de dados, monitoramento de ocorrências, uso de rotação de culturas, do uso de dejetos animais como fertilizante, desenvolvimento e aplicação de indicadores, validação do Índice de Qualidade Participativo - IQP2, transferência de tecnologias em fruticultura, entre outros.
- ▶ O curso de Pós-Graduação do IAPAR para as áreas de concentração genética, melhoramento e biotecnologia vegetal, manejo conservacionista dos recursos naturais e proteção vegetal ofertou 19 vagas, com previsão de término em 2020. Os alunos atuam em atividades de pesquisa e extensão contribuindo em projetos de pesquisa ativos do IAPAR, contribuindo em diversas atividades a campo e laboratório como mão de obra qualificada.
- ▶ Por meio das Unidades Armazenadoras de Grãos e Unidades Frigoríficas, a CODAPAR armazenou mais de 81 mil toneladas entre produtos agrícolas, industrializados, frutas e resfriados, garantindo eficiência e competitividade no mercado externo, preservando a qualidade e as propriedades dos grãos.
- ▶ Realizada auditoria do processo de classificação de mais de 20 milhões de toneladas de produtos para exportação no Porto de Paranaguá, bem como classificação e certificação de 5,4 milhões de

toneladas de produtos destinados à alimentação humana, em atendimento a Lei Estadual nº 9.972/00.

4.1.2 Inclusão Socioprodutiva da Agricultura Familiar

Trata-se do apoio e estímulo ao cultivo de produtos de alto potencial de valor agregado e à estruturação de atividades agrícolas e não agrícolas, assistência técnica, extensão rural e previsões e avaliações da produção agropecuária. Além disto, promover a inclusão socioprodutiva de agricultores familiares que se encontram distantes do aparato do Estado, por meio de capacitação, pesquisa, ensino agroecológico em seus mecanismos ou instrumentos de apoio a esse público específico. Dentre as principais atividades realizadas destacaram-se:

- ▶ Programa Trator Solidário, Implementos e Equipamentos Solidários (PTS/PR) - beneficiou cerca de 890 agricultores familiares, financiando o valor aproximado de R\$ 91,9 milhões.
- ▶ Programa de Subvenção ao Prêmio Seguro Rural (PSR-PR) - beneficiou cerca de 1.730 produtores aplicando recursos de R\$ 3,7 milhões.
- ▶ Programa Cestas Solidárias - atendeu 820 famílias de consumidores que recebem, semanalmente hortaliças orgânicas direto do produtor.
- ▶ Programa Paraná Mais Orgânico propiciou a certificação de 55 novas propriedades.
- ▶ Projeto Produção em Base Agroecológica na RMC - identificou gargalos, demandas de pesquisa e prestou apoio a 34 propriedades de referência.
- ▶ Programa Fomento Mulher - em parceria com o INCRA e o MDS, elaborou 532 projetos, aplicando recursos na ordem de R\$ 2,6 milhões para implantação de atividades geradoras de renda para as famílias.
- ▶ Programa Juventude Rural, com foco no empreendedorismo, alcançou 4.429 jovens, nas atividades produtivas e de gestão das propriedades e nas organizações rurais.
- ▶ Programa Mulheres Rurais, que visa o empreendedorismo e envolvimento das mulheres nas atividades produtivas e na gestão das propriedades e das organizações rurais, atendeu cerca de 9.344 mulheres.
- ▶ Programa ATER Indígena - desenvolveu ações direcionadas a 14 Terras Indígenas, alcançou cerca de 800 indígenas.
- ▶ Projeto Caminhadas da Natureza - realizou mais de 100 Caminhadas Internacionais da Natureza, conjuntamente com os municípios.
- ▶ Programa Renda Agricultor Familiar - Família Paranaense - em parceria com a Secretaria da Justiça, Família e Trabalho (SEJUF), atuou na orientação e elaboração de projetos para inclusão sócio produtiva; beneficiou diretamente 1,8 mil famílias rurais.
- ▶ Formulação e divulgação de 11 publicações técnico-científicas, 80 boletins técnicos, 10 prognósticos em revistas digitais além de folders e livros.

- ▶ Apoio a 120 eventos técnico-científicos e institucionais de abrangência municipal e regional, alcançando um público aproximado de 35 mil pessoas.
- ▶ Programa Pro-Rural com o objetivo de aumentar a competitividade dos agricultores familiares dos 8 territórios que envolvem a Região Central do Paraná e o Vale do Ribeira, promoveu a agro industrialização por meio de capacitação técnica de 2 mil pessoas, assessoramento de 50 cooperativas, atendimento a 12 mil agricultores e com investimentos no montante de R\$ 2,0 milhões de reais.

4.1.3 Produção Sustentável

Fomento de modelos de produção e comercialização menos poluentes com vistas à redução de desgastes dos recursos naturais. Realizando pesquisas e estimulando a produção agroecológica e orgânica, o aproveitamento de potenciais energéticos, bem como impulsionando a adoção de boas práticas no manejo integrado e uso de solos e água, na prevenção, no controle racional de pragas e doenças, na redução do uso de agrotóxicos e na coordenação da política de florestas plantadas, como forma de manter a capacidade produtiva. Dentre as principais atividades realizadas destacaram-se:

- ▶ Projeto Cultivos, Sistemas Agroflorestais e Erva Mate - com o objetivo de manter e incrementar o plantio de espécies de árvores em pequenas áreas e de sistemas agroflorestais com finalidade econômica sustentável, atendeu 3.169 agricultores.
- ▶ Projeto Pecuária de Corte - prestou assessoria na produção de carnes com qualidade e alta produtividade por área, visando a segurança alimentar com agregação de renda, para 4.256 beneficiários e 06 Cooperativas de Carnes Nobres.
- ▶ Projeto Promoção da Cidadania - prestou assistência para inclusão social e produtiva a 64.903 beneficiários.
- ▶ Programa de Pesquisa de Criação massal do inimigo natural *Tamarixia radiata* do inseto vetor da doença HLB dos citros - resultou na liberação de mais de 1,6 milhões de parasitoides em pomares, contribuindo para o manejo integrado e redução do uso de agrotóxicos na citricultura e do custo de produção.
- ▶ Projetos: Leite, Olericultura, Grão Sustentável e Fruticultura que atuam na racionalização no uso de insumos, plantio direto, manejo e conservação de solos, manejo integrado de pragas, doenças e invasoras, monitoramento de doenças e comercialização dos produtos beneficiaram mais de 86 mil agricultores.
- ▶ Programa de Iniciação Científica do IAPAR e o Programa de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (ProICI), propiciaram 84 cotas de bolsas.
- ▶ Programa de Gestão de Solo e Água em Microbacias - teve aplicação R\$ 2,1 milhões, utilizados em práticas corretivas e preventivas de conservação de solo e águas, capacitações, na modernização do planejamento das propriedades, na gestão ambiental, no manejo integrado de pragas e

doenças (MIP/MID) e na correta utilização dos seus recursos naturais, beneficiando 19 mil produtores, abrangendo mais de 44.000 ha de áreas em 258 microbacias.

- ▶ Programa Integrado de Conservação de Solo e Água do Paraná (PROSOLO) - programa sistêmico que atua em parceria com os programas: Microbacias, Pro-Rural, Pronasolos, Moringa Cheia e Plante Seu Futuro; foi conceituado pela Rede Paranaense de Agropesquisa e Formação Aplicada, a maior rede de pesquisa em manejo e conservação de solo do País, o programa envolve 19 instituições, 147 pesquisadores, 55 bolsas de pesquisa, atuando em 35 projetos e aplicação de recursos na ordem de R\$ 12,0 milhões
- ▶ Conclusão de estrada de 6 km em área da SANEPAR, que contorna área designada para recuperação ambiental nas margens do Rio Timbu, no município de Quatro Barras.

4.1.4 Segurança Alimentar e Nutricional e a Melhoria da Qualidade de Vida no Meio Rural

É fundamental garantir o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), a segurança, a regularidade e a qualidade dos insumos agropecuários para que se proporcione à população o acesso a alimentos seguros em quantidade e de alta qualidade, bem como ampliar o acesso à moradia, saúde, saneamento e educação, às famílias que se encontram em vulnerabilidade social. Dentre as principais atividades realizadas destacaram-se:

- ▶ Programa Leite das Crianças distribuiu aproximadamente 40 milhões de litros de leite enriquecido, com o atendimento mensal de 110 mil crianças, envolvendo 5 mil produtores rurais como fornecedores, totalizando um investimento de R\$ 97,9 milhões.
- ▶ Convênio com o Ministério da Cidadania para modernizar a logística de recepção, conferência e distribuição dos produtos da agricultura familiar, nas centrais públicas de 105 municípios, entregou *kits* completos (veículo utilitário e equipamentos) para 19 municípios e foram adquiridos novos *kits* para 61 municípios.
- ▶ Comercialização de hortifrutigranjeiros - feita pelo CEASA, resultou em R\$ 1,2 milhão de toneladas, gerando receita superior a R\$ 2,9 bilhões.
- ▶ Aporte recursos na ordem R\$ 5,0 milhões para modernização e recuperação da capacidade operacional das Centrais de Distribuição do Paraná.
- ▶ Distribuição de 20 mil toneladas de merenda escolar aos 399 municípios.

4.2 DESTAQUES

- ▶ Assinada, juntamente com a Ministra Tereza Cristina do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), a autorização para a suspensão da vacinação dos rebanhos de bovinos e bubalinos contra a febre aftosa a partir de 31 de outubro, atendendo o compromisso do Estado de

conquistar o status de área livre da aftosa. O fim da vacinação deu início à Campanha de Atualização do Rebanho de 9,2 milhões de cabeças, com vigilância sanitária redobrada.

- ▶ Lançamento do Programa Coopera Paraná em outubro, onde 236 projetos encontram-se em análise documental, com previsão de atender e fortalecer pequenas associações e cooperativas da agricultura familiar, oportunizando ações integradas entre setor público e privado para promoção da comercialização por meio de apoio financeiro para investimentos socioprodutivos que melhorem sua eficiência, promovendo maiores condições para a sustentabilidade das organizações.
- ▶ Tarifa Rural Noturna - garante subvenção na tarifa de luz de até 60% no período noturno. Resultou na Lei 1.9812/19, beneficiando cerca de 12 mil produtores rurais, principalmente nas cadeias produtivas de aves, suínos, peixes e de leite, que dependem significativamente de energia barata para serem mais competitivas no mercado.
- ▶ Manejo Integrado de Pragas e Doenças - executado em 235 Unidades Demonstrativas reduziu de 2,1 aplicações, que é a média do Estado, para 1,4 na aplicação de fungicidas, gerando uma economia de aproximadamente 52,0% no custo no controle de doenças por hectare.
- ▶ Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional - realizada em agosto, com o lema Comida no Campo e na Cidade: O que temos e o que queremos; reconheceu avanços, desafios e propostas que irão subsidiar o III Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional 2020-2024, tendo mobilizado cerca de 20 mil pessoas.
- ▶ Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná - realização de Audiência Pública na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná (ALEP), com aproximadamente 250 participantes, para discussão sobre o Projeto de Lei nº 594/2019, que prevê a fusão do EMATER, IAPAR, CODAPAR e CPRA, criando o Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná.
- ▶ Lançamento do aplicativo IAPAR CLIMA, que aponta em tempo real as condições agrometeorológicas das regiões produtoras; previsão do tempo; chuva acumulada; situação da água no solo; temperatura e mapas climáticos. O aplicativo também faz a compilação de dados obtidos por 22 estações meteorológicas do IAPAR e outras 38 do Sistema Meteorológico do Paraná (SIMEPAR).
- ▶ Realização da primeira exportação de sementes do Brasil para o continente Europeu, com 24 toneladas de semente convencional de aveia preta para a França, feito inédito na história Brasileira.
- ▶ Implantação do Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar, Artesanal e de Pequeno Porte - SUASA/SUSAF/PR que possibilitará aos estabelecimentos da agricultura familiar comercializarem seus produtos em todo o território estadual.
- ▶ Foram firmados aproximadamente 60 contratos de inovação e transferência de tecnologia. Estes contratos são pertinentes à Lei de Inovação Tecnológica Paranaense, nº 17.314/12 e são

subdivididos em contratos de prestação de serviços tecnológicos, acordo de parceria de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação - D&I, compartilhamento de laboratórios, equipamentos, instrumentos, materiais e demais instalações, prioritariamente com micro, pequenas e médias empresas, em atividades voltadas à inovação, termo de transferência de material biológico e contrato de ajuste de propriedade intelectual.

- ▶ Ação no Calçadão da Rua XV de Novembro no Dia Mundial da Alimentação com o propósito de conscientizar a população do direito constitucional à alimentação adequada, bem como a abrangência do conceito de segurança alimentar e nutricional, em consonância com o estabelecido pela Organização Mundial da Saúde (OMS) de reduzir em 50% o desperdício de alimentos até 2030. Houve também outra ação no Colégio Estadual São Sebastião, com orientação e distribuição de alimentos saudáveis para os alunos.
- ▶ A ADAPAR foi classificada pelo Programa de Avaliação e Aperfeiçoamento da Qualidade dos Serviços Veterinários Oficiais - QUALI-SV, estabelecida pelo MAPA, como a melhor agência de defesa agropecuária do Brasil, com ótimas avaliações nas atividades relacionadas ao controle de divisas e fronteiras.
- ▶ Recebimento do Brasão *Women Company Partner (WCP)*, pela ADAPAR, como organização que valoriza o empreendedorismo feminino e está alinhada com o objetivo número 05 da Agenda 2030 da ONU, que busca a igualdade de gênero.
- ▶ O Programa Renda Agricultor Familiar - Família Paranaense foi o grande vencedor do Prêmio SESI ODS 2019, na categoria Poder Público, premiação recebida pela Secretaria da Justiça, Família e Trabalho, considerando o trabalho realizado em conjunto com EMATER e a SEAB.
- ▶ Mobilização de produtores de leite e proprietários de laticínios para a necessidade de manter o cumprimento das Instruções Normativas 76 e 77 do MAPA, que trata das obrigações para a melhoria da qualidade do leite (leite entregue na indústria: principalmente temperatura de 4º C, para evitar a proliferação de bactérias e índices mínimos de 3% de gordura, 2,9% de proteína e 4,3% de lactose). Aproximadamente 100 mil propriedades que integram cadeia do leite foram envolvidas e terão que ser adaptadas para atender a essas instruções.
- ▶ Premiação do 17º Concurso Café Qualidade Paraná e pontuação das propriedades, com base no Currículo de Sustentabilidade da Plataforma Global do Café (GCP), para a valorização dos cafeicultores que produzem qualidade.
- ▶ Iniciada a operacionalização da Unidade Armazenadora de Assaí no modelo de parceria técnica/operacional/comercial com empresa do setor privado. Para Unidade de Ponta Grossa, foi assinado contrato e efetuado o encaminhamento e entrega para a empresa vencedora. Está previsto o lançamento do edital, em novembro, para operacionalização da Unidade Armazenadora de Maringá.

4.3 PERSPECTIVAS

- ▶ Implementação do Programa Paraná Trifásico - em parceria com a COPEL, para modernização energética na área rural, contará com investimentos na ordem de R\$ 2,1 bilhões e 25 mil quilômetros de redes trifásicas de energia no campo até 2025, gerando aumento de produtividade a todo o setor, desde o pequeno agricultor até as grandes cooperativas.
- ▶ Implementação do Programa de Vitivinicultura - um plano estratégico para fortalecimento e ampliação da cadeia do vinho no Paraná, buscando soluções, incluindo as áreas de pesquisa, assistência técnica e incentivos para ampliação da área de plantio.
- ▶ Lançamento do Programa de Irrigação, que tem apoio da cooperativa Cocamar e parcerias com o BRDE, a Fomento Paraná e a COPEL, tendo como objetivo aumentar a produtividade agrícola e potencializar a produção principalmente nos polos de Maringá, Paranaíba, Umuarama e Cianorte. Prevê, entre as principais ações, medidas para reduzir custos dos equipamentos, linhas de crédito de investimento mais facilitadas, agilidade para a concessão de licença e outorga para o uso da água dos rios, facilitação para a implementação de redes de energia trifásicas, dentre outros.
- ▶ Por meio da parceria entre a CODAPAR e o Moinho Iguazu S/A, foi construído o mais moderno armazém/terminal exportador de Paranaguá com capacidade para 50 mil toneladas, que ficará sob concessão por um período de 25 anos. Está previsto para março de 2020 o término da obra de ampliação do cais 201 no extremo oeste do Porto que permitirá a atracação de navios de grande porte no local, triplicando a capacidade de exportação. Implantação de correia transportadora, com capacidade de expedição de 2,5 mil toneladas/hora, e extensão de mais de um quilômetro diretamente do armazém ao novo cais.
- ▶ Fortalecimento do Programa Paraná Orgânico - em atendimento a Lei nº 16.751/10, que institui a alimentação escolar orgânica em todo o sistema estadual de ensino do Paraná até 2030, visando a conversão dos sistemas de produção convencional em orgânica, por meio de pesquisa e inovação, assistência técnica, facilitação ao acesso qualificado ao crédito rural, apoio à logística e comercialização, capacitação técnica, apoio à certificação e fomento aos agricultores familiares e suas organizações.
- ▶ Fortalecimento do Programa Paraná Agroindústria Familiar - objetivando beneficiar, transformar e industrializar a produção, organizar canais de comercialização e melhorar a renda e a qualidade de vida das famílias rurais, considerando suas potencialidades/características culturais e diversidade étnica. Serão implementadas ações relativas à capacitação de técnicos (multiplicadores) e agricultores; apoio a equipamentos de comercialização; reforço nas questões de sanidade; facilidade de crédito e equalização de juros; dentre várias outras.
- ▶ Lançamento do Programa Produção de Bezerros em Áreas Declivosas - com o objetivo de suprir a quantidade de bezerros necessária à produção de carne com qualidade, principalmente do novilho precoce, tendo em vista a implementação do status livre de aftosa que não permitirá a aquisição

de bezerras de outros estados. O sistema de produção em áreas declivosas constitui uma tecnologia de melhor aproveitamento do manejo e uso do solo agrícola, aumentando a produtividade do rebanho, sem a necessidade do aumento da área.

- ▶ Implementação do Programa Paraná Energias Renováveis - com o intuito de apoiar e estimular ações de aproveitamento, tratamento e destinação de resíduos orgânicos produzidos ao longo das cadeias produtivas, destinados à geração de biogás e biometano (agroenergéticos), bem como apoio a outras fontes de energias renováveis como eólica e solar, fortalecendo a diversidade da matriz energética do Estado.
- ▶ Implemento ao Programa Perdas e Desperdício de Alimentos (PDA) - para reduzir as perdas e desperdícios nos diferentes elos da cadeia produtiva e de abastecimento contando com investimento de R\$ 1,0 milhão para estimular o consumo e a produção responsáveis, bem como a redução de 50,0% do desperdício de alimentos, em sintonia com a meta ODS 12 da Organização das Nações Unidas.
- ▶ Implantação do Programa Compra Direta Paraná - que irá adquirir gêneros da agricultura familiar e beneficiar entidades filantrópicas e promover a padronização da operacionalização dos bancos de alimentos com ampliação da população atendida.
- ▶ Encontram-se em andamento 138 contratos de licenciamento para produção de sementes das cultivares desenvolvidas pelo IAPAR, alcançando 95 parceiros nacionais, distribuídos pelos Estados de GO, MG, MS, MT, PR, RS, SC, SP e o Distrito Federal.
- ▶ Ampliação dos Programas: a) Restaurante Populares - implantação nos municípios de Pato Branco, Maringá e Londrina; b) Programa Cozinhas/Panificadoras Comunitárias - implantação nos municípios de Figueira, Laranjeiras do Sul, Santana do Itararé, Santo Antônio do Paraíso; c) Programa Hortas Comunitárias Urbanas - implantação no município Laranjeiras do Sul.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE

5 SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE (SEED)

A Secretaria de Estado da Educação e do Esporte (SEED) tem o papel de administrar a política educacional do Estado e, a partir de 2019, tornou-se também responsável pelas políticas e diretrizes do Estado para o esporte, lazer e qualidade de vida.

Com mais de 99 mil servidores, a SEED atende diariamente 1 milhão de estudantes em 2.143 escolas estaduais, distribuídas nos 399 municípios. Além disso, o Sistema Estadual de Ensino do Paraná conta com cerca de 5.200 escolas municipais e 2.200 escolas privadas, sendo 400 instituições parceiras que ofertam a educação especial.

À SEED também estão vinculadas duas autarquias, o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional (FUNDEPAR) e o Instituto Paranaense de Ciência do Esporte (IPCE), 32 Núcleos Regionais de Educação (NRE) e um órgão de regime especial, o Colégio Estadual do Paraná.

O FUNDEPAR tem sob sua responsabilidade a gestão pública das obras, alimentação escolar, fundo rotativo, transporte escolar e fornecimento de mobiliário e equipamentos, com o objetivo de proporcionar condições adequadas aos estudantes, para um aprendizado com dignidade e bem-estar.

Ao IPCE compete o desenvolvimento de projetos e ações para implementação e execução da Política de Esportes, a qual define diretrizes para o desenvolvimento do Esporte no Estado do Paraná.

Considerando o declínio nos índices educacionais da rede estadual do Paraná nos últimos anos, que ocupa a 7ª posição tanto nos anos finais do Ensino Fundamental quanto no Ensino Médio, a SEED traçou objetivos estratégicos e desenhou políticas que norteiam o trabalho de toda a equipe para a gestão de 2019-2022, sendo eles: i) ter o primeiro IDEB do Brasil no Ensino Médio e Anos Finais em 2021; ii) tornar a escola mais atrativa, inclusiva e com altas expectativas; iii) valorizar e reconhecer os profissionais da educação; iv) fortalecer a colaboração com os municípios; v) ampliar a oferta e a taxa de conclusão de cursos técnicos e profissionalizantes; vi) tornar a gestão, a infraestrutura e a logística mais eficientes; e vii) oportunizar o acesso ao esporte e incentivar o desenvolvimento de atletas.

5.1 PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

As políticas e ações realizadas pela SEED foram divididas em cinco macro temas: Gestão Pedagógica, Tecnologia e Inovação, Gestão de Pessoas e Valorização dos Profissionais da Educação, Infraestrutura Escolar e Gestão do Esporte.

5.1.1 Gestão Pedagógica

- ▶ Sistema de Avaliação da Educação do Paraná (SAEP) - com o objetivo de diagnosticar a aprendizagem e avaliar o desempenho dos estudantes, o SAEP apresenta ferramentas para o professor, equipe gestora da escola, secretários municipais de educação e suas equipes elaborarem, a partir de evidências, ações de melhoria da aprendizagem.

O Sistema foi ampliado e diversificado para um conjunto de quatro avaliações, sendo três diagnósticas (Prova Paraná) e uma de desempenho (Prova Paraná Mais).

Principais entregas: a) 1ª edição da Prova Paraná - realizada em março, em 397 municípios, contemplou 480.593 estudantes da rede estadual e 98.926 da rede municipal; b) 2ª edição da Prova Paraná - realizada em junho, em 398 municípios, foi aplicada a 763.267 estudantes da rede estadual e 108.094 da rede municipal; c) 3ª edição da Prova Paraná - realizada em setembro, em 398 municípios, contemplou 789.272 estudantes da rede estadual e 109.978 da rede municipal.

- ▶ Educa Juntos - com o objetivo de fortalecer o regime de colaboração entre a SEED e os municípios, por meio de iniciativas que contribuam para a melhoria da qualidade da educação no Paraná, o Programa Educa Juntos possui como eixos estruturantes: a oferta de formação continuada, produção de material de apoio didático e disponibilização de avaliações diagnósticas e externas, que beneficiam 653.485 estudantes dos anos iniciais do Ensino Fundamental e 382.075 estudantes da Educação Infantil.

Principais entregas: a) aplicação da Prova Paraná contemplou estudantes de 398 municípios, com prova de fluência em leitura para crianças em fase de alfabetização e formação sobre leitura dos resultados para todas as Secretarias Municipais de Educação, sendo que em uma a aplicação foi em caráter piloto; b) formação continuada - ofertada em 396 municípios, para Educação Infantil e Ensino Fundamental, totalizando 57.161 vagas; c) liberação do Registro de Classe *On-line* para os municípios, com instalação prevista para o início de 2020.

- ▶ Tutoria Pedagógica - é uma metodologia de formação continuada em serviço, voltada ao desenvolvimento dos profissionais que estão à frente da gestão escolar, com foco na organização das ações pedagógicas. O objetivo é apoiar e planejar ações junto à equipe pedagógica das escolas e construir encaminhamentos que melhorem a aprendizagem dos estudantes, reduzam o abandono e a reprovação.

Principais entregas: 84,0% das escolas da rede possui tutoria pedagógica, sendo que 272 técnicos pedagógicos dos NREs desenvolveram ações nas escolas, totalizando 19.000 atendimentos e mais de 80.000 horas de formação de pedagogos e diretores.

- ▶ Presente na Escola - o programa consiste em um conjunto de estratégias de acompanhamento de frequência e combate ao abandono. A frequência dos estudantes é acompanhada por meio de relatórios enviados diariamente à gestão escolar, a partir dos quais é possível identificar quais

turmas e estudantes apresentam baixa frequência e agir para evitar o abandono escolar e garantir a permanência escolar. Esse acompanhamento subsidia também as ações da SEED, que define encaminhamentos junto aos NREs, além de identificar e socializar boas práticas implementadas nas escolas.

Principais entregas: mais de 200 mil relatórios de acompanhamento de frequência gerados, atendendo 1.850 escolas com o total de 874.301 estudantes.

- ▶ Políticas de Reforço Escolar - com o objetivo de atender estudantes com necessidades de reforço em conteúdos relacionados à leitura, escrita, interpretação e resolução de problemas, para que consigam acompanhar as aulas regulares com êxito, foram lançados: a) o Programa Mais Aprendizagem - que disponibiliza professores no contraturno em até 8h semanais; b) o Programa Reforço *On-line* - para estudantes do Ensino Médio, dispõe de uma plataforma de conteúdos com vídeo aulas, atividades e textos complementares; e c) aulas presenciais de preparação pré-vestibular com base nesses conteúdos. Além das ações descritas, o 'Se Liga! É tempo de aprender mais' teve como objetivo desenvolver ações pedagógicas propositivas, pontuais e diversificadas, com foco em propiciar aos estudantes o desenvolvimento das aprendizagens essenciais e necessárias para que, no próximo ano letivo, eles consigam seguir a trajetória escolar com qualidade.

Principais entregas: 765 escolas no âmbito do Programa Mais Aprendizagem, com atendimento de aproximadamente 15.300 estudantes. Com a plataforma de Reforço *On-line*, cerca de 90 mil estudantes foram contemplados, além da capacitação para 6.508 professores e a participação total de 6.000 estudantes nos aulas de preparação pré-vestibular em cinco municípios. Com a iniciativa Se Liga!, 12.576 profissionais da educação foram formados, com o objetivo de apoiar ao professor e equipe gestora principalmente no planejamento e efetivação das ações de intensificação de estudos.

- ▶ Política de Formação Continuada - o Conexão Professor é o principal programa de formação continuada da Secretaria e possui duas frentes: a) Conexão Professor em Ação - é uma formação híbrida, presencial e à distância (EaD), com o objetivo de implementar o Referencial Curricular do Paraná por meio da elaboração de planos alinhados ao novo documento curricular do Estado; e b) Conexão Professor *Lives* - formação baseada na socialização de boas práticas escolares, por meio de canal no *YouTube*.

Principais entregas: para a rede pública estadual, foram ofertadas 1.048 turmas, totalizando 36.094 vagas nas formações presenciais; 150 vídeos, com 191 mil visualizações; 3.778 inscrições de profissionais da educação no canal de *YouTube* e 30.752 profissionais capacitados para desenvolverem ações que positivam a presença de estudantes negros (as), indígenas e quilombolas, bem como sua história, cultura e religiosidade. Além disso, o Centro Estadual de

Capacitação em Artes Guido Viaro realizou 98 cursos nas áreas de Artes Visuais, Dança, Música, Teatro, Literatura e Fotografia.

- ▶ Políticas de Educação Especial - como políticas públicas para estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação e transtornos funcionais específicos, destaca-se o desenvolvimento das seguintes ações: formação de professores, com o objetivo de discutir e compartilhar encaminhamentos metodológicos a serem aplicados em sala de aula e em outros contextos pedagógicos; apoio técnico e financeiro para 400 instituições parceiras de atendimentos educacionais especializados, que atendem 38.933 estudantes; e oferta e monitoramento da qualidade do atendimento educacional especializado para 42.297 estudantes da rede estadual, sendo que desses, 34.877 possuem atendimento no contraturno em Salas de Recursos Multifuncionais.

Principais entregas: formação para 7.400 professores da rede estadual. Para a inclusão de estudantes cegos e de baixa visão na Prova Paraná, a SEED elaborou e disponibilizou 34 provas adaptadas em Braille e 867 provas ampliadas ou em formato leitor de telas. Renovação dos termos de colaboração com as instituições parceiras, no valor de aproximadamente R\$ 782,0 milhões para o período de 18 meses.

5.1.2 Tecnologia e Inovação

- ▶ Ciência e Tecnologia - o Parque da Ciência Newton Freire Maia é o centro de divulgação científica e tecnológica da SEED, que conta com uma equipe multidisciplinar de professores da rede estadual. Possui 18 mil m² de área expositiva interna e externa, sendo 800 m² ampliados em 2019, que propiciam experiências interativas e interdisciplinares.

Principais entregas: desenvolvimento de ações e atividades de divulgação de Ciência e Tecnologia para aproximadamente 30 mil estudantes. Foram sete edições do evento de observação do céu com telescópios, Noites no Parque, com público de cerca de 4 mil pessoas, um curso de introdução à astronomia e curso de práticas de divulgação científica em Ciências e Geografia para 200 professores da rede estadual. Houve ampliação de acervo bibliográfico que tratam da Ótica, Corpo Humano, Astronomia, Planejamento Urbano, Microscopia e Física e Geociências.

- ▶ Matrícula *On-line* - Sistema de Matrícula *On-line* foi implantado em outubro com o objetivo de agilizar o processo de matrícula, diminuindo a necessidade de comparecimento à instituição de ensino. A matrícula *on-line* permite aos responsáveis pelos estudantes matriculados na rede estadual, ou direcionados do 5º ano da rede municipal para o 6º da rede estadual, a possibilidade de confirmar a vaga na escola atual ou no estabelecimento indicado conforme a localização da residência, ou ainda escolher até três estabelecimentos de ensino de sua preferência.

Principais entregas: 53,0% das matrículas foram realizadas pela *internet* e 47,0% presencialmente nas escolas.

- ▶ Plataformas Educacionais - as plataformas educacionais são ferramentas digitais de educação que proporcionam acesso a conteúdos específicos e personalizados, incentivando a interatividade, a colaboração e a autonomia dos usuários.

Principais entregas: além da plataforma de Reforço *On-line*, foram realizados testes com mais duas plataformas: uma de programação, *data science, design* e UX, tecnologia computacional e gestão, e a plataforma de aprendizagem de matemática destinada a estudantes do 6º ano e professores.

- ▶ Programação e Robótica - o aprendizado das linguagens de programação e robótica são essenciais para o desenvolvimento dos jovens em uma sociedade informatizada e proporcionam diversos benefícios aos estudantes, tais como: auxílio no aprendizado da matemática, da física, da língua portuguesa e da língua inglesa, estímulo do espírito investigativo, trabalho em equipe, planejamento, cooperação, diálogo, pesquisa e tomada de decisões.

Principais entregas: construção e disponibilização de *kits* de programação para atividades de aprendizagem recreativa; programação e robótica; dinâmicas de metodologia científica e metodologia desplugada; construção de objetos para oficinas em feiras de inovação; oficinas de robótica, programação, impressão 3D, aprendizagem criativa, eletrônica e prototipagem.

5.1.3 Gestão de Pessoas e Valorização dos Profissionais da Educação

- ▶ Políticas de Desempenho e Desenvolvimento - a gestão de desempenho e desenvolvimento dos profissionais da educação foi direcionada para o acompanhamento, avaliação e formação de diretores e chefes de NREs, principais lideranças responsáveis pela execução da política de educação no Estado. Foi instituído um ciclo de avaliações trimestrais dos chefes, com base no atingimento de metas de frequência escolar, participação dos estudantes na Prova Paraná, qualidade da implementação dos programas da Secretaria, além de habilidades e competências. Foram, ainda, desenvolvidas formações para os diretores de escola e chefes de NRE, permeando temas como liderança, conhecimento técnico e gestão para resultados na educação.

Principais entregas: oito encontros formativos com as equipes gestoras de todas as escolas e oito encontros formativos com chefes de NRE.

- ▶ Promoções e progressões - Governo do Estado manteve em dia o pagamento de promoções e progressões aos servidores da Educação. 630 professores tiveram direito à promoção e 20.513 à progressão, totalizando R\$ 41,1 milhões; 1.112 agentes educacionais tiveram promoção e 13.178 à progressão, totalizando R\$ 31,9 milhões; dois servidores do Quadro Próprio do Poder Executivo (QPPE) tiveram direito à promoção e 98 à progressão, totalizando R\$ 112,0 mil. O valor total destinado ao pagamento de novas promoções e progressões aos servidores da Educação foi de mais de R\$ 73,0 milhões.

5.1.4 Infraestrutura Escolar

- ▶ Alimentação Escolar - o Programa Estadual de Alimentação Escolar (PEAE), cuja gestão é realizada pelo Departamento de Nutrição e Alimentação, vinculado ao Instituto FUNDEPAR, conta com recursos federais (PNAE/FNDE) e estaduais para fornecer alimentação saudável e adequada nos 200 dias letivos, bem como desenvolver ações de educação alimentar e nutricional a aproximadamente 950 mil estudantes, diariamente, nas escolas estaduais dos 399 municípios, totalizando R\$ 135,0 milhões em alimentos contratados.

Principais entregas: distribuição de 20,5 mil toneladas de alimentos não perecíveis, carnes, ovos e alimentos fornecidos pela agricultura familiar. Aproximadamente 50,0% dos alimentos consumidos pelos estudantes são oriundos da agricultura familiar. A ampliação dessas compras, além de permitir a oferta de alimentos frescos, saudáveis e produzidos localmente, contribuem com o desenvolvimento econômico e social dos municípios, especialmente na área rural, bem como têm permitido ofertar alimentos orgânicos e de base agroecológica, fornecidos em 45,0% dos municípios, 54,0% das escolas e 12,8% da quantidade em quilos contratada.

- ▶ Transporte Escolar - o Programa Estadual do Transporte Escolar (PETE) é uma política pública que assegura, por meio de repasse financeiro do FUNDEPAR aos municípios, o transporte de estudantes da Educação Básica da Rede Estadual, das suas moradias, ou proximidades, até a escola em que estão matriculados e, no sentido inverso, da escola ao ponto de origem da viagem. Os recursos federal e estadual são transferidos diretamente aos municípios, dispensando a realização de convênios ou termos de adesão.

Principais entregas: foi registrado o transporte de aproximadamente 210 mil alunos/dia, da rede pública estadual de ensino, dos 399 municípios, com investimento em torno de R\$ 130,0 milhões.

- ▶ Materiais e Suprimentos - o Departamento de Materiais e Suprimentos tem por objetivo mapear e, dentro de suas possibilidades, atender às necessidades de materiais para o funcionamento das escolas. É um dos grandes desafios para o poder público garantir uma estrutura física condizente com a qualidade de ensino que se pretende ofertar. Nesse sentido, o FUNDEPAR vem desenvolvendo várias ações para a execução de processos licitatórios e compra de materiais e utensílios necessários às escolas.

Principais entregas: distribuição de aproximadamente R\$ 100,0 milhões em mobiliário (conjuntos escolares aluno e professor); eletrodomésticos (freezers, fogões, bebedouros, entre outros); e equipamentos de informática (*netbooks*, impressoras, toners, projetores multimídia, entre outros).

- ▶ Engenharia e Projetos - uma das linhas de ação na qual o FUNDEPAR despense mais esforços é na realização de reformas, ampliações e construções de escolas estaduais. Também são viabilizados, por meio de convênios, em parcerias com os municípios, recursos para a reforma de escolas em dualidade administrativa, utilizando todos os mecanismos disponíveis para sua execução.

Principais entregas: investimento de mais de R\$ 50,0 milhões em 645 obras, das quais 218 foram concluídas. As 14 obras investigadas pela Operação Quadro Negro foram retomadas e estão sendo entregues à população paranaense, sete delas com investimento na ordem de R\$ 22,0 milhões. Inclusão nos projetos para novas unidades escolares, tais como: utilização de energia fotovoltaica; reuso de água pluvial; cozinhas padronizadas de acordo com a ANVISA; climatização e aplicação de materiais de acordo com a atualização das normas técnicas (NBR).

- ▶ Fundo Rotativo - programa estadual de recursos financeiros descentralizados, gerenciado pelo FUNDEPAR, com a finalidade de viabilizar e agilizar a execução de pequenos serviços e reparos, a aquisição de materiais de consumo e de materiais permanentes, estes por meio de cota extra, e possibilitar a implementação de projetos específicos, por meio de cotas especiais.

Principal entrega: os valores repassados pelo Fundo Rotativo totalizaram R\$ 116,5 milhões.

- ▶ Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) - as escolas estaduais recebem recursos financeiros do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), gerenciado pela SEED, que tem por finalidade prestar assistência financeira às escolas, em caráter suplementar, a fim de contribuir para a manutenção e melhoria da infraestrutura física e pedagógica, para conseqüente elevação do desempenho escolar.

Principal entrega: por meio do PDDE, foram repassados R\$ 22,0 milhões a 2.077 escolas estaduais.

- ▶ Sisbrigadas - promoção de adequações, de forma gradativa, nas edificações escolares, em atendimento às Normas de Segurança Contra Incêndio e Pânico do Corpo de Bombeiros.

Principal entrega: 1.081 escolas receberam certificado de conformidade.

- ▶ Dualidade Administrativa - viabiliza recursos aos municípios para a manutenção do espaço físico de edificações escolares de dominialidade municipal que estão em dualidade administrativa com a rede estadual de ensino.

Principal entrega: finalização de 101 convênios envolvendo cerca de R\$ 13,0 milhões por meio dessas parcerias.

- ▶ Programa Mãos Amigas - parceria estabelecida com o Departamento Penitenciário (DEPEN/SESP), possibilita que presos em regime semiaberto recebam capacitação voltada às suas habilidades, e assim possam realizar serviços de pintura, jardinagem, roçada, limpeza dos terrenos e pequenos reparos nas instalações de prédios públicos.

Principal entrega: atendimento de 155 estabelecimentos escolares, com mão de obra de 102 colaboradores em cumprimento de pena.

5.1.5 Gestão do Esporte

- ▶ Jogos Oficiais do Estado do Paraná - com o objetivo de manter um calendário alinhado aos anseios da comunidade esportiva, o IPCE otimizou a realização dos principais campeonatos do Estado: Jogos Escolares, Jogos Escolares da Juventude, Paralimpíadas Escolares, Jogos da Juventude do

Paraná, Jogos Universitários, Jogos Abertos e Jogos Abertos Paradesportivos. O Instituto assume as despesas de materiais esportivos, alimentação, arbitragem, hospedagem, transporte, pró-labore e premiação.

Principais entregas: alcance de 143 mil participações, entre atletas, técnicos e dirigentes esportivos. O investimento do Estado chegou a R\$ 27,4 milhões, contemplando os 399 municípios.

- ▶ Projetos Esportivos Municipais - tem como objetivo incentivar o desenvolvimento de projetos esportivos municipais, apoiados pelo IPCE, por meio do Programa Nota Paraná e do Programa Educação Mais Esporte, Transforma Paraná, assim como contribuir no desenvolvimento dos municípios paranaenses.

Principais entregas: o Programa Nota Paraná, até setembro, arrecadou mais de R\$ 2,3 milhões para o esporte, beneficiando mais de 70 entidades, com o desenvolvimento de 30 modalidades esportivas em 35 municípios sedes no Estado. O Programa Educação Mais Esporte, Transforma Paraná tornou público o primeiro edital para viabilização dos recursos oriundos da Lei Pelé e do Plano Paraná Mais Cidades (Decreto nº 2.674/2019), cujos interessados poderão ser contemplados com materiais esportivos e equipamentos regulares e/ou adaptados, para desenvolver novos projetos ou seguirem as diretrizes dos projetos desenvolvidos pelo Centro do Esporte (Primeiro Passe, Esporte Comunidade, Acessibilidade Esportiva, Clube Escolar e Eco Lutas).

- ▶ Esporte de Participação - com a finalidade de estimular a participação, o prazer e a ludicidade por meio de atividades esportivas adaptadas, recreativas, artísticas, socioculturais e de integração, além de valorizar a diversidade de culturas e raças no Estado, as ações socioesportivas são executadas entre jogos e programas de ações sazonais, como: Jogos dos Idosos, Jogos Abertos da Cantuquiriguaçu (JARCANS), Jogos Abertos do Vale do Ivaí (JAVS), Jogos da Reforma Agrária, Jogos da Primavera e Verão Maior.

Principais entregas: os Jogos mencionados ultrapassaram a marca dos 157 mil atendimentos, com investimento de mais de R\$ 2,5 milhões.

- ▶ Programa de Fomento e Incentivo ao Esporte (PROESPORTE) - instituído pela Lei nº 17.742/2013 (Lei de Incentivo ao Esporte), que permite a concessão de auxílio financeiro a projetos credenciados pelo IPCE, tornou-se público o segundo edital do programa, que destinará R\$ 8,0 milhões em renúncia fiscal para projetos nas áreas de Excelência Esportiva, Formação Esportiva, Esporte Para a Vida Toda e Readaptação.

5.2 DESTAQUES

- ▶ Obras - 645 obras em execução, das quais 218 foram concluídas.
- ▶ Investimento de cerca de R\$ 30,0 milhões em materiais e suprimentos.

- ▶ Implementação, pela primeira vez no Estado, da Prova Paraná, que contemplou mais de 900 mil estudantes das redes estadual e municipais, em todos os municípios.
- ▶ Implementação do Programa Escola Segura - em parceria com a Polícia Militar do Paraná (PMPR/SESP), que contratou e formou 152 policiais militares para desenvolverem ações protetivas e preventivas de segurança no ambiente escolar de 77 escolas, com atendimento a mais de 81 mil estudantes.
- ▶ Geração Olímpica - maior programa de incentivo a técnicos e atletas do País, que concedeu 1.252 bolsas em seis categorias, totalizando R\$ 4,75 milhões da Companhia Paranaense de Energia Elétrica (COPEL), sua patrocinadora exclusiva.
- ▶ Primeira edição dos Jogos de Aventura e Natureza, realizado em cinco etapas, em três regiões do Estado, com a adesão de 27 cidades. Foram 30 modalidades, alcançando 15.900 atletas em suas competições, atendendo 27 mil pessoas diretamente nas suas clínicas e um público indireto de mais de 91 mil pessoas.

5.3 PERSPECTIVAS

- ▶ Programa ganhando o mundo - Programa de intercâmbio internacional que visa oportunizar ao estudante do ensino médio a vivência em outros países, bem como o desenvolvimento de habilidades linguísticas. Com investimento de cerca de R\$ 15,0 milhões para 2020, será ofertado curso de língua inglesa para estudantes da rede pública estadual e o envio de 500 deles para os Estados Unidos, Canadá, Nova Zelândia e Austrália, sendo, pelo menos, um de cada município e priorizadas vagas para estudantes beneficiários do Programa Bolsa-Família.
- ▶ Reconhecimento facial - com o objetivo de identificar os estudantes em tempo real na entrada das escolas, a solução de reconhecimento facial otimiza o tempo da aula com o registro da frequência e melhora a segurança e acesso aos prédios escolares. Solução pioneira nas escolas públicas, se apresenta como um avanço tecnológico em relação à chamada nominal. O projeto prevê a realização de uma aplicação piloto em um estabelecimento de ensino para posterior ampliação para a rede estadual.
- ▶ Expansão do ensino médio em tempo integral - seguindo a tendência nacional, haverá expansão das escolas em tempo integral, com proposta pedagógica que fortalece o protagonismo juvenil e a formação integral do estudante. A partir de 2020, haverá a implementação em 18 escolas, acompanhada de formação para os gestores escolares, técnicos pedagógicos da SEED, NREs e para todos os professores que atuam no ensino integral.
- ▶ Nova proposta pedagógica da educação de jovens e adultos (EJA) - a atual organização da EJA na rede estadual apresenta taxa de conclusão em torno de 5,0% e atende menos de 4,0% da população que não concluiu a educação básica na idade certa. Para mudar este cenário, foi

realizada uma série de ações visando desenhar uma nova proposta pedagógica. Pretende-se implementar o ensino semipresencial na EJA; aumentar a oferta de EJA Fase I (alfabetização) em parceria com os municípios, e promover a articulação com a Educação Profissional, com o objetivo de aumentar a atratividade e permanência dos estudantes na escola.

- ▶ Sistema de Avaliação da Educação do Paraná (SAEP) - a Prova Paraná irá expandir sua abrangência, avaliando não apenas língua portuguesa e matemática, mas todas as disciplinas. A avaliação de fluência de leitura passará a ser ofertada também para estudantes do 6º ano do Ensino Fundamental e 1ª série do Ensino Médio.
- ▶ Ginásio do Tarumã e Centro de Desenvolvimento Esportivo do Paraná - com nova política de uso, o Ginásio Professor Almir Nelson de Almeida, conhecido como Ginásio do Tarumã, com capacidade para 4.550 pessoas, volta a ser o maior e mais tradicional espaço público da área de esporte de Curitiba. Será executado o Centro de Desenvolvimento Esportivo do Paraná, com objetivo de oportunizar o acesso ao esporte de crianças e adolescentes entre 6 e 17 anos, acadêmicos e professores de educação física, técnicos e profissionais ligados ao esporte em diversas modalidades, promovendo o fortalecimento do ensino do profissional à vivência do esporte.
- ▶ Captação e Gestão Colaborativa - Paraná Mais Lazer e Clube Escolar - Aprovação do projeto intersetorial Paraná Mais Lazer, para atendimento de 60 municípios de até 2 mil habitantes. Para a realização em 2020, a gestão será compartilhada entre o IPCE, SEJUF, Programa Família Paranaense e CEDCA, com investimento no valor de R\$ 792,0 mil. Foi aprovado também o valor de R\$ 1,5 milhão em linha de financiamento para APMFs, no CEDCA/FIA, para lançamento de edital de concorrência com o objetivo de desenvolver o Clube Escolar em 2020.
- ▶ Programa Mais Merenda - o Governo do Estado ampliará para três a quantidade de refeições ofertadas, assim, os estudantes passarão a ter alimentação nos horários de entrada, intervalo e saída das aulas, em municípios que possuem baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).
- ▶ Transporte Escolar - formalização de convênio com o DETRAN/PR, de forma a assegurar o cumprimento da legislação de trânsito pelos veículos da frota, bem como integrar os dados de veículos e condutores com o Sistema de Gestão do Transporte Escolar (SIGET). Também fazem parte das metas a renovação da frota, o aprimoramento do SIGET para otimização das rotas e, por consequência, otimização dos custos do transporte escolar e monitoramento da aplicação do recurso nos municípios.
- ▶ Minha Escola Sempre Nova - o Instituto FUNDEPAR criou o Programa Minha Escola Sempre Nova, com a previsão de aproximadamente R\$ 165,0 milhões para execução de obras, serviços de engenharia e construção de 19 novas unidades escolares; e substituição das salas de aula em madeira por alvenaria. Como parte do grande programa estão inseridas as seguintes ações: o Programa Saneamento Escolar, em fase de planejamento, irá executar serviços técnicos especializados de saneamento para realizar adequações físicas e ambientais, como ligações

irregulares de água e esgoto nas edificações escolares, e regularização, junto aos órgãos estaduais competentes, das unidades escolares em áreas rurais que se encontram desprovidas de água potável (poços artesianos); imediata estruturação de ações destinadas a reparos para atender imprevistos e intempéries, para que não sejam interrompidas as atividades de ensino ou que essas possam ser retomadas no menor prazo possível; investimentos que somam R\$ 30,0 milhões, para aquisição de climatizadores, refrigeradores, mesas de refeitório, mesas escrivaninhas, utensílios de cozinha em inox (faca, garfo, colheres, pratos e canecas), entre outros.

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

6 SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE (SESA)

À Secretaria de Estado da Saúde (SESA) compete a formulação, o desenvolvimento, o monitoramento e a avaliação da Política Estadual de Saúde, visando a organização e a regulação do Sistema Único de Saúde no Paraná e a promoção, prevenção, atenção, recuperação e a vigilância em saúde com qualidade e igualdade, por meio de uma gestão estratégica e participativa, articulada com outras áreas governamentais e a sociedade civil, e com resultados para a saúde da população paranaense. Respeitando o princípio da universalidade, o seu público-alvo é a população que aqui se encontra (residente ou de passagem).

As ações prioritárias que a Secretaria de Estado da Saúde desenvolve têm como base o seu Mapa Estratégico e as Diretrizes do Plano Estadual de Saúde do Paraná - PES 2016 - 2019, instrumentos guia para as principais realizações.

O orçamento inicial da SESA para o exercício, foi de R\$ 5,5 bilhões, atualizado para R\$ 5,9 bilhões, a execução orçamentário-financeira, até 31/10/2019, foi de R\$ 4,3 bilhões empenhados.

Na organização da atenção à saúde materno-infantil, por meio do Fortalecimento da Linha de Atenção Materno-Infantil, a Secretaria prestou apoio técnico e financeiro a 117 municípios para a melhoria da estrutura dos serviços de Atenção Primária em Saúde - APS, investindo na construção, reforma e ampliação de Unidades Básicas de Saúde - UBS, aplicando na modalidade Fundo a Fundo R\$ 11,7 milhões e para Convênios o investimento de R\$ 1,6 milhão.

A SESA também destinou R\$ 3,6 milhões a 56 hospitais da Linha de Atenção materno-infantil, que são referência de Risco Habitual e Intermediário e recebem o Incentivo da Estratégia de Qualificação do Parto Fase II, custeando à maior o parto no Estado do Paraná.

Na educação permanente em saúde, com capacitações na área materno-infantil, a SESA organizou:

- ▶ Encontros Macrorregionais para Qualificação da Atenção materno-infantil Atenção à Saúde da Mulher e da Criança: inovar para avançar, para 2.000 profissionais da APS, da Atenção Ambulatorial Especializada - AAE, da Atenção Hospitalar Especializada - AHE e das Regionais de Saúde, para atuação integrada frente as situações que mais impactam na mortalidade materna, infantil e fetal, totalizando quatro encontros.
- ▶ A Semana Paranaense de Mobilização para Enfrentamento da Sífilis, no período de 14 a 18 de outubro de 2019, reforçando a Campanha Sífilis Não: Teste, Trate, Cure- do Ministério da Saúde.
- ▶ Junho Lilás sobre a triagem neonatal e a importância do Teste do Pezinho, com a capacitação de 50 profissionais que atuam nas regionais de Saúde de Curitiba, Paranaguá e Ponta Grossa.

Entre as ações de Fortalecimento da Rede Paraná Urgência, destacam-se:

- ▶ Implantação e implementação da linha de cuidado, com prioridade para as cardiovasculares, cerebrovasculares e traumatismos. Divulgação e disponibilização dos protocolos das Linhas de Cuidado (Infarto Agudo do Miocárdio (IAM), Acidente Vascular Cerebral (AVC) e Trauma) para todos os SAMUs do Estado e Central Estadual de Regulação de Leitos.
- ▶ Aquisição de medicamento (trombolítico) para linha de cuidado IAM disponibilizado aos serviços estratégicos.
- ▶ Manutenção do Programa HOSPSUS, Fases I e II (hospitais de alta complexidade para referência macrorregional e regional das Redes Mãe Paranaense e Paraná Urgência) e Fase III (hospitais públicos, sem fins lucrativos e filantrópicos com até 50 leitos SUS, de referência local e microrregional), com destinação de R\$ 146,3 milhões.
- ▶ Contrapartida Estadual de R\$ 39,5 milhões referentes ao custeio para o funcionamento do SAMU.

As duas metas propostas para a Diretriz relativas à Rede Paraná Urgência mostraram resultados de redução das taxas de mortalidade por causas externas (exceto violências) e de mortalidade por doenças cardiovasculares na faixa etária entre zero e 69 anos, atingindo e superando o esperado para 2019. Isto reflete novamente os efeitos positivos da implantação da Rede e de políticas intersetoriais.

Com relação à Operação Verão Saúde - 2019/2020 foram realizados 53.415 atendimentos hospitalares, 4.054 regulações de urgência com 2.472 atendimentos do SAMU e 786 transferências, 34.410 procedimentos da área de vigilância em saúde, 1.053 resgates de afogados pelo Corpo de Bombeiros, 322 atendimentos do SIATE e 32 atendimentos aeromédicos. Foi desenvolvido o planejamento da Operação Verão 2019/2020 com os 7 municípios do litoral do Estado e assinada resolução para repasse de R\$ 5,2 milhões a serem aplicados em reforço de assistência durante a temporada, ampliação de plantões médicos e de enfermagem, ações de prevenção, reforço no número de ambulâncias e transporte aeromédico durante a temporada.

No Fortalecimento da Linha de Atenção à Saúde Mental ressaltam-se as seguintes aplicações: R\$ 2,1 milhões para 6 Serviços Regionais Integrados de Saúde Mental do Paraná - SIMPR; R\$ 2,6 milhões referentes ao Incentivo Financeiro de Custeio da Rede de Atenção à Saúde Mental/Núcleos Ampliados de Saúde da Família e Atenção Básica - NASF-AB para 208 municípios beneficiados, e R\$ 22,6 milhões para a complementação de diárias de internação em hospitais especializados.

Para o Fortalecimento da Rede de Saúde Bucal, os destaques foram para: manutenção do Programa de Bochecho com Flúor para escolares com destinação de 166.000 sachês de fluoreto de sódio; a distribuição de 2.450 kits de azul de toluidina e ácido acético para UBS no Programa de Detecção Precoce do Câncer Bucal e de 3.500 kits de material restaurador cimento de ionômero de

vidro de alta viscosidade para municípios/equipes que aderiram ao Projeto de Expansão do Tratamento Restaurador Atraumático. Neste Projeto, foram capacitados 980 profissionais.

No que se refere à Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Deficiência (PcD), foram implementadas ações de prevenção e identificação precoce das deficiências vinculadas ao Teste do Pezinho em 100% dos nascidos vivos, bem como foi realizado o monitoramento dos estabelecimentos que realizam o Teste do Pezinho, prestando suporte técnico em parceria com a FEPE. E nos Testes do Olhinho e do Coraçãozinho, alcançando resultados de 63,58% e 75,63%, respectivamente em 2019.

Foram monitorados os registros do Cadastro de Pessoas com Síndromes e Doenças Raras no Paraná (SIDORA) e produzido relatório com 391 pessoas cadastradas, 123 doenças/síndromes identificadas, em 135 municípios.

No que se refere à Linha de Atenção à Saúde do Idoso, destaque para as seguintes ações:

- ▶ Em execução o Projeto Segunda Opinião, em parceria com Grupo de Estudos sobre Envelhecimento da UEL, 17ª Regional de Saúde e CISMEDPAR, que consiste em reuniões mensais via webconferência, com profissionais de todo o Estado, para discussão de casos clínicos de idosos atendidos na APS.
- ▶ Realizada em junho, no auditório da CELEPAR, a webconferência Prevenção de Quedas e Acidentes Domésticos com Idosos. O evento foi dirigido as equipes de saúde e teve como parceiros professores da disciplina de Fisioterapia da UFPR e Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia, com participação de 42 profissionais.
- ▶ Em planejamento a realização de Curso de Especialização em Geriatria, também a ser oferecido pela ESPP em parceria com a UEL.
- ▶ Também em fase de planejamento a realização do evento intersetorial Envelhecer com Saúde no Paraná, previsto para ser realizado nos dias 16 e 17 de dezembro de 2019, para 200 participantes.

Entre os idosos no Paraná, a taxa de cobertura vacinal da Campanha de Vacinação contra a Gripe/2019 foi de 99,93%.

A SESA realiza o projeto PlanificaSUS, em parceria com o Hospital Israelita Albert Einstein, junto aos nove municípios da 4ª Região de Saúde, envolvendo 1.200 trabalhadores da saúde e gestores, utilizando a metodologia da Planificação da Atenção à Saúde, na linha de atenção ao idoso, para integração entre a APS e AAE e a organização da Rede de Atenção à Saúde - RAS.

Para atendimento do programa de Qualificação da Atenção Primária à Saúde, está em tramitação o processo de compra de equipamentos para as Unidades de Atenção Primária Saúde, com destaque para as seguintes ações realizadas: aquisição e distribuição de 135.300 kits para coleta de exame citopatológico no controle do câncer de colo de útero; manutenção do fornecimento de Oxigenoterapia Domiciliar Prolongada (ODP) e Ventilação Não Invasiva Domiciliar (1.810

equipamentos, com custo anual de R\$ 5,9 milhões), e adesão de 357 municípios com 1.069 Unidades de Saúde em todo o Estado (dados cumulativos).

Foi realizado o acolhimento a 456 profissionais do Programa Mais Médicos no Paraná. Também a 5ª Mostra Paranaense de Pesquisas em Saúde e o 4º Prêmio Inova Saúde Paraná, nos dias 11 e 12 de julho de 2019, em parceria com o Instituto de Estudos em Saúde Coletiva, com a participação de 500 servidores da SESA.

Foi realizado o ciclo de videoconferências Prevenção de Violências e Promoção da Cultura da Paz, no módulo III tratando de Violências nas Populações Vulneráveis: Notificar é Preciso.

A SESA ainda promoveu qualificação para prevenção de incapacidades em Hanseníase, em parceria com Secretaria Municipal de Saúde de Curitiba e Ministério da Saúde, considerando os 931 doentes em tratamento no Paraná.

Quanto à Melhoria do Acesso e do Cuidado às Áreas de Atenção Inclusivas a SESA destinou R\$ 258,0 mil a 17 municípios como incentivo financeiro estadual para municípios com Comunidades Remanescentes de Quilombo e/ou Terras Negras Tradicionais; R\$ 433,0 mil como incentivo financeiro estadual para 14 municípios sedes de Centros de Socioeducação (CENSE) e/ou Casa de Semiliberdade; R\$ 257,0 mil como incentivo de custeio estadual para ações e serviços de saúde aos quatro municípios (Cruzeiro do Oeste, Cascavel, Catanduvas e São João do Ivaí) que aderiram e foram habilitados para Equipes de Atenção Básica Prisional (EABP), dentro da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP) no âmbito do SUS.

No Fortalecimento das Ações de Promoção da Saúde, foram realizadas iniciativas voltadas para usuários do sistema de saúde, gestores e profissionais de saúde, entre elas as desenvolvidas durante o Dia Mundial da Saúde, Dia Mundial Sem Tabaco (Programa Estadual contra o Tabagismo), Agosto Azul (Saúde do Homem), Agosto Dourado (Incentivo à Amamentação) e o Paraná Rosa.

Com o projeto Paraná Rosa, durante o mês de outubro, com objetivo de realizar campanha de prevenção do câncer de mama e do colo de útero, nos 40 municípios prioritários foram realizadas ações de capacitação aos profissionais de saúde e o agendamento de 1.136 mamografias, 1.241 exames citopatológicos, 7.076 testes rápidos, 671 testes de glicemia, 190 vacinas, 394 avaliações nutricionais e 1.083 aferições de pressão arterial.

Realizado evento em comemoração ao Dia Mundial Sem Tabaco, em 31 de maio de 2019, na Boca Maldita, Centro-Curitiba, com duas tendas e 30 mesas temáticas para realização de orientação e distribuição de materiais informativos ao público, atingindo em torno de 400 pessoas. E evento em comemoração ao Dia Nacional do Controle do Tabagismo, em 26 de agosto de 2019, no Cento Juventude Audi União, Uberaba-Curitiba, com 30 mesas temáticas para realização de aferição de Pressão Arterial e teste de Glicemia Capilar, Avaliação Clínica do Câncer de Boca, orientação e distribuição de materiais informativos ao público sobre Tabagismo, Aleitamento Materno, Saúde da

Criança e Adolescente, Saúde do Idoso, Saúde do Homem, Avaliação física, escute seu coração e teste do tabagismo, entre outras, com alcance de aproximadamente 600 pessoas.

Foi promovido nos dias 02 e 03 de outubro de 2019, no Instituto Federal do Paraná, o Encontro de Alinhamento e Planejamento das Estratégias de Aleitamento Materno, com 178 participantes de regionais de saúde, secretarias municipais de saúde e hospitais.

Está em estruturação a Linha de Cuidado do Sobrepeso e Obesidade na Atenção à Saúde das Pessoas em Condições Crônicas.

Destaque também para a realização em parceria entre SESA, DETRAN, Ministério da Saúde e OPAS, nos dias 13 e 14 de novembro, do I Fórum Nacional e IV Fórum Estadual do Programa Vida no Trânsito - 2019, para 200 participantes, em Foz do Iguaçu.

No Fortalecimento da Política de Vigilância em Saúde, destacam-se: 797.902 Testes Rápidos para HIV e Sífilis na rotina; a Rede de Serviço de Verificação de Causa de Óbito Regional, com implantação do incentivo estadual de Habilitação da Rede (Resolução SESA n.º 482 de 28 de junho de 2018); o incentivo financeiro e apoio técnico para implementação de Núcleos de Prevenção de Violências e Promoção da Saúde e da Cultura da Paz (PVPS), com a proposta de repasse de R\$ 400,0 mil para 16 municípios do Paraná que fizeram adesão; o Programa de Qualificação da Atenção e Vigilância em Saúde, com repasse de R\$ 23,0 milhões para custeio e investimento a todos os municípios do Paraná.

Foi promovido pela SESA, em setembro de 2019, o I Seminário Integrado de Qualidade e Segurança do Paciente para 500 profissionais dos diferentes pontos de atenção e a participação das seguintes entidades: Conselho Regional de Farmácia, Conselho Regional de Enfermagem, Conselho Regional Medicina, Conselho Estadual de Saúde, Federação das Santas Casas de Misericórdia e Hospitais Beneficentes do Estado do Paraná, Conselho de Secretarias Municipais de Saúde do Paraná e Federação dos Hospitais e Estabelecimentos de Serviços de Saúde do Estado do Paraná.

Destaque para as ações de enfrentamento, diagnóstico e tratamento do Sarampo, da Dengue e da Febre Amarela:

- ▶ Após vinte anos sem registro de casos confirmados de Sarampo no Estado do Paraná, confirmou-se o primeiro caso em Campina Grande do Sul na Semana Epidemiológica - SE 31. Frente ao exposto, a SESA passou a atualizar os dados com Informe Epidemiológico semanal e a adotar e recomendar medidas de controle, com a notificação imediata em até 24 horas para as secretarias municipais e regionais de saúde por telefone ou e-mail.
- ▶ Realização de Campanhas de Vacinação Seletiva, tendo como dia D, o dia 19/10 para crianças de 6 meses a 4 anos 11 meses e 29 dias; o dia 30/11 para os jovens de 20 a 29 anos, e ainda, realizada Vitamina A em todas as crianças suspeitas de sarampo na faixa etária de 0 a 4 anos 11 meses e 29 dias de idade.

- ▶ Visando a intensificação de ações e mobilização para combate do *Aedes aegypti*, o Governo do Paraná lançou a campanha estadual Dengue Mata. Os municípios infestados direcionaram ações para mobilização e educação junto às comunidades, realizando atividades como mutirões de limpeza, vistorias em residências e prédios públicos, palestras, blitz, panfletagem e outras ações, buscando sensibilizar a comunidade para evitar a proliferação do *Aedes aegypti*.

Em 21 de fevereiro de 2019, a SESA realizou Reunião para Alinhamento das Estratégias de Controle da Febre Amarela, envolvendo Ministério da Saúde, OPAS, CONASS, dirigentes e técnicos das secretarias estaduais de saúde de São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Elaborada e divulgada a Nota Técnica SESA nº 02/2019 com as Recomendações aos Serviços e Equipes de Saúde sobre Imunização contra Febre Amarela para Mulheres em Idade Fértil, Gestantes, Lactantes e Idosos maiores de 60 anos, no Estado do Paraná. E, ainda, visando a qualificação das estratégias e ações voltadas à vacinação na esfera estadual e municipais a SESA elaborou o plano de vacinação contra a Febre Amarela, a fim de reforçar as orientações sobre a vacina e direcionar as Regionais de Saúde e municípios para alcance da meta de 95,0% de cobertura vacinal na população elegível.

Em relação ao Fortalecimento da Regulação do Acesso aos Serviços do SUS, ressalta-se a reformulação de Normativas de Regulação de Acesso aos serviços ambulatoriais e hospitalares, ampliando a capacidade de acesso aos ambulatórios especializados sob gestão do Estado; o desenvolvimento do novo sistema próprio de Regulação Estadual - CARE PARANÁ, em parceria com a CELEPAR, resultando na economia estimada em R\$ 50,0 milhões para os próximos quatro anos. O início do processo de integração entre SESA e os Consórcios de Saúde, otimizando a capacidade instalada e qualificando o acesso, visando a regionalização.

Referente ao Fortalecimento do Desenvolvimento Regional da Atenção à Saúde, mantiveram-se 22 convênios do Programa Estadual de Apoio aos Consórcios Intermunicipais de Saúde (COMSUS) para apoio ao custeio de Consórcios Intermunicipais de Saúde que gerenciam atenção ambulatorial especializada em 21 regiões de saúde, com recursos aplicados na ordem de R\$ 24,2 milhões (empenhados até 31.10.19) R\$ 23,5 milhões (pagos até 31.10.19); e mais R\$ 10,1 milhões (empenhados até 31.10.19) R\$ 7,6 milhões (pagos até 31.10.19) ao Consórcio Público Intermunicipal de Saúde do Setentrão Paranaense (CISAMUSEP), visando a ampliação das ações e serviços prestados pelo Ambulatório Multiprofissional Especializado para a população da 15ª Regional de Saúde.

Estão em andamento as obras dos Ambulatórios Multiprofissionais Especializados da 10ª Regional de Saúde - R\$ 3,1 milhões e da 17ª Regional de Saúde - total de R\$ 7,5 milhões.

Serão destinados até o final de exercício de 2019 R\$ 3,0 milhões para aquisição de equipamentos e mobiliários aos Ambulatórios Multiprofissionais Especializados das Regiões de Saúde de Apucarana, Umuarama, Cascavel, Região Sul e Norte Metropolitana. A SESA destinará, ainda, para

ampliação do Ambulatório Multiprofissional de Especialidades da 16ª Região de Saúde - R\$ 3,5 milhões.

Estão em fase de elaboração os Projetos do Ambulatório Multiprofissional Especializado da 19ª Regional de Saúde.

Previsto para 2020 a conclusão das obras dos Centros de Especialidades de Cascavel e Londrina. Programada a licitação e início da obra do Ambulatório Multiprofissional Especializado de Jacarezinho, assim como, a elaboração dos projetos e licitação das obras dos Ambulatórios Multiprofissionais Especializados de Cornélio Procópio, Campo Mourão, Irati e Colombo com a previsão de R\$ 40,0 milhões.

Previsto ainda para 2020 a manutenção dos convênios do Programa de Apoio à Qualificação dos Ambulatórios Multiprofissionais Especializados gerenciados pelos Consórcios Intermunicipais de Saúde com a aplicação de R\$ 60,0 milhões para o custeio de ações e serviços da saúde.

Quanto ao Fortalecimento da Governança Regional e Macrorregional, até 31/10/2019 foram realizadas 05 Reuniões Ordinárias e 01 Reunião Extraordinária da Comissão Intergestores Bipartite (CIB/PR), com previsão de realização de mais uma reunião ainda neste ano, a ser realizada no mês de dezembro. As Comissões Intergestores Regionais (CIR) realizaram até agosto de 2019, 96 reuniões, com participação de representantes da SESA e dos municípios de cada região. Importante salientar que todas as reuniões da CIB/PR foram transmitidas via *web* em tempo real, viabilizando o compartilhamento das decisões e responsabilidades entre os gestores municipais e estadual. Além das reuniões de CIB e CIR, até outubro/2019 foram realizados quatro encontros macrorregionais para elaboração dos diagnósticos com a identificação das necessidades e prioridades regionais e macrorregionais. Dando continuidade ao trabalho de governança regional e macrorregional, está previsto para 2020 a realização de sete reuniões ordinárias da CIB-PR e 176 reuniões ordinárias das Comissões Intergestores Regionais, além de encontros regionais e macrorregionais para prosseguimento do processo de Planejamento Regional Integrado.

Sobre o Fortalecimento da Gestão dos Serviços Próprios da SESA ressaltam-se as seguintes obras na rede hospitalar própria e hospitais universitários com financiamento da SESA, em execução no ano de 2019: a) Hospital Regional de Ivaiporã - valor total R\$ 30,4 milhões; b) Hospital de Guarapuava - valor total R\$ 55,7 milhões; c) Hospital de Telêmaco Borba - reforma, valor total R\$ 12,0 milhões.

Como investimentos até o momento, estão ainda a aquisição e distribuição de 24 veículos para unidades próprias no valor total de R\$ 1,0 milhão; e 436 equipamentos hospitalares para as unidades próprias no valor de R\$ 5,2 milhões.

Como aprimoramento da abrangência para o suporte estratégico ao Sistema Único de Saúde de Curitiba, Região Metropolitana e todo o Estado do Paraná foi instituído por meio da Resolução nº

353, de 13 de junho de 2019, a incorporação do Hospital do Trabalhador, Hospital de Reabilitação, Centro de Atendimento ao Fissurado Lábio Palatal e Unidade Ambulatorial Centro Regional de Especialidades (CRE) Kennedy.

A Fundação Estatal de Atenção à Saúde do Paraná (FUNEAS), mediante Contrato de Gestão com a SESA, faz a gestão das Unidades Hospitalares a saber: Regional do Litoral - Paranaguá e Guaraqueçaba, Infantil de Campo Largo, Regional do Sudoeste - Francisco Beltrão, Regional do Norte Pioneiro - Santo Antônio da Platina. Para o Complexo Hospitalar do Trabalhador - Curitiba a parceria é com a FUMPAR e Zonas Norte e Sul de Londrina continuam as parcerias para gerência por meio do CISNORP.

Quanto aos resultados nas áreas de sangue e hemoderivados e de transplantes, a Cobertura Transfusional no SUS pela Rede HEMEPAR alcançou 92,7% (a meta era 90,0% em 2019). As Unidades da Hemorrede: Hemonúcleo de Pato Branco e Unidade de Coleta e Transfusão (UCT) de Cianorte estão novamente sob a gestão da SESA, que também está assumindo os hemonúcleos de Francisco Beltrão e Paranavaí e UCT de Ivaiporã, Toledo e União da Vitória.

Referente ao Fortalecimento da Política de Assistência Farmacêutica, foram distribuídos pela SESA, até agosto de 2019, 84,8% da quantidade de medicamentos prevista para o ano, o que representa 161.341.432 unidades de medicamentos a um valor financeiro de R\$ 627,0 milhões.

A execução orçamentária para aquisição de medicamentos pela SESA tem ultrapassado o orçamento inicialmente previsto para atendimento às necessidades.

Sobre os convênios com o Consórcio Paraná Saúde para aquisição de medicamentos do Componente Básico da Assistência Farmacêutica, a SESA destinou R\$ 46,9 milhões. Dos 399 municípios do Paraná, 397 adquirem os medicamentos do Componente Básico por meio do Consórcio. Para dois municípios não consorciados, Curitiba e Foz do Iguaçu, foram repassados R\$ 6,2 milhões como contrapartida estadual.

Atualmente 20 Farmácias e Centrais de Abastecimento Farmacêutico das Regionais de Saúde estão reestruturadas. O Cuidado Farmacêutico está implantado em 20 farmácias e em fase de implantação em outras duas. Nas farmácias das Regionais de Saúde estão cadastrados mais de 235 mil pacientes.

Nas ações de Fortalecimento da Gestão do Trabalho e da Educação Permanente em Saúde, realizaram-se:

- ▶ Cursos de Formação Inicial - Agente de Combate a Endemias (ACE) e de Cuidador de Idoso, com 200 alunos, nas 04 Macrorregiões de Saúde.
- ▶ Curso de Formação Nível Médio - Técnico em Enfermagem para ACS e ACE; Saúde Bucal (TSB), 873 alunos (em andamento) em todas as Macrorregiões.

- ▶ Cursos de Especialização próprios e em parceria - Saúde Pública, Gestão do SUS, Auditoria do SUS, Residência Médica - Ginecologia e Obstetrícia, Neonatologia, Multiprofissional em Saúde Mental e em Área Profissional da Saúde - Enfermagem Obstétrica, com 181 alunos (cursos em andamento); abrangendo todas as Macrorregiões.
- ▶ 102 Projetos de Educação Permanente em Saúde apoiados pela Escola de Saúde Pública do Paraná - Centro Formador de Recursos Humanos, distribuídos nas quatro Macrorregiões de Saúde do Estado, envolvendo 5.001 participantes.
- ▶ Foram realizadas 11.723 matrículas em 30 novos cursos implantados na Plataforma ESPP VIRTUAL, bem como 3.870 certificados emitidos (Alunos Formados).
- ▶ Em julho de 2019, foram realizados a 5ª Mostra Paranaense de pesquisas em Saúde, o 4º Prêmio Inova Saúde Paraná, o 2º Seminário da Rede de Pesquisa em Saúde da SESA, o 2º Encontro de Avaliação de Tecnologias em Saúde (ATS) e o 1º Encontro da Rede de Preservação da Memória da Saúde Pública do Paraná. Foram apresentados 365 trabalhos e participaram dos eventos 622 profissionais.

Sobre a Ouvidoria como Instrumento de Gestão e Cidadania, ressalta-se a implantação de 02 Ouvidorias Municipais de Saúde, alcançando com isso a meta de implantação das 399 Ouvidorias Municipais de Saúde, a manutenção de 20 Ouvidorias na Rede de Hospitais e Unidades Próprias, 16 Ouvidorias nos Consórcios Intermunicipais de Saúde em funcionamento e a implantação de ouvidoria nos 58 hospitais contratualizados ao Programa HOSPSUS - Fase 1, contendo nos Contratos cláusula prevendo a implantação de Ouvidoria, totalizando 525 Ouvidorias do SUS em todo o Estado, considerando também as 22 Ouvidorias Regionais de Saúde, Ouvidoria da FUNEAS e Ouvidoria Geral da Saúde.

Por meio das ouvidorias de saúde que utilizam o Sistema Integrado de Ouvidoria (SIGO), de janeiro a outubro de 2019, foram acolhidas 32.303 manifestações, acréscimo de 27% comparado com o mesmo período de 2018.

No mês de abril foi lançado o atendimento via *WhatsApp*, o qual foi pioneiro no atendimento das demandas de Ouvidoria em Saúde. Esta forma de atendimento, apesar de recente, já representa mais de 10,0% das demandas gerais da saúde, e quando levado em consideração apenas as solicitações de medicamentos não padronizados, este canal representa mais de 52,0% das formas de contato.

No mês de novembro será realizado o 2º Encontro Estadual de Ouvidores do SUS, evento que traz qualificação para o serviço das 525 Ouvidorias do SUS no Estado do Paraná. Ainda neste mês será lançada a Carta SUS, a qual se constitui de uma pesquisa de avaliação (cartão-resposta) em que são feitas breves perguntas sobre o atendimento que o cidadão realizou pelo Sistema Único de Saúde.

Ainda no ano de 2019 será lançado o tridígito da Ouvidoria, o qual substituirá o telefone 0800 da Ouvidoria por outro com apenas três dígitos, o que facilitará ainda mais as ligações para os cidadãos.

No Fortalecimento do Controle Social no SUS, destacam-se as apresentações: do Relatório de Prestação de Contas do 3º Quadrimestre de 2018, do Relatório Anual de Gestão 2018, da Proposta de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO 2019), da Proposta Orçamentária para 2020 com vistas à LOA 2020, da Proposta do Plano Plurianual 2020-2023, do Relatório de Prestação de Contas do 1º Quadrimestre de 2019 e do Relatório de Prestação de Contas do 2º Quadrimestre de 2019.

SECRETARIA DE ESTADO DA COMUNICAÇÃO SOCIAL E DA CULTURA

7 SECRETARIA DE ESTADO DA COMUNICAÇÃO SOCIAL E DA CULTURA (SECC)

Criada por meio da Lei Estadual nº 19.848, de 3 de maio de 2019, a Secretaria de Estado da Comunicação Social e da Cultura (SECC) é responsável por gerir a comunicação institucional e legal do Governo, estabelecer diretrizes de comunicação do poder executivo, incentivar e apoiar a cultura paranaense, por meio de pesquisas e ações de preservação do patrimônio cultural, histórico e artístico do Estado, fomento e incentivo à economia criativa, ao artesanato, à qualificação profissional dos agentes culturais, à articulação para promoção do intercâmbio, cooperação cultural e articulação de políticas, programas e projetos culturais do Estado do Paraná.

A secretaria conta com os seguintes equipamentos culturais: Museu Paranaense, Museu Casa Alfredo Andersen, Museu Oscar Niemeyer, Museu da Imagem e do Som do Paraná e Museu de Arte Contemporânea do Paraná, além do Centro Juvenil de Artes e das unidades vinculadas: Biblioteca Pública do Paraná, Centro Cultural Teatro Guaíra e Rádio e Televisão Educativa do Paraná (RTVE)

7.1 PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

7.1.1 Apoio, Incentivo e Ação Cultural

A cultura contribui para a formação pessoal, educacional e profissional dos cidadãos e é dever do Estado garantir a todos o acesso à cultura, tendo da SECC a missão de promover ações que atendam o maior número de pessoas.

Em 2019, foram desenvolvidas ações de apoio, fomento e incentivo às manifestações culturais por meio das unidades programáticas, equipamentos culturais e instituições vinculadas à secretaria, cujas ações atenderam diretamente 1.078.163 de pessoas.

No intuito de incentivar a cena cultural paranaense o governo lança mão de suas políticas de Estado, com o objetivo de proporcionar as condições necessárias para que artistas, agentes e produtores culturais, administrações públicas municipais, organizações não governamentais e empresas possam realizar espetáculos, festivais, eventos e outras manifestações culturais em todo o território paranaense.

O Programa de Fomento e Incentivo à Cultura (PROFICE), instituído pela Lei nº 17.043/2011, permite a renúncia fiscal destinada ao fomento e incentivo à cultura, nas áreas de: arte visual; audiovisual; circo; dança; literatura, livro e leitura; música; ópera; patrimônio cultural material e imaterial; povos, comunidades tradicionais e culturas populares; e teatro. Até outubro, autorizou a

captação de cerca de R\$ 29,0 milhões destinados a projetos aprovados pela comissão de pareceristas do programa, e que estão aptos a captar recursos junto a empresas incentivadoras. Os projetos que já captaram ou estão em processo de captação de recursos produzirão resultados ao longo do primeiro semestre de 2020. Foi lançado o terceiro edital do PROFICE, no valor de R\$ 33,0 milhões, para ações a serem realizadas ao longo do biênio 2020-2021. Importante registrar que, na busca pelo aprimoramento do acesso aos meios de produção da cultura, foram estabelecidas duas modalidades de participação no edital, ambas com foco na residência do proponente, a saber: uma é destinada aos proponentes com residência em Curitiba; e, a outra, àqueles que residem nos demais municípios do Paraná. Essa medida foi tomada após a constatação de que, nos editais anteriores, houve concentração de cerca de 75% de produtores contemplados residentes na capital - a concorrência entre produtores com mais experiência, muitos residentes em Curitiba, e produtores de municípios menores, muitas vezes menos experientes, acabava por dificultar o acesso destes aos recursos do edital.

Outra medida tomada, na busca pela ampliação do acesso ao incentivo à produção cultural, foi a redução dos valores destinados aos proponentes da capital para 50% - garantindo, portanto, 50% para os proponentes dos demais municípios. Também foi reduzido o valor máximo de investimento em projetos incentivados de R\$ 750,0 mil para R\$ 350,0 mil, o que resultará no aumento do número total de projetos contemplados no edital, de 147 para cerca de 200 projetos. Outra estratégia que merece ser ressaltada é que os proponentes participantes do terceiro edital deverão apresentar projetos com contrapartidas sociais que estejam alinhadas aos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

As medidas implementadas, conjugadas com o programa de qualificação de produtores culturais, pactuado com a Universidade Estadual de Ponta Grossa, com ações que serão operacionalizadas ao longo de 2020, fomentarão o surgimento de novos talentos e a democratização do acesso aos recursos para produção cultural.

Foram ofertados outros dois programas de incentivo à cultura que juntos receberam 536 inscrições: a) o edital de Produção e Desenvolvimento de Obras Audiovisuais - no valor de R\$ 10,0 milhões, em parceria com a Agência Nacional de Cinema (ANCINE); b) o Paraná Cultural - para destinar recursos via incentivo fiscal de empresas públicas e/ou de economia mista estaduais a projetos culturais aprovados pela Lei Federal de Incentivo à Cultura.

No âmbito da secretaria, por meio dos Museus, Biblioteca Pública e Centro Cultural Teatro Guaíra, foram realizadas ao longo do ano atividades culturais nos mais diversos segmentos, entre oficinas, capacitações, exposições, encontros, palestras, apresentações, espetáculos e feiras culturais.

Os museus, atualmente com programações em diversas áreas e para diferentes perfis de público, deixaram de ser locais apenas para exposições e conservação do patrimônio cultural para funcionarem como centros de convivência e de experiência em cultura e turismo. O mesmo acontece

com a Biblioteca Pública do Paraná, que tem sua atuação mais ampla do que como um centro de pesquisa e de empréstimo de livros: ela passou a ser um lugar atrativo onde as pessoas se reúnem para prestigiar eventos culturais, artísticos, intelectuais.

A inclusão e a profissionalização também foram realizadas por meio da cultura; exemplo disso é o atendimento de 200 crianças e jovens entre 06 e 21 anos pela Escola de Dança do Teatro Guaíra (EDTG).

Atuou em conjunto com outras secretarias com o objetivo de proporcionar lazer e cultura para a população residente no Estado e para aqueles que nos visitam, como nos Jogos da Aventura e Natureza, cujo conteúdo cultural está sob responsabilidade da SECC.

7.1.2 Patrimônio Cultural

O patrimônio cultural do Estado está em constante monitoramento, avaliação, integração e articulação entre suas unidades físicas que recebem visitas técnicas, seja para avaliar o patrimônio, seja para levar informação e apoio em relação aos eventos que acontecem nos espaços culturais. O trabalho de preservação e conservação realizado resultou em relatórios técnicos que servem de base para tomada de decisões sobre procedimentos adotados para a resolução dos problemas encontrados.

São resultados desses relatórios: a) processo de estudo, análise e autorização para intervenção na orla marítima do município de Matinhos (Litoral do Estado) - projeto contempla o alargamento da faixa de areia e a construção do molhe do balneário de Caiobá; b) início do processo para o tombamento das Araucárias Petrificadas com aproximadamente 250 milhões de anos, localizadas no Ecoparque no município de Prudentópolis, segundo parque nesta modalidade instituído no Brasil; c) aprovação do projeto de ampliação do Palácio Garibaldi; d) reforma da sede histórica do MAC-PR; e) capacitação aos municípios em relação à legislação inerente ao processo de tombamento patrimonial.

Apoiar aqueles que atuam diretamente na disseminação cultural é uma das diretrizes operacionais desta pasta, que resulta em benefícios para a cultura do Estado, por meio de processos de seleção e premiação, parcerias técnicas e implantação da Rede de Informações Museus Paraná | *Pergamum* Museus. Essa medida vem contribuindo para a organização, disseminação e acesso aos acervos museológicos da rede de museus, composta por 329 unidades, em todo o Estado.

Todas as ações/atividades realizadas pela secretaria e suas unidades vão além do ato de conservar e preservar o patrimônio material e imaterial que expressa à cultura paranaense; são ações de inclusão e valorização do ser humano. Com este olhar foram apoiadas e realizadas ações como:

- ▶ 35º Salão de Artes Visuais de Jacarezinho; 21ª Mostra Cascavelense de Artes Plásticas; curadoria da exposição Forjada pelo Tempo no Museu de Arte de Cascavel; curadoria da exposição da Fundação Cultural de Umuarama (FECOUM); análises de portfólios durante o Seminário Maringaense de Arte Contemporânea; curadoria da exposição Viés em cartaz no Museu de História

e Arte Héllenton Borba Côrtes em Maringá; 20ª Conferência Municipal de Cultura; reinauguração do Museu Campos Gerais em Ponta Grossa; abertura da 21ª Mostra Cascavelense de Artes Plásticas; abertura do Salão de Artes de Cascavel; mesa-redonda sobre os desafios da arte contemporânea; mesa-redonda Casa, arquivo e cinema: espaços e tempos da memória; 1º Concurso Paranaense de Desenho; Centro Histórico Divertido; Outubro Rosa; Festa Literária da Biblioteca - palestras, debates, oficinas, exposições, sessões de cinema, atividades para crianças e apresentações de música e teatro; Música na Biblioteca; Um Escritor na Biblioteca; Uma Noite na Biblioteca; Coral Cantateca; Jornal Cândia; Revista Helena; Projeto Livro Novo; Projeto Aventuras Literárias; Hora do Conto e Oficinas; 1º Simpósio Internacional de Performance Arte; O Mac é do Paraná; Primavera de Museus; apresentação do Grupo Towê Fulni-ô; mesa-redonda Literatura indígena contemporânea e lançamento do livro Baaraz Kawau; O Concerto Solo - Camerata UTFPR no Museu Paranaense; 17ª Semana Nacional de Museus; teatro de sombras O Jovem Einstein vê o mundo; encontro do povo indígena Xetá; participação na comissão para indicação ao Prêmio Rodrigo Melo Franco.

Com o mesmo propósito foram realizadas visitas técnicas de monitoramento e assessoramento para: a) museus; b) cidades e centros históricos - em 30 municípios do Estado; c) oficinas e educativo; d) visita guiada; e) palestra; f) parcerias e capacitações técnicas; g) representação da Superintendência em Porto Alegre, no evento Lançamento da Campanha do IPHAN - Patrimônio Cultural do Sul: Turismo Cultural, a saber:

- ▶ Museus: Museu Histórico de Campo Largo, Museu de Arte de Londrina, Museu Campos Gerais de Ponta Grossa, Museu Municipal de Iretama, Museu Municipal de Guarapuava, Museu Histórico de Cambé, Museu do Café e Centro de Memória de Ibiporã, Museu Histórico de Araucária, Museu de Arte e História de Cascavel.
- ▶ Cidades e centros históricos: reunião técnica com os gestores de cultura e memória dos municípios (30) que compõem o Plano da Bacia Hidrográfica do Paraná - PBP3 em Foz do Iguaçu; Antonina, Balsa Nova, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Carambeí, Cascavel, Castro, Colombo, Cruzeiro do Oeste, Curitiba, Guarapuava, Itaguajé, Lapa, Londrina, Maringá, Matinhos, Morretes, Palmeira, Paranaguá, Pato Branco, Piraquara, Ponta Grossa, Prudentópolis, Quatro Barras, Rio Branco do Sul, Rio Negro, Santo Inácio, São João do Triunfo, São José dos Pinhais, Terra Roxa.
- ▶ Oficinas/educativo: Descoberta Artística; As artimanhas de um fotógrafo no Paraná da primeira metade do século XX; Fotografia; Brincando com Fotografia; Arte Urbana; Fazendo Videoarte; Jogos de Tabuleiros; RPG; Brincando de teatro; Criando com desenho; Pintura; Teatro; Modelagem; Desenho; Aprendendo com Artes Visuais; Ampliando seu potencial criativo em benefício da vida pessoal e profissional; Autorretrato: uso do recorte e colagem; Mosaico; Exploração de tintas naturais e materiais alternativos; Oficina de Concreto; Tinta guache sobre papel Kraft; Oficina Ecorquestra - Musicalização e confecção de instrumentos com sucata; Criação

Literária e Ilustração; Oficina de Patrimônio Cultural e Legislação Municipal - Conselheiros do Patrimônio Histórico Municipal de Foz do Iguaçu; Oficinas de Patrimônio; performance RUA.

- ▶ Visita guiada: Exposição Revisitando Curitiba.
- ▶ Palestra: Arte Digital - transição da arte analógica para a digital; Circuito Artístico; Permanência em arte; programa Linhas do conhecimento; Guia do educador; roteiros de mediação; Etiquetas expandidas; Antonio Arney e a arte contemporânea; língua e cultura Kaingang; oficinas gratuitas de teatro de sombras para professores; palestra sobre patrimônio cultural; visita mediada à Casa Gomm para turma de Arquitetura; Semana Acadêmica de Geografia; palestra A importância do Professor na sociedade.
- ▶ Parcerias e capacitações técnicas: Rede de Informações Museus Paraná | Pergamum Museus: Museu Municipal Histórico de Campo Largo, Casa da Memória Paraná em Ponta Grossa, Museu Municipal Tingui-Cuera em Araucária, Casa da Memória Manoel Alves Pereira em Piraquara e Museu Municipal Dr. Helenton Borba Cortes em Maringá; UNESPAR e UEPG para estruturação da criação de Centros de Memórias municipais e formação técnicas aos museus e arquivos, apresentação de Geoparque no município de Prudentópolis com ITCG e UEPG, participação do programa Turismo em Pauta da TVE.

Foram realizados os seguintes espetáculos do Teatro Guaíra pelos municípios do Paraná:

- ▶ Balé Teatro Guaíra - realizou apresentações em Curitiba, Ponta Grossa, Campo Mourão, Cascavel, Maringá, Guarapuava, Paranaguá, Foz do Iguaçu, Londrina e ainda São Paulo/SP e São José dos Campos/SP
- ▶ Escola de Dança Teatro Guaíra - realizou apresentações em Curitiba, Fazenda Rio Grande, Itajaí/SC e Florianópolis/SC.
- ▶ Orquestra Sinfônica do Paraná - realizou apresentações em Curitiba, Campina Grande do Sul, Mandirituba, Colombo, São José dos Pinhais, Apucarana, Londrina, Cascavel e Campos do Jordão/SP.
- ▶ Espetáculos nos auditórios e número de apresentações - Bento Munhoz da Rocha Netto (Guairão): 124; Salvador de Ferrante (Guairinha): 105; Glauco Flores de Sá Brito (Miniauditório): 179; Teatro José Maria Santos (Teatro da Classe): 201.
- ▶ Exposições -CineMIS; Revisitando Curitiba; Ara-lidade; Memória, Imagem e Infância; Bienal de Curitiba; Memórias Afetivas; 14ª edição da Bienal Internacional de Arte Contemporânea de Curitiba; Por dentro da Biblioteca; Província, Cárcere, Lar; 50 anos do Balé Teatro Guaíra; 13 anos do Prêmio New Holland de Fotografia; A perseguição dos negros durante o Holocausto; Tempos Sensíveis; História sem fim: O pensamento revolucionário de Adalice Araújo; Estamos aqui: relevos no horizonte do acervo do MAC-PR; Ero Ere: negras Conexões; Pequenos gestos: memórias disruptivas; Viés; Em foco: Iria Corrêa; Arte Indígena Contemporânea em Foco; Tóquio

Antes/Depois; João Urban: Aproximações - ucranianos e poloneses nas fronteiras agrícolas do Paraná.

7.1.3 Gestão do Sistema Estadual de Cultura

Para além do apoio, fomento e incentivo a ações culturais, a secretaria definiu como prioridade, o fortalecimento e o aprimoramento da gestão das políticas públicas de cultura. Para tanto, iniciou a gestão realizando audiências públicas nas cidades-polo das oito regiões histórico-culturais do Estado (Paranaguá, Ponta Grossa, Guarapuava, Londrina, Maringá, Pato Branco, Cascavel e Curitiba), envolvendo, diretamente, 1.319 artistas, agentes e produtores culturais e dirigentes públicos de cultura de 145 municípios paranaenses. Dessa forma foram envolvidos, em um debate amplo, democrático e participativo, representantes de todas as áreas artísticas, para que, em conjunto, fossem definidas as prioridades para cada uma das áreas. Essa aproximação possibilitou o diagnóstico com vistas ao aprimoramento da gestão e ao planejamento de políticas públicas que resultou na publicação de um relatório de 80 páginas, que registra um importante panorama, real e atualizado, das demandas na área da cultura em todo Estado. Esse processo norteou a elaboração do Plano Plurianual de Cultura (PPA) - 2020 a 2023.

Para que não haja interrupção da ação do controle social da gestão das políticas culturais, por meio do Conselho Estadual de Cultura, a SECC convocou, por decreto do governador, a Conferência Estadual de Cultura, visando à eleição para recomposição do CONSEC, cuja eleição está prevista para 04 de dezembro de 2019.

Para facilitar o acesso à cultura, a secretaria busca promover uma maior interatividade entre os produtores culturais e o público. A SECC lançou o aplicativo Cultura Paraná, onde são disponibilizadas informações de ações culturais que acontecem em todo Estado. O aplicativo pode ser baixado diretamente em qualquer dispositivo que tenha acesso/comunicação com a rede mundial de computadores e, nele, o usuário poderá filtrar as informações sobre os eventos culturais por município, área cultural de interesse, data, entre outras preferências. Essa escolha, de outro lado, subsidiará os gestores de cultura na análise das expectativas e preferências do público por região, permitindo a fruição de eventos, *shows*, espetáculos e festivais de forma mais assertiva.

A SECC neste ano buscou cumprir as diretrizes traçadas pelo Plano Estadual de Cultura do Paraná (PEC/PR), instituído pela Lei 19.135/2017. As ações contidas nesse relatório possibilitaram o acesso direto à cultura de 1.078.163 de pessoas. Tal alcance se deve ao esforço da Secretaria, vinculadas e parceiros envolvidos no processo de disseminação cultural no Estado do Paraná.

7.1.4 Comunicação

O Estado deve manter uma comunicação forte e atuante que possa, além de produzir bons conteúdos, noticiar os acontecimentos que ocorrem no âmbito decisório do governo que irão impactar diretamente na vida de toda população.

Quando se fala na estrutura da comunicação institucional dentro do Paraná, fala-se do que é transmitido pelas plataformas de divulgação, mas, também, de toda engrenagem que deve estar em harmonia, para levar informação de qualidade não somente ao povo paranaense, mas a todos e a todas que de alguma maneira tenham acesso ao conteúdo.

Seguindo essa atribuição, todas as coordenações desenvolvem um trabalho em conjunto, primando pela integração, a fim de produzir conteúdo e divulgar as ações da administração direta e das empresas de economia mista.

O eixo estrutural de trabalho e o esforço conjunto têm como uma das diretrizes a divulgação pelos meios de comunicação do Estado do Paraná, as ações e realizações do governo nas mais diferentes frentes de atuação, contemplando todas as secretarias existentes.

A SECC, por meio de suas coordenações de comunicação, é responsável pela produção e divulgação de campanhas de interesse da população e de utilidade pública que, além de informar, trazem transparência aos serviços realizados por diversos órgãos estatais e/ou seus pares legalmente constituídos, como: DETRAN, SANEPAR, COPEL, COMPAGÁS, Fomento Paraná e APPA.

A busca contínua por realizar um trabalho de excelência no que se refere à produção de conteúdo e divulgação de informações, praticamente em tempo real, faz com que se alcance números expressivos, como os da rede mundial de computadores. Nas redes sociais, até outubro, contou com cerca de: a) 352.000 seguidores no *Facebook*; b) 27.300 seguidores no *Instagram*; c) 26.400 seguidores no *Twitter*; d) 1.300.529 visualizações no *YouTube*; e) 5.300 seguidores no *Facebook* Viaje Paraná; f) 3.500 seguidores no *Instagram* Viaje Paraná.

O site da Agência de Notícias do Paraná (www.aen.pr.gov.br), principal plataforma para publicação de notícias dos órgãos do Estado, recebeu 4.198.128 visualizações, tendo sido publicados: 3.562 textos (reportagens), 4.757 áudios (notícias para rádio), 29.411 fotografias e 742 vídeos.

O conteúdo disponibilizado nas plataformas é de livre utilização pelos meios de comunicação (jornais, revistas, sites, rádios e televisões), com a recomendação de que seja atribuído crédito para a Agência no caso de publicação/veiculação da reportagem.

A SECC promoveu e operacionalizou ações voltadas ao setor da comunicação, que figura como um dos braços da secretaria, para levar as informações do Estado aos quatro cantos do Paraná. Na maioria das vezes, quando se fala em comunicação, todos pensam em transmissões televisivas e

radiofônicas, e neste sentido o Estado do Paraná conta com a Rádio e Televisão Educativa do Paraná (RTVE), que consiste na união da TV Paraná Turismo com as rádios Paraná Educativa FM e AM.

Esse veículo de informação paranaense alcança toda a América do Sul, por meio de transmissões via operadoras de TV, parabólicas, plataformas digitais e analógicas. A TV transmite em várias plataformas com o objetivo de alcançar o maior número de regiões, divulgando o Paraná e levando informação para todos os interessados.

O lançamento da TV Paraná Turismo, no mês de maio, fez com que o turismo paranaense fosse impulsionado por uma programação diversificada e de qualidade, valorizando as belezas naturais, a cultura, o meio ambiente, a vida ao ar livre e a gastronomia local. A TV Paraná Turismo sofreu mudanças em sua estrutura física para poder atender as novas diretrizes traçadas, tanto que tal informação se reveste de verdade quando noticiou que agora a TV possui três estúdios para a produção e a gravação dos seus programas - no passado era apenas um estúdio.

Com as novas diretrizes e mudanças realizadas, a TV passou a produzir 80,0% de seus programas dentro das fronteiras do Estado, e a grade de programação foi dividida em macrotemas: a) agricultura - 01; b) arte - 01; c) cultura - 04; d) educação - 04; e) entrevistas - 02; f) história e cultura - 02; g) meio ambiente - 05; h) música - 01; i) notícias - 02; j) boletins exibidos como interprogramas sobre a agenda do governador - em média 04 inéditos por dia; k) entretenimento - 01; l) pesca esportiva - 02; m) curta-metragem - 01. A seguir cita-se exemplos de programas exibidos:

- ▶ Turismo em Pauta - diferentes segmentos do turismo no Paraná são abordados, entre eles: turismo de negócios, sustentável/ecológico, náutico e religioso.
- ▶ Identidade Paraná - entretenimento e muita cultura. O programa aborda de forma leve e descontraída a produção cultural paranaense.
- ▶ Descubra Paraná - revista eletrônica sobre o Estado, que reúne dicas de turismo.
- ▶ AgroTur- utiliza elementos da *internet* e uma linguagem moderna, dinâmica, divertida e relevante para falar sobre agricultura.
- ▶ Aventuras do Richard no Paraná - o biólogo e conservacionista Richard Rasmussen explora o Paraná em busca dos destinos turísticos do Estado.

A Rádio Paraná Educativa deu prosseguimento à programação já consolidada, aproximando-se mais dos seus ouvintes por meio de aplicativos para celular. Além disso, a ampliação da utilização da tecnologia digital móvel por parte da população paranaense teve como consequência a maior interatividade com os âncoras, por meio do *WhatsApp*.

Neste ano, a programação das rádios contou com uma gama de programas, nas mais diversas áreas do entretenimento e informação:

- ▶ Programação 97.1 FM: a) 38 programas musicais; b) 06 musicais com entrevistas; c) 03 musicais com literatura; d) 01 programa de jornalismo; e) 04 interprogramas.
- ▶ Programação 630 AM: a) 10 programas musicais; b) 04 musicais com entrevistas; c) 02 musicais com literatura; d) 01 programa de entrevista; e) 01 programa de esporte; f) 01 programa de Informação/Direito; g) 03 interprogramas.

A comunicação de maneira geral não atua somente em uma plataforma de divulgação ou de alcance. Não existe mais a possibilidade de atuar somente com rádio e TV. Na era da inovação e da interação, é preciso buscar um alcance maior. Sendo assim, neste ano alcançou os seguintes números com as rádios e TV, nas redes/mídias sócias:

- ▶ Acesso ao site da RTVE: a) 115.018 usuários; b) 112.094 novos usuários; c) 451.182 visualizações de página; d) duração média da sessão - 02'55".
- ▶ As redes sociais da RTVE apresentavam os seguintes números em 11 de outubro: a) 53.956 seguidores no *Facebook* (página da TV + rádio); b) 7.397 seguidores no *Instagram* (TV); c) 10.300 inscritos no *YouTube*; d) 71.653 seguidores nas redes; e) engajamento total no *Facebook* - 94.000; f) média de alcance *Facebook*/dia: 1.000

7.2 DESTAQUES

Elaboração do Plano Plurianual 2020 a 2023 - contou com a participação dos diferentes atores da cena cultural, por meio das audiências públicas, realizadas nas oito macrorregiões históricas e culturais do Estado, envolvendo, diretamente, 145 municípios e 1.319 artistas das áreas de: audiovisual; música; ópera; dança; teatro; livro, leitura e literatura; circo; museus; artes visuais; patrimônio histórico e cultural e dirigentes públicos. Esta escuta ativa, realizada de forma democrática e participativa possibilitou a elaboração do plano plurianual mais eficiente, no sentido de atender as necessidades latentes da sociedade e dos gestores públicos, no campo da cultura.

Redefinição dos critérios do PROFICE, estabelecendo duas modalidades de acesso aos recursos: a) Modalidade 1 - Curitiba/Capital; b) Modalidade 2 - demais municípios do Estado. Esta medida excluiu a Capital da concorrência com os produtores do interior do Estado, garantindo a descentralização dos recursos, bem como o surgimento de novos talentos na produção cultural paranaense. Portanto, mais do que o acesso à cultura o que se buscou foi efetivar a ampliação da participação nos meios para produção.

Na esteira do fortalecimento das políticas públicas de cultura, a SECC encaminhou para a Assembleia Legislativa do Estado o anteprojeto de lei que visa à institucionalização do Sistema Estadual de Cultura que, entre outros benefícios, visa à implementação do cofinanciamento das políticas

públicas de cultura, entre União, Estado e municípios, inclusive na modalidade fundo a fundo, cujas medidas garantirão a sustentabilidade das políticas públicas culturais, conforme o Sistema Nacional de Cultura.

7.3 PERSPECTIVAS

Visando ao aprimoramento da gestão das políticas públicas de cultura, foi firmado um termo de cooperação técnica com a Universidade Estadual de Ponta Grossa para a capacitação de mil gestores públicos, no ano de 2020, por meio de curso de pós-graduação (360 horas) na modalidade a distância, facilitando o acesso e a adesão dos alunos ao curso. Concomitantemente, serão formados mil produtores culturais, envolvendo 100,0% dos municípios paranaenses. Essas ações determinarão mudanças radicais na forma de fazer cultura no Paraná, permitindo o resgate e a preservação da cultura de seu povo, por meio de manifestações e eventos culturais consistentes, capazes de gerar ainda fortalecimento do turismo, trabalho, emprego, renda, inclusão social e econômica de nossa gente.

Está previsto o lançamento da Unidade Paraná Criativo que visa o desenvolvimento da dimensão econômica da cultura, cujo potencial mostra-se promissor no desenvolvimento do turismo cultural, do artesanato e da gastronomia que tenham como objeto o resgate das tradições e das manifestações culturais, entre outras modalidades de incentivo à geração de trabalho, emprego e renda aliado ao mundo da cultura.

E por fim, dando continuidade ao Programa de Incentivo à Cultura - PROFICE, os proponentes que já estão autorizados a captar recursos junto às empresas incentivadoras deverão apresentar os seus resultados até o fim do primeiro semestre de 2020. Para tanto a SECC acompanha todos os processos liberados de forma contínua, primando pelo bom desempenho dos proponentes e pela transparência dos recursos liberados. O terceiro edital do mesmo programa possui o montante de R\$ 33,0 milhões, a serem liberados aos projetos que forem aprovados, e assim, autorizados a captarem os recursos necessários para a realização das ações propostas.

SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

8 SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA (SEIL)

A Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística (SEIL) tem por missão a promoção de ações para a implantação e gestão da política de infraestrutura e logística, centrada no desenvolvimento sustentável e na priorização de investimentos.

Em atendimento a sua finalidade de promover ações eficazes, para possibilitar a circulação de pessoas e mercadorias com segurança; reduzir custos operacionais; e ofertar infraestrutura rodoviária, ferroviária, aeroviária, aquaviária e dutoviária, condizentes com a demanda da sociedade paranaense, a SEIL é composta por suas unidades programáticas:

- ▶ Coordenação de Gestão de Planos e Programas de Infraestrutura e Logística (CGPP) - planejar, regulamentar, monitorar e implantar ações para a gestão de programas e projetos intermodais de infraestrutura e logística;
- ▶ Departamento de Fomento Municipal para Ações de Infraestrutura e Logística (DFIL) - celebração, gestão e acompanhamento de convênios e termos de cooperação com municípios. Além disso, realização de atividades rotineiras de informação de sistemas, tramitação de processos, e o planejamento de ações programáticas futuras;
- ▶ Departamento de Gestão de Projetos e Obras (DGPO) - planejar, regulamentar e implantar ações para a melhorias e inovações da gestão de projetos e obras de infraestrutura de transportes e de edificações de prédios públicos.

Na estrutura descentralizada, atua por meio de suas unidades vinculadas: Departamento de Estradas de Rodagem (DER), Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (APPA) e Estrada de Ferro Paraná Oeste S.A. (FERROESTE).

8.1 PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

8.1.1 Modal Rodoviário

Firmado convênio com a Itaipu Binacional e o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) para construção da 2ª ponte entre Brasil (município de Foz do Iguaçu) e Paraguai (município de Presidente Franco) e seu respectivo acesso, nos quais serão investidos aproximadamente R\$ 450,0 milhões (aporte integral da Itaipu).

Foram celebrados oito Termos de Cooperação com municípios para cessão de elementos de concreto armado (vigas, lajotas e guardarodas) visando a construção, reestruturação ou manutenção

de pontes. Foi realizada também, pelo DFIL, a gestão e o acompanhamento de 68 convênios em andamento (celebrados entre os anos de 2017 e 2018), os quais totalizam R\$ 238,0 milhões em transferências voluntárias a municípios com o objetivo de executar pavimentação asfáltica, recape de massa asfáltica, pavimentação poliédrica, pavimentação de sextavado e reperfilamento em vias municipais, além da construção de ponte e trincheira.

Na esfera do planejamento infraestrutural foi efetivada a regulamentação do Sistema Rodoviário Estadual (SRE), coordenação de ações de municipalização e estadualização de rodovias.

8.1.2 Modal Aeroviário

Celebrado convênio com o município de Umuarama para aquisição de equipamentos para o aeroporto municipal, no valor de R\$ 727,0 mil (parte do Estado).

A CGPP exerceu apoio técnico institucional aos administradores aeroportuários com o objetivo de melhorar a gestão e operação aeroportuária no Estado; apoio institucional e logístico à implementação do programa Voe Paraná - que instituiu voos de passageiros em 10 aeroportos regionais do Estado.

8.1.3 Modal Aquaviário

Desenvolvidas ações de regulamentação e estruturação do transporte aquaviário, por meio da coordenação do Grupo de Trabalho Interinstitucional (GT) Estruturação do Transporte Aquaviário; gestão dos convênios de delegação n.º 067/2016 e n.º 068/2016 junto às prefeituras de Pontal do Paraná e Paranaguá, respectivamente, para a exploração dos terminais aquaviários de Pontal do Sul e Ilha do Mel; elaboração, revisão e envio à Procuradoria-Geral do Estado (PGE) e Agência Reguladora do Paraná (AGEPAR) de anteprojeto de Lei que dispõe sobre o Sistema de Transporte Aquaviário Intermunicipal de Passageiros e de Veículos do Estado.

8.1.4 Infraestrutura Multimodal

No que se refere ao Programa BID - Multimodal, prestou apoio técnico na coordenação do programa de Empréstimo Internacional: Programa de Infraestrutura e Logística com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) - no valor de US\$ 435,0 milhões. Encaminhamentos para a contratação das ações previstas no Programa, com a contratação de estudos e projetos multimodais para: a) elaboração do Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica, Ambiental e Jurídica (EVTEA-J) dos projetos Nova Ferrovia Paranaguá (PR) a Maracaju (MS) e do ramal ferroviário Cascavel-Foz do Iguaçu; b) elaboração do Plano Estadual de Logística e Transportes do Paraná (PELT-PR); c) elaboração de projetos executivos e obras de correção de pontos críticos da FERROESTE; d) elaboração do Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTEA) das linhas de transporte aquaviário de passageiros do Litoral Norte do Estado do Paraná; e) elaboração dos Planos Diretores

Aeroportuários de Umuarama e de Pato Branco a fim de garantir a continuidade da operação de vôos regulares de passageiros nestes dois aeroportos.

Para a execução destas ações foram elaborados os respectivos Termos de Referência e iniciado processo de contratação por meio dos procedimentos licitatórios do BID.

8.1.5 Inovação

Publicação do Decreto nº 3080/2019, de 15 de outubro de 2019, que institui a Estratégia BIM PR: Paraná Rumo à Inovação Digital nas Obras Públicas para o Fomento e Implantação *do Building Information Modeling (BIM)* no Estado do Paraná, até 2022. Tem a finalidade de promover a inovação tecnológica para melhoria da qualidade de projetos e obras públicas. Para implementação da Estratégia BIM PR foram instituídos o Comitê Gestor da Estratégia BIM PR (CG-BIM) e o Grupo Técnico (GTEC-BIM), responsáveis pela estruturação do setor público estadual para a adoção do *BIM*. A primeira ação prevista é a elaboração dos Planos de Implantação BIM Institucionais dos órgãos integrantes do Comitê Gestor da Estratégia BIM PR (CG-BIM), a qual já foi iniciada e está sob a coordenação do Departamento de Gestão de Projetos e Obras (DGPO) e conta com o apoio da CELEPAR, Casa Civil, Secretaria de Estado da Fazenda e Secretaria de Estado do Planejamento e Projetos Estruturantes.

Entre as ações realizadas, tendo em vista a 2ª fase do Plano de Fomento à Implantação da Tecnologia *Building Information Modeling (BIM)*, estão a realização de eventos e encontros técnicos e elaboração de termo de cooperação técnica com a Prefeitura de Ponta Grossa, para apoiar na elaboração de Termo de Referência e Edital para contratação dos projetos e obras em BIM do Aeroporto de Ponta Grossa, tendo como destaque a formação de Grupo Técnico de Trabalho composto pela Secretaria de Aviação Nacional, Prefeitura de Ponta Grossa e SEIL, visando definir modelo para contratação de projetos e obras aeroportuárias em BIM.

8.2 PERSPECTIVAS

- ▶ Celebração de aproximadamente 100 novos convênios com municípios para revitalização de aeródromos, de pavimentação asfáltica/poliédrica/bloket, construção de pontes, implantação de ciclovia, contratação de Projeto Executivo de Engenharia, implantação de intersecções em nível, implantação de drenagem e sinalização.

Conclusão dos Estudos contratados por meio do Programa de Infraestrutura e Logística com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID): a) Planos Diretores Aeroportuários de Umuarama e Pato Branco e suas posteriores doações aos municípios; b) conclusão do EVTEA das linhas de transporte aquaviário de passageiros do Litoral Norte do Estado do Paraná; c) conclusão do Plano Estadual de Logística e Transportes do Paraná - PELT-PR; d)

acompanhamento do EVTEA-J dos projetos: Nova Ferrovia Paranaguá (PR) a Maracaju (MS) e do ramal ferroviário Cascavel- Foz do Iguaçu.

- ▶ Obtenção dos primeiros resultados da implantação do BIM nas instituições que compõem o Comitê Gestor da Estratégia BIM PR.
- ▶ Realização de consulta pública da Minuta do Caderno de Especificações Técnicas para Contratação de Projetos em BIM para Infraestrutura Rodoviária. (Caderno Orientador nº12).
- ▶ Ampliação da rede BIM por meio da assinatura do Acordo de Cooperação Técnica assinado pelo Consórcio de Integração Sul e Sudeste (COSUD).

8.3 DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM (DER)

Tem por missão garantir a movimentação adequada de pessoas e bens nas rodovias integrantes do Sistema Rodoviário Estadual. A malha rodoviária federal e estadual, sob sua responsabilidade é de 11.502,82 km de extensão e 690,1 km são de rodovias estaduais concedidas.

QUADRO 1 - RODOVIAS ESTADUAIS SOB RESPONSABILIDADE DO DER E CONCESSIONADAS, NO ESTADO DO PARANÁ - 2019

RESPONSABILIDADE	NÃO PAVIMENTADA (NPV)	PAVIMENTADA			EM OBRAS			TOTAL (km)
		PISTA SIMPLES (PAV)	PISTA DUPLA (DUP)	TOTAL PAVIMENTADA (km)	PISTA SIMPLES (EOP)	PISTA DUPLA (EOD)	TOTAL EM OBRAS (km)	
DER	1.643,20	9.703,82	130,98	9.834,80	14,02	10,80	24,82	11.502,82
Concessão Estadual	-	416,91	243,74	660,65	-	30,26	30,26	690,91
TOTAL (Rodovias Estaduais) (km)	1.643,20	10.120,73	374,72	10.495,45	14,02	41,06	55,08	12.193,73

8.3.1 Principais Realizações

- ▶ Obras Rodoviárias - os programas existentes têm por objetivo melhorar as condições de trafegabilidade nas rodovias estaduais, por meio de construção de rodovias, duplicações com ampliação de capacidade, pavimentação e serviços de conservação da malha rodoviária. O Estado investiu R\$ 593,0 milhões, até setembro de 2019, nos contratos de obras rodoviárias (tabela 1).

TABELA 1 - OBRAS RODOVIÁRIAS EM ANDAMENTO, SEGUNDO O VALOR DO INVESTIMENTO (EM REAIS) E TIPO DE AÇÃO - PARANÁ

Obras	Investimento em 2019 (R\$)
Duplicação/ Contorno/ Implantação do Pavimento	R\$ 184.957.067,93
Obras de Recuperação do Pavimento	R\$ 42.785.418,58
Conservação de Rodovias (PERC II)	R\$ 365.548.131,05
TOTAL	R\$ 593.290.617,56

- 2019

- ▶ Conservação da Malha Rodoviária - o Programa Estadual de Recuperação e Conservação de Estradas Pavimentadas (PERC II), iniciou com novos contratos, em julho de 2018, para a continuidade dos serviços de conservação e manutenção da malha rodoviária estadual, com

serviços de reperfilamento, tapa buracos, remendo profundo, remendo superficial, micro reperfilagem, roçada, sinalização, limpeza de bueiros e outros, abrangendo toda a malha rodoviária sob sua responsabilidade. O PERC II é subdividido em três subprogramas: a) Conservação e Recuperação Descontínua com Melhoria do Estado do Pavimento (CREMEP II) - que atende 4.179,30 km; b) Conservação Rotineira de Pavimentos (COPII) - abrangendo 6.057,86 km; c) Conservação da Faixa de Domínio - que compreende 11.581,65 km.

- ▶ Rodovias concessionadas com obras concluídas: a) duplicação - BR-277 - perímetro urbano de Guarapuava (km 344,0 ao km 345,2 e km 349,3 ao km 350,2), 2,0 Km; b) duplicação BR-277 - perímetro urbano de Cascavel (km 580,4 ao km 583,6), 3,1 Km; c) duplicação - BR-277 - trecho Relógio - Guarapuava (Rio das Pedras-Rio das Mortes), d) duplicação - BR-376 - trecho Apucarana - Ponta Grossa (Trecho X - Imbaú) 4,5 Km; e) duplicação - BR-376 - entre Nova Esperança - Mandaguaçu, 23,9 Km; f) duplicação - BR-476 - perímetro urbano de Guarapuava a Mariental, 3,5 Km; g) duplicação - PR-317, entre Floresta - Peabiru (variante do Rio Ivaí), 42,1 Km.
- ▶ Rodovias concessionadas com obras em andamento: a) duplicação - BR-369 - perímetro urbano de Corbélia, 5,3 Km; b) duplicação - BR-376 - entre Paranavaí e Nova Esperança, 30,2 Km; c) duplicação - BR-376 - trecho Apucarana - Ponta Grossa (Trecho III), 6,5 Km; d) duplicação - BR-376 - trecho Apucarana - Ponta Grossa (Trecho IV - Entroncamento BR-153) 8,5 Km; e) duplicação - BR-376 - trecho Apucarana - Ponta Grossa (Trecho V - Alto do Amparo), 10,0 Km; f) duplicação - BR-376 - trecho Apucarana - Ponta Grossa (Trecho XV - Ortigueira), 5,0 Km; g) duplicação - BR-376 - trecho Apucarana - Ponta Grossa (Trecho XXIII - Marilândia do Sul), 4,40 Km; h) duplicação - BR-376 - trecho Apucarana - Ponta Grossa (Trecho XXI), 9,40 Km; i) duplicação - BR-151 - trecho Jaguariaíva - Piraí do Sul (Trecho I - Jaguariaíva), 7,1 Km; j) duplicação - BR-376 - trecho Apucarana - Ponta Grossa (Trecho XXII), 17,0 Km; k) duplicação - BR-376 - trecho Apucarana - Ponta Grossa (Trecho XXVI), 11,0 Km; l) duplicação - BR-376 - trecho Apucarana - Ponta Grossa (Trecho VIII), 8,3 Km; m) duplicação - BR-376 - trecho Apucarana - Ponta Grossa (Trecho IX-A) 7,7 Km; n) duplicação - BR-376 - trecho Apucarana - Ponta Grossa (Trecho XXIV - Apucarana) 5,0 Km; o) duplicação - BR-376 - trecho Apucarana - Ponta Grossa (trecho XVII), 4,0 km, p) duplicação - BR-369, entre Cornélio Procópio - Jataizinho, 34,4 Km.

8.4 ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA (APPA)

Em 2019, a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (APPA), mudou o nome fantasia para Portos do Paraná. A nova identidade visual, adota um conceito moderno, direto e simples. A ideia é representar os portos paranaenses como terminais globais, eficientes e diversificados.

O Paraná foi o primeiro Estado do Brasil a receber autonomia para administrar contratos de exploração de áreas dos portos organizados. O convênio de delegação de competência foi formalizado em agosto, na Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA).

Com a medida, a gestão dos arrendamentos de instalações portuárias, que antes eram definidos pela Secretaria Nacional de Portos, passaram a ser controlados pela empresa pública Portos do Paraná. A independência comprova o alto nível técnico dos portos paranaenses.

As ações executadas pela autoridade portuária demonstram a efetiva aplicação dos recursos oriundos de tarifas pagas pelos usuários, proporcionando a infraestrutura adequada, e assim, a continuidade das relações econômicas internacionais.

Os Portos do Paraná realizam o maior conjunto de obras de recuperação, repotenciamento e reformas da história. Até o final de 2019 serão mais de R\$ 664,0 milhões investidos na infraestrutura marítima e portuária, além de melhoria dos acessos terrestres.

Em 2020, ficará pronta a expansão do cais, com ampliação do berço de atracação 201 e modernização dos berços 201 e 202. No mar, novas campanhas de dragagem já estão programadas para os próximos cinco anos e a contratação da derrocagem vai permitir a explosão de pedras que são obstáculos para a navegação na entrada do Porto de Paranaguá.

Além disso, a administração portuária entregou em setembro o novo viaduto na entrada da cidade e revitalizar a avenida Bento Rocha, principal acesso de caminhões ao Porto de Paranaguá. O Governo do Estado também anunciou a licitação do projeto executivo da avenida Ayrton Senna, garantindo mais segurança no trânsito e capacidade de tráfego.

8.4.1 Projetos Estruturantes

O Porto de Paranaguá tem se mostrado eficaz na execução de suas ações visando o cumprimento de um papel estratégico no cenário nacional, onde disponibiliza um aparato de infraestrutura, garantindo aos produtos que passam pelos Portos do Paraná competitividade e qualidade. As principais obras em andamento são:

8.4.1.1 Infraestrutura Marítima

Obras relacionadas a recuperação e manutenção nos canais de acesso, na bacia de evolução e de manobras e nos berços de atracação:

- ▶ Modernização dos Berços de Atracação 201 e 202 e ampliação do Berço 201 - em andamento reforço estrutural dos berços existentes 201 e 202 e prolongamento do berço 201, com uma extensão de 100m. Novo sistema mecânico e automação para alimentar os novos *shiploaders* (carregadores de navio) com capacidade de 2.000 toneladas por hora, cada; com investimento de R\$ 177,0 milhões.

- ▶ Dragagem de manutenção do canal de acesso de Paranaguá e Antonina - em andamento, remoção do assoreamento dos canais de acesso, bacias de evolução e dos berços de atracação para manter as profundidades pré-estabelecidas, com investimento de R\$ 403,0 milhões.
- ▶ Derrocagem - em contratação; remover formações rochosas que são obstáculos para a navegação na entrada do Porto de Paranaguá, com investimento de R\$ 32,0 milhões.

8.4.1.2 Infraestrutura Terrestre

Obras diretamente relacionadas às operações portuárias, realizadas em áreas operacionais e de acesso, essenciais para ganhos de produtividade na movimentação de carga:

- ▶ Recuperação da avenida Bento Rocha - em andamento; principal via de acesso ao Porto de Paranaguá terá novo pavimento de concreto, nova sinalização vertical e horizontal e nova ciclovia em 2,9 quilômetros de extensão; com investimento de R\$ 15,9 milhões.
- ▶ Novo viaduto na BR 277 - entregue; execução da construção do viaduto na entrada da cidade, onde a BR-277 se divide entre as avenidas Ayrton Senna da Silva e Bento Rocha, para melhorar o fluxo de carros e caminhões; com investimento de R\$ 12,7 milhões.
- ▶ Projeto executivo da avenida Ayrton Senna - em contratação; contratação do projeto executivo de engenharia para restauração e ampliação de capacidade da Av. Ayrton Senna da Silva, um dos acessos ao Porto de Paranaguá; com investimento previsto de R\$ 3,3 milhões.
- ▶ Projeto para modernização do Corredor de Exportação - em estudo técnico; projeto executivo para obras de repontecimento da estrutura do Corredor de Exportação de grãos; com investimento previsto de R\$ 4,0 milhões.
- ▶ Fornecimento de correias transportadoras - em licitação; contratação de novas correias transportadoras para as esteiras que atendem os três berços de atracação do Corredor de Exportação; com investimento previsto de R\$ 7,0 milhões.
- ▶ Sistema de drenagem na faixa portuária- em licitação; execução do sistema para drenagem de água da chuva na extensão do cais de atracação; com investimento previsto de R\$ 18,4 milhões.
- ▶ Recuperação do píer de inflamáveis - em licitação; obras de reforma e manutenção no píer de líquidos inflamáveis; com investimento previsto de R\$ 41,0 milhões.

8.5 ESTRADA DE FERRO PARANÁ OESTE S.A. (FERROESTE)

A Estrada de Ferro Paraná Oeste S.A., FERROESTE, sociedade de economia mista que tem no Governo do Paraná seu maior acionista, foi criada em 15 de março de 1988 tendo por objeto a construção, operação, administração e exploração comercial de vias ferroviárias nacionais, de terminais ferroviários, de silos e demais sistemas de armazenagem. Controlada pelo Estado do Paraná

com 99,68% de participação acionária, detém concessão federal para construção, uso e gozo de estrada de ferro e ramais necessários à viabilidade da ferrovia.

A FERROESTE opera em um trecho com 248,6 km entre Cascavel e Guarapuava, e conta com estruturas em:

- ▶ Cascavel: a) Terminal Ferroviário de Cargas - com 1,6 milhão de m², 17 empresas instaladas e capacidade estática para 520 mil toneladas; b) Terminal de Armazenamento e Transbordo - que conta com 30 colaboradores e capacidade de 6.000 toneladas associado ao do parceiro Cargil com mais 40.000 toneladas de operação; c) Sede Administrativa com 15 colaboradores nas diversas áreas de gestão das operações da empresa; d) Concessionários - Yara Fertilizantes, com capacidade de 60.000 toneladas; Coopavel, com capacidade de 50.000 toneladas; Moinho Iguaçu, com capacidade de 120.000 toneladas; AB Insumos, com capacidade de 86.000 toneladas; Bunge, com capacidade de 70.000 toneladas; Votoran, com capacidade de 2.000 toneladas.
- ▶ Guarapuava: a) Estação Ferroviária - que abrange operação, oficina mecânica e via permanente contando com 60 colaboradores; b) Posto de Locomotivas e Vagões - contam com 14 locomotivas, 450 vagões e 30 colaboradores operadores mecânicos; c) Sede Administrativa para os colaboradores que trabalham nas operações nesta sede; d) Clientes - Cooperativa Agrária, contando com o maior silo de capacidade estática da América Latina, ou seja, operação para 300.000 toneladas; Lustosa Agrológica; que vem a ser um terminal intermodal privado com operação de carregamento de grãos e cimento atualmente.

A FERROESTE realizou o transporte de mais de 750.000 toneladas úteis (TU), até agosto, sendo 40% acima do transportado em 2018. Até o final do ano de 2019, o volume transportado deverá ultrapassar 1.000.000 toneladas úteis e o faturamento deverá ultrapassar R\$ 30,0 milhões. Todos estes valores são recordes absolutos sobre todos os anos pretéritos, em volume transportado e em faturamento realizado.

Do volume transportado, pode-se estratificar conforme segue, complexo soja com 53,0%, contêineres com 25% os quais transportam, na sua maioria, cargas de exportação de carnes, 19,0% de carga de cimento e as demais, fertilizantes entre outras cargas com 3,0%.

8.5.1 Planejamento Estratégico

A FERROESTE irá atuar em cinco pilares de modo a reestruturar, adaptar e modernizar sua gestão de modo a atender às demandas cada vez maiores de volume, produtividade e qualidade em serviços prestados, a saber:

- ▶ Clientes - A FERROESTE tem como um de seus objetivos estratégicos reforçar as atuações comerciais ao buscar e propor parcerias comerciais com clientes-chave da empresa no intuito de desenvolver os volumes operados ao aumentar sua produtividade. Para atender à demanda

crescente atendendo igualmente às normas da ANTT, a FERROESTE negocia um novo COE (Contrato de Operações Específico) com a concessionária RUMO, com a qual tem relações profissionais, de busca de resultados conjuntos e das melhores práticas de mercado nas diversas áreas da gestão, trabalhando em parceria onde existem ganhos mútuos para as empresas e para os clientes.

- ▶ Gestão de Despesas - A FERROESTE irá implementar sistema de gestão e controle de custos internos, envolvendo todos os colaboradores que hoje gerenciam os mesmos, de forma regular e com reuniões mensais para otimização e implementação de melhores práticas. Além da implementação de controle de custos, fará uma rediscussão e negociação dos contratos de modo a reduzir perdas e otimizar custos. Realizará auditoria nas contas por empresa especializada, além de levantar potenciais créditos fiscais. A FERROESTE irá aderir ao Plano de Eficiência Energética, programa este da COPEL, como forma de reduzir despesas em energia elétrica.
- ▶ Gestão de Pessoas - A FERROESTE já logrou êxito na negociação do novo ACT (Acordo Coletivo de Trabalho) junto ao Sindicato representante dos colaboradores, entre os quais não havia acordo há 5 anos, com validade até o final de 2020 e que, além de satisfazer os anseios dos colaboradores, representou uma economia para a FERROESTE de R\$ 1.250.000,00. Nesta esteira está prevista também a implementação de um novo Código de Conduta para os colaboradores, baseado nas melhores práticas de mercado, PDV Específico e revisão de organograma para adaptar a empresa às práticas atuais de mercado.
- ▶ *Compliance* e Gestão Eficiente - além do Código de Conduta, implementará o programa de *compliance* conforme as melhores práticas das empresas do Estado, revisão de todos os processos judiciais e abertura de Processos Administrativos que estejam estagnados.
- ▶ Programa Estruturante: a) reforma de vagões e linha férrea; b) Plano de Eficiência Energética; c) Fundação da Associação dos Concessionários do Terminal Cascavel; d) reforma dos pontos críticos da via com expectativa de R\$ 16,0 milhões em investimento; e) vistoria e manutenção de viadutos e pontes do Terminal Cascavel.

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA

9 SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA (SEAP)

A Secretaria de Estado da Administração e da Previdência (SEAP), órgão de natureza instrumental, é responsável pelos Sistemas Estruturantes de Administração Geral e de Recursos Humanos. A Estrutura Organizacional desta secretaria é composta por diferentes níveis de atuação, sendo que no seu nível de Direção Superior compete ao Secretário de Estado as funções estratégicas institucionais e administrativas. No que se refere à assessoria, cabe ao Gabinete e à Assessoria Técnica o apoio direto, estratégico e especializado ao Secretário. Além disso, representado pelo Diretor-Geral, em nível de Gerência, competem as funções relativas à inteligência e à liderança técnica do processo de integração interna da Secretaria.

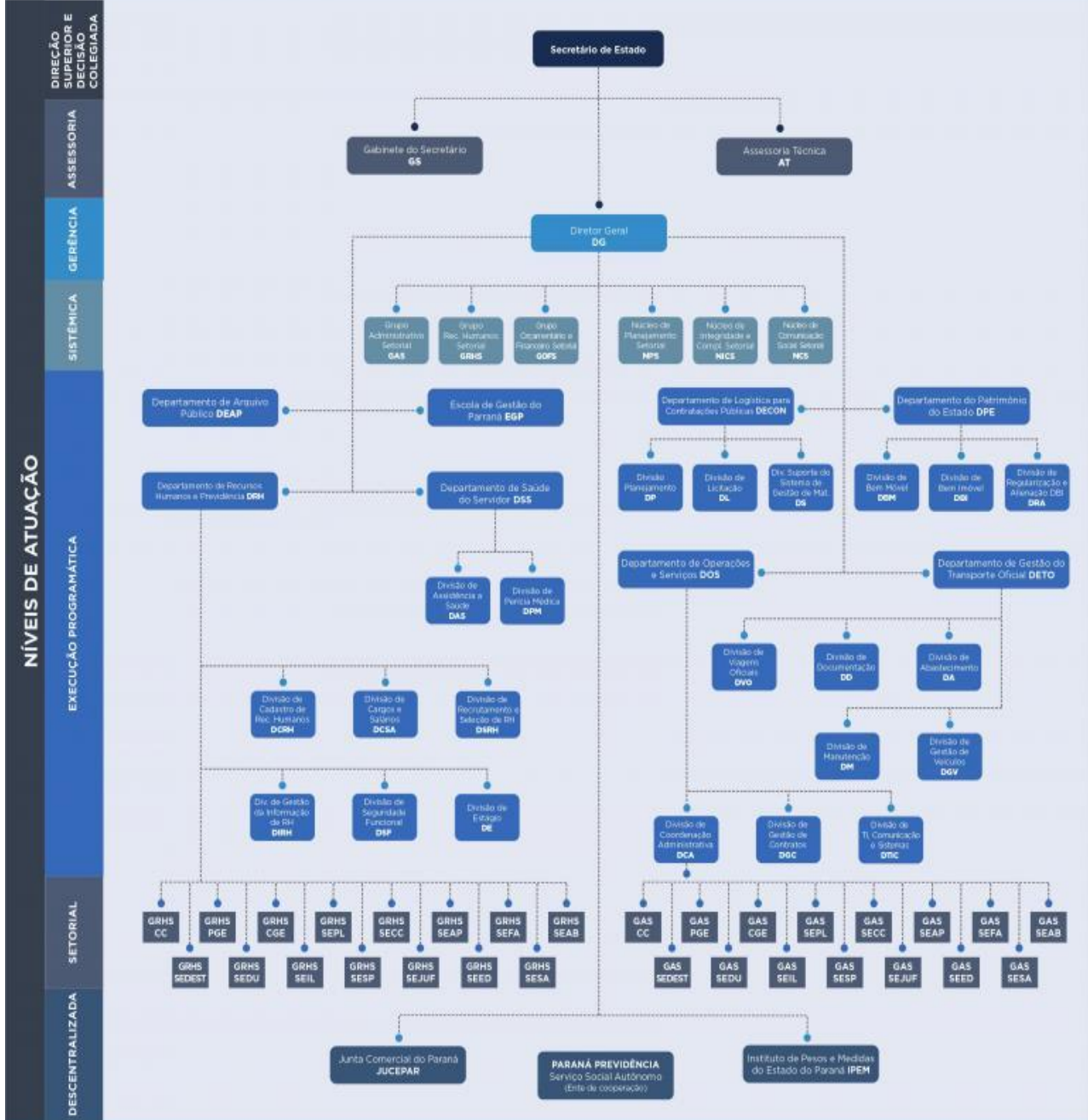
Com a finalidade de proporcionar meios para a execução das ações finalísticas dos órgãos de natureza substantiva, o nível Sistêmico desta Secretaria compreende grupos e núcleos setoriais prestadores de serviços nas áreas : a) de planejamento - Núcleo de Planejamento Setorial (NPS) b) administração - Grupo Administrativo Setorial (GAS); c) Recursos Humanos - Grupo de Recursos Humanos Setorial (GRHS); d) Finanças - Grupo Orçamentário Financeiro Setorial (GOFS); e) Controladoria Geral - Núcleo de Integridade e *Compliance* Setorial (NICS) e f) Comunicação Social - Núcleo de Comunicação Setorial; coordenados, respectivamente por suas secretarias.

A Execução Programática é representada por departamentos responsáveis pelas atividades fins desta Secretaria que incluem, no âmbito do Estado do Paraná: a) a administração de serviços essenciais para atender a demanda de órgãos e entidades - Departamento de Operações e Serviços (DOS); b) gestão do patrimônio - Departamento do Patrimônio do Estado (DPE); c) gerenciamento do Sistema de Assistência à Saúde (SAS) - Departamento de Saúde do Servidor (DSS); d) condução de procedimentos licitatórios realizados por meio do Sistema de Registro de Preços - Departamento de Logística para Contratos Públicos (DECON); e) gestão da frota oficial - Departamento de Gestão do Transporte Oficial (DETO); f) gestão de pessoas - Departamento de Recursos Humanos (DRH); g) gerenciamento de arquivos e documentos públicos - Departamento de Arquivo Público (DEAP) e h) desenvolvimento do servidor voltada à educação estratégica dos quadros públicos do Estado - Escola de Gestão (EG).

Ademais, compõe o nível de atuação descentralizada as entidades vinculadas o Serviço Social Autônomo Paraná Previdência e as Autarquias: Junta Comercial do Paraná (JUCEPAR) e o Instituto de Pesos e Medidas do Paraná (IPEM), este último vinculado à SEAP após a aprovação da Reforma Administrativa do Governo (Lei nº 18.848, de 03 de maio de 2019).



SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA



9.1 PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

9.1.1 Gestão Administrativa

Nesse âmbito desenvolveu ações e atividades voltadas à otimização e racionalização de custos, ação declarada no Decreto nº 515/2019; na renegociação de contratos, tendo sido avaliados e renegociados em torno de 350 contratos (limpeza, asseio e conservação, vigilância, reprografia, aluguel de imóveis, telefonia fixa, teleprocessamento de dados). No decorrer da reforma

administrativa, pela competência estabelecida para a SEAP quanto a contratos de serviços, participou com orientações técnicas na consolidação das determinações legais estabelecidas na Lei nº 19.848/2019, bem como nas regularizações de contratos de órgãos extintos e/ou incorporações.

Elaborou novo termo de referência e firmou contrato com a Companhia de Tecnologia do Paraná (CELEPAR), seguindo os procedimentos definidos pelo Decreto nº 8943, de 6 de março de 2018, para a elaboração do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação da SEAP.

O Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços (GMS) atende as demandas de registro, gestão e controle de processos de compra e contratação do Estado; sua base de dados atende as demandas de geração de remessas para demonstrativos contábeis, orçamentários, financeiros e gerenciais, de natureza legal e regulamentar, do Sistema Estadual de Informações, módulo Capitação Eletrônica de Dados (SEI-CED) do Tribunal de Contas do Estado (TCE), e do Portal da Transparência do Estado (PTE), da Secretaria de Estado da Comunicação Social (SECS), Integrado ao sistema GMS, o módulo Contratos é a ferramenta oficial e obrigatória de registro dos contratos administrativos do Estado (conforme Resolução Conjunta SEFA/SEAP de n.º 05/2014). O GMS permite reunir em uma aplicação *web* os registros de formalização de termos de contratos, aditamentos, apostilamento, garantias, previsões de pagamento, gestão, fiscalização técnica e financeira e relatórios gerenciais para a tomada de decisões.

Foram realizadas melhorias contínuas na usabilidade do GMS e adequações bem como maior integração com os sistemas e-Protocolo Digital, SEI-CED, B.I. e PTE. Até o final de novembro foram registrados, em diferentes estágios, cerca de 18.385 contratos, 15.193 alterações e atualizações destes contratos e 2.345 remessas ao SEI-CED do total de 64 entidades que compõem a Administração Estadual.

A integração do GMS ao *Business Intelligence (B.I.)*, possibilitou maior gestão e a geração de relatórios gerenciais de contratos e despesas administrativas, de gestão documental, tramitação e arquivamento do e-Protocolo Digital, da SEAP, e como base de dados para os Sistemas de *B.I.*, possibilitando a atender às necessidades de regulamentação dados pelo Decreto nº 5.389/2016, onde se encontra em desenvolvimento o módulo de geração de documentos digitais em expansão em todo o Estado, com os requerimentos legais de assinaturas digitais e eletrônica.

O Sistema e-Protocolo contabilizou, em 2019, 621.220 processos digitais - que correspondem a 80,1% de todos os processos do Estado. Com o protocolo digital o Executivo Estadual apresenta melhores resultados, como por exemplo: em 2018, um processo físico tramitava em média 151 dias; já em 2019, um processo digital tramita em média 56 dias. Com base na otimização de procedimentos das atividades administrativas. O projeto ainda se apresenta útil para outros órgãos e poderes que se relacionam com o Estado, tais como: COPEL, SANEPAR, entre outros.

9.1.2 Gestão de Logística para Contratações Públicas

Atuou de forma proativa junto ao Tribunal de Contas do Estado (TCE-PR) desenvolvendo um projeto de *webservice* do Sistema GMS para a 3ª Inspeção de Controle Externo para a captação de dados referentes a Licitações em tempo real.

Com o intuito de orientar, padronizar e dar celeridade aos processos licitatórios, foi elaborado o Manual de Instrução de Procedimentos Licitatórios, do Departamento de Logística para Contratações Públicas (DECON), em cumprimento à Resolução SEAP nº 2.893/2019.

Elaboração de minuta do Decreto nº 1.077/2019 de transmissão ao vivo de procedimentos licitatórios presenciais, conferindo maior transparência aos processos de aquisição e contratação do Estado, tendo sido transmitidas ao vivo, até outubro, 271 licitações.

Realização de pregões presenciais de registro de preço fomentando a participação de micro e pequenas empresas (MPEs) do Estado do Paraná. Até outubro, as aquisições e contratações com MPEs estão em torno de 19,0% do total licitado, cerca de R\$ 154,0 milhões. Foram realizados 10 pregões presenciais regionalizados permitindo uma maior participação de MPEs locais, no fornecimento de itens para as unidades de diversos órgãos ou secretarias localizadas no interior do Estado.

Concluída a licitação para o sistema de gerenciamento de empréstimos consignados aos servidores do Estado, que tramitava desde 2017. Com valor estimado inicial de R\$ 1,8 milhão, a empresa vencedora realizará o repasse no valor de R\$ 15,7 milhões em 12 meses, para o Fundo Estadual de Combate à Pobreza do Paraná (FECOP).

Até outubro, foram homologados mais de R\$ 500,0 milhões em licitações pela SEAP/DECON, com mais de R\$ 175,0 milhões (cerca de 24,0%) de economicidade em relação ao preço estimado inicial das licitações.

Encontram-se em andamento o desenvolvimento de convênios com Receita Federal e Caixa Econômica Federal para consulta e validação *on-line* do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), da Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União e do Certificado de Regularidade do FGTS (CRF). Desburocratizando o processo de cadastro de fornecedores para participar de licitações e de convenientes para celebrarem contratos administrativos.

9.1.3 Gestão Recursos Humanos

Tendo em vista a autorização governamental, estão sendo procedidas as concessões das promoções e progressões para 2019, que tem como previsão orçamentária R\$ 277,0 milhões.

Foi composto o grupo de trabalho para adequação de sistema de RH e migração das informações cadastrais para o processamento da folha das Universidades Estaduais que possuem

sistemas próprios, integrando-as ao sistema Meta4, o qual passará a ser o sistema único de processamento de folha

Realização de estudos pelo Departamento de Recursos Humanos e Previdência, em conjunto com a SEFA, PGE e SEJUF, para revisão das carreiras do Estado do Paraná e reestruturação de cargos públicos (Resolução Conjunta nº 1/2019 - SEAP, PGE, SEJUF e SEFA).

No decorrer do ano, foram realizados projetos para desenvolvimento e adequação de sistemas e processos de Recursos Humanos e Previdência voltados a implementação do e-Social. Considerando o anúncio do Governo Federal, quanto às ações para simplificação do projeto, as atividades foram suspensas em meados de 2019, aguardando orientações e redefinição do cronograma das atividades. Editada a Lei Complementar nº 217/2019, instituindo o Programa de fruição e indenização da Licença Especial e da Licença Capacitação no âmbito do Estado do Paraná, a partir de janeiro de 2020; o processo para regulamentação já foi iniciado.

Iniciou -se o desenvolvimento do sistema de Ponto Eletrônico e da revisão do regulamento acerca do horário de expediente na Administração Direta e Autárquica do Executivo Estadual. O sistema foi adequado à legislação vigente e implementado como projeto-piloto na SEAP em junho. O ponto eletrônico foi implantado em fase teste nos seguintes Órgãos: SEJUF, SEPL, SEFA, PGE, SECC e Receita/PR. No ano de 2020 será implementado nos demais órgãos do Estado.

Foram nomeados administrativamente e por determinação judicial 216 servidores em decorrência de concursos públicos. Foram disponibilizadas, até outubro, 46.436 bolsas auxílio para estagiários do ensino médio, médio técnico e superior.

Edição dos Decretos nº 2671 e nº 2672 relativos aos auxílios alimentação e transporte, respectivamente. O primeiro fixando o valor do Auxílio-alimentação em R\$ 106,86 e o segundo reajustando em 2,76% o valor do auxílio-transporte aos servidores que percebem remuneração até R\$ 2.733,00, passando assim para R\$166,63.

Edição da Resolução SEAP nº 4587/2019, que estabelece normas relacionadas à concessão de aposentadoria voluntária, por invalidez e compulsória e o abono permanência, revogando as disposições da Resolução SEAP nº 12.986/2018.

Foram disponibilizadas no Portal da Transparência, novas formas de consulta interativas facilitando o acesso às informações de funcionais dos servidores.

Na capacitação estratégica dos Quadros Públicos, alinhada às diretrizes e agenda estratégica da administração estadual, os principais resultados gerados pela Escola de Gestão do Paraná, foram os seguintes:

Até outubro, foram inscritos para capacitação 3.751 servidores dos níveis estratégico, tático e operacional, por meio de 32 ações de capacitação desenvolvidas em 41 turmas. Desse total de

servidores, 71,7% na modalidade presencial e 28,3% na modalidade a distância. As ações integram o Programa de Aprendizagem para Resultados. A previsão é de que até dezembro sejam inscritos 4.496 servidores para capacitação, por meio de 39 ações de capacitação, desenvolvidas em 48 turmas. Desse total, 72,6% na modalidade presencial e 27,4% na modalidade a distância.

Com relação à modalidade adotada para capacitação do servidor, comparativamente ao ano de 2018, houve uma inversão de preferência na modalidade de eventos, sendo ofertado um número maior de eventos presenciais, pois houve limitações técnicas para a oferta de cursos na modalidade a distância.

Dentre as demais ações destacam-se aquelas desenvolvidas em parceria com a Superintendência Geral de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI) e Universidade Estadual de Maringá (UEM), seja o encerramento da quarta turma do Mestrado Profissional em Políticas Públicas, com 30 servidores, e junto com a Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), seja o encerramento da turma de pós-graduação em Gestão Pública, que contava com 304 servidores.

Com o objetivo de desenvolver ações para modernização dos processos de recursos humanos e previdenciários e otimização dos recursos públicos, iniciou-se o desenvolvimento do Portal de Cadastro, Informações e Serviços ao servidor do Estado do Paraná, integrado ao Paraná Inteligência Artificial (PIÁ), agilizando o atendimento às demandas dos servidores, gerando informações estratégicas para melhoria da gestão de RH.

9.1.4 Gestão Previdenciária Estadual

No âmbito da gestão previdenciária, o Departamento de Recursos Humanos atuou na proposição de Projeto de Lei que altera a Lei nº 18.372/14 para fixação do percentual máximo da alíquota da previdência complementar, bem como no acompanhamento e revisão Plano de Custeio do Regime Próprio de Previdência, com vistas ao reequilíbrio financeiro e atuarial gerido pela PARANAPREVIDÊNCIA.

Realizadas revisões e alterações nos procedimentos de concessão de benefícios previdenciários, focados na virtualização, cujos resultados reduziram os tempos médios de concessões, para cerca de, 60 dias na aposentadoria e 45 para pensões. Foi implantado o sistema de agendamento para protocolos de pensões, resíduos de benefícios seguro de vida e auxílio funeral e possibilitada a ampliação da capacidade de armazenamento de mais de 20 mil processos de concessão de benefícios.

Buscando agilidade e economicidade A PARANAPREVIDÊNCIA, aderiu a modalidade de Pregão Eletrônico para realização dos seus processos licitatórios.

Visando a atualização do cadastro de servidores aposentados e pensionistas, foi realizado o recadastramento de 114.000 beneficiários, cuja rotina havia sido descontinuada há cinco anos.

Foi formalizado Convênio de Cooperação Técnica entre a Instituição e a Polícia Militar do Estado do Paraná, permitindo o atendimento aos militares nos Batalhões da PMPR localizados em todo o Estado, inclusive com treinamento aplicado para todos os batalhões.

Está em fase de conclusão do restabelecimento do Sistema de Gestão Financeira, Orçamentária e Contábil (GIAFI), que é o responsável pela prestação de contas anual da Instituição e dos Fundos Públicos Previdenciários aos órgãos fiscalizadores.

Em 2019, foi recebido o montante de R\$ 78,8 milhões relativo à Compensação Previdenciária (COMPREV) entre o Estado do Paraná e o Regime Geral de Previdência.

Os valores do Fundo de Previdência investidos pela PARANAPREVIDÊNCIA nas diversas categorias de aplicações foram: a) Renda Fixa R\$ 5,3 bilhões; b) Renda Variável e Investimentos Estruturados R\$ 577,1 milhões; c) Investimentos no Exterior R\$ 22,0 mil; totalizando R\$ 5,9 bilhões.

Como subsídio para o Governo do Estado propor modificações no sistema previdenciário Estadual, a PARANAPREVIDÊNCIA realizou simulações financeiras e atuariais sobre os impactos da reforma da previdência no Regime Próprio de Previdência Social do Estado.

Por demais, a Ouvidoria concluiu o projeto de Certificação Federal em Ouvidorias, mediante a participação em oito cursos da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), habilitando e capacitando toda a equipe, em conformidade aos padrões exigidos pela Ouvidoria Geral da União (OGU).

9.1.5 Saúde do Servidor

Destaca-se como conquista do Sistema de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos Estaduais (SAS), a manutenção do serviço sem ônus ou contrapartida ao servidor. Para além, o Agendamento Eletrônico das Perícias Médicas para Curitiba e Região Metropolitana tornou-se totalmente digital.

Contratação de postos de atendimento terceirizados para realização de exame de perícia médica em servidores públicos, agilizando o atendimento e diminuindo custos operacionais.

A gestão do SAS é baseada em relatórios dos hospitais gerados pelo sistema SASWEB, pelos estudos atuariais de custos na área de saúde complementar e por índices da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Para cumprir a demanda, encontra-se em desenvolvimento o novo sistema de controle do SAS, que trará maior agilidade em todos os procedimentos.

9.1.6 Gestão do Patrimônio

No contexto da Gestão Patrimonial destacaram-se em 2019 as seguintes ações: gerenciamento permanente do Sistema de Gestão Patrimonial de Imóveis do Estado do Paraná - GPI, com 8.145 imóveis cadastrados, sendo 4.651 de propriedade da Administração Direta, 901 da Administração

Indireta e 2.593 de Terceiros (União, Municípios, Particulares: Pessoa Física ou Pessoa Jurídica). Como um dos resultados da atualização cadastral de 4.037 imóveis realizada nos anos de 2016 a 2018, 16 imóveis (já desafetados pela Lei nº 18.663/2015) estão em processo de alienação, por meio de Concorrência Pública nº 37/2019, estimados no montante de R\$ 9,4 milhões.

Com o objetivo de concluir a atualização cadastral do patrimônio estadual, em 2019, se dará início ao processo de contratação de empresa especializada para realizar o levantamento de 1.354 imóveis, atualizando os valores monetários dos imóveis avaliados no período de 2011 a 2013. Para atendimento da Portaria STN nº 548/2015, foi implantada, a funcionalidade de depreciação de edificações estaduais no Sistema de Gestão Patrimonial de Imóveis (GPI).

Foram realizadas diversas ações com o objetivo de otimizar os espaços públicos e a redução das despesas com locação de imóveis, a exemplo:

O imóvel do antigo Centro de Convenções foi destinado à UNESPAR - Escola de Belas Artes, a qual pagava locação de imóvel em três edifícios, os servidores da antiga Secretaria de Estado da Justiça, Trabalho e Direitos Humanos (SEJU) que estavam ocupando o imóvel Casa Rosada foram remanejados para o Palácio das Araucárias, os servidores da Paraná Edificações (PRED) - Regional de Curitiba foram realocados para o prédio do DER e a COMEC que ocupava o prédio da antiga Delegacia da Receita Estadual foi transferida para o Palácio das Araucárias. Estes três imóveis que foram desocupados estão sendo utilizados pela Polícia Civil do Paraná, gerando uma redução mensal de R\$ 200.790,00 em locação de imóvel.

A Delegacia de Estelionato e Desvio de Cargas está sendo transferida para o imóvel do Estado localizado no Bairro Boqueirão, antiga STM, gerando redução de R\$ 7.000,00 por mês em locação.

Quanto aos bens móveis, foram realizadas diversas melhorias no Sistema de Gestão de Patrimônio Móvel (GPM), além da capacitação continuada dos servidores estaduais. O Sistema GPM já está realizando os processos em atendimento ao Manual dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais. Desta forma, os devidos procedimentos relativos aos Bens Móveis, Bens Imóveis, Ativos de Infraestrutura, Bens do Patrimônio Cultural e Ativos Intangíveis da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo do Estado do Paraná, aprovado pelo Decreto nº 8955/2018, são executados.

Encontra-se em desenvolvimento pela CELEPAR o módulo para controle dos bens intangíveis, de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, atendendo consequentemente os prazos estabelecidos na Portaria STN 548/2015, com perspectivas de finalização até março de 2020.

9.1.7 Gestão do Transporte Oficial

O Taxi GOV PR tem o objetivo de realizar o transporte por meio da contratação da prestação de serviços continuados de transporte individual de passageiros. Após estudo realizado pelo IPARDES, verificou-se que a contratação desse modelo de serviço de transporte, oportunizará a redução da frota

própria, trazendo economia aos cofres públicos. Nesse contexto, para dar prosseguimento ao Projeto Taxi GOV PR foi lançado o protocolo nº 15.794.143-7 que está em fase de análise pelos órgãos competentes.

Encontram-se no final da fase interna do Departamento de Gestão do Transporte Oficial (DETO) os seguintes processos licitatórios:

- ▶ Contratação do Gerenciamento dos Abastecimentos de Combustíveis realizado em Rede de Postos credenciada, por meio de cartão de pagamento eletrônico, destinado ao atendimento das demandas da frota oficial do Estado.
- ▶ Contratação de empresa gerenciadora de prestação de serviço comum de manutenção preventiva e corretiva da frota oficial do Estado.

Na busca por soluções alternativas e/ou aperfeiçoamentos para gerenciamento de manutenção e abastecimento da frota oficial, encontra-se em desenvolvimento pela CELEPAR o novo sistema de Gestão da Frota Oficial que unificará as informações de toda a frota de veículos oficiais do Estado.

Encontra-se em fase de estudos a contratação de empresa de auditoria para fiscalização dos serviços de manutenção de veículos da frota. A elaboração do Termo de Referência está prevista para o 1º semestre de 2020.

9.1.8 Registro Mercantil Público

A Junta Comercial do Paraná (JUCEPAR), responsável pelo Registro Mercantil no Estado, vem continuamente empreendendo esforços com o objetivo de realizar as integrações necessárias com os órgãos de registro e licenciamento de empresas. Nesta área destaca-se a integração de 379 municípios ao Sistema Integrador Empresa Fácil e à Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (REDESIM), desburocratizando os processos de abertura, alteração e baixa de empresas. A manutenção de 65 convênios com suas Agências Regionais, franqueou a descentralização do atendimento da JUCEPAR no interior do Estado.

Foi iniciada a implementação do Sistema Nato Digital no Estado do Paraná, tornando o trâmite para o registro mercantil integralmente digital. Desta maneira, os processos para abertura, alteração e baixa que não envolva vinculados, transformações e exclusivos, nas naturezas jurídicas de Empresário Individual, Eireli e LTDA são assinados digitalmente, otimizando o trâmite processual.

A digitalização dos arquivos de documentos para a JUCEPAR é indispensável, diante disso foram iniciadas as tratativas para o processo de digitalização de todo o acervo documental da Junta. Foram contabilizados, no ano de 2019, cerca de 11.549.000 laudas a serem digitalizadas.

Foi iniciado o processo, sob protocolo nº 15.892.017-4, que trata da elaboração de estudo acerca da viabilidade técnica e termo de referência para manutenção do imóvel sede da JUCEPAR.

9.1.9 Metrologia Legal e Avaliação de Conformidade

O Instituto de Pesos e Medidas (IPEM/PR) é uma Autarquia Estadual, vinculada administrativamente à SEAP e tecnicamente e financeiramente ao Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO), de quem recebe a delegação para o exercício de suas atividades.

Dentro do escopo de atuação do IPEM/PR, foram realizadas no exercício de 2019, 306.757 verificações metrológicas, em instrumentos de medir e medidas materializadas. Com relação à verificação quantitativa em produtos pré-embalados, foram efetuados 39.263 exames. Foram realizadas ainda, 53.815 ações de fiscalização em produtos com a conformidade avaliada. Foram executadas 2.300 calibrações em instrumentos de medir e medidas materializadas e foram realizadas 624 verificações em processos de registro de empresas.

9.1.10 Gestão do Arquivo Público

O Programa da Gestão de Documentos, de competência do Departamento de Arquivo Público (DEAP), tem contribuído para a racionalização e o tratamento adequado da massa documental acumulada pelas instituições do Governo do Estado do Paraná. O Arquivo Público do Paraná vem concentrando esforços na modernização de processos institucionais, por meio do desenvolvimento de tecnologias, que visam aumentar a sua capacidade gerencial.

No âmbito do Decreto nº 1.416/2019 e no que se refere a atuação do Comitê Setorial de Avaliação (CSA), foram oficiadas a criarem seus CSAs 33 instituições. Em processo de atualização, encontram-se 55 órgãos, dos quais, 19 já registraram atualizações dos CSAs. Foram publicados 05 editais de Ciência e Eliminação de Documentos e outros 05 estão em análise para aprovação. Têm-se 25 Tabelas de Temporalidade de Documentos (TTD) publicadas e 11 em elaboração e/ou revisão.

Foi dado prosseguimento ao Projeto de Interiorização do Arquivo Público do Paraná, expansão do Programa de Gestão Documental (PGD), buscando implementar, no âmbito dos arquivos da Administração Pública Municipal do Estado do Paraná, ações destinadas a melhoria da gestão, acesso, organização e preservação dos acervos documentais públicos. Foram visitados e orientados, até outubro os municípios: Palmeira, Lapa, Carambeí, Porto Amazonas, Ivaí, Ponta Grossa, Castro, Tibagi e Ipiranga.

9.2 DESTAQUES

- ▶ Curso De Integração Funcional - nomeação de novos servidores que, em iniciativa inédita, passaram por curso de integração funcional de 80 (oitenta) horas. Em 2019, integraram o Quadro Próprio do

Poder Executivo Estadual 139 novos servidores que passaram no concurso de 2017. São administradores, economistas, contadores e técnicos administrativos com atuação nas áreas administrativas, de licitações, recursos humanos e de planejamento e passam a integrar a SEAP, a Secretaria de Estado do Planejamento e Projetos Estruturantes (SEPL) e Controladoria Geral do Estado (CGE). Os servidores realizaram o curso de Integração Funcional com carga de 80 horas, organizado pela Escola de Gestão do Paraná (EGP). Na formação, foram apresentadas a organização e estrutura da administração pública estadual, os direitos e deveres dos servidores, a forma de organização do Estado, bem como o Plano Plurianual (PPA), a Lei Orçamentária Anual (LOA) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

- ▶ Realização de estudos e debates e apresentação da reforma da previdência no âmbito estadual, buscando equilíbrio das contas - com a finalidade de assegurar sustentabilidade ao pagamento das aposentadorias e pensões dos servidores, a temática acerca da Reforma Previdenciária Estadual foi objeto de amplo debate entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, além do Ministério Público e Tribunal de Contas do Estado. De acordo com as estimativas da Administração do Estado, o número de servidores aposentados vai superar o pessoal da ativa até 2022. A projeção indica que nos próximos três anos, o volume de benefícios pagos vai ultrapassar 135 mil pagamentos por mês, enquanto a folha mensal de ativos do Estado vai computar 132 mil servidores. Diante desse cenário, a proposta de Reforma da Previdência no serviço público estadual visa conter o aumento do déficit do sistema previdenciário por meio do Projeto de Lei Ordinária e da Proposta de Emenda à Constituição (PEC), que introduzem as regras gerais aprovadas pela Reforma da Previdência Federal na legislação estadual. Uma das alterações é o ajuste da alíquota sobre as folhas dos servidores públicos estaduais de 11,0% para 14,0%. A medida tem respaldo na nova legislação federal, que impõe a estados e municípios que têm déficit previdenciário a alteração do percentual de contribuição. Salienta-se, também entre as medidas, a introdução da idade mínima de 65 anos para homens e 62 para mulheres, e pelo menos 25 anos de tempo de contribuição, desde que cumprido tempo mínimo de 10 anos no serviço público e cinco anos no cargo efetivo.
- ▶ Frota de veículos oficiais do Estado - o governo aumenta reparos e cerca de 90,0% da frota de veículos oficiais do Estado está em circulação e com a manutenção em dia. Entre 1º de agosto e 20 de outubro, foram reparados 8.431 veículos a um custo médio unitário de R\$ 833,00. No mesmo período de 2018, foram reparados 5.396 veículos, a um custo médio unitário de R\$ 1.136,00, uma redução de 26,6% no custo médio por reparo. Além disso, a execução dos serviços de manutenção da frota ficou mais ágil. Em 2018, 246 oficinas executoras levaram o tempo médio de reparo de 23 dias. Já em 2019, as 650 oficinas executoras levaram em média 13 dias para entregar os veículos.
- ▶ Modernização do e-Protocolo - o e-Protocolo, sistema digital utilizado para registro e tramitação de documentos da administração pública estadual, vem gradativamente sendo modernizado e ampliada sua utilização. Salienta-se a implantação de editor de texto próprio, o que torna possível a

padronização de documentos, e também a inserção do uso de assinaturas digitais. No Paraná Previdência, por exemplo, antes do uso do e-Protocolo um processo físico tramitava entre os setores para as assinaturas necessárias, levando em média 120 horas para ser concluído. Com o advento do processo digital, a etapa das assinaturas leva menos de 20 horas, dependendo da disponibilidade da diretoria-geral. Após essas assinaturas, era necessário juntar uma quantidade considerável de pedidos e encaminhar à Secretaria da Administração, por malote, um processo que levava em torno de 72 horas. Com a implantação do e-Protocolo no órgão, além da economicidade gerada pela não utilização de papel, a tramitação é instantânea.

9.3 PERSPECTIVAS

- ▶ Reequilíbrio das contas e aprovação de novo plano de custeio do Sistema Previdenciário Estadual - com a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) e de um projeto de lei ordinária que altera os artigos 35 e 129 da Constituição do Estado e atualizam a legislação que trata das aposentadorias e pensões do quadro de servidores públicos estaduais, o Governo do Estado espera alcançar o reequilíbrio das contas públicas nos próximos anos. A medida tem por base o texto da PEC 06/19 aprovada no Congresso Nacional e obedece às regras gerais da reforma previdenciária federal. A nova previdência estadual foi objeto de amplo debate dentro do Executivo para assegurar sustentabilidade ao pagamento das aposentadorias e pensões dos servidores. A proposta teve contribuições dos poderes Judiciário e Legislativo, além do Ministério Público do Paraná (MPPR) e Tribunal do Contas do Estado do Paraná (TCE-PR).
- ▶ Transformação digital de serviços oferecidos pelo Estado do Paraná - O Sistema e-Protocolo é uma das medidas de transformação digital no Estado, tendo ultrapassado 532.610 processos digitais, até novembro. Por meio da digitalização, o Executivo Estadual apresenta melhores resultados com base na otimização de procedimentos das atividades administrativas, tendo a finalidade de gerar ganhos de eficiência e de eficácia. O projeto é útil a outros órgãos e poderes que se relacionam com o Estado, tais como: COPEL, SANEPAR, entre outros. Destaca-se ainda que, em parceria com a Escola de Gestão, 19.773 profissionais foram capacitados para uso do sistema, em todo o Estado. Foi iniciada a implementação do Sistema Nato Digital no Estado do Paraná, tornando o trâmite para o registro mercantil integralmente digital. Desta maneira, os processos para abertura, alteração e baixa desde que não envolva vinculados, transformações e exclusivos, nas naturezas jurídicas de Empresário Individual, Eireli e LTDA são assinados digitalmente, otimizando o trâmite processual. O SAS e as Perícias Médicas também foram afetadas positivamente pela transformação digital do Estado obtendo celeridade e eficácia nos procedimentos. Em 2019, ocorreu a implantação do prontuário eletrônico do SAS para atendimento ao Servidor. Com relação às Perícias Médicas, o agendamento eletrônico das perícias Curitiba e Região Metropolitana tornou-se totalmente digital.

SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, FAMÍLIA E TRABALHO

10 SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, FAMÍLIA E TRABALHO (SEJUF)

A Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho (SEJUF) é responsável pela formulação e implementação de diretrizes e políticas que busquem garantir os direitos fundamentais, a justiça, a cidadania, a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho e assistência social, visando a superação da condição de vulnerabilidade social e a melhoria da qualidade de vida em diversas áreas.

Essa nova configuração organizacional está sendo consolidada após a reestruturação administrativa de maio de 2019, a qual promoveu a junção das atribuições, competências e estruturas da Secretaria de Estado da Justiça, Trabalho e Direitos Humanos e da Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social, criando a Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho (SEJUF), que passou a atuar de forma plural no âmbito de nove grandes políticas: Justiça, Cidadania e Direitos Humanos; Proteção, Defesa, Educação e Orientação ao Consumidor; Sistema de Atendimento Socioeducativo; Política de Trabalho, Emprego e Renda; Política Estadual de Assistência Social; Política Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente; Política Estadual para Promoção dos Direitos e Inclusão da Pessoa com Deficiência; Política Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher; e Política Estadual dos Direitos do Idoso.

Neste contexto e visando fortalecer as políticas públicas de justiça e garantias de direito a SEJUF contribui para a constituição de Comitês, Conselhos e outras instâncias deliberativas, promovendo o diálogo em espaços democráticos para garantir a participação da sociedade civil, tendo vinculados à sua estrutura os Conselhos de Direitos, que são órgãos colegiados compostos por representantes da sociedade civil e do poder público incumbidos da formulação, acompanhamento e avaliação das políticas públicas de garantia de direitos.

Há muitos desafios para garantir a institucionalização e a implementação dos direitos fundamentais por meio de políticas públicas capazes de atender às demandas e que venham coibir recorrentes violações de direitos humanos, exclusões, preconceitos, opressão de qualquer tipo, persistência do trabalho escravo, práticas de tortura, resistência aos direitos dos quilombolas, indígenas e outros povos tradicionais e, tendo como ponto de partida as considerações tecidas anteriormente, primordialmente acerca do caráter plural da SEJUF, as atividades e serviços que compõe o seu programa são multifocais. Durante o desenvolvimento de tais ações evidencia-se que, nos últimos anos, a consolidação do conjunto de direitos conquistados e construídos historicamente no Paraná foram ampliados, de modo a acolher os grupos mais vulneráveis ou com particularidades que ensejem atenção especial do Estado. Ainda há muito a ser feito com a finalidade de reverter a

situação de vulnerabilidade social de grande parte da população paranaense, o que, contudo, deve ser visto como uma oportunidade de avanços sociais ainda maiores.

São diversos os desafios rumo às garantias dos direitos fundamentais de justiça, cidadania, dignidade da pessoa humana e valores sociais do trabalho e assistência social, visando a superação da condição de vulnerabilidade social e a melhoria da qualidade de vida das famílias paranaenses. Nesse sentido, a SEJUF atua na elaboração de políticas e ações que possam promover a preservação dos direitos humanos e sociais e a garantia das liberdades individuais e coletivas, a defesa dos segmentos LGBT+, migrantes e refugiados, povos indígenas e comunidades tradicionais, população em situação de rua, enfrentamento ao tráfico de pessoas, defesa dos direitos da mulher, da pessoa idosa, da pessoa com deficiência, proteção e defesa do consumidor e a proteção às vítimas, testemunhas, crianças e adolescentes ameaçados de morte, independente de raça, cor, etnia, origem, gênero, idade, orientação sexual, orientação religiosa, a partir da interlocução com a sociedade civil organizada, contribuindo para a justiça social e principalmente reconhecendo o grande poder transformador de uma família saudável, bem como reconhecer quando esse ambiente deixa de ser protetor e se torna um local de risco principalmente para crianças, adolescentes, mulheres, pessoas idosas e com deficiência, as quais são, primordialmente, os que mais sofrem com a falta de estrutura familiar, desigualdade social e pobreza.

Tudo isso traduz e explicita os grandes desafios e o esforço que deve ser empreendido pelo Estado no que diz respeito à proposição de um novo padrão de sociabilidade pautado nos princípios que regem os direitos fundamentais e a justiça social. Para tanto, a SEJUF desenvolve suas ações pautada no fortalecimento das políticas públicas, integrando as ações, otimizando os recursos financeiros disponíveis, fortalecendo a gestão dos municípios paranaenses e principalmente ampliando a qualidade do atendimento ao cidadão, promovendo sua participação no desenvolvimento de um Estado mais eficiente, com o objetivo de reduzir a vulnerabilidade social.

Além da estrutura central da SEJUF, a atuação está descentralizada por meio dos 24 Escritórios Regionais (ERs) que assessoram os 399 municípios do Estado, efetivando a estratégia de atuação mais próxima dos municípios e da população, apoiando e assessorando os gestores municipais na busca conjunta de bons resultados. Integram, também, a estrutura sob a gestão direta da SEJUF: 19 Centros de Socioeducação, 09 Casas de Semiliberdade, o Centro Estadual de Informação para Migrantes, Refugiados e Apátridas do Paraná (CEIM/SEJUF), o Centro de Referência e Atendimento à Mulher em Situação de Violência (CRAM) a Agência do Trabalhador de Curitiba (centro) e o PROCON-PR (em Curitiba).

A SEJUF tem em sua estrutura a Escola de Educação em Direitos Humanos (ESEDH), que é a responsável por organizar as capacitações, em conjuntos com as áreas afins. Foram realizados, até outubro, 140 eventos formativos, em colaboração com os departamentos que compõem a Secretaria

da Justiça, Família e Trabalho. Foram mais de 5.000 participantes entre servidores estaduais, municipais, conselheiros de direitos e lideranças comunitárias. Destaca-se, em 2019, o lançamento do livro Educação em Direitos Humanos: História, Epistemologia e Práticas Pedagógicas.

Dentre os Programas/Projetos sobre a responsabilidade da SEJUF está o Projeto Paraná em Ação, Programa Luz Fraterna, Programa Família Paranaense (parceria BID) e Programa Paraná Seguro (parceria SESP/BID).

A SEJUF está utilizando a tecnologia para facilitar e agilizar a interface com as pessoas. Destaca-se, além das plataformas de atendimento, o APP Paraná Serviços, que permite contato entre trabalhadores autônomos prestadores de serviços e pessoas que desejam contratar. O APP Paraná Solidário - o primeiro aplicativo do Brasil criado especialmente para promover a doação direta entre os cidadãos e as entidades beneficentes.

10.1 PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

Este relatório será subdividido em grandes temas, a saber:

- ▶ Garantia de Direitos - onde serão abordadas as ações ligadas as seguintes políticas/áreas: Justiça, Cidadania e Direitos Humanos; Proteção, Defesa, Educação e Orientação ao Consumidor; Política Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente; Política Estadual para Promoção dos Direitos e Inclusão da Pessoa com Deficiência; Política Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher; e Política Estadual dos Direitos do Idoso.
- ▶ Socioeducativo - ações que compõem o Sistema de Atendimento Socioeducativo
- ▶ Trabalho, Emprego e Estímulo à Geração de Renda - Política de Trabalho, Emprego e Renda.
- ▶ Assistência Social - Política Estadual de Assistência Social e Programa Família Paranaense.

10.1.1 Garantia de Direitos

A SEJUF é a Secretaria que reúne o maior número de Conselhos, sendo: 14 conselhos de direitos, 06 comitês, 01 colegiado de gestores municipais e uma comissão de intergestores, que tratam de diferentes áreas do interesse público, funcionando como espaços de participação e controle social. Asseguram a participação da sociedade, onde é possível compartilhar informações, dar voz a quem vive os problemas, dando visibilidade e ao mesmo tempo buscando construir soluções para superá-los. Os Conselhos ligados à SEJUF que receberam apoio, assessoramento técnico e custeio de despesas (estrutura, viagens, diárias) foram: a) Conselho Permanente dos Direitos Humanos do Estado do Paraná (COPEP); b) Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial (CONSEPIR); c) Conselho Estadual de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais do Estado do Paraná (CPICT/PR); d) Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná (CERMA/PR); e) Conselho Estadual de Proteção às Vítimas de Abuso Sexual (COPEAS); f) Conselho Estadual de Defesa do

Consumidor (CONDEF); g) Conselho Gestor do Fundo Estadual de Defesa do Consumidor (CONFECON); h) Conselho Estadual do Trabalho, Emprego e Renda (CETER); i) Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS/PR); j) Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA/PR); k) Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência (COEDE/PR); l) Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (CEDM/PR); m) Conselho Estadual dos Direitos do Idoso (CEDI/PR); n) Conselho Estadual de Juventude do Estado do Paraná (CEJUV). O Conselho de Ação Solidária (CAS) está em fase de implantação; enquanto o Conselho Estadual de Proteção a Vítimas de Abuso Sexual (COPEAS) encontra-se em fase de criação.

São 679 conselheiros titulares e suplentes, mais 55 gestores da assistência social que fazem parte do Colegiado de Gestores da Assistência Social (COGEMAS/Paraná) e outros seis membros gestores atuando no Comitê Intergestor Bipartite (CIB).

O projeto Paraná em Ação (Lei nº 16.583/2010) tem a finalidade de oferecer serviços que promovam cidadania, defesa de direitos e inclusão social da população, as principais atividades do Paraná em Ação são a realização dos Eventos Paraná Cidadão e Programa Criança e Adolescentes Protegidos (feiras de serviços). Foram realizados 23 eventos em 2019, sendo realizados mais de 265 mil atendimentos, superando em mais de 66,5% os números do ano anterior. O Paraná Cidadão passou neste ano pelos municípios Campo Magro, Piraquara, Porto Barreiro, Nova Aurora, Mandirituba, Palotina, Carlópolis, Porecatu, Assaí, Clevelândia, Jaguariaíva, Querência do Norte, Rondon, Santa Isabel do Oeste, Almirante Tamandaré, Jandaia do Sul, Guaraniaçu, Colombo, União da Vitória, Guaratuba, Campo Largo, Cascavel e Santa Helena. Para 2020, o planejamento é dobrar os atendimentos realizados em 2019. Para os municípios acima de 200 mil habitantes os eventos do Paraná em Ação são nominados como Governo nos Bairros.

Em relação às Políticas de Garantias de Direito, a SEJUF atuou em atividades relacionadas à formulação e implementação de diretrizes e políticas, à articulação, orientação técnica, capacitação, e execução das ações especializadas, bem como no gerenciamento de repasses de recursos destinados às políticas ligadas a Secretaria. Para melhor visualização as ações foram divididas em função do público alvo prioritário das políticas. Ressalta-se que uma ação pode impactar em mais de um público alvo por serem transversais.

Destaca-se a elaboração da proposta final do Projeto Recebimento e Gestão de denúncias direcionadas ao Conselho Permanente de Direitos Humanos (COPEDH) e pelo Disque 100 à SEJUF e a estruturação da Minuta de Decreto para regulamentação e implementação do Conselho Estadual de Proteção a Vítimas de Abuso Sexual (COPEAS) como exemplos da atuação em atividades que visam a formulação e implementação de diretrizes e políticas.

10.1.1.1 Criança e Adolescente

Criação do Pacto Infância Segura - estratégia interinstitucional para o desenvolvimento de ações integradas destinadas ao aprimoramento do sistema de garantias, à estruturação das redes de proteção e ao aperfeiçoamento do sistema de justiça, destinados ao atendimento e à proteção da criança e do adolescente vítima ou testemunha de crimes e, também, à prevenção e repressão dos crimes e violências contra elas praticados. Assinam em conjunto o Governador do Estado do Paraná; Secretários de Estado da SEJUF; da Segurança Pública (SESP), da Educação e do Esporte (SEED), da Saúde (SESA); Polícia Militar do Estado do Paraná; Polícia Civil do Paraná; Polícia Científica do Estado do Paraná; Núcleo de Proteção à Criança e ao Adolescente (NUCRIA); Núcleo de Combate aos Cibercrimes (NUCIBER); Disque-Denúncia 181; Conselho Estadual de Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA); Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (TJ/PR); Conselho de Supervisão dos Juízos da Infância e da Juventude (CONSIJ); Corregedoria-Geral da Justiça e o Procuradoria-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Paraná.

Como um dos resultados do Pacto Infância Segura instituiu-se formalmente a Força-Tarefa Infância Segura (FORTIS), que integra as políticas públicas dos sistemas de justiça, segurança pública, assistência social, educação e saúde, mediante ações articuladas, coordenadas e efetivas para o acolhimento e o atendimento integral às crianças e aos adolescentes vítimas de crimes e violências. Surgiu da necessidade de unir esforços governamentais para realizar trabalho integrado de prevenção e combate a crimes e violências contra crianças e adolescentes. Todos esses profissionais passam a agir, por exigência legal, como garantidores dos direitos das crianças e dos adolescentes, no sentido de evitarem o risco de prática de violências, detectarem eventuais violações e comunicarem de forma urgente os fatos relatados para que se adotem pelos órgãos e poderes competentes medidas de proteção e assistência às vítimas, a preservação da prova, a investigação e individualização e responsabilização do agressor criminoso. Ocorreram ações de interiorização da FORTIS nos municípios de Londrina, Pontal do Paraná, Paranaguá, Foz do Iguaçu, Francisco Beltrão. Destaca-se a viabilização de recursos, por meio do Programa Paraná Seguro/BID para aquisição de 10 veículos para a FORTIS, que realizará ações com interface com os Centros da Juventude.

Operações Integradas de Proteção às Crianças e Adolescentes; são operações ostensivas de fiscalização, conscientização e estímulo à denúncia, foram realizadas em Curitiba, Região Metropolitana e Litoral. Entre as operações destacam-se as de conscientização (Carnaval, Marcha para Jesus, Corpus Christi); de Combate a Pedofilia pelo NUCRIA; de Prevenção e Combate ao Trabalho Infantil; Combate à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes; Fiscalização de Vans Escolares Clandestinas.

Em relação ao enfrentamento à violência contra Crianças e Adolescentes foram realizadas várias ações com intuito de capacitar, replicar, compartilhar informações com os diversos atores da

rede de Proteção Integral à Criança e ao Adolescente. Entre os temas abordados estão: Saúde Mental, *Internet* e Jogos Eletrônicos: do *Hobby* à Dependência e à Violência; Uso de Tecnologias de Informação e Comunicação por Crianças, Adolescentes, Jovens e Adultos; Infância Segura nos Municípios: Governo e Sociedade articulados em redes para a proteção integral à criança e ao adolescente; Criança e Adolescente prioridade sim!; Como estruturar o atendimento de crianças e adolescentes vítimas de violência?; O Abuso e a exploração Sexual de Crianças e Adolescentes; Consolidação e Práticas em Rede: Debates sobre a Lei nº 13.431/2017.

O Estado do Paraná aderiu ao Programa Reconecte, do qual o Desafio Detox Digital faz parte, que promove a mobilização e conscientização nacional sobre a utilização ética, saudável e segura dos recursos tecnológicos digitais. Visa alertar sobre os riscos subjacentes ao uso da tecnologia, oferecendo conhecimento científico para a população leiga a respeito dos limites e dos riscos envolvidos no manejo diário de *smartphones*, *tablets*, computadores e outros aparelhos eletrônicos conectados à *internet*. Foi realizada Blitz Educativa, e o Seminário Reconecte: Criança, Adolescente e Família na Era Digital.

Foi realizada a reedição da Campanha Não Engula o Choro, material impresso e vídeos que divulgam como perceber sinais de violência contra crianças e adolescentes e impressão de 20 mil exemplares do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Outra diretriz da SEJUF é desenvolver e apoiar projetos e ações que busquem resgatar a cultura infantil. Espaços em que as famílias possam estar juntas, brincar, interagir, propiciando o contato com a natureza e o fortalecimento dos vínculos familiares, dentre estas ações estão o Família no Parque, Piá na Natureza e Piá no Meio Ambiente.

Criança e Adolescente Protegidos - Emissão de carteiras de identidade para atendimento a crianças e adolescentes da rede pública de educação. Realizados junto ao Paraná Cidadão e nos Postos de Identificação, em 40 municípios paranaenses, tendo emitido 60 mil carteiras de identidade -parceria entre Tribunal de Justiça do Paraná; SEJUF, SESP/Instituto de Identificação do Paraná; SEED; Prefeituras/Secretarias Municipais de Educação.

Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM/PR) - Gestão do Convênio com o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos e com a Associação para a Vida e Solidariedade - entidade executora do Programa, acompanhamento técnico do Programa e assessoramento ao Conselho Gestor do PPCAAM. Foram atendidas 157 crianças e adolescentes (out/2019).

Realizados os repasses, por meio do FIA, para Programas e Projetos que atendem crianças e adolescentes. Para o Programa de Atenção às Famílias dos Adolescentes Internados por Medida Socioeducativa (AFAI) foram 18 municípios que receberam recursos; Aprendizagem Profissional para sete municípios; Enfrentamento a Violência foram 26 municípios; Prevenção ao Uso de Álcool e Outras

Drogas foram 10 municípios; Fortalecimento das Ações Voltadas à Primeira Infância para 44 municípios; Programa Crescer em Família 11 municípios, Fortalecimento de Programas de Qualificação Profissional para Adolescentes foram 16 municípios e 13 municípios receberam recursos para o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Destacam-se os recursos repassados, por meio do FIA, a 111 municípios com intuito de fortalecer a estrutura dos Conselhos Tutelares municipais, assegurando assim uma melhor condição de trabalho aos Conselhos.

Além disso, foram realizadas várias atividades/ações de divulgação, mobilização e sensibilização em favor das Garantias de Direitos de Crianças e Adolescentes, foram cerca de 40 eventos/oficinas com a participação de aproximadamente 12.000 pessoas. Foram abordados temas como: relações conflituosas em escolas; violências contra crianças; redes de proteção; o ECA e sua importância no cotidiano; Negligência; prevenção às drogas e o protagonismo nas escolas; práticas restaurativas; *bullying* e as violências e Trabalho infantil.;

10.1.1.2 Pessoa Idosa

O Estado do Paraná aderiu, em 2019, à Estratégia Brasil Amigo da Pessoa Idosa (EBAPI), instituída por meio do Decreto Federal nº 9.328, de 3 de abril de 2018, uma ferramenta inovadora e necessária ao enfrentamento dos desafios do envelhecimento populacional. Promover e proporcionar o caminho para o envelhecimento ativo, saudável, cidadão e sustentável da população, por meio da oferta de ambientes e de serviços mais amigáveis à pessoa idosa, conscientizar sobre a importância de promover e integrar políticas públicas voltadas à qualidade de vida e dignidade por meio da intersectorialidade orientadora da ação municipal e estadual, garantir os direitos contidos no Estatuto do Idoso, propor políticas públicas a partir das especificidades da população para consolidar as políticas de Assistência Social visando a longevidade da pessoa idosa. Até outubro, 50 municípios paranaenses fizeram adesão à EBAPI. O intuito é sensibilizar os 399 municípios a aderirem à Estratégia Brasil Amigo da Pessoa Idosa.

Criação e implementação do projeto 60+ e daí?, tendo alcançado mais de 2.500 pessoas. O público alvo são grupos de pessoas idosas e suas famílias, organizados pela sociedade civil (grupos de igrejas, associação de moradores, ginástica, artesanato) que participam de oficinas onde são abordados temas como: a) saúde - funcionamento do SUS e planos de saúde; b) transporte - transporte coletivo municipal, interestadual e supervisão desses direitos; c) previdência - critérios básicos para aposentadoria e canais disponíveis para dúvidas; d) assistência social - Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), Centros Dia, de Convivência, inclusão em programas sociais; e) cultura - acesso a teatro, cinema; f) direitos do consumidor - problemas diversos envolvendo o consumidor, como os crimes bancários e empresas de telecomunicação, tais como canais para garantia desses direitos; dentre outros assuntos inerentes.

Também é abordado o funcionamento do Disque Idoso e do Disque Denúncia, como canais para orientações, sugestões e queixas.

Com intuito de apoiar e assessorar os municípios e os conselhos municipais, instrumentalizando-os para a realização das conferências municipais e para a elaboração de estratégias relacionadas à construção de políticas públicas direcionadas ao envelhecimento, foram realizadas 26 capacitações e oito webconferências. Como resultado deste trabalho, foram realizadas conferências relativas à política da pessoa idosa em 391 municípios do Paraná, que equivale a 97,99% de alcance da meta. O tema que norteou as conferências, conforme diretriz do Governo Federal, foi Os Desafios de Envelhecer no Século XXI e o papel das Políticas Públicas. Nas conferências municipais os trabalhos foram divididos por eixos: a) Direitos fundamentais na construção/efetivação das políticas públicas de Saúde; b) Direitos fundamentais na construção/efetivação das políticas públicas de Assistência Social e Previdência; c) Direitos fundamentais na construção/efetivação das políticas públicas de Moradia e Transporte; d) Direitos fundamentais na construção/efetivação das políticas públicas de Cultura, Esporte e Lazer; e) Educação: assegurando direitos e emancipação humana; f) Enfrentamento da Violação dos Direitos Humanos da Pessoa Idosa; e g) Os Conselhos de Direitos: seu papel na efetivação do controle social na geração e implementação das políticas públicas. As propostas elencadas nas conferências municipais subsidiarão a Conferência Estadual a ser realizada em 2020, bem como será a base para a construção do novo Plano Estadual para a Pessoa Idosa a ser elaborado em 2020.

Estabelecida parceria com a CELEPAR para viabilizar o curso para utilização de *smartphone* por pessoas idosas, para diversos grupos de convivência.

Revisão do projeto Território da Juventude para que estes espaços possam ser utilizados de maneira intergeracional, jovens e pessoas idosas compartilhando e convivendo nos mesmos espaços. Foi realizada readequação do projeto (planta), bem como concepção de metodologia para criação de Centros de Convivência Intergeracionais, adequados a Tipificação dos Serviços do Sistema único de Assistência Social (SUAS). Foi aprovada a modificação do Projeto nos Conselhos e a implantação deve iniciar em 2020.

Destaca-se a viabilização de recursos, por meio do Banco de Projetos do CEDI/ FIPAR, para o projeto da Instituição Ação Social do Paraná, que deverá inaugurar o Centro de Convivência de Idosos em Curitiba no ano de 2020.

Em alusão ao Dia Internacional do Idoso, foi realizado evento em parceria com a CELEPAR, com a participação de 380 pessoas de instituições de Curitiba e RMC (São José dos Pinhais, Colombo, Pinhais e Campo Largo). Confraternização e aprendizado por meio da tecnologia com intervenções artísticas, ginástica laboral, palestras diversas e *workshop* para uso de *smartphone* visando melhoria da qualidade de vida da pessoa idosa do Estado do Paraná.

10.1.1.3 Mulher

Elaboração de Protocolo de Identificação de Casos de Femicídio para o Estado do Paraná, este protocolo é específico para o Estado, nesta elaboração participaram além da SEJUF, a Secretaria de Estado da Saúde (SESA), a Secretaria de Estado da Segurança Pública (SESP), Ministério Público do Paraná, Tribunal de Justiça do Paraná, OAB e o Conselhos dos Direitos da Mulher. O intuito é unificar e padronizar, ou seja, normatizar e instrumentalizar as ações dos entes envolvidos na identificação e investigação de casos de feminicídio no Estado do Paraná.

Centro de Referência e Atendimento à Mulher em Situação de Violência (CRAM) acolhimento a mulheres em situação de violência doméstica realizou 566 atendimentos jurídico e psicossocial com orientações e informações a mulheres, até setembro/2019.

Capacitação para sanar dúvidas referentes à implantação do Botão do Pânico - 15 municípios participantes. Em set/2019, nove municípios estavam utilizando os serviços e seis encontravam-se em fase de implantação.

As Unidades Móveis (Ônibus Lilás), que são unidades itinerantes para divulgação e sensibilização quanto a situações de violência contra as mulheres, bem como atendimento especializado a mulheres em situação de violência, percorreram 92 municípios com 720 atendimentos especializados e 10.113 visitantes - distribuição de material de divulgação e explicação sobre os serviços ofertados (dados set/2019).

Impressão de cartilhas, *banners*, *flyers*, cartazes, marcadores de livros com orientações sobre a violência doméstica e a prevenção.

Foram realizadas diversas ações voltadas a divulgação, sensibilização e capacitação quanto aos Direitos da Mulher, tais como:

- ▶ Oficina Fortalecimento da Auto Estima - realizada com o objetivo de conscientização dos direitos da mulher e prevenção à violência doméstica, com 85 mulheres catadoras de lixo reciclável em situação de violência doméstica e vulnerabilidade social e com as idosas do Asilo São Vicente de Paulo (150 participantes).
- ▶ Ação de rua com orientações e distribuição de material contra o feminicídio, no dia 22 de julho, com o ônibus lilás, campanha Nenhuma a Menos, em 28 municípios.
- ▶ Ações voltadas aos Direitos da Mulher, inclusão social e capacitação profissional. *Workshop* Beleza com Propósito, capacitou mulheres na área da beleza, visando ampliar as possibilidades de inserção, reinserção e permanência no mundo de trabalho para mulheres de baixa renda familiar; oficina com mulheres no Ceasa Paraná para ensinar a fazer geleias e proporcionar a geração de renda familiar - Projeto Mulher Independente

- ▶ Oficinas para Desenvolvimento Humano e Social em parceria com a entidade Humsol (combate ao câncer de mama) para capacitação de 75 mulheres em duas oficinas.
- ▶ Ação em Parceria com SESC Cidadão. Conscientização de Direitos, combate e prevenção à violência doméstica. Distribuição de material gráfico e atendimento psicológico.
- ▶ Evento Movimenta Preta em homenagem ao dia da Mulher Negra, encontro com 140 mulheres com palestras voltadas ao combate de suicídios de mães de crianças autistas.
- ▶ Capacitação para 19 municípios - Jornada em Políticas Públicas Enfrentamento da Violência contra as Mulheres;
- ▶ Capacitação com o tema Conselhos Municipais da Mulher com intuito de sensibilizar os municípios sobre a importância da existência e participação ativa dos Conselhos na Defesa e Garantia dos Direitos da Mulher, webconferência direcionada a todos os municípios
- ▶ Destaca-se, em 2019, a proposição de Lei para criação do Fundo Estadual da Mulher que tem por finalidade a captação, o repasse e a aplicação de recursos destinados a proporcionar o suporte financeiro na implantação, na manutenção e no desenvolvimento de programas, projetos e ações voltados a promoção e defesa dos direitos das mulheres no âmbito do Estado do Paraná e a proposição de Decreto que dispõe sobre a obrigatoriedade de reservar até 2,0% (dois por cento) das vagas de emprego, das empresas prestadoras de serviços ao Poder Público Estadual, para mulheres em situação de violência doméstica.

10.1.1.4 Pessoas com Deficiência

Foram emitidas aproximadamente 5.000 carteiras do Programa Passe Livre - A Lei nº 18.419/2015 assegura o benefício de isenção tarifária nos transportes coletivos intermunicipais para pessoas com deficiência e renda familiar *per capita* inferior a dois salários mínimos. Essa isenção se estende também às pessoas que possuem algumas doenças crônicas descritas na legislação, desde que em tratamento continuado fora do município de sua residência. Em 2019, mais 89 municípios começaram a utilizar o Sistema para emissão das carteiras, totalizando 160 municípios com processos mais ágeis e menos burocráticos.

Elaboração da Campanha Conhecendo o Autismo, composta por cinco vídeos apresentando o Transtorno Espectro Autista e suas características. Foram veiculados em redes sociais e tiveram 30.258 visualizações (novembro de 2019).

O Projeto Praia Acessível, propicia às pessoas com deficiência a possibilidade de acessar o mar ou rio, de forma segura. Muitos dos participantes só podem desfrutar dessa sensação em função do projeto. Durante a Operação Verão Paraná (dez/2018 a mar/2019) foram realizados cerca de 380 atendimentos às pessoas com deficiência nas cadeiras anfíbias nas Praias do Litoral do Paraná e na Costa Oeste (Santa Helena). Destaca-se que já está prevista a reedição do Projeto na Operação Verão 2019/2020.

Realizada assessoria para acessibilidade, libras e audiodescrição, das cartilhas e vídeos do programa Brigadas Escolares. Estes materiais são utilizados nos treinamentos de professores e estudantes para prevenção de incêndios ou outros desastres nos edifícios escolares, tornando assim as videoaulas inclusivas para pessoas surdas, cegas ou com baixa visão. Além dos vídeos, os materiais gráficos também foram reformulados para incluir orientações a estudantes surdos, com dificuldade de locomoção e alunos autistas.

Realizado *Talk Show*, dentro do Programa Qualifica da Defesa Civil Estadual, sobre legislação e metodologias de trabalho para inclusão educacional e social de pessoas com autismo. Participação de profissionais de referência nacional na área

Realizado o *Workshop* Internacional sobre Tecnologias Assistivas, com o compromisso social e científico em prol do desenvolvimento de dispositivos e sistemas que possibilitem uma vida mais independente, qualificada e inclusiva. Foram definidas linhas temáticas referentes às tecnologias assistivas para que em 2020 a Fundação Araucária possa lançar uma chamada pública para financiamento de pesquisas.

10.1.1.5 Jovens

O Projeto Juventude em Ação tem por finalidade a promoção e o oferecimento de atividades e serviços gratuitos ao público jovem, aproximando a população jovem paranaense dos projetos e serviços que estão em andamento e/ou que serão executados pelas ações governamentais, proporcionando um maior diálogo e divulgação dos programas voltados à juventude. Até o atual momento, foram realizados três eventos. Além da divulgação dos projetos/programas, em parceria com o Departamento do Trabalho, Emprego e Estímulo a Geração de Renda, foram realizados 2.100 encaminhamentos para vagas de emprego e Programa Jovem Aprendiz

Projeto Manda a Real - possui o objetivo de atender a necessidade de prevenção e conscientização a respeito do uso de drogas, desenvolvendo atividades que estimulem a reflexão e o aprendizado prático e lúdico. O projeto piloto contou com a participação de 350 adolescentes e jovens.

Projeto Geração Paraná - tem como objetivo principal a promoção de serviços e atividades ao público jovem, em parcerias com outros órgãos, entidades, associações e instituições. Aproximando os jovens paranaenses das políticas públicas governamentais. O 1º evento foi realizado no mês de agosto de 2019 e contou com diversos serviços públicos para atender os jovens e seus familiares. Parceiros: DETRAN-PR, Nota Paraná, Fomento Paraná, Agência do Trabalhador, entre outras atividades culturais.

O Identidade Jovem (ID Jovem), é um programa criado pelo Governo Federal, que dá direito aos jovens de usufruir a meia-entrada em eventos culturais, esportivos e artísticos, além da reserva de assentos em viagens interestaduais (ônibus, trens e barcos de classe convencional), direito a isenção

em concursos públicos e vestibulares de universidades e institutos federais. Está sendo intensificada a divulgação desta possibilidade nos municípios do interior do Estado. Ao total, foram realizados 2.297 atendimentos e encaminhamento aos Centros de Referências Municipais (CRAS), além de 900 alunos das escolas rurais do Estado que poderão ter acesso a estes benefícios.

Desenvolvimento de ações, em conjunto com o Conselho Estadual de Juventude, com a finalidade de sensibilizar os municípios para criação de Conselhos Municipais da Juventude.

10.1.1.6 Migrantes e refugiados

Recepção e acolhida a migrantes e refugiados venezuelanos - programa de interiorização do Governo Federal, deslocamentos assistidos de venezuelanos. O Paraná foi o 3º Estado que mais recebeu venezuelanos. Esta é uma ação conjunta da Casa Civil da Presidência da República, Ministério da Cidadania, Organização Internacional para Migrações (OIM), Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), Ação Social do Paraná e SEJUF. Foram interiorizados no Paraná 12,0% do total de venezuelanos que chegaram ao Brasil. Foram 1.846 pessoas, sendo 58,0% homens e dentre estes, 16,0% menores de 18 anos. Entre as mulheres (42,0%), 15,0% são menores de 18 anos. Destaca-se que 75,0% são grupos familiares e 25,0% viajam sozinhas. (Fonte: Força Aérea Brasileira e OIM - ONU Migração - período: janeiro a agosto 2019)

Copa do Mundo dos Refugiados - realizada em parceria com: OAB, Prefeitura de São José dos Pinhais, UFPR, Cáritas Regional, OIM, ONG África do Coração e ACNUR. A competição de futebol aconteceu em agosto, em Curitiba e São José dos Pinhais. Formada por oito times de refugiados de diferentes países que vivem no Brasil e 144 atletas, com 900 participantes.

Oficinas de Formação: Assistência à População Migrante - realizadas em Cascavel, Curitiba e Toledo, pela Assistência à População Migrante, Organização das Nações Unidas para Migrações (OIM), Defensoria Pública da União e Cáritas Paraná, para técnicos da FAS/PMC e SEJUF. Participação de 62 pessoas.

Apoio ao evento Fórum Empresarial de Empregabilidade e Empreendedorismo para Migrantes e Refugiados, realizado pelas Agências da ONU para Migrações (OIM) e para Refugiados (ACNUR); e à Feira Gastronômica e Empreendedorismo - com a participação de migrantes e refugiados de 12 países, com aproximadamente 600 visitantes.

Oficina com a Fundação de Ação Social (FAS) - para a capacitação de profissionais do nível central, Centros Pop, CRAS, CREAS. Participaram 43 pessoas.

Centro Estadual de Informação para Migrantes, Refugiados e Apátridas do Paraná - CEIM/SEJUF - foram realizados 4.932 atendimentos buscando apoio para: regularização documental, solicitação de refúgio, vaga de trabalho, abrigo (moradia), ajuda com alimentos e roupas, aulas de português, revalidação de diplomas, informações sobre documentos, atendimento psicossocial,

encaminhamento ao CRAS e OIM, atendimento de saúde, visto de reunião familiar, defensoria pública da união, rede educação, certidões consulares, tradução juramentada, delegacia/boletim de ocorrência, Carteira de motorista (DETRAN) CONARE, NPJ-UNICURITIBA, naturalização, 1ª via CTPS/agendamento, cursos gratuitos, 1º RG/filhos de imigrantes, regularização de CPFs inválidos, vagas em creches, xenofobia no trabalho, elaboração de currículos, etc. (janeiro a setembro de 2019).

10.1.1.7 Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas

Dentro da Campanha Coração Azul foram realizadas diferentes ações, entre as quais destacam-se: sensibilização de Ministros Evangélicos do Conselho de Ministros Evangélicos do Paraná (COMEP), sobre o tema tráfico de pessoas para adesão à Campanha; atividade voltada à terceira idade da Central Integrada de Apoio Familiar com Missão Integral (CIAF) - Projeto GATI, conscientizando sobre o crime de tráfico de pessoas, assédio por meio virtual, assédio pessoal e de familiares, como agir, como solicitar ajuda; VI Seminário Internacional da Tríplice Fronteira (Foz do Iguaçu), intervenção - Ponte Internacional da Amizade - Foz do Iguaçu, em parceria com: Coordenação da Câmara Técnica de Tráfico de Pessoas de Foz do Iguaçu, Cáritas, Infraero, Ministério Público do Paraná e Polícias Federal, Militar, Civil, Polícia Rodoviária Federal, Ministério Público do Paraguai e Guarda Nacional; ação de impacto no Aeroporto Afonso Pena, sensibilização sobre tráfico de pessoas durante a semana de avivamento bíblico da Primeira Igreja Batista de Curitiba, ação junto a População em Situação de Rua - Centro de Curitiba, distribuindo materiais da Campanha Coração Azul, visitas às empresas: Electrolux, Nokia e COPEL para sensibilização e divulgação da campanha, realização do 3º Seminário de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e ao Trabalho Escravo em conjunto com a Polícia Rodoviária Federal. No total, foram 61.210 pessoas participantes.

Em relação ao acompanhamento de denúncias de tráfico de pessoas foram 39 pessoas por tráfico internacional; 28 por exploração laboral da prostituição, 07 por trabalho em condição análoga de escravo, 26 por desaparecimento/tráfico de crianças, 02 por tráfico de drogas e exploração sexual e 10 por adoção ilegal. As vítimas são originárias do Suriname, Nova Zelândia, Espanha, Portugal, China, México, Peru, Austrália, Suriname e Paraguai.

10.1.1.8 Promoção da Igualdade Étnico-Racial

A Primeira edição do evento Movimenta Preta, contou com a participação de 100 pessoas, nas atividades artísticas e culturais, que objetivaram: sensibilizar entes públicos e a sociedade em geral e dar visibilidade ao dia 25 de julho - Dia da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha.

Audiência Pública sobre Estatuto da Igualdade Racial do Paraná - visando estabelecer diretrizes para a construção e a execução de políticas públicas que combatam a discriminação racial no Paraná. O Estatuto será um instrumento legal para definir as diretrizes de políticas públicas, propor a criação do Fundo Estadual de Promoção da Igualdade Racial, que atuará na implementação de políticas

públicas para promover a igualdade de condições e a inclusão social da população negra, das comunidades indígenas e dos outros segmentos étnicos minoritários. A audiência contou com representantes do Ministério Público, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e de movimentos negros.

Consulta Pública sobre o Estatuto da Igualdade Racial do Paraná - realizada pela SEJUF e Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial (CONSEPIR), para contribuição da sociedade na construção final do Estatuto. Tanto a Consulta, quanto a Audiência Pública tinham o intuito de ampliar o debate, com maior participação da população. Foram aproximadamente 50 (cinquenta) sugestões encaminhadas para apreciação.

Está prevista a realização de Curso de Capacitação para Conselheiras e Conselheiros do CONSEPIR e Conselho Estadual dos Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais (CPICT), em 2019.

10.1.1.9 Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais

Videoconferência com profissionais das políticas de assistência social, educação e saúde de 17 Escritórios Regionais da SEJUF e servidores das prefeituras municipais. O objetivo foi estimular a participação popular nas discussões, proposições, elaborações e auxílio na implementação e fiscalização das políticas públicas para o desenvolvimento sustentável dos povos indígenas e comunidades tradicionais no Paraná. Realização SEJUF, Conselho Estadual dos Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais (CPICT).

10.1.1.10 LGBT

Levantamento Realidade LGBT no Paraná - realizado pelo Comitê LGBT, SEJUF/DEDIF, trata-se da primeira pesquisa sobre as entidades, coletivos e movimentos sociais LGBT do Estado. As informações serão usadas para conhecer melhor as instituições localizadas no interior do Estado, além de obter informações sobre a comunidade LGBT para a promoção de políticas públicas estaduais.

Realização do Encontro sobre Empregabilidade LGBT, em conjunto com o Ministério Público do Trabalho (MPT), foram aproximadamente 15 (quinze) empresas participantes. Há a perspectiva da elaboração do Pacto da Inclusão do LGBT no Mercado de Trabalho.

Videoconferência com servidores que atuam nas Unidades Socioeducativas do Paraná, sobre a política LGBT na socioeducação, como adequar o protocolo de atendimento ao adolescente LGBT, buscando expor os principais conceitos e explicando as principais dúvidas aos profissionais. Ao todo, foram inscritos 110 profissionais das 27 Unidades Socioeducativas.

10.1.1.11 População em Situação de Rua

Realização de debate aberto sobre moradia/habitação, com o Projeto *Housing First* - Moradia Primeiro, objetivando adesão de possíveis parceiros governamentais e ou sociedade civil, para a

implantação do mesmo. Por meio da Campanha da Fraternidade 2019 da Igreja Católica, com a Mitra e o Instituto Nacional dos Direitos da População em Situação de Rua (INRUA), foi possível o início da implantação em Curitiba, com três habitações, beneficiando os primeiros moradores.

Realização de encontro para discutir sobre o CENSO POPRUA - com a presença de vários municípios, objetivando sensibilizar para fazerem censos municipais com o foco em pessoas em situação de rua.

Criada a Carta de Proposições 2019 do CIAMP Rua/PR - para orientação aos órgãos Estaduais e Municipais, sobre as prioridades a serem realizadas na Proteção e Defesa dos Direitos Fundamentais para as Pessoas em Situação de Rua.

Articulação para o Dia Nacional de Luta da População em Situação de Rua - Resistimos na Ruas! Existimos no Censo? Nas ruas sonhamos com uma vida melhor.

Finalização do Relatório das Prefeituras, incluindo o levantamento dos dados do CADÚnico de todos os municípios do Paraná, relativo às pessoas em situação de rua que estão cadastradas, para ser publicado e publicizado junto às prefeituras. Destaca-se a importância dos dados levantados em função da invisibilidade desta população dentro dos instrumentos de gestão. Na medida que os dados não são identificados e mensurados, há fragilidade na elaboração de políticas públicas.

10.1.1.12 Consumidor

Foram atendidos, pelo PROCON-PR e pelos PROCONs Municipais integrados ao SINDEC 153.728 consumidores. Pelos PROCONs que utilizam o Sistema DPC (também para acolhimento de reclamações), foram realizados 30.460 atendimentos, que resulta em 184.188 consumidores atendidos.

Foram realizados pelo PROCON-PR e PROCONs Municipais integrados ao SINDEC, 36.866 atendimentos para resolução de conflitos apresentados pelos consumidores (atendimentos preliminares). Com média de resolutividade de 80,0% (em relação aos maiores ofensores).

Foram realizadas, pelo PROCON-PR e PROCONs Municipais integrados ao SINDEC, 11.425 audiências, com vistas a solucionar os problemas apresentados pelos consumidores e que não foram resolvidos pelos atendimentos preliminares disponibilizados pelo PROCON-PR.

Foram fornecidas, pelo PROCON-PR (gestão Estadual), 44.384 orientações por telefone e e-mail para sanar dúvidas e orientar quais os procedimentos devem ser tomados pelos consumidores e quais seus direitos e deveres nas relações de consumo e elaboradas 4.138 decisões administrativas, que correspondem a processos com aplicação de sanção de multa, processos subsistentes sem possibilidade de aplicação de sanção administrativa e ainda encerrados.

A Plataforma consumidor.gov.br faz parte do Plano Nacional de Defesa do Consumidor (PLANDEC) e tem como foco principal a universalização do atendimento ao consumidor brasileiro e paranaense, possibilitando a reclamação por meio da *internet* de forma rápida e eficaz. Foram realizados, pelos consumidores paranaenses, 68.925 registros na plataforma em 2019, o que representa um aumento de aproximadamente 40,0% em relação ao mesmo período em 2018 (dados de janeiro a outubro de 2019). Isto ocorreu em função do aumento da divulgação da possibilidade de se utilizar esta plataforma para dar entrada as reclamações, o que agiliza o atendimento e facilita para ao cidadão que não precisa se deslocar até uma unidade do PROCON para acessar os serviços.

10.1.2 Socioeducativo

O Atendimento Socioeducativo no Estado do Paraná é composto pelos Centros de Socioeducação de Campo Mourão, Cascavel (duas unidades); Curitiba (duas unidades, sendo uma feminina); Fazenda Rio Grande; Foz do Iguaçu; Laranjeiras do Sul; Londrina (duas unidades); Maringá; Paranaíba; Pato Branco; Ponta Grossa; Santo Antônio da Platina; Piraquara; São José dos Pinhais; Toledo e Umuarama. E as casas de Semiliberdade de Cascavel; Curitiba; Foz do Iguaçu; Curitiba; Londrina; Paranaíba; Ponta Grossa; Umuarama e Toledo.

Foram realizados pelas Unidades de Atendimento Socioeducativo do Estado 3.469 atendimentos no período de 01/01/2019 a 16/12/2019: a) 326 abrigamentos; b) 1.526 internações; c) 1.146 internações provisórias; d) 123 internações sanção; e e) 348 atendimentos de semiliberdade.

Visando ampliar e qualificar sua rede de programas e serviços voltados à inclusão social dos adolescentes em conflito com a lei, a SEJUF tem direcionado suas ações para a implantação de um aparato institucional condizente com as demandas de atendimento postas pelas diferentes regiões que constituem este Estado e em conformidade com o que estabelece a Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente; e da Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, Lei que instituiu o Sistema Nacional Socioeducativo (SINASE).

O conjunto de ações que está sendo desenvolvido pauta-se em princípios e diretrizes de educação integral e emancipadora que se traduzem concretamente na concepção arquitetônica dos Centros Socioeducação, na ação sociopedagógica, no quadro e qualificação dos recursos humanos, na infraestrutura e dinâmica funcional.

10.1.2.1 Qualificação/ Capacitação Socioeducadores/ Funcionários das Unidades

Estas atividades destinam-se aos servidores que trabalham nos Centro de Socioeducação.

Grupos de estudos sobre os Cadernos de Socioeducação - videoconferências tratando dos temas dispostos nos Cadernos: bases teórico-metodológicas e práticas na Socioeducação; fundamentos da Socioeducação; rotinas de segurança; gerenciamento de crises; gestão pública do Sistema Socioeducativo; práticas restaurativas e a Socioeducação; Semiliberdade; Política LGBT na

Socioeducação e prevenção ao suicídio. Participaram 230 servidores por encontro, totalizando 57 horas de estudos.

Projeto Círculos de cuidado - círculos de cuidado nas unidades socioeducativas do Estado para trabalhar as relações interpessoais dos servidores que nelas atuam, como forma de cuidado, escuta ativa e acolhida, totalizando 540 participantes.

Projeto Cidadanizarte - em 2019, foi abordado Intervenção em Saúde Mental - Aprendendo com nossas diferenças - Encontros sobre Empatia. Objetivou sensibilizar, conscientizar e capacitar os servidores das Unidades Socioeducativas sobre as práticas, metodologias e os propósitos das atividades desenvolvidas no Projeto. Parcerias: Ministério Público, Instituto Aurora, Instituto Pró-Cidadania e UFPR.

Formação continuada anual - projeto de formação continuada anual dos servidores que atuam no Sistema de Atendimento Socioeducativo do Estado do Paraná, com objetivos de discutir e qualificar o Programa de Atendimento Socioeducativo do Paraná; oferecer aos servidores atualização quanto a novos temas e legislações, capacitando-os para atender novas demandas surgidas na rotina das Unidades de Atendimento Socioeducativo; contribuir para a padronização e alinhamento de ações e procedimentos básicos de atuação dentro das Unidades de Atendimento Socioeducativo, conforme a legislação vigente, oferecendo subsídios para a execução da proposta político-pedagógica da socioeducação. A estruturação desse projeto ocorre a partir de três eixos centrais: Conceitual - fornecer os fundamentos teóricos que dão sustentação ao trabalho socioeducativo; Técnico - capacitar os profissionais do sistema socioeducativo em suas especificidades profissionais e interpessoal - potencializar a capacidade de se estabelecer relações interpessoais, mediação de conflitos e manejo de estresse, habilidades necessárias para atuação junto aos adolescentes e para o trabalho em equipe.

- ▶ Socioeducação e inteligência (eixo técnico) - formação inicial para 162 servidores (diretores, diretores assistentes e agentes de segurança socioeducativa que atuam como referência de plantão das unidades socioeducativas) para que possam atuar como agentes de inteligência, em função da crescente utilização de adolescentes pelas organizações criminosas.
- ▶ Internação Provisória - realização do Seminário Estadual, com a participação de 90 servidores que atuam nos Centros de Socioeducação e atendem a medida de internação provisória e os diretores de Unidades Socioeducativas, com intuito de contribuir para a padronização e alinhamento de ações e procedimentos básicos de atuação dentro das Unidades, oferecendo subsídios para a elaboração de estudos de caso, relatórios, instrumentos pedagógicos; atendimento técnico e possibilitar a troca de experiências entre as equipes.
- ▶ Política LGBT na Socioeducação - capacitação abordando conceitos iniciais referentes à discussão sobre identidade de gênero e orientação sexual; questões jurídicas sobre a adequação do atendimento socioeducativo às pessoas LGBT; questões psicológicas (como saúde mental, questão

do suicídio); e a função dos profissionais das áreas de psicologia e serviço social na atenção a pessoas LGBT em privação de liberdade. Panorama sobre a Rede de Atendimento e a situação atual das políticas públicas existentes e disponíveis às pessoas LGBT no Estado do Paraná.

- ▶ Arteterapia e Socioeducação - capacitação de 28 servidores para serem replicadores da metodologia da Arteterapia, que contribui para o desenvolvimento dos pressupostos da medida socioeducativa junto ao adolescente. A arteterapia favorece a possibilidade de resignificação de sua vida do sujeito ao valorizar sua expressão criativa e espontânea, além de promover o desenvolvimento de habilidades artísticas, cognitivas e sociais de modo construtivo.
- ▶ Justiça Restaurativa - capacitação de facilitadores de Círculos de Construção de Paz, realizada pelo Poder Judiciário para os servidores do Sistema Socioeducativo do Estado do Paraná. O objetivo do curso é capacitar os socioeducadores para utilizar adequadamente as técnicas próprias da autocomposição, habilitando-o para a condução de círculos de construção de paz, em cenários conflitivos, observados princípios e fundamentos da Justiça Restaurativa e os ditames da Resolução nº 225 do Conselho Nacional de Justiça (Regimento, art. 6º); formação de 60 servidores.
- ▶ Socioeducação e o Trabalho com Famílias - objetiva fornecer elementos para trabalho com famílias, grupos e o entendimento da dinâmica das relações familiares, construindo novas formas de atuação para lidar principalmente com famílias em situação de vulnerabilidade social - formação de 60 servidores.
- ▶ Ciclo de Capacitação em Atendimento às Crises e Urgências em Saúde Mental e intervenção em situações de risco de suicídios nas unidades socioeducativas do Paraná - promover a educação dos profissionais de acordo com os princípios da integralidade e da humanização, incluindo as situações de risco de suicídio e/ou tentativas e ideias suicidas.
- ▶ Casas de Semiliberdade - capacitação diretamente relacionada às áreas de atuação, com o intuito de especializar os servidores nas funções que lhes são atribuídas, tomando como base os princípios da gestão e políticas públicas e as legislações que versam sobre a Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes, aperfeiçoando assim o processo de trabalho realizado pelas diferentes categorias profissionais nesta modalidade de atendimento.

10.1.2.2 Atendimento aos adolescentes

Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos Nacional PPL 2019 para adolescentes que cumprem medida socioeducativa de privação de liberdade (ENCCEJA Nacional PPL) nas Unidades Socioeducativas do Estado do Paraná. Os 461 adolescentes realizaram provas objetivas, para fins de obtenção da certificação de conclusão do Ensino Fundamental ou do Ensino Médio, de acordo com sua inscrição. Os participantes poderão utilizar seu desempenho no Exame como mecanismo de certificação para conclusão do Ensino Fundamental ou do Ensino Médio ou para

fins de obtenção de declaração parcial de proficiência. Os projetos descritos a seguir foram realizados a todos os adolescentes atendidos nos CENSES:

- ▶ Aproximando famílias - projeto visa a aquisição de passagens rodoviárias para que os familiares que residam fora do município sede das unidades socioeducativas realizem visitas mensais aos adolescentes em cumprimento de internação socioeducativa e semiliberdade. São famílias cuja situação econômica está abaixo da linha de pobreza. A meta é garantir o acesso a visita para 100,0% das famílias que residam fora do município sede do CENSE pelo menos uma vez ao mês.
- ▶ Porta de Saída - projeto visa garantir acompanhamento e encaminhamento sistemático dos adolescentes em fase de desligamento da medida de internação e semiliberdade, junto às políticas públicas, oferecendo-lhes maiores possibilidades de efetiva inclusão e prospecção social, e consequentemente, a redução da reincidência.
- ▶ Confecção de Documentos Civil e Militar - projeto visa garantir a cidadania dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, por meio da confecção de documentos civil e militar (art. 94, inc. XIX do Estatuto da Criança e do Adolescente).
- ▶ Atenção Integral à Saúde dos Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa, em Regime de Internação, Semiliberdade e Internação Provisória (PNAISARI) - realiza atendimentos, articulações e ações voltadas a saúde integral dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas.
- ▶ Execução dos Cursos de Qualificação Profissional - realizados cursos de qualificação básica para os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação e semiliberdade. A oferta de cursos busca conteúdos específicos de diferentes atividades profissionais, propiciando aos adolescentes o desenvolvimento pessoal e social, para que possam reconstruir seus caminhos.
- ▶ Educação na Socioeducação (PROEDUSE) - oferta da Educação Básica para adolescentes que cumprem medida socioeducativa nas Unidades de Internação e Internação Provisória, em parceria com a Secretaria de Estado da Educação
- ▶ Deu continuidade à execução das obras previstas nas Deliberações nº 007/2009, 77/2012, 83/2013 e 111/2014 do CEDCA, conforme quadro abaixo:

QUADRO 1 - MUNICÍPIOS ATENDIDOS POR OBRAS QUANTO À NATUREZA DO RECURSO - OUTUBRO/2019

NATUREZA DO RECURSO	OBRAS	MUNICÍPIO
Investimento	Melhorias - CENSE (01)	Cascavel
	Construção - CENSE	Piraquara
	Construção - Casa de Semiliberdade	Maringá
	Sistema Prevenção de Incêndio - CENSE	Curitiba
	Projeto de Implantação - CENSE	Pato Branco
	Projeto Implantação - CENSE (01)	Londrina
Custeio	Reparos - CENSE	Umuarama
	Manutenção Unidades Socioeducativas (todas)	Vários

FONTE: DEPARTAMENTO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO (DEASE) EM OUT/2019.

As obras previstas possibilitarão a criação de 168 vagas para o Sistema Socioeducativo do Estado do Paraná.

Como destaque para 2019 pode-se citar: a) o desenvolvimento da formação continuada aos servidores, qualificando a execução das medidas socioeducativas e a implantação dos Círculos de Cuidado visando a saúde mental do servidor; b) o término da obra da Casa de Semiliberdade de Toledo; c) os recursos viabilizados, por meio das deliberações do CEDCA para custear obras e projetos socioeducativos; d) os recursos viabilizados em conjunto com o Programa Paraná Seguro /BID para custear obras e projetos socioeducativos, entre eles a aquisição de 46 veículos para os Centros de Socioeducação.

Em 2020 deve ser inaugurado o CENSE Toledo e a implantação da nova proposta de Cursos de Qualificação Profissional Básica nas Unidades Socioeducativas do Estado do Paraná - presenciais, em ambientes simulados que propiciem aos adolescentes que cumprem Medida Socioeducativa de Internação e Semiliberdade nos Centros de Socioeducação e Casas de Semiliberdade do Estado do Paraná, despertar interesse pelo Mundo do Trabalho, ambos com recursos do Programa Paraná Seguro/BID.

Serão executados os projetos/programas com recursos viabilizados junto ao CEDCA/FIA: Arte e Ação: Karatê e Programa Estadual de Aprendizagem.

Serão firmados os termos de Cooperação Técnica para formalizar as ações intersetoriais do Projeto Porta de Saída, que fortalece as ações na fase de desligamento do adolescente.

Implantação do Projeto de Acompanhamento do Egresso e do Projeto Piloto de Visita Íntima (em Curitiba) para adolescentes que são casados ou em união estável, conforme determinação legal;

Realização de Concurso Público para recomposição do quadro de pessoal das Unidades Socioeducativas, atendendo o dimensionamento previsto pelo Sistema Nacional Socioeducativo, no que se refere aos profissionais da área da saúde.

10.1.3 Trabalho e Estímulo à Geração de Renda

Destaca-se a criação da Lei nº 19.847, de 29 de abril de 2019 que institui o Fundo Estadual do Trabalho do Estado do Paraná (FET/PR), vinculado ao órgão responsável pela execução da Política Estadual de Trabalho, Emprego e Renda, instrumento de natureza contábil, com a finalidade de destinar recursos para a Política Estadual de Trabalho, Emprego e Renda, em consonância com o Sistema Nacional de Emprego (SINE), sendo orientado, controlado e fiscalizado pelo Conselho Estadual do Trabalho, Emprego e Renda (CETER).

Em relação à Intermediação de Mão de Obra, a Rede de 216 Agências do Trabalhador obteve, até setembro de 2019, os seguintes resultados: a) 116.446 vagas abertas, sendo o mês de setembro o de maior oferta (9.926); b) 1.503 vagas abertas exclusivamente para pessoas com deficiência; c) 3.686

vagas abertas exclusivamente para Jovem Aprendiz; d) 134.308 trabalhadores inscritos; e) 455.289 trabalhadores encaminhados a vagas de empregos; f) 76.125 trabalhadores efetivamente colocados no mercado de trabalho.

O setor de Serviços foi o responsável pelo maior número de vagas abertas, com 36.343 postos, seguido da Construção Civil com 9.883 e da Indústria de Transformação com 7.565 postos. Ao todo, o Estado soma mais de 59 mil empregos formais gerados no ano, sendo o 4º que mais gera novas vagas no País. Fonte: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED).

Uma iniciativa inovadora de 2019 foi o lançamento do aplicativo Paraná Serviços, uma ferramenta digital que faz a intermediação entre o contratante e o prestador autônomo de serviços, para fomentar a geração de renda e retirar o trabalhador da informalidade. A ferramenta disponibiliza mais de 100 categorias de serviços autônomos. Em nove meses o *app* alcançou a marca de 30 mil *downloads* em 240 municípios do Estado. Para 2020, a perspectiva é alcançar os 399 municípios do Estado do Paraná.

Em 2019 foram capacitados aproximadamente 500 servidores da Rede de Agências do Trabalhador, sendo 38 no programa do Seguro-Desemprego e 447 no programa de Intermediação de Mão de Obra (IMO). Nestas estão incluídas a capacitação dos servidores para atendimento aos programas do Menor Aprendiz, Jovem Aprendiz e Pessoa com Deficiência.

A Rede Estadual de atendimento ao trabalhador habilitou 277.283 trabalhadores ao benefício Seguro-Desemprego, sendo responsável por 80,0% das habilitações do Estado.

Dentro da Qualificação Profissional, a novidade de 2019 foi o Projeto Carretas do Conhecimento, parceria entre o Governo do Estado/SEJUF, Sistema FIEP/SENAI e Fundação Volkswagen. As Carretas do Conhecimento são escolas móveis que contam com infraestrutura completa para a realização de cursos de aperfeiçoamento profissional, voltados à empregabilidade e ao empreendedorismo. Além de espaços para aulas teóricas, as unidades contam com laboratórios e oficinas destinados às atividades práticas. São diversas opções de cursos de aperfeiçoamento como: panificação básica, corte e costura industrial, eletricidade predial, mecânica de automóveis e eletricidade automotiva. As oito Unidades Móveis do Sistema FIEP passarão por 46 cidades do Paraná levando educação profissional de qualidade para mais de 2.500 mil cidadãos. O projeto tem previsão de continuidade até 30 de janeiro de 2020.

Em parceria com o Centro de Integração Empresa Escola (CIEE) serão realizados, até março de 2020, cursos para capacitação profissional voltados a inclusão do jovem em vulnerabilidade social ao mercado trabalho (Jovem Aprendiz). São 32 municípios beneficiados, mais de 400 jovens foram qualificados em 2019, com previsão de 950 vagas até março de 2020. Os cursos ofertados são: a) relações intrapessoais e interpessoais no mundo do trabalho; b) procedimentos para estocagem de

produtos e classificação; c) procedimentos para exposição de mercadorias, entrada e saída de produtos; d) demonstração de funcionamento de produtos e mercadorias.

Em parceria com a EMATER, com recursos do Programa Família Paranaense/ BID está sendo desenvolvido projeto para atender com qualificação profissional as famílias em vulnerabilidade social do meio rural. Beneficiará 156 municípios já assistidos pelo Programa, qualificando dentro da Inclusão Produtiva.

Com recursos do Programa Família Paranaense/BID terá em início em 2020, projeto de Qualificação Profissional com o objetivo de atender famílias em alta vulnerabilidade em mais de 60 municípios. Os cursos serão ofertados às pessoas acompanhadas pelos Centros de Referência de Assistência (CRAS), estes cursos são em forma de arcos ocupacionais que compõem serviços domésticos, administração, alimentação, construção e reparos (revestimentos), serviços pessoais e vestuário. Cada participante poderá fazer até quatro opções de cursos, de 60 horas cada. Estes cursos têm o diferencial, por serem direcionados a pessoas em vulnerabilidade social, de oferecer lanches, cuidadores e material didático. A meta é qualificar mais de 4.000 cidadãos.

Reativação da participação no Programa do Artesanato Brasileiro (PAB), com a assinatura do Termo de Cooperação, iniciou-se o recadastramento e cadastramento de novos artesãos, associações e cooperativas. Retomou-se a emissão das Carteiras de Artesão, as quais darão condições aos artesãos de terem alvarás, propiciando vendas formais com a emissão de notas fiscais, além de participação dos artesãos em Feiras Nacionais.

Participação na ordenação e criação de fóruns de Economia Solidária (ECOSOL) em parceria com instituições que desenvolvem programas nesta área. Proposição de Decreto de Regulamentação da Economia Solidária no Estado do Paraná que beneficiará mais de 3.000 projetos no Estado (Decreto com previsão de assinatura em 2019.).

Para 2020 há a previsão de instituir, por Lei, o Programa Cartão Futuro no Estado do Paraná, que visa fomentar a inserção no mercado de trabalho de jovens aprendizes, em especial aqueles em situação de maior vulnerabilidade, proporcionando formação técnica, profissional e remuneração mensal. O programa tem como público alvo jovens entre 14 e 24 anos. Inicialmente, será priorizada a contratação de 20 mil jovens na faixa etária de 14 a 18 anos.

Está prevista a Capacitação de Agentes Públicos das 216 Agências do Trabalhador do Estado, equipes dos 24 Escritórios Regionais, Conselheiros Municipais do Trabalho e equipes municipais afetas à área do trabalho, com vistas à operacionalização do Fundo Estadual do Trabalho (FET/PR) - com previsão de 600 pessoas capacitadas.

Em desenvolvimento, Projeto para criar um Núcleo de Capacitação e Formação Empreendedora voltada ao Associativismo, Cooperativismo e Economia Solidária em parceria com

universidades e empresas privadas, na Região Metropolitana de Curitiba, em função da incidência de criação de *startups* (berço de *startups*).

10.1.4 Assistência Social

A Política de Assistência Social é regida pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e, conforme previsto na Lei Orgânica de Assistência Social, entre as principais ações do Estado constam realizar o assessoramento técnico e o apoio financeiro aos municípios. São repasses continuados ou pontuais, fundo a fundo, voltados à qualificação dos serviços ofertados e à melhoria da qualidade de vida das famílias, que podem ser investidos em serviços das proteções básica, especial de média e alta complexidade, no aprimoramento. Os critérios de repasse são baseados em estudos técnicos, pactuados e deliberados na Comissão Intergestora Bipartite (CIB), no Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS/PR) e no Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA/PR), assegurando o protagonismo do controle social.

O Estado do Paraná, dentro da perspectiva da prioridade ao desenvolvimento infantil voltou a aderir ao Programa Criança Feliz do Governo Federal, que tem o objetivo de promover e apoiar o desenvolvimento infantil integral na primeira infância, com a gestante e a família na preparação para o nascimento e nos cuidados pós-gravidez, fortalecendo os vínculos e o papel das famílias para o desempenho do cuidado, proteção e educação de crianças na faixa etária de até seis anos de idade. Foram realizadas as capacitações obrigatórias do Programa, a nível estadual participaram os técnicos da estrutura central da SEJUF, bem como os técnicos dos Escritórios Regionais, que serão os responsáveis por dar suporte aos municípios. Na sequência foram capacitados os técnicos municipais. Foi realizado o 1º Simpósio Paranaense do Programa Criança Feliz (julho de 2019). Dos 262 municípios elegíveis, 48 já aderiram ao Programa; a meta é implantar em todos os elegíveis.

Em função de novo alinhamento de políticas, está em elaboração do projeto da Nova Política Pública sobre prevenção, cuidados e reinserção social, aos usuários de drogas lícitas e ilícitas, com a participação do Ministério Público, Ordem de Advogados do Brasil, Secretarias Estaduais de Saúde e de Esporte e Educação e DETRAN.

Destaca-se o Programa Nota Paraná, no qual as Organizações da Sociedade Civil (OSC) que atuam na Assistência Social, devidamente cadastradas, acessam recursos para fortalecer as ações que desenvolvem. Foram destinados, até out/2019, R\$ 33,8 milhões, beneficiando desde a implantação, em 2016, 931 OSCs no Estado. Pela Gestão do SUAS, foram realizadas as análises e o apoio técnico às Organizações da Sociedade Civil e emissão de Declaração de Cadastro junto à SEJUF (268 análises) e ao Programa Nota Paraná (1.418 análises).

São realizados o assessoramento e apoio técnico aos 399 municípios sobre a Política de Assistência Social. São três áreas distintas de atuação. A Gestão do SUAS atua na elaboração,

preenchimento e monitoramento dos instrumentos de Gestão tanto do Governo Federal quanto do Estadual (Plano de Ação, Demonstrativo Sintético Físico-Financeiro, Registro Mensal de Atendimento, Censo SUAS, etc).

Como o Estado do Paraná faz repasses regulares via fundo a fundo, um diferencial em relação aos outros Estados, há uma atenção especial na análise e orientação sobre Conselho, Plano e Fundo relacionados à Política Municipal de Assistência Social, pois a regularidade (documentação, atuação, periodicidade) é requisito básico para o recebimento de recurso. Em 2019, 392 municípios receberam atestado de regularidade, o que equivale a 98,25% dos municípios.

O Piso Paranaense de Assistência Social (PPAS I) é um cofinanciamento do Estado do Paraná aos municípios de Pequeno Porte I (até 20 mil habitantes) que tem como característica principal a possibilidade do município ter autonomia de planejar em que serviços da Assistência Social os recursos serão aplicados. São 172 municípios cofinanciados, a parcela mensal é de R\$ 6.250,00 por município, o que corresponde a R\$ 12,9 milhões ao ano.

Para 2020, há a previsão do Programa Capacita-SUAS, com a oferta de 3.000 vagas de capacitação de maneira descentralizada e a realização da Conferência Estadual de Assistência Social.

Na Proteção Social Básica foi realizado o assessoramento e apoio técnico aos serviços socioassistenciais que compõem a Proteção, sendo eles: Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e o Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas, bem como, aos Programas, Projetos e Benefícios Socioassistenciais vinculados à Proteção Social Básica, além da Gestão do Cadastro Único para Programas Sociais e Programa Bolsa Família.

Encontro Intersectorial de Gestores do Cadastro Único e Programa Bolsa Família para os municípios prioritários, com aproximadamente 200 participantes.

Realização de 12 turmas de Capacitação para Operadoras do Cadastro Único dos Programas Sociais do Governo Federal, em parceria com a Caixa Econômica Federal, com a participação de 294 representantes dos municípios, e previsão de mais seis turmas, em novembro, com 150 vagas.

Apoio na mobilização para capacitação do Sistema de Condicionalidades do Programa Bolsa Família (SICON), na regional de Pato Branco, com a participação de 26 representantes dos municípios; curso de Entrevistadores do Cadastro Único para Programas Sociais, com a participação de 142 profissionais de diversos municípios, previsão de mais duas turmas até o final do ano; e para o curso de Gestores do Cadastro Único e Programa Bolsa Família, a ser realizado em novembro, em Curitiba, com 30 vagas.

Acompanhamento técnico aos 25 municípios que possuem Centros da Juventude (27 unidades) e ao Programa Bolsa Agente de Cidadania, têm como objetivo a participação social e cidadã

e a inclusão sociocultural, e prevê o atendimento e pagamento de bolsa-auxílio aos adolescentes e jovens, prioritariamente em situação de vulnerabilidade e risco social, participantes aos Centros da Juventude. Adolescentes e jovens de 14 a 24 anos. Foram pagas 2.843 bolsas, de janeiro a setembro, com recursos oriundos do Fundo para Infância e Adolescência (FIA) e do Contrato do Programa Paraná Seguro/BID. Como destaque de 2019, a assinatura de contrato com a Associação de Pesquisadores dos Núcleos de Estudos e Pesquisas Sobre a Criança e o Adolescente (NECA), com o objetivo de elaborar metodologia de intervenção, acompanhamento e gestão dos Centros da Juventude. Para 2020, há a previsão de implantação e implementação da metodologia de trabalho para os Centros da Juventude;

Apoio à execução do Incentivo Benefícios Eventuais, cofinanciamento estadual de R\$ 1,8 milhão a 227 municípios, em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública. Viabilização do Incentivo Benefício Eventual IV, criado pela Deliberação CEAS nº 68/2019, contemplando 106 municípios, no valor de R\$ 1,9 milhão.

Para 2020, estão previstas a oferta de ações de educação permanente sobre os Serviços Socioassistenciais da Proteção Social Básica; encontros para multiplicadores de entrevistadores e gestão do Bolsa Família; ações de apoio técnico aos municípios que executam o ACESSUAS; cursos de capacitação relacionados ao Cadastro Único e Programa Bolsa Família e viabilização de recursos para novo repasse Incentivo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV II).

A Proteção Social Especial presta o assessoramento, acompanhamento, orientação e apoio técnico aos municípios ao que se refere aos Serviços Tipificados de Média e Alta Complexidade.

Os Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) são os equipamentos onde são atendidas famílias e pessoas que estão em situação de risco social ou tiveram seus direitos violados, ofertam os Serviços de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), podendo ofertar outros serviços, como Abordagem Social e Serviço para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas famílias, e ainda, o serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto.

No Estado do Paraná são 167 municípios que tem CREAS, sendo 189 unidades, segundo o Cadastro Nacional do SUAS (CadSUAS), em julho; destes, 23 recebem cofinanciamento estadual (PPAS III) no valor de R\$ 2,5 mil ao mês/unidade, montante de R\$ 57, 5 mil ao mês, totalizando R\$ 690, 0 mil ao ano. Em 2019, foram realizadas duas capacitações para novos profissionais de CREAS, com participação de equipe técnica de 40 municípios de pequeno porte. Em 2019, foi viabilizado recursos para o Incentivo Aprimora CREAS - incentivo financeiro (pontual) para aquisição de itens de investimento para os CREAS, no total de R\$ 6,6 milhões para 61 municípios, contemplando 70 unidades.

No Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua (Centro Pop) 15 municípios recebem cofinanciamento estadual (PPAS II) para 20 unidades, no valor de R\$ 2,0 milhões ao ano.

O município de Curitiba recebe cofinanciamento para o Centro Dia para Pessoa com Deficiência, valor anual de R\$ 240,0 mil, ofertando atendimento especializado a pessoas com deficiência e suas famílias, havendo algum grau de dependência ou agravamento de limitações por violações de direitos.

Para o Serviço Especializado de Abordagem Social, recebem cofinanciamento estadual 20 municípios, no montante de R\$ 117,5 mil ao mês, totalizando R\$ 1,4 milhão ao ano. Serviço realizado por uma equipe de educadores sociais que identifica famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social em espaços públicos, como trabalho infantil, exploração sexual de crianças e adolescentes, situação de rua, uso abusivo de *crack* e outras drogas e faz os encaminhamentos necessários.

Acompanhamento aos municípios que formalizaram adesão ao Programa Estadual Liberdade Cidadã para o Serviço de Proteção Social aos Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) aos adolescentes em conflito com a lei, e monitoramento da execução. 131 municípios receberam recursos oriundos do FIA, o que corresponde a R\$ 12.338.178,88 em execução.

Em relação aos Serviços de Alta Complexidade, há o cofinanciamento dos Serviços de Acolhimento para Crianças, Adolescentes e Jovens até 21 anos (PPAS IV) para 99 municípios. Em 2019, foram revistas as metas de cofinanciamento, ampliando em 600 vagas cofinanciadas, que equivale a R\$ 150, 0 mil ao mês., resultando na ampliação de R\$ 1,8 milhão ao ano cofinanciado.

Acompanhamento aos 173 municípios que formalizaram adesão ao incentivo financeiro do Programa Estadual Crescer em Família, para os serviços de acolhimento institucional e/ou familiar para crianças e adolescentes até 18 anos, corresponde a R\$ 18,3 milhões em execução e a 85 municípios que receberam recursos do incentivo financeiro do Programa Estadual Crescer em Família, exclusivamente para o serviço de acolhimento familiar para crianças e adolescentes até 18 anos, corresponde a R\$ 4,2 milhão em execução.

Parceria com duas organizações da sociedade civil para Acolhimento de Pessoas Idosas - atendimento a 38 pessoas, no montante de anual de R\$ 767,4 mil.

Acolhimento para Pessoas com Deficiência - aproximadamente 180 atendimentos em parceria com quatro organizações da sociedade civil, aproximadamente R\$ 5,2 milhões ao ano. As vagas são dirigidas às demandas dos municípios de pequeno porte I e II, em serviços de acolhimento institucional para pessoas com deficiência, em situação de risco, com vínculos familiares rompidos, e proporcionando ações de reinserção familiar e comunitária.

Residências Inclusivas - manutenção do cofinanciamento estadual para cinco municípios, seis unidades de Residências Inclusivas Municipais, no valor de R\$ 5,0 mil ao mês, totalizando R\$ 360,0 mil ao ano. Serviço de acolhimento institucional voltado a jovens e adultos com deficiência, em situação de dependência, prioritariamente àqueles atendidos pelo BPC, que não dispunham de condições de autossustentabilidade ou de retaguarda familiar, ou ainda em processo de desinstitucionalização de abrigos de longa permanência. E manutenção do cofinanciamento de duas unidades de Residências Inclusivas Regionalizadas, com capacidade de 20 vagas e investimento anual de R\$ 360,0 mil.

Acolhimento para Adultos e Famílias (PPAS V) - manutenção do cofinanciamento estadual para quatro municípios, no valor de R\$ 25,0 mil ao mês, montante de R\$ 300, 0 mil ao ano.

Acolhimento Institucional a Pessoa em Situação de Rua, manteve-se o cofinanciamento estadual para 20 municípios, no valor de R\$ 229,2 mil ao mês, montante de R\$ 2,7 milhões ao ano.

Análise e assessoramento aos municípios quanto às solicitações de acolhimento a indivíduos em situação de vulnerabilidade ou risco por violações de direitos, com ou sem determinação judicial. Análise e atendimentos às demandas judiciais, nos processos tramitados pela PGE.

O destaque para 2019 foi a expansão do cofinanciamento para o Serviço de Acolhimento Institucional para Mulheres em Situação de Violência, 04 municípios (05 unidades), passam a receber o valor de R\$ 39,0 mil ao ano/unidade, montante de R\$ 195, 0 ao ano. E prevista a conclusão do processo de adesão, até dezembro, ao cofinanciamento estadual para Casa de Passagem Regionalizada com os municípios de Foz do Iguaçu e Curitiba.

Para 2020, há a previsão de ampliação da rede de serviços regionalizados de Residências Inclusivas e expansão do cofinanciamento para Residências Inclusivas municipais; implantação de serviços regionalizados em Repúblicas para jovens; realização de diagnóstico e indicadores de violência; realização de cursos voltados ao aprimoramento dos Serviços de Média e Alta Complexidade; Desenvolvimento de projetos e atividades com práticas restaurativas nos serviços de Média e Alta Complexidade; iniciar processo de reordenamento dos serviços de acolhimento institucional para pessoas idosas; a implantação de projeto piloto para acolhimento institucional de homens agressores; e ainda, a possibilidade, de formalização de parceria com OSC para realização de buscas de familiares dos acolhidos em instituições de longa permanência, visando reaproximação e fortalecimento de vínculos familiares.

10.1.4.1 Programa Família Paranaense

O Estado do Paraná em parceria com o BID instituiu o Programa Família Paranaense, programa cujo nome está sendo alterado para Programa Nossa Gente. O Programa além de atuar em Assistência

Social, atua, por suas características de intersectorialidade, como Desenvolvimento Social e Enfrentamento a Pobreza.

Em 2019 foi formalizado o Termo de Acordo de Cooperação com o CIEE para oferta de cursos de qualificação profissional.

Foi realizada capacitação dos profissionais da assistência social para o trabalho social com as famílias com a utilização de contos. Realizado o aperfeiçoamento do sistema de acompanhamento das famílias com a inclusão do módulo de acompanhamento familiar com o prontuário de atendimento das famílias, atendendo a demanda dos municípios. Um destaque para 2019 é a disponibilização das informações à Defesa Civil para auxiliá-los na localização de famílias em vulnerabilidade social quando da ocorrência de Situações de Emergência e/ou Calamidade Pública, bem como a aproximação das equipes técnicas para que os comitês locais do Programa sejam replicadores das informações relativas Defesa Civil, buscando compartilhar ações de prevenção e como planejar e agir em caso de ocorrências.

Cofinanciamento de 207 municípios, no montante de R\$ 9,7 milhões para utilização na área de Assistência Social.

Expansão do projeto Caixa d'Água Boa para 134 municípios, com o objetivo de atender 3.500 famílias com a instalação de caixas d'água - parceria com a SANEPAR. Foram realizados pagamentos para 127 famílias, para execução do projeto Caixa D'Água Boa, totalizando o montante de R\$ 127,0 mil.

Para o Projeto Renda Agricultor foram repassados recursos para 1.468 famílias, montante de R\$ 3,3 milhões.

Realizados repasses para complementação de renda mensal para 70 mil famílias em extrema pobreza, tendo investido de R\$ 11,0 milhões, de janeiro a outubro, média de R\$ 1,1 milhão/mês.

Isenção de 1,4 milhão de faturas de energia elétrica, uma média de 160 mil famílias/mês, tendo investido R\$ 33,6 milhões, de janeiro a setembro, média de R\$ 3,7 milhões/mês.

Construção e entrega de cinco equipamentos da Assistência Social, sendo quatro CRAS e um CREAS; foram investidos R\$ 3,3 milhões.

Início da construção de 545 casas para a Redução do Déficit Habitacional, em parceria com a COHAPAR, com investimento de R\$ 31,0 milhões.

Início da construção de 535 casas do projeto de regularização fundiária, em parceria com a COHAPAR, com investimento de R\$ 47 milhões.

Destaca-se, em 2019, o recebimento do Prêmio Selo SESI ODS 2019 - pelo projeto complementar Renda Agricultor Familiar e o artigo na Revista IPEA de Inovação e Políticas Públicas com o tema Gamificação e Aprendizagem de Direitos e Benefícios Sociais.

Para 2020, a previsão é de construção e entrega de sete equipamentos da Assistência Social, quatro CRAS e três CREAS (R\$ 3,3 milhões); término da construção e entrega de 545 casas do projeto de redução do déficit habitacional (R\$ 31,0 milhões), término da construção e entrega de 535 casas do projeto de regularização fundiária (R\$ 47,0 milhões).

Espera-se ainda, a construção e entrega de mais 563 casas do projeto de redução do déficit habitacional (R\$ 37 milhões de investimento), formalização de contrato para oferta de 4.800 vagas de qualificação profissional em 60 municípios, ampliação do Projeto Renda Agricultor e Criação da estratégia Inclusão Produtiva Coletiva, em parceria com a SEAB/EMATER. Oferta de cursos de qualificação em Tecnologia da Informação.

Lançamento e distribuição dos seguintes materiais: Jogo de Políticas Públicas - Família em Ação; Sacolas térmicas do Leve Leite para os beneficiários do Programa Leite das Crianças; Coleção Temática Contos da Tradição Oral; Guia de Acompanhamento Familiar - Versão Final; Guia de Intersetorialidade.

E a continuidade na gestão e pagamento dos benefícios: Caixa D'Água Boa, Renda Agricultor Familiar, Complementação de renda às famílias em extrema pobreza, Luz Fraterna, Inclusão Produtiva Solidária e Aluguel Social.

RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2019

ATIVIDADES	EMPENHADO (R\$)	PAGO (R\$)
Fundo Estadual da Assistência Social (FEAS)	73.288.881,94	62.291.940,33
Fundo Estadual da Saúde (FUNSAÚDE)	21.274.366,05	18.846.781,10
Fundo Estadual de Defesa do Consumidor (FECON)	393.369,78	29.750,53
Fundo Estadual de Políticas de promoção da Igualdade Racial (FUNDEPPIR)	1.000.000,00	0,00
Fundo Estadual dos Direitos do Idoso (FEID)	591.090,00	524.387,98
Fundo Estadual para a Infância e Adolescência (FIA)	50.818.646,21	30.555.213,20
Garantia de Direitos da Mulher	679.892,40	550.048,46
Garantia de Direitos da Pessoa com Deficiência	62.999,00	62.999,00
Gestão Administrativa	15.787.068,75	12.161.919,03
Gestão do Sistema Público de Trabalho, Emprego e Renda	15.951.177,39	15.086.340,30
Gestão do Sistema Socioeducativo	144.583.174,36	133.825.322,20
Luz Fraterna	46.354.999,00	26.110.600,56
Pessoal e Encargos Sociais	50.658.670,88	48.057.603,49
Políticas Públicas de Cidadania e Direitos Humanos	4.645.618,23	4.486.968,84
Sistema Intersetorial de Proteção à Família	11.276.003,65	4.939.647,93
TOTAL	437.365.957,64	357.529.522,95

FONTE: Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD - Novo Siaf em 06/01/2020.

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

11 PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO (PGE)

A Procuradoria-Geral do Estado (PGE) constitui órgão de primeiro nível hierárquico da administração estadual e possui como principais atribuições a representação judicial e extrajudicial do Estado do Paraná e suas autarquias, a cobrança judicial e extrajudicial da dívida ativa estadual e a consultoria jurídica da unidade federada. Suas atividades estão organizadas em sete Coordenadorias, estruturadas em 18 Procuradorias Especializadas, contando com 16 Procuradorias Regionais, além de uma Procuradoria em Brasília/DF.

11.1 PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

11.1.1 Prevenção e Redução de Litigiosidade

Foram empregados esforços na prevenção de demandas e na sua solução pela via extrajudicial, a fim de evitar a judicialização excessiva, onerosa e ineficaz. Dentre as iniciativas preventivas são mencionadas as de maior importância.

11.1.1.1 Prevenção de litígios mediante cooperação com as Secretarias de Estado e autarquias

As iniciativas preventivas estão relacionadas, em sua grande maioria, ao trabalho cooperativo entre as Secretarias de Estado. Nesse sentido, a PGE compôs, por meio de seus procuradores, grupo de trabalho multissetorial (SEAP, SEFA e SEJUF) visando a realização de estudos acerca das atividades passíveis de execução indireta no âmbito do Poder Executivo Estadual, o qual concluiu pela legalidade e constitucionalidade da ampliação da prática na Administração Pública Estadual e resultou na proposição de edição de atos normativos visando à regulamentação da terceirização no Estado do Paraná. Neste mesmo sentido ocorreu a assunção do acervo processual trabalhista do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), o que permitiu a resolução de problemas administrativos do instituto, destacando-se, em especial, a prevenção contra irregularidades na dobra de férias por meio de orientações ao Departamento Pessoal da autarquia.

Outra realização preventiva que merece destaque foi a participação na conformação do novo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Rural, objetivando evitar o ajuizamento de possíveis ações derivadas da mistura dos planos de carreira das envolvidas, ou seja, preservar-se da solicitação de benefícios e equiparações remuneratórias. O referido instituto deve ser oriundo da fusão do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), do Instituto Agrônomo do Paraná (IAPAR), da Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná (CODAPAR) e do Centro

Paranaense de Referência em Agroecologia (CPRA), todos vinculados à Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento.

Digna de destaque, ainda, é a publicação em novembro, de mais três volumes da Coletânea de Cadernos Orientadores em licitações, contratos e convênios, nas seguintes temáticas: Obras e Serviços de Engenharia - Contratação Integrada; Aquisição de Bens; e o de Prestação de Serviços.

11.1.1.2 Prevenção de litígios mediante gestão do pagamento de honorários a advogados dativos

O pagamento de honorários a advogados dativos, cuja atuação visa assegurar assistência jurídica integral e gratuita aos hipossuficientes quando não há defensoria pública disponível e também se apresenta como instrumento eficaz de prevenção contra demandas judiciais. A quitação administrativa destes honorários evita processos judiciais de execução, nos quais o Estado seria requisitado ao pagamento desses valores, por vezes acrescidos de juros e correção monetária, além de eventuais custas judiciais. Ademais, a existência da tabela prevista em Resolução Conjunta PGE/SEFA visa resguardar o Estado de arbitramentos em valores excessivos.

Até outubro de 2019, foram pagos cerca de 63.648 requerimentos de honorários devidos em razão de advocacia dativa, totalizando aproximadamente R\$ 44,0 milhões. Avalia-se que isto possibilitou que mais de 20 mil processos deixassem de ser ajuizados contra o Estado do Paraná no período, visando a cobrança de tais valores. Complementarmente, obteve-se liminar em Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR 29694-66.2018.8.16.0000), em setembro, a qual representou importante vitória para o reconhecimento da tabela de remuneração de honorários de advocacia dativa publicada pelo Estado do Paraná. Estima-se que somente esta ação represente uma economia de cerca de R\$ 6,0 milhões anuais ao Estado.

11.1.2 Representação Judicial e Extrajudicial do Estado

A PGE representou o Estado em mais de 363 mil ações (341 mil no PROJUDI e 22 mil na Justiça Federal) dos mais diversos temas neste ano, contraindo substanciais resultados sociais e econômicos à Administração Pública Estadual.

Atuações de ampla repercussão em processos judiciais no ano de 2019 envolvem a suspensão de liminar no Superior Tribunal de Justiça (SLS 2.480) para continuidade das obras da faixa de infraestrutura localizada no município de Pontal do Paraná, bem como os processos que o Estado litiga com a CR Almeida, decorrentes de contrato de empreitada, onde se conseguiu evitar o aumento do passivo em cerca de R\$ 23,5 bilhões (STJ, AREsp 149.713/PR, TJPR Autos nº 1.452/1979 e TJPR, MS 1.746.586-6). Outra realização merecedora de destaque foi a vitória na ação civil pública nº 5081785-08.2014.4.04.7000/PR, na qual a empresa Petróleo Brasileiro S/A - Petrobras foi condenada a reparar danos causados durante operação de transferência de petróleo do terminal marítimo de São Francisco

do Sul para a Refinaria Presidente Getúlio Vargas (REPAR), que provocou o derramamento de aproximadamente quatro milhões de litros de óleo, atingindo os rios Barigui e Iguaçu e causando danos ambientais de grande monta.

Vale destacar o resultado obtido no julgamento da ação declaratória 5019381-76.2018.4.04.7000, pois o Tribunal Regional Federal acolheu o pedido do Estado para não ser obrigado a recolher, em favor da União, contribuições previdenciárias supostamente devidas em relação a servidores estaduais que, embora admitidos sem concurso público após o advento da Constituição Federal de 1988, possuem vínculo estatutário permanente com o Estado do Paraná e atualmente são vinculados à PARANAPREVIDÊNCIA. A vitória tem repercussão econômica ainda incerta, contudo, certamente vultosa. Até pouco tempo, o Estado recolhia em favor da União cerca de R\$ 3,0 milhões mensais (os quais poderão ser objeto de oportuno pedido de repetição) e autos de infração lavrados contra o Estado poderão vir a ser cancelados (a exemplo do discutido nos autos nº 5049136-82.2017.4.04.7000, de cerca de R\$ 300,0 milhões).

Houve, também, a obtenção de medida liminar autorizando o pagamento direto pelos serviços de manutenção de veículos oficiais do Estado do Paraná, afastando a intermediação da empresa JMK Serviços S/A por meio da ação nº 0001204-45.2019.8.16.0179, elaborada a pedido do Sr. Secretário de Estado da Administração e da Previdência. A referida ação busca debater a legalidade de notas fiscais relacionadas ao Contrato Administrativo nº 256/2015-SEAP. Paralelamente, foi constituída Comissão Técnica, composta, dentre outros, por procuradores do Estado para auxiliar a rescisão do contrato com a JMK e a contratação de nova prestadora de serviços.

A PGE compôs Comissão Técnica (Resolução Conjunta nº 01/2019-PGE/CGE/SEFA) a fim de apurar possíveis irregularidades na execução do Contrato nº 07/2017-SEFA, cujo objeto é o desenvolvimento e a implantação de solução tecnológica de gestão orçamentária, financeira e contábil que atenda às necessidades da Administração Pública do Estado do Paraná (Novo SIAF). Como resultado ocorreu a elaboração da ação judicial nº 0006790-06.2019.8.16.0004, a qual buscou a transferência de conhecimento e tecnologia ao Estado, além de pleitear a continuidade da prestação de serviços da contratada (Arrow ECS Brasil Distribuidora Ltda.) por 90 dias após o encerramento do contrato, o que se mostrou fundamental para a não interrupção de atividades administrativas essenciais.

Foi realizada a primeira audiência judicial por videoconferência nas dependências da PGE, nos termos permitidos pela Resolução nº 229/19/TJPR. A audiência foi realizada nos autos de Carta Precatória nº 0001525-54.2019.8.16.0026. As videoconferências agilizam a atuação dos procuradores do Estado, permitindo a redução de despesas e a otimização dos recursos humanos disponíveis.

Há que se destacar, por fim, a elaboração de minuta de Anteprojeto de Lei (e-Protocolo nº 16.094.516-8) para criação do Fundo Estadual de Defesa dos Interesses Difusos (FEID). Esta medida

busca a correta destinação dos recursos oriundos de condenações judiciais decorrentes de violações a direitos difusos, uma vez que, atualmente, tais recursos são destinados à esfera federal ou municipal, dada a inexistência de fundo estadual adequado.

11.1.3 Cobrança da Dívida Ativa do Estado

A Dívida Ativa é composta por créditos tributários e não tributários da Fazenda Pública. Tais créditos são provenientes do não pagamento de tributos, multas, contribuições estabelecidas em lei entre outras obrigações. Após esgotado o prazo final para seu pagamento, fixado pela lei ou por decisão final em processo administrativo, essas dívidas são remetidas à PGE para cobrança judicial ou extrajudicial.

11.1.3.1 Cobrança extrajudicial da dívida ativa do Estado

A cobrança extrajudicial da dívida ativa tributária e não tributária é realizada mediante protesto das certidões da dívida ativa, de acordo com os limites estipulados no Decreto nº 9.721/2018. Essa estratégia de cobrança tem apresentado resultados bastante favoráveis na recuperação de créditos. De acordo com o Sistema de Informações Processuais da PGE, entre janeiro e o início de outubro foram protestadas 70.824 certidões de dívida ativa, totalizando o valor aproximado de R\$ 165,0 milhões. Neste mesmo período, a arrecadação da dívida ativa protestada somou R\$ 69,5 milhões.

11.1.3.2 Cobrança judicial da dívida ativa do Estado

A cobrança judicial da dívida ativa tributária e não tributária é realizada por meio da execução fiscal, cujo procedimento está delineado na Lei nº 6.830/80. Entre janeiro e o início de outubro foram ajuizados 3.512 processos de execução fiscal, em 136 Comarcas do Estado do Paraná, totalizando 26.146 certidões de dívida ativa, no valor aproximado de R\$ 1,5 bilhão. Segundo a Inspeção Geral de Arrecadação (IGA/SEFA), neste mesmo período a arrecadação da dívida ativa ajuizada somou cerca de R\$ 64,0 milhões em pagamentos à vista. Além disso, foram arrecadados aproximadamente R\$ 126 milhões por meio de parcelamentos, inclusive o parcelamento especial estabelecido pela Lei Estadual nº 19.802/2018 (REFIS/2019).

Nesse contexto, também possuem relevância as ações do Grupo Estratégico de Recuperação de Ativos Relevantes (GERA), o qual promove execuções fiscais e ações ordinárias contra grandes devedores e grupos econômicos (com atribuições estabelecidas no Decreto nº 7.435/2017). Nos nove primeiros meses deste ano merece destaque o ajuizamento de ações declaratórias de grupos econômicos, de reconhecimento de sucessão empresarial e de desconsideração de personalidade jurídica, com pedido de indisponibilidade de bens, que culminaram no parcelamento de aproximadamente R\$ 89,2 milhões. A atuação do GERA nas execuções fiscais de grandes devedores,

garantiu ainda, débitos por meio do bloqueio de bens e penhoras judiciais, que alcançaram aproximadamente o montante de R\$ 24,0 milhões.

A atuação da PGE também levou o Órgão Especial do TJPR a declarar a constitucionalidade da maioria das medidas do regime especial aplicável aos devedores contumazes nos incidentes de inconstitucionalidade nº 1.747.360-6 e nº 1.737.150-7. Dados da Receita Estadual apontam que aproximadamente 80,0% da dívida originada de tributos declarados e não pagos provém de um grupo de apenas cerca de 20,0% dos contribuintes, justamente os que se enquadram no conceito de devedor contumaz. A vitória é de suma relevância para o Estado e para a coletividade, pois a lei estadual endurece a fiscalização de empresas devedoras contumazes que, em conjunto, representam mais de R\$ 1,0 bilhão em créditos tributários.

No final do ano de 2018 foi firmado o Termo de Cooperação Técnica entre a PGE, o Ministério Público do Estado do Paraná (MPPR) e a Secretaria de Estado da Fazenda (SEFA) com a finalidade de criar um grupo de trabalho conjunto denominado Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos (CIRA). Seu objetivo é identificar fraudes fiscais estruturadas e de grande potencial lesivo e recuperar direitos e valores obtidos ilegalmente, por meio de propositura de ações judiciais e administrativas, com a consequente responsabilização administrativa, fiscal, civil e criminal dos envolvidos. Nesse âmbito, a PGE encaminhou ao MPPR, apenas nos nove primeiros meses deste ano, 12 representações para fins penais contra grandes devedores de ICMS - Substituição Tributária, cujos fatos geradores ocorreram entre janeiro de 2016 e junho de 2018, totalizando aproximadamente R\$ 57,3 milhões. Em decorrência das notificações expedidas pelo MPPR foram parcelados cerca de R\$ 47,0 milhões.

Como resultado da ação da PGE, no julgamento do Incidente de Inconstitucionalidade nº 1.748.097-2, o Órgão Especial do TJPR declarou a constitucionalidade da limitação, em dado período de apuração, ao aproveitamento de créditos de ICMS transferidos a terceiros e acumulados no Sistema de Controle da Transferência e Utilização de Créditos Acumulados (SISCREDA). A decisão analisou expressamente a limitação referente ao ano de 2016, mas as razões de decidir são aplicáveis às limitações realizadas para os demais anos. De acordo com a SEFA, o impacto econômico-financeiro, caso as respectivas normas fossem reputadas inconstitucionais, seria da ordem de R\$ 6,0 bilhões em médio prazo.

11.1.4 Precatórios e Requisições de Pequeno Valor (RPVs)

A PGE patrocina todos os precatórios expedidos contra a Administração Pública Estadual, analisando a legitimidade da inscrição, dos pagamentos, retenções legais, dentre outros aspectos. Os precatórios devidos pelo Estado do Paraná são estimados em um total de aproximadamente R\$ 9,5 bilhões, segundo o Tribunal de Justiça do Paraná em julho.

A 1ª Câmara de Conciliação de Precatórios (CCP) realizou acordos diretos com credores de precatórios que são, ao mesmo tempo, devedores tributários do Estado do Paraná, nos termos da Lei nº 17.082/12 e do Decreto nº 5.007/12. Ao serem firmados tais acordos, realiza-se o pagamento de créditos de precatórios ao respectivo credor, ao mesmo tempo em que se arrecada, na mesma medida, valores para o Estado (ICMS, ITCMD ou IPVA, mais Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária). O valor arrecadado na 1ª CCP, em acordos diretos, de janeiro a setembro, corresponde a cerca de R\$ 35,8 milhões. Concomitantemente, foi quitado o montante de R\$ 35,6 milhões em precatórios.

Por sua vez, a 3ª CCP é responsável pelo pagamento, por meio de acordo direto, de valores devidos a credores originários de precatórios expedidos contra o Estado do Paraná, com deságio de 40,0%, nos termos da Lei nº 17.082/12 e do Decreto nº 8.942/18, alterado pelo Decreto nº 787/19. O valor total de acordos diretos realizados, no mesmo período, correspondeu a cerca de R\$ 14,3 milhões.

Foi também requerido, nos doze meses anteriores a outubro, o abatimento de aproximadamente R\$ 170,6 milhões dos precatórios, relativos a compensações de créditos tributários com os débitos dos precatórios, efetuadas na forma do parágrafo 2º do artigo 78 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), convalidadas expressamente pelo artigo 6º da Emenda Constitucional (EC) nº 62/2009.

A PGE participou ativamente na celebração do Contrato administrativo nº 012/2019-SEFA, envolvendo o Estado do Paraná e a Caixa Econômica Federal (CEF), disciplinando rotinas relacionadas ao artigo 101 do ADCT com redação dada pela Emenda Constitucional nº 99, de 14 de dezembro de 2017. Em síntese, a partir do contrato celebrado, o Estado do Paraná passa a ter acesso a 75,0% dos depósitos judiciais concernentes às ações de que seja parte, utilizando-os para pagamento de precatórios, contribuindo para o cumprimento do Plano Anual de Pagamento dos Precatórios.

Destaca-se ainda, a edição do Decreto nº 2.566, de agosto de 2019, que dispõe sobre o pagamento de precatórios, na forma de acordo direto perante Juízos Auxiliares de Conciliação de Precatórios (ADCT, art. 102, § 1º), com deságio escalonado conforme ano orçamentário, de valores devidos a credores originários, considerando para tanto as alterações à sistemática do acordo direto promovidas pelas Emendas Constitucionais nº 94/2016 e nº 99/2017, em especial o disposto no art. 102, § 1º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT, incluído pela Emenda Constitucional nº 94/2016 e renumerado pela Emenda Constitucional nº 99/2017.

11.1.5 Promoção do Aperfeiçoamento Intelectual

Com a finalidade de promover a capacitação no ambiente da instituição foram organizados diversos cursos e outros eventos técnicos para os procuradores, servidores e estagiários, bem como para a administração pública.

Destaca-se a organização do 1º Encontro Nacional de Procuradorias de Saúde realizada na Associação dos Procuradores do Estado do Paraná (APEP), em junho do presente ano, contando com procuradores de Estado de 20 unidades federativas. Isto possibilitou a troca de conhecimentos e procedimentos de modo a potencializar uma atuação mais efetiva e integrada das Procuradorias de Estado e do Distrito Federal, com as respectivas Secretarias de Estado da Saúde, com o Ministério Público e com o Poder Judiciário.

No início de agosto, em continuidade à política de consensualidade e de capacitação da 1ª turma de procuradores do Estado em temas de negociação e mediação, foi realizado o curso Negociação e Advocacia na Mediação. Realizou-se no mesmo mês, o curso com o tema Capacitação Sobre Licitação para Aquisição de Bens e Serviços de Engenharia para Agentes Municipais, além do curso realizado em outubro sobre Gestão e fiscalização de contratos administrativos.

Também em agosto foi realizada na sede da PGE a exposição 70 Anos da Biblioteca da PGE. A data comemorativa foi celebrada com a exibição de documentos históricos, depoimentos e registros fotográficos, dando início a um projeto de resgate da memória institucional da PGE. Além disto, foi elaborado um boletim informativo extraordinário tratando do tema, o qual contou com os registros da semana de exposição, amostras digitais dos documentos históricos, linha do tempo da PGE e suas sedes, bem como um compilado dos depoimentos dados em razão da data comemorativa.

A Comissão Editorial da Revista da PGE Direito do Estado em Debate selecionou os artigos que farão parte da 10ª edição (comemorativa) da revista. Também foi dado prosseguimento à elaboração e envio de Informativo bimestral contendo legislação, doutrina, jurisprudência e notícias de interesse dos procuradores do Estado. Suplementarmente, foram enviados informativos semanais contemplando notícias e estudos relacionados a meios adequados de resolução consensual de disputas e diminuição de litigiosidade.

Foi realizado o Encontro dos Procuradores do Estado do Paraná, o qual é destinado a reuniões técnicas, ao alinhamento de orientações e à promoção de debates com vistas ao compartilhamento de experiências e ao aprimoramento técnico e institucional. Neste ano as conferências de abertura e encerramento foram proferidas pelo Procurador do Estado do Paraná e pelo Ministro do Supremo Tribunal Federal, respectivamente.

11.2 DESTAQUES

Os esforços para prevenção e redução de litigiosidade também são percebidos na gestão da PGE. Houve a expansão e aprimoramento da atuação da Coordenadoria do Consultivo, a qual conta, a partir de 2019, com cinco Procuradorias Especializadas, quais sejam: Procuradoria Consultiva de Aquisições e Serviços, Procuradoria Consultiva de Obras e Serviços de Engenharia, Procuradoria

Consultiva junto à Governadoria, Procuradoria Consultiva de Recursos Humanos e Procuradoria Consultiva de Matéria Residual. Nesta atividade a PGE conta, além dos serviços de consultoria jurídica, com a disponibilização de materiais orientativos e minutas padronizadas, os quais possibilitam não somente a necessária segurança jurídica, mas também a ampliação da celeridade das atividades governamentais.

Como resultado de diligências conjuntas entre a PGE e a Secretaria de Estado da Saúde (SESA), foi criado o Núcleo de Judicialização em Saúde, ampliando a eficiência das atividades administrativas, sobretudo no que se refere às rotinas de obtenção de informações relevantes para apresentação de manifestações processuais.

Adicionalmente, houve a manutenção do diálogo entre a SESA, Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (TJPR), Ministério Público do Paraná (MPPR), com vistas a possibilitar solução administrativa de controvérsias envolvendo o direito à saúde. As tratativas avançam em direção a celebração de um termo de cooperação visando estabelecer cooperação interinstitucional à realização de conciliação fazendária da saúde consistente no fornecimento de medicamentos via Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSCs).

Em parceria com a Secretaria de Estado da Fazenda, foi elaborada a Matriz de Problemas, Soluções e Resultados apresentada ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no âmbito do Projeto de Modernização da Gestão Fiscal do Estado do Paraná - PROFISCO II PR, cujo objetivo é obter o financiamento daquela instituição para a implementação de medidas que impliquem a melhora da capacidade institucional dos órgãos envolvidos e a manutenção do equilíbrio fiscal do Estado. A PGE apresentou proposta para contratação de consultoria de análise organizacional e de avaliação dos processos organizacionais, bem como para construção de solução computacional com o objetivo de implementar um modelo de gestão da dívida ativa mais eficiente. Foi também proposta a construção e implantação de solução computacional com a finalidade de aumentar a celeridade e a qualidade do acompanhamento de processos judiciais e melhorar a gestão da informação para estes processos.

11.3 PERSPECTIVAS

As perspectivas para o próximo ano, afora a constante busca por melhorias no desenvolvimento da atividade visando a entrega de bons resultados, envolve ainda, várias frentes de atuação, quer sejam quantitativas, como a ampliação do montante pago de precatórios com deságio por meio de acordos diretos, quanto qualitativas, como o desenvolvimento de ferramentas tecnológicas e o aprimoramento funcional.

Perseguindo a eficiência administrativa e operacional, por exemplo, serão envidados esforços na obtenção do mapeamento, e conseqüente melhoria, dos processos organizacionais das

Procuradorias Especializadas com atribuição de representação judicial. Neste mesmo sentido, será concluída a implementação do Plano Estratégico 2015/2020 e do Plano Diretor de Tecnologia da Informação 2019/2020, representando uma oportunidade ímpar para aprendizagem e evolução, na qual se avaliará a efetividade dos planejamentos realizados. Complementarmente, serão definidas as diretrizes que nortearão a atuação da Procuradoria no próximo ciclo estratégico, bem como as metas a serem perseguidas para consecução dos objetivos institucionais.

É pretendido também a efetivação da parceria estabelecida com a Advocacia-Geral da União (AGU) por meio do desenvolvimento compartilhado de sistema informatizado de suporte às atividades de representação judicial e consultoria jurídica denominado Sistema Único de Processos Público (SUPP). Ainda, dentre as iniciativas focadas no desenvolvimento tecnológico, deve-se destacar a implantação de *software* para protesto e ajuizamento da Dívida Ativa, integrado com a SEFA e alinhado às necessidades e processos organizacionais da PGE, contribuindo sobremaneira para a cobrança da Dívida Ativa do Estado. Além do mais, estas iniciativas serão complementadas pela implementação do projeto-piloto de sistema automatizado para gestão de processos judiciais.

COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA

12 COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA (COPEL)

A Companhia Paranaense de Energia (COPEL), criada em outubro de 1954, é a maior empresa do Paraná e atua com tecnologia de ponta nas áreas de geração, transmissão, distribuição, comercialização de energia elétrica, além de telecomunicações.

Opera um abrangente e eficaz sistema elétrico com parque gerador próprio de usinas, linhas de transmissão, subestações, linhas e redes elétricas do sistema de distribuição e um moderno e poderoso sistema óptico de telecomunicações que integra as principais cidades do Estado.

A COPEL, por ser uma empresa de capital aberto, alinha suas práticas às exigências estabelecidas para as empresas listadas no Nível 1 de Governança da B3 atendendo aos dispositivos das Leis Federais nº 6.404/1976 e nº 13.303/2016, regras da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e demais legislações aplicáveis, no Brasil. No exterior, a Companhia cumpre as normas da *Securities and Exchange Commission - SEC* e da *NYSE*, nos Estados Unidos; do *LATIBEX* da *Bolsa y Mercados Españoles*, na Espanha.

Tem como missão prover energia e soluções para o desenvolvimento com sustentabilidade.

12.1 PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

12.1.1 Geração de Energia Elétrica

12.1.1.1 Operação e Manutenção de Usinas

No âmbito da operação e manutenção do parque gerador, encontram-se em andamento obras e projetos para assegurar maior confiabilidade ao sistema elétrico. Destacam-se:

- ▶ Usina Hidrelétrica (UHE) Governador Bento Munhoz da Rocha Netto (GBM) - em processo de modernização. O projeto de modernização foi iniciado em 2010 e tem previsão de término em 2022. A modernização das unidades geradoras 01 e 02 já foi concluída e em agosto de 2019 foi iniciada a modernização da unidade geradora 4, que deve durar cerca de um ano. Em meados de 2020 terá início a modernização da quarta e última unidade geradora.
- ▶ Usina Termelétrica (UTE) Figueira - a modernização visa aumentar sua eficiência e atender a legislação vigente, reduzir a emissão de gases e partículas resultantes da queima do carvão e atender a legislação ambiental.
- ▶ Em 2019 as usinas UHE Guaricana e Marumbi foram certificadas em ISO 14.001 e a UHE Governador Bento Munhoz da Rocha Netto foi certificada na OHSAS 18.001.

12.1.1.2 Expansão da Geração de Energia

- ▶ Usina Hidrelétrica Colíder - em março de 2019 entrou em operação comercial a 1ª unidade geradora e está previsto entrar até o final deste ano a 3ª e última unidade, totalizando 300 MW de capacidade instalada. A COPEL GeT conquistou a concessão para implantação e exploração da usina por 35 anos no leilão de energia realizado pela ANEEL em 30.07.2010.
- ▶ Usina Hidrelétrica Baixo Iguaçu - localizada no Rio Iguaçu, entre os Municípios de Capanema e de Capitão Leônidas Marques, no Estado do Paraná. Resultado de um investimento de R\$ 2,3 bilhões, o empreendimento foi inaugurado em 23 de maio de 2019.
- ▶ Pequena Central Hidrelétrica (PCH) Bela Vista - empreendimento da Bela Vista Geração de Energia S.A., subsidiária da COPEL Geração e Transmissão S.A., teve as obras iniciadas em junho de 2019 e terá investimento da ordem de R\$ 200,0 milhões. A PCH Bela Vista está sendo instalada no rio Chopim, entre os municípios de Verê e São João, no sudoeste paranaense. Quando estiver pronta, Bela Vista terá potência instalada de 29 MW.

12.1.1.3 Participação em Leilões de Energia Nova

A COPEL GeT, em consórcio com a subsidiária Cutia Empreendimentos Eólicos, participou do leilão A-6 realizado em outubro de 2019, vencendo o certame e conseguindo vender a futura produção do Complexo Eólico Jandaíra pelo preço de R\$ 98,00 o MWh. Com um investimento estimado em R\$ 400,0 milhões, o Complexo Eólico, que tem 90,0 MW de potência instalada e garantia física de 47,6 MW, será construído nos municípios de Jandaíra e Pedra Preta, no Rio Grande do Norte.

12.1.1.4 Outras Fontes de Energia Renovável

A COPEL, em consonância com o planejamento estratégico corporativo, tem o propósito de conquistar protagonismo na matriz energética brasileira com a geração de energia elétrica a partir de fontes alternativas renováveis. Para isso estão em operação parques com capacidade instalada total de 593,0 MW, sendo 183,6 MW referentes ao Complexo Brisa Potiguar; 94,0 MW referentes ao Complexo São Bento; 2,5 MW da Usina Eólica de Palmas; 180,6 MW do Complexo Cutia e 132,3 MW do Complexo Bento Miguel.

Adicionalmente, a COPEL possui 52,92 MW referentes a participações societárias de 49,0% no Complexo de Parques Eólicos de São Miguel do Gostoso I, no Estado do Rio Grande do Norte.

12.1.2 Transmissão de Energia Elétrica

12.1.2.1 Novos Empreendimentos

- ▶ Subestação Medianeira, com duas unidades de transformação trifásica 230/138 kV de 150 MVA cada. O projeto entrou em operação comercial em 09/06/2019.
- ▶ Linha de Transmissão 230 kV Baixo Iguaçu - Realeza, em circuito simples com aproximadamente 38 km. O projeto entrou em operação comercial em 04/08/2019.
- ▶ Subestação Andirá Leste, com duas unidades de transformação trifásicas 230/138 kV de 150 MVA cada. O projeto entrou em operação comercial em 07/09/2019.
- ▶ Subestação Curitiba Centro (isolada em SF6), com duas unidades de transformação trifásicas 230/138 kV de 150 MVA cada; Linha de Transmissão 230 kV Curitiba Centro - Uberaba, C1 e C2, subterrânea, com 8 km de extensão cada. O projeto entrou em operação comercial em 04/09/2019.
- ▶ Linha de Transmissão 525 kV Curitiba Leste - Blumenau, em circuito simples com aproximadamente 142 km, com origem na Subestação Curitiba Leste e término na Subestação Blumenau. O prazo contratual para a entrada em operação comercial do empreendimento é 04/03/2021.

Os empreendimentos que já entraram em operação comercial representam 67,6% (cerca de R\$ 66.213.050,80 - referência 01/10/2015) da Receita Anual Permitida (RAP) total do Contrato de Concessão 06/2016-ANEEL. Em conjunto, todos os empreendimentos do Contrato de Concessão 06/2016-ANEEL totalizam mais de R\$ 560 milhões em investimentos e quando da conclusão final, com a entrada da LT 525 kV Curitiba Leste - Blumenau, totalizará uma receita para COPEL de cerca de R\$ 97,9 milhões, referência 01/10/2015 (total do Contrato de Concessão 06/2016).

Resoluções autorizativas - além das obras conquistadas nos leilões promovidos pela ANEEL, a COPEL GeT tem as obras provenientes das resoluções autorizativas, com o objetivo de ampliar e melhorar as instalações existentes. São elas:

- ▶ Resolução Autorizativa nº 5.930/2016, de 05/07/2016 - implantação, na subestação 500 kV Bateias - de um banco de reatores de barra, em 500 kV - 200 Mvar, com investimento de cerca de R\$ 30,0 milhões e receita anual permitida de aproximadamente R\$ 4,3 milhões, a partir da entrada em operação comercial. O projeto entrou em operação comercial em 08/12/2018.
- ▶ Resolução Autorizativa nº 5.711, de 22/03/2016 - implantação, na subestação 230 kV Figueira - do 1º banco de capacitores 138kV - 15 Mvar, com investimento de R\$ 4,8 milhões e receita anual permitida de aproximadamente R\$ 800 mil, a partir da entrada em operação comercial, prevista para outubro de 2020.
- ▶ Resolução Autorizativa nº 5.834/2016, de 17/05/2016 - implantação, na subestação 230 kV Apucarana - do banco de capacitores 138 kV - 30 Mvar, com investimento de cerca de R\$ 5,5

milhões e receita anual permitida de aproximadamente R\$ 930,0 mil, a partir da entrada em operação comercial, prevista para outubro de 2020;

- ▶ Resolução Autorizativa nº 7.384/2018, de 09/10/2018, com investimento de cerca de R\$ 111,0 milhões e receita anual permitida de aproximadamente R\$ 15,0 milhões, a partir da entrada em operação comercial, cujo prazo previsto pela ANEEL é o 2º semestre de 2021, das seguintes instalações: a) SE Realeza Sul 230 kV - implantação de reforços em instalações de transmissão: adequação do módulo de infraestrutura geral e instalação de novos equipamentos no pátio de 230 kV da subestação; b) SE São Mateus do Sul 230 kV - implantação de reforços em instalações de transmissão: adequação do módulo de infraestrutura geral e substituição de equipamentos no pátio de 230 kV da subestação; c) SE Pato Branco 230 kV - implantação de reforços em instalações de transmissão: adequação do módulo de infraestrutura geral e substituição de equipamentos no pátio de 230 kV da subestação; d) SE Ponta Grossa Sul 230 kV - implantação de reforços em instalações de transmissão: adequação do módulo de infraestrutura geral, instalação e substituição de novos equipamentos no pátio de 230 kV da subestação; e) LT 230 kV Londrina SEU - Ibiporã C1 e C2 - implantação de reforços em instalações de transmissão: recapacitação de longa duração de 570 A para 879 A; f) SE Ibiporã 230 kV - implantação de reforços em instalações de transmissão: adequação dos módulos de conexão de entradas de linha associados à recapacitação da LT 230 kV Londrina ESU - Ibiporã C1 e C2, no pátio de 230 kV da subestação.
- ▶ Resolução Autorizativa nº 7.515/2018, de 11/12/2018, com investimento de cerca de R\$ 70,0 milhões e receita anual permitida de aproximadamente R\$ 9,5 milhões, a partir da entrada em operação comercial, cujo prazo previsto pela ANEEL é o 2º semestre de 2021, das seguintes instalações: a) SE Cascavel 230 kV - implantação de reforços em instalações de transmissão - adequação de módulo de conexão de transformador e instalação de novos equipamentos no pátio de 230 kV da subestação; b) SE Ponta Grossa Norte 230 kV - implantação de reforços em instalações de transmissão - adequação de módulo de conexão de transformador e substituição de equipamentos no pátio de 230 kV da subestação; c) SE Umbará 230 kV - implantação de reforços em instalações de transmissão - adequação de módulo de conexão de transformador e substituição de equipamentos no pátio de 230 kV da subestação; d) SE Maringá 230 kV - implantação de reforços em instalações de transmissão - adequação de módulo de conexão de transformador e substituição de equipamentos no pátio de 230 kV da subestação; e) SE Uberaba 230 kV - implantação de reforços em instalações de transmissão - adequação dos módulos de conexão de transformador e substituição de equipamentos no pátio de 230 kV da subestação.

12.1.3 Regularização Fundiária

- ▶ Reassentamentos Usina Hidrelétrica Governador José Richa - o processo de regularização das fazendas dos reassentamentos decorrentes da construção da Usina Hidrelétrica Governador José

Richa, continua em andamento. As famílias foram realocadas para viabilizar o empreendimento e os títulos entregues aos respectivos ocupantes. Após a subdivisão da Fazenda Flamapec, o principal foco deste ano foi a rerratificação de escrituras públicas e execução de demais ações para a transferência dos lotes aos reassentados. Até o final de 2019, prevê-se que 93 famílias, reassentadas na Fazenda Flamapec, terão a propriedade regularizada, por meio da transferência das matrículas dos respectivos imóveis. Vale lembrar que com o atendimento destas famílias, o número de lotes transferidos chegará a 343. Em 2019, tiveram sequência as atividades relacionadas à regularização das áreas dos reassentamentos Fazenda Varguinhas, Fazenda Três Barras, Fazenda Agroibema e Fazenda Liasi.

- ▶ Empreendimentos Eólicos - foram realizados os trabalhos de liberação fundiária para 13 parques eólicos, da linha de transmissão e também da subestação de energia, contemplando mais de 170 atingidos com o processo de instituição de servidão e pagamento da indenização da servidão e dos danos motivados pela obra.

12.1.4 Distribuição de Energia Elétrica

O incremento de ligações observado no ano de 2019 (acumulado até setembro), é de aproximadamente 56 mil consumidores, com influência principal das classes residencial e comercial. Caso esta tendência se mantenha, estima-se que ao término do ano serão faturados 4.7 mil consumidores, número 1,8% superior ao verificado em 2018.

12.1.4.1 Ações Relevantes da Distribuidora

- ▶ *Smart* COPEL: centro de operações da COPEL DIS, visa garantir melhoria no gerenciamento do sistema de distribuição e, conseqüentemente, na qualidade da energia fornecida ao cliente - além de promover um incremento importante na área de atendimento presencial ao consumidor. O *Smart* COPEL antecipa o futuro ao proporcionar a gestão integrada de todo sistema de distribuição, que nos próximos anos agregará cada vez mais recursos, como redes inteligentes, geração distribuída, entre outras tecnologias. Além do ganho na eficiência operacional, já que a unidade reúne em um único lugar as operações que, antes, aconteciam espalhadas pelo Estado.
- ▶ A COPEL DIS está se preparando para usar um sistema exclusivo de gestão inteligente de redes de energia: ADMS. É um projeto de tecnologia de ponta em gestão de redes de energia, que proporcionará um passo fundamental para a entrada definitiva da Companhia na era digital, promovendo uma transformação na maneira que a empresa hoje opera seus ativos, vinculado ao futuro das redes inteligentes e geração distribuída.
- ▶ *Smart Grid* Ipiranga, mais de 5 mil consumidores conectados em uma rede 100,0% inteligente, um investimento aproximado de R\$ 8,0 milhões.

- ▶ Investimento recorde de mais R\$ 872,0 milhões para as obras de expansão, melhoria, renovação, automação e desenvolvimento de redes de distribuição.

12.1.4.2 Ações relevantes de relacionamento com o cliente

- ▶ Caminho do cliente foi pensado e planejado para promover rapidez e eficácia no atendimento do cliente, neste conceito, o cliente é encaminhado prioritariamente a ambientes onde o processo é automatizado, por meio do autoatendimento em totens, que hoje executam diversos serviços sem necessidade de um atendente presencial. O autoatendimento tem proporcionando uma redução de 30,0% dos atendimentos realizados presencialmente. Atualmente estes totens disponibilizam os principais serviços da COPEL, tais como: emissão de segunda via, pagamento de faturas, pedidos de ligação, religação, desligamento, entre outros.
- ▶ Implantação e investimentos no atendimento telefônico na Unidade Resposta Automática (URA) que hoje, associada a uma excelente qualidade de cadastro, identifica e supõem quais são as necessidades de atendimento, retendo aproximadamente 57,0% das ligações.

12.1.5 Comercialização de Energia Elétrica

No ano de 2019 o volume de energia comercializada pela COPEL COM no mercado livre de energia aumentou significativamente. Em 2019, foram comercializados em torno de 986 MW médios, o que levou a empresa a subir 14 posições no ranking de volume de energia comercializada no mercado livre por empresas do mesmo segmento, passando do 25º lugar para o 11º lugar no ranking das comercializadoras de acordo com os dados da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

A COPEL COM fornece energia em 15 estados para 5,3% dos consumidores livres e especiais do Brasil, sendo que 67,0% de seus clientes estão localizados fora do Estado do Paraná. Dentre os consumidores livres do Paraná, 15,0% são clientes da COPEL COM. Com foco na ampliação de sua carteira de clientes no Paraná, em 2019, foram realizados eventos pelo interior do Estado que contou com a participação 56 empresas.

12.2 DESTAQUES

Merece destaque o programa de investimentos realizado nos primeiros seis meses de 2019, considerando suas subsidiárias integrais e as Sociedades de Propósito Específico (SPEs), da ordem de R\$ 974,4 milhões: R\$ 463,7 milhões foram aplicados em projetos de geração e transmissão de energia, R\$ 410,7 milhões em obras de distribuição, R\$ 95,9 milhões em telecomunicações e R\$ 4,1 milhões em outras participações. Dos R\$ 463,7 milhões investidos no segmento de geração e transmissão, R\$ 245,0 milhões foram destinados nas linhas de transmissão que estão em construção no Paraná e outros Estados, R\$ 133,5 milhões foram na UHE Colíder, R\$ 50,7 milhões na modernização de usinas, linhas

de transmissão e demais projetos, além de R\$ 34,5 milhões para Cutia Empreendimentos Eólicos no Rio Grande do Norte. O programa total previsto para 2019 é de R\$ 2.092,3 milhões.

12.2.1 Governança Corporativa e Sustentabilidade Empresarial

O modelo de Governança Corporativa da COPEL baseia-se nos princípios de transparência, equidade, prestação de contas (*accountability*) e responsabilidade corporativa, seguindo as melhores práticas do mercado e têm como referência o Código de Melhores Práticas de Governança do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC, buscando os melhores resultados para as partes interessadas.

Com base nesses princípios, a Política de Governança da COPEL estabelece o padrão e as melhores práticas a serem adotadas pela Companhia. E para que seja permanentemente conduzida por princípios éticos, é regida por Código de Conduta desenvolvido em consonância com os seus valores, os Princípios do Pacto Global e os Princípios de Governança Corporativa.

12.2.2 Principais Melhorias em Governança Corporativa

Ao longo de 2019, foram promovidas melhorias no Sistema de Governança Corporativa da COPEL com intuito de estabelecer as melhores práticas alinhadas ao seu referencial estratégico e gerar valor compartilhado para suas partes interessadas, adequando-se integralmente às exigências legais, aos regulamentos da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, ao Regulamento dos Emissores da B3 e às práticas estabelecidas pela legislação norte-americana para empresas listadas na Bolsa de Valores de Nova Iorque.

Dentre as melhorias implementadas, destacamos:

- ▶ Revisão do Estatuto Social da COPEL e de suas subsidiárias integrais, bem como dos regimentos internos dos seus órgãos estatutários.
- ▶ Implementação do Regulamento Interno de Licitações e Contratos.
- ▶ Publicação unificada da Carta Anual de Políticas Públicas e de Governança Corporativa.
- ▶ Publicação do Informe de Governança Corporativa.
- ▶ Contratação da ferramenta para a realização de procedimento de diligência de integridade (*background check*) visando auxiliar o processo de indicação e eleição de membros de órgãos estatutários, além de estabelecer critérios para a seleção de fornecedores e parceiros.
- ▶ Revisão do Programa de Integridade, contratação de empresa independente para a gestão do Canal de Denúncias e a otimização do Sistema de Controles Internos da Companhia.
- ▶ Revisão da Política de Governança Corporativa; Política de Sustentabilidade; Política de Mudança do Clima; Política de Transação com Partes Relacionadas e Conflitos de Interesses; Política de Comunicação; Política de Dividendos; Política de Gestão Integrada de Riscos Corporativos; Política

de Relações com Investidores; Política de Segurança da Informação; Política de Tecnologia da Informação; Política de Patrocínio e Política do Canal de Denúncias.

- ▶ Eleição dos membros do Comitê de Indicação e Avaliação para o mandato 2019-2021.
- ▶ Implantação da Política de Indicação e sua normativa que estabelece diretrizes e regras para a indicação de conselheiros de administração, conselheiros fiscais, diretores, membros de comitês estatutários para os colegiados da COPEL (*Holding*) e das subsidiárias integrais e para os colegiados de suas participações societárias diretas ou indiretas, bem como para o estabelecimento do seu Fluxo de Indicação.
- ▶ Revisão das estruturas de Governança Societária da COPEL (*Holding*) e das subsidiárias integrais.
- ▶ Criação da Política de Gestão dos Efeitos da Mudança do Clima; Política de Integridade; Política de Contratação de Serviços de Auditoria Independente e Política de Participações Societárias.
- ▶ Implementação de ações visando a obtenção da certificação do Programa Destaque em Governança de Estatais da B3.

Em dezembro/2018, a COPEL foi certificada no Programa Destaque em Governança de Estatais da B3, obtendo a maior pontuação entre as certificadas, sendo, também, a primeira estatal estadual a receber a certificação no programa. A COPEL foi a única a inserir no Código de Ética da Alta Administração Pública Estadual as exigências do referido Programa.

Também, na conclusão do processo de monitoramento anual realizado pela B3, entre maio a outubro de 2019, a COPEL, não só manteve sua certificação, como ampliou sua pontuação de 58 para 60 pontos, mediante o atendimento de todas as medidas regulamentares do Programa. Destacando-se, até o momento, como a única estatal a atingir a pontuação máxima possível no Programa da B3.

12.2.3 Sustentabilidade Empresarial e Gestão Socioambiental

Reforçando o compromisso com Pacto Global, em 2017, a COPEL manifestou adesão à Agenda 2030, proposta pela ONU, comprometendo-se a contribuir com a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Sob a égide da Agenda 2030, a COPEL concentra seus esforços em ações referentes aos ODS relevantes, resultantes do processo de materialidade executado em 2018. Foram realizadas análises de impacto e oportunidade para os setores nos quais a COPEL possui negócios, e o mapeamento dos desafios a serem enfrentados pela sociedade brasileira. Temas universais devem ser trabalhados internamente na COPEL com a priorização de ações para a geração de energia renovável, universalização/eficiência energética e investimento em inovação tecnológica.

A Companhia adota as melhores práticas de mercado para:

- ▶ Direcionar e avaliar o desempenho, e comparar as práticas com as referências mundiais e nacionais: Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3, Indicadores Ethos para Modelos de

Negócios Sustentáveis e Responsáveis e demais avaliações e classificações relacionadas à ASG (Ambiental, Social e Governança).

- ▶ Reportar o desempenho empresarial e engajar os públicos - cumprindo a Lei nº 13.303, realizando a Comunicação de Progresso do Pacto Global, e seguindo as melhores práticas do mercado, a COPEL publica relatório anual sobre o desempenho relacionado a aspectos econômicos, sociais, ambientais e de governança (Relato Integrado COPEL). Este relatório segue as diretrizes internacionais da *Global Reporting Initiative (GRI)* modelo *Standards*, e do *International Integrated Reporting Initiative (IIRC)*, e é submetido à asseguaração independente, para garantir a confiabilidade das informações divulgadas. Este ano o processo de asseguaração foi realizado pela auditoria independente Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, que também realiza a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Outras divulgações de desempenho são realizadas por meio do *Carbon Disclosure Project (CDP)*, do *Global Greenhouse Gas Protocol (GHG)*, e pela Revista COPEL & Sustentabilidade.

Entre os resultados alcançados destacam-se:

- ▶ Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) - é uma ferramenta para análise comparativa da *performance* das empresas listadas na B3 sob o aspecto da sustentabilidade corporativa.
- ▶ Permanência na carteira do *FTSE 4GOOD Emerging Index* - a série *FTSE4Good* é uma ferramenta para investidores criada com o intuito de reconhecer as empresas que possuam boas práticas relacionadas a aspectos ambientais, sociais e de governança (ASG).
- ▶ Eletricidadania - programa corporativo de voluntariado. Em 2019, até o mês de setembro, 240 empregados registraram participação nas ações de voluntariado, totalizando 1.913 horas de voluntariado. Conta com 58 instituições cadastradas, por meio de Chamada Pública Permanente, até outubro, sendo que destas, 14 receberam ações corporativas de voluntariado. Desde o lançamento do Edital, mais de 21.000 pessoas são diretamente beneficiadas pelas ações corporativas da Companhia.
- ▶ Programa Cultivar Energia - tem o objetivo de viabilizar a implantação de hortas comunitárias em imóveis sob linhas de energia da COPEL, em parceria com prefeituras municipais, promovendo a substituição de áreas urbanas ociosas e subutilizadas por áreas verdes e produtivas. Em fevereiro de 2019 duas novas hortas comunitárias estão em fase de implantação na capital paranaense.
- ▶ Programa Luz Fraterna - mantido em parceria com o Governo do Paraná, em que as unidades consumidoras classificadas como residencial baixa renda e com consumo mensal de até 120 kWh tem isenção total da fatura. Até agosto, o total de recursos do Estado com o pagamento do programa foi de R\$ 42,4 milhões, com uma média mensal de 153 mil famílias atendidas.
- ▶ Programa Iluminando Gerações - tem por objetivo a realização de palestras de caráter informativo e preventivo sobre sustentabilidade. Em 2019, até o mês de outubro, entre palestras e

apresentações do teatro, o programa levou orientações para cerca de 75 mil alunos de todo o Paraná.

- ▶ Cobrança de Valores de Terceiros (CVT) - arrecadação de contribuições via fatura de energia, para entidades filantrópicas contratantes junto à COPEL Distribuição. Até setembro, são 125 instituições filantrópicas cadastradas, com 280 mil doações e arrecadação média mensal de R\$ 3,1 milhões de arrecadação.
- ▶ Comunidades indígenas - para garantir o acesso à energia, a COPEL desenvolveu nas comunidades indígenas projetos que abrangem novas ligações de energia, promoção do uso eficiente da eletricidade e instalação de painéis fotovoltaicos. Iniciou 2019 com 847 unidades consumidoras de indígenas inscritas na Tarifa Social de Energia Elétrica - Baixa Renda e não houve casos de violação de direitos de povos indígenas.
- ▶ Programa de Gestão Corporativa de Mudanças Climáticas - tem por objetivo definir o posicionamento da COPEL frente ao tema. Em 2019, foram realizadas: a) acompanhamento das metas e compromissos para os próximos quatro anos, que contribuirão para reduzir as emissões de GEE e irão preparar a companhia para enfrentar a mudança do clima; b) avanços na Gestão das Emissões de gases do efeito estufa (GEE), por meio do uso preferencial do etanol pela frota de veículos da empresa; c) inventário de GEE, publicado no registro público de emissões do Estado, recebendo a premiação do Selo Clima Paraná; d) estudo da quantificação de sequestro de carbono em áreas verdes da companhia; e) discussões nas esferas estadual e federal referente a possibilidade de precificação de carbono no Brasil; f) realização de pesquisas e estudos de modelos de negócios que contribuirão para a redução de emissões no setor elétrico, como o estudo em geração de energia a partir de termelétricas movidas com biomassa, de uso de painéis solares e de gerenciamento inteligente de energia

12.2.4 Logística de Suprimento

- ▶ Adequação ao Decreto Estadual nº 1077/2019 - Aprimoramento na gravação das sessões presenciais públicas em áudio e vídeo e sua transmissão ao vivo, por meio da internet, no Portal da Transparência da COPEL, por meio da instalação de câmeras adicionais posicionadas em ângulos distintos, focadas na mesa e plateia, para, em atendimento ao Decreto Estadual nº 1077/2019, registrar os seguintes atos da sessão pública: a) abertura de envelopes contendo a documentação relativa à habilitação dos concorrentes; b) verificação da conformidade de cada proposta com os requisitos do edital; c) julgamento e classificação das propostas de acordo com os critérios de avaliação constantes do edital do certame; d) demais atos que demandem sessão pública, conforme legislação vigente.
- ▶ Aprimoramento do Sistema SEI-CED (Sistema Estadual de Informações - módulo Captação Eletrônica de Dados): aprimoramento e automatização da sistemática de extração de dados

relacionados aos procedimentos licitatórios e contratações no âmbito da Companhia para envio das informações ao Sistema Estadual de Informações - módulo Captação Eletrônica de Dados - SEI-CED, do Tribunal de Contas do Estado do Paraná - TCE-PR, referentes aos módulos Licitação e Contrato daquele sistema.

12.2.5 Tecnologia da Informação

No âmbito da tecnologia da inovação teve as seguintes realizações:

- ▶ Processo automatizado para gestão da aplicação de religadores automáticos - Distribuição.
- ▶ *Software* de gestão de provisões jurídicas.
- ▶ Sistema de cobrança de danos causados por acidentes.
- ▶ Primeira versão do sistema GFO - Gestão de fiscalização de obras da Distribuição.
- ▶ *Software* MDM (Meter Data Management) para gestão de leituras de consumidores do grupo B para medidores inteligentes.
- ▶ *Software* de gestão da Frota *Web*.
- ▶ Sistema de planejamento de inspeções de materiais.
- ▶ Sistema Sinapgrid, *software* utilizado para planejamento de expansão da rede de distribuição.
- ▶ Solução de vídeo monitoramento das equipes de campo.
- ▶ Sistema PLD - Planejamento Logístico da Distribuição.
- ▶ ICO - Módulo de conferência de informações de Contabilidade Gerencial.
- ▶ BIE - BI COPEL Energia - Solução de *Business Intelligence* (BI) para análise de compra e venda de energia para a Comercializadora.
- ▶ Implantação (*Rollout*) do sistema ERP SAP nas empresas transmissoras de energia Uirapuru, Costa Oeste e Marumbi.
- ▶ Atendimento à Norma Técnica 2018.005 da Secretaria de Estado da Fazenda (SEFA).
- ▶ Atendimento à Norma Técnica 2019.001 da Secretaria de Estado da Fazenda (SEFA).
- ▶ Projeto de melhorias no módulo SEI/CED para atender necessidades do Tribunal de Contas do Estado (TCE).
- ▶ Projeto de atendimento ao processo de Venda de Energia da COPEL Distribuição - DIS MVE.
- ▶ Implementações para atender o processo de simplificação do eSocial do Governo Federal.
- ▶ Assinatura do contrato de aquisição e implantação da solução *Advanced Distribution Management System* (ADMS) onde o projeto de implantação tem duração de três anos.
- ▶ *Dashboard* na *web* para visualização de forma *on-line* das principais informações relacionadas a operação de reservatórios e usinas da COPEL Geração e Transmissão (OPNET).
- ▶ Desenvolvimento de área restrita no site da COPEL possibilitando aos clientes da COPEL Geração e Transmissão a obtenção de documentos fiscais e arquivos eletrônicos relacionados ao faturamento da empresa.

- ▶ Novo módulo no sistema Planos de Ações Emergenciais para sinalizar níveis de alertas para segurança de barragens.
- ▶ Aplicativo em dispositivo móvel para consulta de telefones para contatos com os responsáveis pelos Planos de Ações Emergenciais das instalações da COPEL Geração e Transmissão.
- ▶ Sistema para realizar o processamento, armazenamento e a disponibilização de dados do sistema supervisor do Centro de Operação da Geração e Transmissão para auxiliar na análise de eventos e intervenções no sistema elétrico.
- ▶ Sistema *web* para auxiliar na gestão de eventos e intervenções percebidos no Sistema Elétrico das Usinas da COPEL Geração e Transmissão atendendo às normas regulatórias e exigências legais (ONS e ANEEL).
- ▶ Sistema *web* para disponibilização de dados de obras de transmissão de pequeno porte e melhorias para o NOS.
- ▶ Sistema georreferenciado com informações socioambientais para análise de ocorrências ambientais e fundiárias nas instalações da COPEL Geração e Transmissão.
- ▶ Utilização de ferramenta de *data analytics* para análise de carga de transformadores.
- ▶ Contratação e implantação do E-Protocolo.
- ▶ Contratação de novo ambiente colaborativo - Office 365.
- ▶ Contratação e implantação de cofre de senhas.
- ▶ Contratação do Oracle Datacenter (EXACC).
- ▶ Implantação de *Chatbot* de atendimento no *Facebook Messenger* por linguagem transacional - COPEL Telecomunicações.
- ▶ Sistema de atendimento com abertura e encaminhamento automatizados dos *tickets* da COPEL Telecomunicações.
- ▶ Implantação de provisionamento para automatização de serviços de banda larga.
- ▶ Implantação de Fluxos de BPM para desconstrução e retirada de serviços.
- ▶ COPEL *Mobile* (Telecom): pagamento via cartão de crédito e *Analytics*.
- ▶ Processo de identificação do cliente via portal de vendas da COPEL Telecomunicações.

12.2.6 Resultados Econômico-financeiros

De janeiro a junho de 2019, a receita operacional bruta da COPEL foi de R\$ 12,0 milhões, montante 10,57% superior ao mesmo período do ano anterior. A participação do ICMS nessa receita foi de R\$ 2.302,9 milhões, com variação positiva de 20,4%, representando um aumento de R\$ 390,9 milhões. Entre janeiro e junho, o lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização atingiu R\$ 2.039,2 milhões, montante 25,9% superior ao apresentado no mesmo período do ano anterior (R\$ 1.620,1 milhões).

O lucro líquido da COPEL totalizou R\$ 852,9 milhões nos seis primeiros meses de 2019, montante 19,9% superior aos R\$ 711,2 milhões apurados no primeiro semestre de 2018. O programa de investimentos realizado nos primeiros seis meses de 2019, considerando suas subsidiárias integrais e as SPEs, foi de R\$ 974,4 milhões, dos quais R\$ 463,7 milhões foram aplicados em projetos de geração e transmissão de energia, R\$ 410,7 milhões em obras de distribuição, R\$ 95,9 milhões em telecomunicações e R\$ 4,1 milhões em outras participações. Dos R\$ 463,7 milhões investidos no segmento de geração e transmissão, R\$ 133,5 milhões foram na UHE Colíder, R\$ 245,0 milhões nas linhas de transmissão que estão em construção no Paraná e outros Estados, R\$ 50,7 milhões na modernização de usinas, linhas de transmissão e demais projetos, além de R\$ 34,5 milhões para Cutia Empreendimentos Eólicos no Rio Grande do Norte. O programa total previsto para 2019 é de R\$ 2.092,3 milhões.

Quanto ao desempenho das ações da COPEL, de janeiro a junho de 2019, as ações ordinárias nominativas (ON) e as ações preferenciais nominativas classe B (PNB) estiveram presentes em 100,0% dos pregões da B3. As ações ON fecharam o período cotadas a R\$ 46,87, com variação positiva de 57,28%, e as ações PNB fecharam a R\$ 48,60, com variação positiva de 59,08%.

Na Bolsa de Valores de Nova Iorque (NYSE), as ações PNB são negociadas no Nível 3 na forma de ADSs, sob o código ELP, as quais estiveram presentes em 100,0% dos pregões, fechando o período cotadas a US\$ 12,70 com variação positiva de 62,20%.

No Latibex (Mercado de Valores Latino-Americano em Euros), vinculado à Bolsa de Valores de Madri, as ações PNB da Companhia são negociadas sob o código XCOP, as quais estiveram presentes em 19,0% dos pregões, fechando o período cotadas a € 11,20 com variação positiva de 56,64%.

12.2.7 Reconhecimentos

Em 2019, a COPEL recebeu os seguintes reconhecimentos:

- ▶ O troféu Benchmarking Brasil, concedido à COPEL GeT pela execução do Programa Cultivar Energia, que permite a criação de hortas comunitárias embaixo de linhas de transmissão de energia. O prêmio *Benchmarking Brasil* é promovido pela consultoria Mais Projetos Corporativos e reconhece as melhores práticas das empresas brasileiras que contribuem para o alcance dos objetivos de desenvolvimento sustentável da ONU. Os *cases* passam pelo crivo de uma comissão de 12 especialistas do Brasil e do exterior antes de receberem a certificação e entrarem para o Ranking 2019 das Melhores Práticas Socioambientais. O case da COPEL ficou em 4º lugar no ranking nacional.
- ▶ Selo SESI ODS, concedido à Companhia Paranaense de Energia e à COPEL GeT, e reconhecimento às práticas em prol dos objetivos do desenvolvimento sustentável e pelo papel de articuladoras do crescimento sustentável do Paraná.

- ▶ A COPEL manteve-se na carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3 em 2019, reflexo da constante preocupação da Companhia com o desenvolvimento da sustentabilidade, baseada em eficiência econômica, equilíbrio ambiental, justiça social e governança corporativa. O ISE é uma referência para o mercado de ações. As empresas que entram nesta carteira passam por um critério rigoroso de seleção que demonstra o quanto estão comprometidas com os princípios da sustentabilidade em sua estratégia de negócio.
- ▶ Foi coroada com a certificação no Programa Destaque em Governança de Estatais da B3 em dezembro de 2018, obtendo a maior pontuação entre as certificadas, sendo, também, a primeira estatal estadual a receber esse reconhecimento e a única a inserir no Código de Ética da Alta Administração Pública Estadual as exigências do referido Programa. E, em 2019, a COPEL manteve sua certificação no Programa e ampliou sua pontuação de 58 para 60 pontos no atendimento de todas as medidas. Destacando-se que, até o momento, como a única estatal a atingir a pontuação máxima no referido Programa.
- ▶ Certificada, pela 5ª vez consecutiva, com o Selo Clima Paraná, concedido pelo Registro Público de Emissões de Gases de Efeito Estufa do Governo Estadual. Criado pela Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos em 2016, o selo certifica as ações de empresas paranaenses no campo das mudanças climáticas.
- ▶ Selo ODS 2019 - Reconhecimento de práticas em prol dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e seu papel como articulador do crescimento sustentável do Paraná, conferido pelo FIEP/SESI.
- ▶ Destaque *Women on Board (WOB)* - A ONU Mulheres lançou em parceria com a OIT e a União Europeia a seção a do movimento WOB (Mulheres no Conselho), cuja meta é ampliar a presença delas em conselhos de direção de empresas.
- ▶ 1º lugar no prêmio da Associação Brasileira das Distribuidoras de Energia Elétrica (ABRADEE) de Melhor Avaliação do Cliente, concedido à COPEL DIS.
- ▶ COPEL DIS foi eleita a Melhor Distribuidora da América Latina - Categoria Prata pela CIER.
- ▶ COPEL DIS recebeu o prêmio de Melhores em Gestão, concedido pela Fundação Nacional da Qualidade (FNQ).
- ▶ COPEL DIS recebeu o SELO SESI ODS com o Programa Florestas Urbanas, como reconhecimento pelo trabalho da empresa em alcançar os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ

13 COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ (SANEPAR)

A SANEPAR é a terceira maior companhia de saneamento do País e referência nacional em eficiência. Além disso, Curitiba é a melhor capital do País em saneamento básico desde 2011, segundo o Instituto Trata Brasil, organização Civil de interesse público, que atua na área de saneamento e proteção ambiental. Todo o volume de esgoto coletado passa por tratamento antes do descarte nos corpos hídricos.

A alta satisfação dos clientes, com índice de 79,0%, também comprova a qualidade dos serviços prestados. A SANEPAR trabalha para melhor atender e evoluir, oferecendo facilidades e conforto para os clientes de forma contínua. Ampliou o número de totens próprios ou em convênio com outros órgãos do Estado, disponibilizando mais um canal de atendimento.

A SANEPAR também desenvolveu uma proposta para ampliar a conexão com os clientes por meio das redes sociais, de forma a facilitar o contato e a disponibilização dos serviços. Para manter o atendimento de excelência, necessita de uma equipe funcional, qualificada e atualizada com as tendências do mundo corporativo e com os avanços tecnológicos, razão pela qual investiu em capacitação e carreira dos funcionários.

Foi uma das primeiras companhias a concluir o processo de adequação aos parâmetros da Lei das Estatais, nº 13.303/2016, o que mereceu destaque da Fundação Getúlio Vargas (FGV) como uma das três que melhor cumpriram os requisitos legais entre as estatais de vários níveis de governo, reforçando seu histórico de governança e transparência.

A Companhia está desenvolvendo também o segmento de biogás por meio da CS Bioenergia S.A., *joint venture* com a Cattalini Bioenergia Operação S.A., possuindo 40,0% de participação. As atividades da CS Bioenergia atenderão a Política Nacional de Resíduos Sólidos, atuando nos eixos de não geração/redução, reutilização, tratamento e disposição de resíduos.

Com sede em Curitiba, a SANEPAR atua com um complexo composto por 168 Estações de Tratamento de Água (ETAs), 1.103 poços, 2.469 Estações de Tratamento de Esgoto (ETEs), três Aterros Sanitários e quatro Barragens, com ramificações em todo o Estado. Esta estrutura é operada por uma força de trabalho de mais de 7.000 empregados qualificados e absolutamente comprometidos com o saneamento ambiental, além de diversos colaboradores.

É uma empresa brasileira de economia mista, de capital aberto, controlada pelo Estado do Paraná, cabendo a este determinar as políticas e estratégias operacionais e eleger a maioria dos membros do Conselho de Administração. Atualmente o Estado é titular direto de 20,0% do total das

ações da Companhia, sendo 60,1% das ações ordinárias. Além disso, por meio da Companhia Paranaense de Energia (COPEL) e da COPEL Comercialização, o Estado obtém indiretamente ações ordinárias e ações preferenciais de emissão da Companhia.

Estima pela equidade entre os diversos públicos na tomada das decisões estratégicas. Para tanto, garante que os assentos nas diversas instâncias sejam compostos, de forma justa, entre representantes dos dois segmentos de acionistas - majoritário e minoritário. Itens financeiros e econômicos, incluindo contratos de concessão, são analisados pelo Comitê Técnico, que assessoria a alta liderança. Todas as informações são submetidas à auditoria interna e externa. A Companhia também está atenta aos riscos que possam afetá-la. Por isso tem como prática constante a identificação e mitigação de eventuais ameaças aos negócios.

No novo *Ranking* do Saneamento Básico das 100 maiores cidades do Brasil, divulgado em julho pelo Instituto Trata Brasil, a SANEPAR mantém suas cinco maiores cidades entre as 20 primeiras em saneamento: Maringá (4º lugar); Cascavel (6º); Curitiba (12º); Londrina (15º); Ponta Grossa (17º). Curitiba continua como a melhor capital do País e São José dos Pinhais, em 30º lugar, subiu 15 posições no último ano. Entre as 20 primeiras cidades, 18 são atendidas por empresas públicas (11 por companhias estaduais e 7 por empresas municipais) e 2 por empresas privadas. Todas as 345 cidades atendidas pela SANEPAR no Paraná têm 100,0% da população urbana abastecida com água potável. A coleta e tratamento de esgoto abrange 73,0% da população sendo 100,0% do esgoto tratado, bem acima da média nacional de 60,2%. No quadro divulgado pelo Trata Brasil com as melhores cidades com índice total de atendimento com esgotamento sanitário, as cinco paranaenses figuram entre as cinco primeiras posições, sendo Cascavel e Curitiba em 3º, e Londrina, Maringá e Ponta Grossa em 5º. Todas as cinco têm índice de atendimento com rede coletora acima de 90,0%: Maringá e Cascavel com 100,0%; Curitiba com 95,5%; Londrina com 93,8%; e Ponta Grossa com 91,0%.

13.1 PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

13.1.1 Inventário de Gases de Efeito Estufa (IGEE)

Há nove anos a Companhia reporta seu IGEE ao Registro Público do Programa Brasileiro GHG Protocol, sendo reconhecido com selo Ouro nos anos 2010, 2016 e 2017.

13.1.2 Troféu Transparência 2018 e 2019

A SANEPAR recebeu destaque de Melhor Demonstração Contábil na categoria que reúne empresas com receita líquida de até R\$ 5,0 bilhões. A premiação é concedida há 22 anos pela Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (ANEFAC) e o julgamento é feito por alunos dos cursos de mestrado e doutorado em Controladoria e Contabilidade

da Universidade de São Paulo (USP), com base em balanços publicados na imprensa, relativos ao ano anterior. Foram avaliadas cerca de 2 mil empresas, e o troféu entregue à SANEPAR atesta a qualidade das informações contidas nas demonstrações financeiras e notas explicativas, a clareza e consistência de dados do Relatório da Administração, a aderência às normas contábeis e a apresentação de conformidade com o relatório dos auditores independentes sem ênfase ou ressalva.

O certificado do Troféu Transparência 2019 premiou as empresas mais transparentes do Brasil pela qualidade dos seus demonstrativos financeiros referentes ao ano de 2018. A SANEPAR ganhou novamente na categoria que reúne empresas com receita líquida de até R\$ 5,0 bilhões. A cerimônia de premiação ocorreu no dia 15 de outubro em São Paulo.

13.1.3 Prêmio Nacional de Qualidade em Saneamento (PNQS)

Promovido pela Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES), o PNQS entrega anualmente o troféu Quíron. Em 2018, a SANEPAR foi contemplada três vezes na categoria As Melhores em Gestão de Saneamento Ambiental, no nível II Prata, com prêmios para a Gerência Regional de Cornélio Procópio, a Gerência Regional Sudeste e a Gerência Industrial de Londrina. Já a Gerência Geral Noroeste foi agraciada na categoria Rumo à Excelência.

Na categoria Inovação em Saneamento, a SANEPAR recebeu três placas como finalista, e na categoria Eficiência Operacional no Saneamento, um *case* também foi finalista.

O PNQS é considerado o mais importante no setor de saneamento do País e tem como objetivo incentivar boas práticas, tendo como referência o Modelo de Excelência em Gestão do Saneamento Ambiental (MEGSA). Com os três Quíron conquistados em 2018, a Companhia completou 45 troféus da ABES.

13.1.4 Prêmio WEPs Brasil 2019

Em outubro, a SANEPAR conquistou um importante reconhecimento por suas ações em busca da igualdade de gênero. A Companhia recebeu o troféu bronze no Prêmio WEPs Brasil 2019 - Empresas Empoderando Mulheres, tornando-se a primeira empresa de saneamento da América Latina premiada pelo seu esforço e comprometimento em tratar igualmente suas empregadas e empregados. O WEPs é realizado pela Organização das Nações Unidas, por meio da ONU Mulheres, pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) e pela União Europeia.

13.1.5 Política de Proteção de Dados Pessoais 2019

O Conselho de Administração aprovou em outubro a Política de Proteção de Dados Pessoais, que tem por objetivo estabelecer diretrizes para uniformizar o comportamento da Companhia no que concerne ao tratamento de dados pessoais em seus processos, a privacidade e a proteção destes

dados, além de disseminar a cultura de segurança destas informações em consonância com os seguintes princípios: legalidade, lealdade, transparência, integridade e confidencialidade.

Atendendo à Lei Federal nº 13.709 - Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), que entra em vigor em agosto de 2020, a Política se aplica a todas as pessoas que trabalham na SANEPAR, sejam conselheiros, diretores, profissionais de qualquer natureza, estagiários e aprendizes, e também a qualquer pessoa física ou jurídica, de Direito Público ou Privado, com quem se relaciona: fornecedores, prestadores de serviços, clientes, entre outros.

13.1.6 Governança Corporativa

A SANEPAR está entre as três empresas mais adequadas à Lei das Estatais. A partir da adesão ao Nível 2 de governança da Brasil, Bolsa, Balcão - B3 e da adequação à Lei 13.303/2016, a SANEPAR vem reafirmando seu compromisso com as melhores práticas de Governança Corporativa.

Sob a coordenação da área de *Compliance*, a Companhia instalou o Comitê de Conduta, composto por empregados, com a finalidade de difundir e consolidar os princípios da conduta ética profissional e apurar práticas que violem as diretrizes estabelecidas no referido código.

Foi realizada a revisão do Código de Conduta e Integridade da Companhia, com a participação dos empregados.

Lançamento do Programa de Integridade, composto por um conjunto de políticas, normas e procedimentos voltados para a prevenção, detecção, monitoramento e resposta em relação aos atos lesivos previstos na legislação, em especial à Lei Anticorrupção, que tem como foco coibir condutas inapropriadas na Companhia.

O Programa está estabelecido em seis pilares, sendo estes Governança e Ambiente de Gestão; Análise de Riscos e Ambiente de Controle; Instrumentos de Integridade; Comunicação e Treinamento; Gestão da Consequência; e Monitoramento.

Os elementos essenciais do Programa estão ancorados nos valores da Companhia e espelham o compromisso da SANEPAR de conduzir os negócios com ética, transparência, respeito e comprometimento, direcionando para uma conduta íntegra e honesta.

13.1.7 Mercado e Investimentos

O índice de atendimento com água tratada é de 100,0% e a cobertura com coleta de esgoto é de 73,0% da população urbana na área de concessão, com um índice de tratamento de 100,0%, conforme Sistema de Informações da Companhia.

O faturamento é oriundo principalmente das ligações de água do tipo residencial, que representam 90,8% do total de ligações de água existentes em 30 de junho. O número de ligações de água, em junho de 2019, é 1,6% superior ao número de ligações existentes em junho de 2018,

representando um incremento de 51.136 ligações de água. O número de ligações de esgoto nesta data é 4,6% superior ao número de ligações existentes no ano anterior, representando acréscimo de 94.840 novas ligações de esgoto.

Os investimentos realizados no ano foram de R\$ 251,3 milhões, conforme apresentados a seguir:

Comparativo de Investimentos em R\$ Milhões - 2018 e 2019

Investimentos - R\$ milhões	2T19 (1)	2T18 (2)	Var. % (1/2)	6M19 (3)	6M18 (4)	Var. % (3/4)
Água	113,2	118,4	-4,4	210,6	221,4	-4,9
Esgoto	111,8	80,4	39,1	203,7	144,3	41,2
Outros investimentos	26,3	42,4	-38	49,7	80,3	-38,1
Totais	251,3	241,2	4,20	464	446	4,0%

FONTE:

13.1.8 Concessões

A SANEPAR, por meio de contratos de concessão e de programa, oferece aos municípios serviços de distribuição de água, coleta, tratamento de esgoto e coleta e destinação de resíduos sólidos. De um total de 346 sedes municipais operadas pela Companhia, aproximadamente 6% encontram-se em processo de renovação contratual, por estarem com contratos vencidos, vencendo ou por estarem se adequando ao Marco Regulatório do Saneamento da Lei Federal nº 11.445/2007.

Até o momento formalizou a assinatura de Contrato de Programa por 30 anos com o município de Planalto, totalizando 175 contratos após o marco regulatório. Contando com mais 164 contratos anteriores ao marco, são 338 contratos vigentes das 346 concessões municipais.

A SANEPAR mantém Contratos para a prestação de serviços de Resíduos Sólidos Urbanos nos seguintes municípios: Cianorte, Apucarana, São Tomé, Terra Boa, Cornélio Procópio, Guaporema e Indianópolis.

13.2 DESTAQUES

13.2.1 Resultados Financeiros

No primeiro semestre, a SANEPAR obteve um lucro líquido de R\$ 450,1 milhões, valor superior ao resultado líquido de R\$ 440,5 milhões registrado no mesmo período de 2018.

INDICADORES ECONÔMICOS - R\$ MILHÕES	2T19 (1)	2T18 (2)	Var. % (1/2)	6M19 (3)	6M18 (4)	Var. % (3/4)
Receita Operacional Líquida (1)	1.099,3	1.019,6	7,8%	2.197,9	2.019,0	8,9%
Lucro Operacional	318,5	333,7	-4,6%	688,7	677,1	1,7%
Lucro Líquido	232,6	253,6	-8,3%	450,1	440,5	2,2%
% Margem Operacional	23,2	27,3	-4,1 p.p.	25,3	27,0	-1,7 p.p.
% Margem Líquida	21,2	24,9	-3,7 p.p.	20,5	21,8	-1,3 p.p.
% Rentabilidade do PL médio	4,0	4,8	-0,8 p.p.	7,8	8,5	-0,7 p.p.
Dívida Líquida/EBITDA (acumulado de 12 meses)	-	-	-	1,7	1,7	-

13.2.2 Resultados Operacionais

ÁGUA*	2T19 (1)	2T18 (2)	Var. % (1/2)	2T17 (3)	Var. % (2/3)
Economias atendidas com rede de distribuição	3.956.974	3.886.782	1,8%	3.790.300	2,5%
Nº de estações de tratamento	165	166	-0,6%	164	1,2%
Nº de poços	1.131	1.172	-3,5%	1.050	11,6%
Nº e captações de superfície	238	229	3,9%	230	-0,4%
Km de rede assentada	54.736	53.317	2,7%	52.094	2,3%
Volume produzido (m ³)	387.774.728	379.510.532	2,2%	377.722.316	0,5%
Índice de Perdas:					
No sistema distribuidor - %	34,38	34,47	-0,09 p.p.	33,88	0,59 p.p.
No faturamento - %	31,71	31,89	-0,18 p.p.	22,47	9,42 p.p.
Evasão de receitas - % (inadimplência)	1,72	1,51	0,21 p.p.	1,54	-0,03 p.p.

ESGOTO*	2T19 (1)	2T18 (2)	Var. % (1/2)	2T17 (3)	Var. % (3)
Economias atendidas com rede de coleta	2.940.247	2.815.678	4,4%	2.686.856	4,8%
Nº de estações de tratamento	247	246	0,4%	239	2,9%
Km de rede assentada	36.402	35.453	2,7%	33.547	5,7%
Volume coletado em m ³	188.974.856	181.114.186	4,3%	177.359.575	2,1%

*informação não revisada pelos auditores independentes

13.2.3 Tarifa Social

A SANEPAR mantém o benefício da Tarifa Social para famílias de baixa renda, usuárias dos serviços de água e esgoto, com consumo de até 10m³/mês, cuja tarifa mensal de água é de R\$ 11,92. Para o esgotamento sanitário a tarifa é de 50,0% sobre a de água (R\$ 5,96).

Até setembro, cerca de 183 mil famílias estavam cadastradas no programa resultando em subsídio acumulado de R\$ 82,0 milhões. Estima-se, até dezembro, um subsídio acumulado de R\$ 112,0 milhões (considerada a tabela de tarifas vigente conforme Resolução Homologatória nº 006/2019 - AGEPAR).

13.2.4 Gerenciamento de Riscos

A SANEPAR alcançou um novo patamar em governança corporativa em razão das boas práticas que avançaram internamente ao longo do último ano na companhia. A implantação do processo e a aprovação da Política de Gerenciamento de Riscos Estratégicos fazem parte dessa evolução.

Para a implantação do processo de Gerenciamento de Riscos Estratégicos, utilizou-se a metodologia COSO ERM que prevê a captura de riscos associados aos objetivos estratégicos, a avaliação de suas criticidades (impacto e probabilidade), a identificação das ações mitigatórias existentes na Companhia, a definição de respostas aos riscos e o estabelecimento de planos de ação, monitoramento e reporte.

Na prática, o procedimento prevê a incorporação, assimilação, customização e potencialização de ações nos vários níveis (estratégico, tático e operacional) para o enfrentamento de fatores de riscos que foram identificados, com foco no atingimento dos objetivos estratégicos.

A matriz de riscos, aprovada até o nível de Conselho de Administração, priorizou seis riscos estratégicos que focam em: redução da receita, não renovação e perda de contratos de programa, não cumprimento das leis e responsabilidades ambientais, não execução do plano de investimentos, falhas no posicionamento do propósito da SANEPAR perante a sociedade e o risco de desequilíbrio econômico/financeiro frente aos contratos com municípios.

Para cada risco estratégico priorizado, foi designado um dono (diretor responsável pela área afetada) e um facilitador, com as atribuições de atuarem e fazerem atuar nos tratamentos destes riscos priorizados, de forma a mitigar as suas materializações.

O monitoramento contínuo dos riscos na SANEPAR se utiliza de indicadores, os quais são avaliados pela Diretoria Executiva e reportados ao Comitê de Auditoria Estatutário e ao Conselho de Administração trimestralmente ou sempre que o nível de tolerância aos riscos for atingido ou ultrapassado.

Ainda, alinhada ao tratamento dos riscos estratégicos, implantou-se metodologia com base no COSO para avaliar os sistemas de controles internos de todos os processos da Companhia, com o propósito de otimizar sua conformidade, integridade das informações e eficiência.

Dessa forma, em um ambiente regulatório cada vez mais rígido, que envolve questões como as impostas pelas Leis de Transparência, Lei nº 13.303/2016, Leis Ambientais e de Responsabilidade Civil dos Administradores, o gerenciamento de riscos se torna cada vez mais significativo na pauta da linha decisória da Companhia.

13.3 PERSPECTIVAS

A SANEPAR continua seus esforços para expandir os serviços de coleta e tratamento de esgoto em busca da universalização e tem como principal objetivo prestar serviços de saneamento ambiental de forma sustentável, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população. Para tanto, aprovou um programa de investimentos para os anos de 2019 a 2023, contemplando recursos próprios e financiados, no valor estimado de R\$ 7,1 bilhões.

Continuar, manter e melhorar o alto nível de eficácia operacional são alguns dos objetivos da SANEPAR, principalmente por meio do investimento contínuo em sistemas de controle, do desenvolvimento de recursos humanos, da aquisição de equipamentos, da substituição das principais linhas de água e da modernização dos equipamentos operacionais e de tratamento de água e esgoto.

CASA CIVIL

14 CASA CIVIL (CC)

A Casa Civil é um órgão de primeiro nível hierárquico da administração estadual, de assessoramento e apoio direto ao Governador.

Com a reforma administrativa, regulamentada pela Lei n.º 19.848/2019, passou a possuir as seguintes atribuições: a assistência direta e imediata ao Governador do Estado na sua representação civil e política; o relacionamento público com autoridades civis, políticas, no âmbito de sua atuação, com o Poder Executivo Federal, Poderes Legislativos estadual, municipal e federal e com outras esferas de Governo; a promoção, coordenação e acompanhamento das ações do Governo Estadual nos municípios, em articulação com as demais Secretarias e entidades públicas; o recebimento, estudo e triagem do expediente encaminhado ao Governador; a transmissão e controle da execução das ordens emanadas pelo Governador; a organização de todo o cerimonial público do Governador, Vice-Governador e Chefe da Casa Civil; a coordenação de unidades de representação do Governo no Estado e fora dele; a análise, elaboração e preparação de mensagens, anteprojetos de lei e demais atos administrativos; a coordenação das medidas relativas ao cumprimento dos prazos de pronunciamento, pareceres e informações do Poder Executivo às solicitações da Assembleia Legislativa, bem como o relacionamento com as lideranças políticas do Governo para formalização de vetos e encaminhamento de projetos de leis ao Legislativo; a administração geral do Palácio e das residências oficiais do Governo; e outras atividades correlatas.

Às Superintendências-Gerais compete: o planejamento, a coordenação e a execução das atividades integrantes da área de atuação definida como de interesse prioritário, compatibilizando-as com as diretrizes gerais do Governo do Estado; e o apoio estratégico ao Governador, ao órgão ou entidade no desempenho de suas competências institucionais visando ao aprimoramento da gestão governamental da área estabelecida como de interesse prioritário.

Compõem este relatório:

Casa Civil: a) Superintendência Geral de Inovação (SGI); b) Superintendência Geral de Diálogo e Interação Social (SUDIS); c) Superintendência Geral de Articulação Regional (SAR); d) Superintendência Geral de Governança Social (SGG); e) Superintendência Geral de Desempenho Governamental (SDG); f) Departamento de Trânsito do Paraná (DETRAN); g) Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Infraestrutura do Paraná (AGEPAR); h) Superintendência Geral de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI); i) Universidade Estadual de Londrina (UEL); j) Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG); k) Universidade Estadual de Maringá (UEM); l) Universidade Estadual do Centro Oeste (UNICENTRO); m) Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR); n) Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP); o) Instituto de Tecnologia do Paraná (TECPAR); p) Escritório de

Representação do Paraná em Brasília (ERP/B); q) Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná (DIOE).

- ▶ Empresas de Economia Mista: a) Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE); b) Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná (CELEPAR); c) Agência de Fomento do Paraná S/A (Fomento Paraná).

14.1 PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

14.1.1 Superintendência Geral de Inovação (SGI)

É responsável pelo estímulo e articulação de políticas de inovação no Estado do Paraná, pela integração das Secretarias e demais entes do Estado para que atuem de forma coesa e alinhada com os objetivos estratégicos do Governo, no que diz respeito à inovação, incentivo e apoio a ambientes que oportunizem a atração de empreendedores, investimentos e novas empresas para o Paraná.

Dentre as principais realizações estão: a elaboração e discussão da Nova Lei de Inovação do Estado do Paraná; a realização da Semana Paraná Inovador, que abriu as portas do Palácio Iguazu para a inovação e debates, realizando palestras, *talk shows* e exposições de *startups* em que foram debatidos temas relevantes à inovação; a promoção de palestras e debates sobre inovação, nos maiores eventos realizados no Estado vinculados ao tema; *workshop SOS Smartphone* com realização de treinamentos sobre *smartphone* para terceira idade em parceria com a CELEPAR; a criação do Comitê de Políticas Digitais com o objetivo de otimizar procedimentos e aperfeiçoar a prestação de serviços públicos estaduais aos cidadãos e à sociedade; a criação de diretriz e grupo de trabalho para discutir e promover assuntos relevantes ao tema de Empreendedorismo Social e Inovação Social do Paraná, conhecido como Impacta Paraná; auditoria interna na base de dados de usuários da Casa Civil; atualização dos equipamentos de rede sem fio do Palácio Iguazu gerando melhor desempenho e segurança; criação do sistema de cadastro de visitantes para o controle interno de segurança da Casa Civil, desenvolvida em parceria com a Casa Militar; absorção do Projeto Espaço Cidadão da antiga SEAE na Superintendência de Inovação; e atendimento e suporte aos usuários de sistema e equipamentos do Palácio Iguazu.

14.1.2 Superintendência Geral de Diálogo e Interação Social (SUDIS)

Vinculada diretamente ao Gabinete do Governador, a Superintendência Geral de Diálogo e Interação Social é fruto da reforma administrativa e tem estrutura inédita no país. Funciona como porta de entrada dos Movimentos Sociais no Estado e vai atender aquelas comunidades que ainda não conquistaram todos os direitos consagrados na Constituição Federal.

A SUDIS também alimenta um grande Banco de Indicadores Sociais (BIS) junto ao Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) e à CELEPAR para diagnosticar cientificamente os grandes déficits do Estado, e atua juntamente com os diversos Conselhos Estaduais para fortalecer os vínculos sociais das Políticas Públicas.

Dentre as principais atividades desenvolvidas pela SUDIS estão: o envio, aos órgãos da Administração Pública Direta e Indireta, de relatórios técnicos acerca de regularização e conflitos fundiários; processos e protocolos atendidos e encaminhados; realização de reuniões ordinárias da Comissão de Conflitos Fundiários do Estado do Paraná, que está analisando cerca de 146 processos de reintegração de posse urbana e rural; a preparação da 1.ª Conferência Estadual sobre Prevenção e Mediação de Conflitos Fundiários; a participação nos Conselhos da Mulher, Saúde, CERMA, CONSEPIR, CONCIDADES-PR, CEDCA, Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional, Comitê LGBT, Povos e Comunidades Tradicionais; visitas técnicas a quilombos, aldeias, terreiros, prefeituras, áreas passíveis de reintegração de posse, atingidos por barragem, entre outros; condução do Grupo de Trabalho Decreto nº 2568/2019; movimentações positivas para o Setor de Políticas LGBT - volta CEPATT (Centro de Pesquisa e Atendimento de Travestis e Transexuais), com expansão futuramente para o município de Londrina; o acompanhamento do Projeto Unitinerante da CASLA LATINO AMERICANO; Projeto Diálogo Paraná - senso social; Fundo Estadual de Apoio Social e Desenvolvimento Comunitário - FUNADESC; e Projeto Bombeiro Mirim; 100 entidades afetas ao Terceiro Setor atendidas.

14.1.3 Superintendência Geral de Articulação Regional (SAR)

À Superintendência Geral de Articulação Regional compete, entre outras ações, a representação do Poder Executivo no interior do Estado de forma transversal e em rede; a promoção do engajamento, integração e participação da sociedade civil organizada no âmbito regional; o acompanhamento da execução de programas, projetos e ações, com vistas ao desenvolvimento sustentável regional e municipal, por meio do fornecimento de informações locais e setoriais às Secretarias executoras; a articulação e a integração dos órgãos e das entidades do Poder Executivo Estadual que atuam nas regiões, observadas as políticas públicas estaduais estabelecidas e as diretrizes governamentais; a participação na implementação de processos de planejamento e elaboração de planos regionais de desenvolvimento econômico e social e o apoio à sociedade civil organizada, por meio de convênios, acordos ou instrumentos congêneres.

Tem o objetivo de implantar um modelo de interiorização no Paraná para colocar o governo mais próximo da população e fortalecer o interior do Estado. A ideia é fazer uma agenda de trabalho para debater temas que envolvam as áreas de infraestrutura e agricultura, por exemplo, e criar uma pauta com os deputados e lideranças da região.

No decorrer do ano foram realizadas cinco interiorizações com transferência da sede e de toda estrutura do Governo para os municípios de Cascavel, Maringá, Londrina, Ponta Grossa e Pato Branco.

Tais eventos foram realizados com absoluto sucesso e com mais de 1.500 atendimentos feitos pelos Secretários de Estado a lideranças locais e regionais.

Está sendo formulado um cronograma de interiorizações para atender todas as regiões do Paraná. Até 2020 busca-se a realização de 12 interiorizações.

14.1.4 Superintendência Geral de Governança Social (SGG)

Foi criada para servir como braço gerencial da Casa Civil, atuando de modo transversal, coordenando esforços de todas as Secretarias no sentido de fazer com que o Governo trabalhe de modo mais integrado e sinérgico em seus projetos mais estratégicos e complexos.

Ao longo do ano de 2019, trabalhou em duas linhas gerais: a) as de primeiras iniciativas, de implementação de curto prazo, para serem viabilizadas nos primeiros meses de governo; e b) as de ações estratégicas permanentes, com projetos transversais que, devido à sua complexidade, levam mais tempo para amadurecimento e implementação, demandando esforço, acompanhamento e coordenação contínuos.

Dentre as principais realizações das primeiras iniciativas, estão: a) reforma administrativa - em fase final de implementação; b) devolução da aeronave que ficava à disposição do Governo do Estado, baseado em um hangar no Aeroporto do Bacacheri, em Curitiba - um compromisso do Governo com a redução de despesas; c) fim da aposentadoria dos ex-governadores - concluído; d) destinação da Chácara - fase final de definição, a Granja do Canguiri é a casa oficial do governador do Paraná e, atualmente, a área está em processo de regularização fundiária para venda ou destinação para outras finalidades; e) destinação da residência oficial de veraneio do Executivo estadual, na Ilha das Cobras - em andamento

Dentre as principais realizações das Ações Estratégicas Permanentes, estão: a) OCDE - aproximação do Paraná com entidades por meio da participação em eventos e estabelecimentos de agendas em conjunto; b) ODS - pioneirismo do Paraná na adoção das Diretrizes de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU; Organização junto ao Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado do Paraná (CEDES) das práticas realizadas pelo governo que estejam alinhadas aos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS); c) Governo 5.0 - organização de eventos de qualificação interna para a equipe do Governo com o objetivo de mudança da mentalidade, no sentido de implementar inovações e digitalizar a Administração Pública Estadual; d) Programa Descomplica - programa de desburocratização da vida empresarial, reduzindo o peso do Estado sobre a economia e facilitando a vida de quem gera emprego e renda no Paraná; e) Banco de Projetos - acompanhamento da carteira de projetos estruturantes que o Governo do Estado está contratando, com o objetivo de repensar a infraestrutura do Paraná para as próximas décadas e ter projetos executivos prontos e disponíveis quando tiver acesso a recursos; f) Cartão Futuro - principal programa

social em desenvolvimento pelo governo, em que o Paraná irá subvencionar empresas para que contratem jovens aprendizes em condição de vulnerabilidade, garantindo renda para as famílias mais necessitadas e trabalho e oportunidade de qualificação profissional para a juventude que enfrenta problemas de desemprego em todo o mundo; g) Voe Paraná - criação da maior malha de voos regionais entre os estados brasileiros negociada com as companhias aéreas, em contrapartida à redução do ICMS sobre o querosene de avião no Paraná.

Para 2020 diversas ações estão sendo programadas, entre elas a manutenção das Ações Estratégicas Permanentes que estão em andamento e demandam acompanhamento constante, como: ODS, Programa Descomplica (por meio da presidência do Comitê Permanente de Desburocratização), Banco de Projetos (acompanhamento de cada projeto que está sendo lançado pelo DER).

14.1.5 Superintendência Geral de Desempenho Governamental (SDG)

À Superintendência Geral de Desempenho Governamental compete, a elaboração de análises, estudos e modelos econômicos sobre a eficiência do gasto público; a elaboração de estudos para avaliação de risco econômico e fiscal sobre políticas, programas e projetos; a avaliação dos impactos socioeconômicos das políticas, programas e projetos do governo estadual; o monitoramento e avaliação dos indicadores e metas dos projetos prioritários do governo, por meio do Observatório do Desempenho Governamental (ODG); o monitoramento e avaliação, por meio da Central de Custos, dos contratos de valor econômico expressivo analisando aspectos de conveniência, oportunidade e custo-benefício da contratação; a elaboração de estudos, relatórios, pareceres, coleção de dados e informações acerca das matérias inseridas na competência da Comissão de Política Salarial (CPS) e a identificação de prioridades na alocação de recursos para custeio e investimentos públicos.

A CPS deliberou sobre a concessão de reajuste para os servidores no âmbito da Administração Direta, das Autarquias, das Fundações instituídas ou mantidas pelo Estado, dos Serviços Sociais Autônomos e das empresas sob controle acionário direto; sobre as promoções e progressões dos quadros de pessoal que atendem aos órgãos da Administração Direta e Autárquica; sobre a abertura de concursos públicos e sobre a nomeação e contratação de pessoal.

Procedeu o acompanhamento financeiro do Programa Paraná Mais Cidades - alinhamento com o Núcleo Político da Casa Civil e com a Secretaria de Estado da Fazenda (Diretoria de Orçamento Estadual e Diretoria do Tesouro Estadual); o acompanhamento de investimentos e a elaboração da proposta de instituição do Núcleo Gestor de Investimentos; Secretaria Executiva do Grupo de retomada das Obras; elaboração de proposta de consultoria na área de orçamento (investimentos, avaliação de programas de governo e desenvolvimento de indicadores); avaliação das políticas públicas do Estado do Paraná.

14.2 DESTAQUES

Com a reforma administrativa a Casa Civil passou a contar com cinco Superintendências que deram uma nova dinâmica na Administração Pública. Entre as principais ações neste exercício, cita-se a visita do Presidente da República, os grandes eventos promovidos pelas superintendências (Semana Paraná Inovador cinco dias de evento e Governo 5.0) e a transferência da sede e de toda estrutura do Governo para os municípios de Cascavel, Maringá, Londrina, Ponta Grossa e Pato Branco, aproximando o governo com os municípios do interior do Estado e da população, mostrando um novo estilo de governar; menciona-se também a Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económico (OCDE) uma aproximação do Paraná com as entidades por meio da participação em eventos e estabelecimentos de agendas em conjunto e a utilização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), com adoção das Diretrizes de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU.

14.3 PERSPECTIVAS

Ações como as realizadas em 2019 são um incentivo para tornar o Paraná o Estado mais inovador do Brasil e em 2020 continuar desempenhando suas funções com seriedade e comprometimento ao povo paranaense, valorizando pontos fundamentais como, disciplina, planejamento e inovação, por meio de projetos viáveis e eficazes.

Dentre as ações previstas pela Superintendência Geral de Inovação (SGI) está a entrega da revisão do marco regulatório do Sistema Estadual de Inovação, com o estabelecimento de mecanismos financeiros de apoio aos negócios inovadores de todos os portes, e o lançamento do Banco de Projetos de Inovação, o qual definirá os projetos estratégicos de inovação, a partir das oportunidades e vocações regionais, estimulando projetos 4.0: Agricultura, Indústria e Serviços.

A Superintendência Geral de Diálogo e Interação Social (SUDIS) pretende contribuir na construção de novas políticas públicas, bem como, na aplicação daquelas já estabelecidas no plano de governo, por meio da metodologia participativa, ouvindo a sociedade organizada nas mais diversas áreas e setores.

Promover junto a sociedade e poderes constituídos federais e estaduais a realização da 1ª Conferência Estadual sobre Prevenção e Mediação de Conflitos Fundiários, com o objetivo de promover o debate e a busca de alternativas e métodos unificados para o tratamento das questões e conflitos fundiários urbanos e rurais em todo Estado.

Fomentar, articular e apoiar a organização de eventos no mês de maio, em comemoração ao dia do trabalho e do trabalhador, na capital e demais Municípios do Estado do Paraná, onde já existam iniciativas destas comemorações.

Realização e apoio em atividades dos movimentos sociais e do terceiro setor, na realização de encontros, conferências, seminários e cursos de formação de gestão e geração de rendas.

Implantação do programa Diálogos Paraná Itinerante (DPI), envolvendo todos os setores do governo, levando aos municípios a apresentação do que já foi realizado pela gestão em 2019 e coletando informações da comunidade para contribuir com as políticas públicas do Governo do Estado. Levantar dados sociais para formatação do Diagnóstico Social do Paraná, que será alocado no Banco de Indicadores Sociais (BIS).

Implantação do Grupo de Trabalho que tratará de questões das comunidades Quilombolas e comunidades Tradicionais (Decreto nº 3534/2019). Neste grupo estarão envolvidos diretamente 11 órgãos do governo, com o objetivo inicial de avaliar as políticas públicas já existentes e, de acordo com levantamento das demandas da comunidade, implementar novas políticas. Apoiar e implementar políticas para promoção da Igualdade Racial, promover ato e cerimônia pública no Dia Estadual de Combate ao Racismo (21 de março).

Coordenar em conjunto com outros órgãos governamentais os conflitos urbanos e rurais, com prioridade aos que envolvem questões da terra e reintegrações de posse, por meio da Comissão de Conflitos Fundiários do Estado do Paraná. Realizar no 1º semestre de 2020 a 1.ª Conferência Estadual sobre Prevenção e Mediação de Conflitos Fundiários, a fim de construir, coletivamente com instituições e órgãos estaduais e federais e a sociedade civil organizada, alternativas e métodos para prevenção e mediação dos conflitos fundiários no Estado do Paraná.

Estão sendo programadas pela Superintendência Geral de Governança Social (SGG) a manutenção das Ações Estratégicas Permanentes que se encontram em andamento e demandam acompanhamento constante, como: ODS, Programa Descomplica (por meio da presidência do Comitê Permanente de Desburocratização) e Banco de Projetos (acompanhamento de cada projeto que está sendo lançado pelo DER).

Dentre as ações previstas pela Superintendência de Desempenho Governamental, algumas serão realizadas por iniciativa própria e outras em parceria com as superintendências da Casa Civil e Secretarias de Estado.

Contínuo monitoramento do Índice de Comprometimento: este índice apresenta um desempenho financeiro (relativo a investimentos) de cada órgão. Os que apresentarem o melhor índice de comprometimento serão priorizados quando da solicitação de novos recursos, enquanto os órgãos com baixo índice serão acompanhados pela Casa Civil

Monitoramento das operações de crédito: junto com SEPL e SEFA, a superintendência fará uma análise e monitoramento de qualquer operação de crédito para garantir que os programas e projetos financiados estejam em consonância com os objetivos estratégicos do Governo Estadual e seu planejamento de longo prazo.

Avaliação de impacto dos projetos estruturantes e políticas públicas: junto com as outras superintendências da Casa Civil, avaliar e apresentar estudos técnicos que apontam o real impacto destes projetos.

Avaliação do Custo Benefício das ações de governo: quantificar os benefícios de cada ação e confrontar com os custos da mesma.

A Superintendência Geral de Articulação Regional (SAR) está formulando um cronograma de interiorizações para atender todas as regiões do Paraná. Até 2020 busca-se a realização de 12 interiorizações.

14.4 DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO PARANÁ (DETRAN/PR)

O Departamento de Trânsito do Paraná é um órgão vinculado à Casa Civil, com personalidade jurídica de direito público, autonomia administrativa e financeira e patrimônio próprio, com sede na cidade de Curitiba e jurisdição em todo o território estadual. O principal objetivo é prestar serviços à sociedade civil no que se refere aos direitos e transações de veículos, emissões e renovações de carteiras nacionais de habilitação, controle de multas de trânsito, entre outros, conforme as competências determinadas nos termos do artigo 22 do Código de Trânsito Brasileiro.

14.4.1 Principais Realizações

Dentre as ações realizadas em 2019, destacam-se:

- ▶ Tecnologia - CRLV Digital: Certificado de Registro de Licenciamento de Veículo digital. O proprietário do veículo não precisa mais carregar o documento físico; b) aplicativo Detran InteliGente: novo aplicativo, mais fácil e intuitivo, e que permite realizar os principais serviços como, por exemplo, agendamento de exames, extrato de débitos, segunda via de CRLV, agendar o atendimento em uma de nossas unidades; c) Business Intelligence: sistema de infrações da Polícia Rodoviária Federal, disponibilizado pelo Detran, para compilação e acesso de ambos aos dados de infrações da PRF; d) Business Intelligence: sistema de agendamento de serviços, separados por município, veículos e habilitação; d) contratação de Totens: locação de terminais de autoatendimento em locais estratégicos e de grande circulação de pessoas nas cidades. Com previsão de operação para fevereiro de 2020; e) sistema de Registro de Contratos: Detran-PR passará a atuar como uma registradora de contratos. Não haverá mais a necessidade de uma empresa terceira realizar esse serviço. A principal vantagem será a redução do custo ao cidadão. A média mensal de registros é de aproximadamente 40 mil. Com previsão de operação para março de 2020.
- ▶ Infraestrutura - em 2019, foram investidos cerca de R\$ 6,4 milhões em obras e reformas, em CIRETRANS e postos de atendimento, em 15 municípios. Em 2020, a previsão é de que serão

- investidos cerca de R\$ 10 milhões. As novas estruturas do órgão dão mais comodidade, acessibilidade ao cidadão e melhores condições de trabalho aos colaboradores do departamento.
- ▶ Educação - o Detran-PR trabalha com diversas ações educativas voltadas ao público geral. São elas:
 - a) Contação de História - projeto que trabalha educação no trânsito para crianças do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental; em 2019 foram aproximadamente 5.000 participantes, em 2020 a previsão é de que 6.000 alunos participem da ação;
 - b) Eu, o Trânsito e a Sociedade - projeto que trabalha educação no trânsito para crianças do 4º ao 9º ano do Ensino Fundamental; em 2019 foram aproximadamente 1.500 participantes, em 2020 a previsão é de que 2.000 alunos participem da ação;
 - c) Jovem Consciente - projeto que trabalha educação no trânsito para crianças do Ensino Médio; em 2019 foram aproximadamente 1.200 participantes, em 2020 a previsão é de que 1.500 alunos participem da ação;
 - d) Trânsito em Sala de Aula - palestra com objetivo de sensibilizar e capacitar os profissionais da educação para que desenvolvam o tema trânsito; em 2019 foram aproximadamente 300 participantes, em 2020 a previsão é de que 400 professores participem da ação;
 - e) Projeto Vida no Trânsito - parceria entre Detran e Secretaria de Estado da Saúde (SESA), que articula e assessora junto aos municípios adesistas o planejamento e ações para redução de vítimas fatais e graves no trânsito; em 2019 foram aproximadamente 12 municípios participantes, em 2020 a previsão é de que 16 municípios participem da ação;
 - f) Ações Grupo Trânsito Seguro - Agenda Positiva Anual com mais de 50 parceiros de ações educativas de trânsito, entre elas, Maio Amarelo e Semana Nacional do Trânsito; em 2019 foram aproximadamente 110.000 participantes, em 2020 a previsão é de que 150.000 pessoas participem da ação;
 - g) Cartilhas de Trânsito para Maternidades - em parceria com a UFPR, distribuimos cartilhas com orientações sobre o uso de dispositivos de retenção para crianças nas maternidades; em 2019 foram aproximadamente 5.000 participantes, em 2020 a previsão é de que 10.000 pessoas participem da ação;
 - h) Conhecendo o Detran - ação educativa com alunos do Ensino Fundamental e Ensino Médio nas instalações do Detran e parceiros; em 2019 foram aproximadamente 1.700 participantes, em 2020 a previsão é de que 2.000 alunos participem da ação;
 - i) Detran na Escola - entrega de cartilhas do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental, sensibilização de professores e fornecimento de materiais de apoio pedagógico para escolas municipais no Estado; em 2019 foram aproximadamente 10.000 participantes, em 2020 a previsão é de que 15.000 alunos participem da ação;
 - j) Justiça e Sobriedade no Trânsito - palestras mensais para motoristas infratores em alcoolemia e acompanhamento longitudinal do histórico infracional dos participantes do programa com cumprimento de medidas em atendimentos de traumas/saúde; em 2019 foram aproximadamente 350 participantes, em 2020 a previsão é de que 600 motoristas participem da ação;
 - l) Se liga no Trânsito - abordagens educativas noturnas em bares, referentes a alcoolemia; em 2019 foram aproximadamente 15.000 participantes, em 2020 a previsão é de que 20.000 pessoas participem da ação;
 - e m) Feiras e Exposições - o DETRAN participa de feiras e eventos

promovidos pelos municípios com o objetivo de levar educação de trânsito e aproximar o DETRAN da comunidade com informações e consultas de serviços; em 2019 foram aproximadamente 8.000 participantes, em 2020 a previsão é de que 10.000 pessoas participem da ação.

▶ Ações Financeiras e Orçamentárias

RECEITA 2019 Previsão R\$ 1.579.995.000,00 Obs: Média de acréscimo de 7,34% em relação a 2018	RECEITA 2020 Previsão R\$ 1.931.400.000,00
ORÇAMENTO 2019 O orçamento liberado foi R\$ 509.368.717,0	ORÇAMENTO 2020 O orçamento liberado foi R\$ 494.448.000,00
REDUÇÃO 2019 Até setembro de 2019, houve uma redução de R\$ 31.355.400,00 em contratos e licitações de R\$ 1.949.113,00 em recursos humanos.	

- ▶ Sinalização Viária - em 2019, o projeto de Sinalização Viária contemplou 46 cidades com investimento de R\$ 10,0 milhões. A previsão para 2020 é que 58 municípios participem do projeto, com um valor de investimento de R\$ 16.821.500,00. Esse investimento ajudará na sinalização de ruas, compra de placas e materiais que envolvem as sinalizações municipais.
- ▶ Parceiros - em 2019, foram cerca de 3,1 mil agentes externos ativos credenciados. Estas ações planejadas, assim que desenvolvidas e implantadas, facilitarão os processos de credenciamento e controle de agentes externos que prestam serviços à população paranaense, em complemento às atividades do órgão. A previsão para 2020 é a criação de sistema único de gestão de credenciamento de agentes externos, assim como processos de renovação e controles dos mesmos; recadastramento de diretores de Centros de Formação de Condutores (CFCs) com a exigência de formação em curso superior (Resolução n.º 542/15-CONTRAN): Cadastramento de todas as Estampadoras de Placas Veiculares credenciadas pelo DENATRAN (Resolução n.º 780/2019-CONTRAN); continuidade de regularização das empresas de desmontes, nos termos da Lei Federal nº 12.977/2014, credenciamento de todas as Clínicas Médicas, segundo novo edital (382 empresas); exigência de que todos os CFCs possuam espaço destinado ao treinamento de balizas para categoria B; implantação de sistema de controle de frequência por biometria nos Cursos de Capacitação de Profissionais de CFCs.

14.4.2 Destaques

Dentre as diversas ações realizadas pelo Detran/PR em 2019, algumas merecem destaque, como:

- ▶ Contação de história nos Shoppings Curitiba / Crystal e Corrida da Casa Militar - o Grupo de *Cosplayers* Heróis e Cia, de maneira voluntária, participou das ações lúdicas desenvolvidas no Shopping Curitiba

e Crystal, bem como na Corrida da Casa Militar. Com os seus personagens, levaram mensagens de educação para o trânsito para diversas pessoas, durante o mês de maio.

- ▶ Blitz educativa Dia Estadual de Prevenção de Acidentes, em parceria com Marcos Toledo Advogados e Associados e Sincor - os parceiros produziram materiais educativos que foram distribuídos nas dez *blitz* educativas realizadas em Curitiba e também no interior do Estado. A inovação se deu pela criatividade dos materiais produzidos, como aromatizantes para carro e adesivos com o tema No Trânsito o Sentido é a Vida, alertando sobre o perigo do uso do celular.
- ▶ Projeto Mobianjos, em parceria com a equipe Mobilidade Segura, Educação e Tecnologias - o projeto representou a cidade de Curitiba na 5ª Semana Mundial de Segurança Viária das Nações Unidas (ONU). Apenas cinco ações do Brasil participaram. O projeto, sem fins lucrativos, consiste na formação de multiplicadores para operação de trânsito focada na travessia segura de pedestres com mobilidade reduzida: idosos, pessoas com deficiência, gestantes e mães com bebês, e pessoas com alguma dificuldade de locomoção. O projeto já formou mais de 40 multiplicadores e atingiu mais de 1.050 pessoas com mobilidade reduzida.
- ▶ Personalização de caminhão em apoio ao Maio Amarelo, em parceria com a Cia Verde Logística - reforçando o compromisso com a vida e com o propósito de promover a conscientização sobre as boas práticas no trânsito, a Cia. Verde Logística personalizou um de seus caminhões com o objetivo de conscientizar os motoristas e pedestres por onde passar. As ações da empresa não se resumem só a personalização do caminhão, eles também investem em campanhas internas e externas como palestras e ações educativas com a comunidade.
- ▶ Em 2019, foram realizados 19 leilões em diversas regiões do Estado, nas modalidades circulação, reciclagem e sucata, com um total de 30.000 veículos leiloados, contribuindo para a redução do aglomerado de veículos nos pátios do DETRAN.

14.4.3 Perspectivas

Os projetos para 2020 estão focados na interação personalizada com os condutores e proprietários de veículos, de forma proativa e inteligente, são eles: a) implantação de vistoria eletrônica com inteligência artificial, visando agilidade e segurança nos serviços prestados na área de veículos; b) colaboração com o desenvolvimento de projetos de inovação inteligente e mobilidade urbana, visando maior segurança no trânsito; c) incentivo à implantação de projetos de educação com apoio de robótica, *games* e de minicidades, visando a cidadania dos jovens paranaenses para a segurança no trânsito; d) implantação do sistema próprio de registro de contrato de financiamento de veículos, visando a redução de custo ao cidadão na ordem de 50,0%; e) marco regulatório de normatização para empresas de parcelamento de débitos vinculados a veículos, inclusive com operação *on-line*; f) capacitação de servidores públicos de outros órgãos para realização de vistorias em veículos para leilão; regularização *on-line* - permite que o cidadão realize pagamentos pelo site,

aplicativo ou totens de autoatendimento; g) Ciretran Modelo - permite ao cidadão uma experiência de excelência no atendimento e um serviço personalizado na 1ª Ciretran, como projeto piloto; h) canais de atendimento - novos canais de atendimento personalizados com microserviços por meio do aplicativo *Whatsapp*, 0800, totens e aplicativos; i) análise preditiva - para orientar condutores que estão próximos a 20 pontos na CNH; e j) declaração de venda - permite a declaração de venda de veículo totalmente *on-line* pelo Detran Inteligente.

14.5 AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DE INFRAESTRUTURA DO PARANÁ (AGEPAR)

As Agências Reguladoras existem para defender os direitos dos cidadãos e as boas práticas econômicas, pois controlam a qualidade dos serviços públicos delegados, estabelecem normas disciplinadoras e se certificam que os contratos estão sendo cumpridos.

A AGEPAR regula, normatiza e fiscaliza a prestação dos serviços de responsabilidade do Governo do Paraná que são operados por empresas públicas ou privadas. Suas ações procuram manter o equilíbrio entre usuários, poder concedente e entidade regulada para promover qualidade, segurança, continuidade, modicidade tarifária e eficiência econômica e técnica dos serviços regulados.

É uma autarquia de regime especial com autonomia administrativa e financeira, que possui recursos próprios provenientes da Taxa de Regulação de Serviços Públicos Delegados de Infraestrutura (TR/AGEPAR) e da aplicação de multas. Ela tem independência para decidir as questões de forma técnica e imparcial, por não possuir vinculação hierárquica com o Governo do Estado.

A Agência assegura acesso às informações sobre a prestação dos serviços públicos regulados. Se for constatado descumprimento da legislação/contratos, irregularidade ou inadequação do serviço, a AGEPAR tem o poder de aplicar sanções e multas tanto ao poder concedente quanto às prestadoras de serviço.

14.5.1 Principais Realizações

Até o início de novembro de 2019, as atividades de administração, ações de regulação econômica financeira dos serviços e controle de qualidade da AGEPAR foram acompanhadas pela ampliação da transparência e canais de comunicação com seus públicos por meio da criação da identidade da agência em redes sociais da rede mundial de computadores - no âmbito da aplicação virtual - e na realização de audiências públicas, realizadas por todo o Estado para debater a regulamentação para os serviços de fornecimento de água e captação de esgoto.

A estrutura da Agência e sua capacidade técnica de ação para todas as questões ligadas à elaboração das normas, bases regulatórias e demais ações de competência foram fortalecidas com a

contratação, a partir de outubro, dos primeiros 20 aprovados em concurso para o quadro próprio. Mais 26 concursados devem ser contratados nos próximos meses. Este fato trará o aumento da fiscalização e proporcionará o incremento das atividades regulatórias, principalmente no que diz respeito às metodologias dos cálculos tarifários, aos regulamentos dos serviços e aos manuais dos serviços e das ações de fiscalização.

Ainda não implementada, mas já iniciada, está em trâmite na Casa Civil do Governo do Paraná, nova lei complementar estadual que reestrutura a AGEPAR, modernizando-a e dando-lhe uma estrutura mais dinâmica, mais gerencial e voltada à obtenção de resultados de gestão que tragam mais benefícios aos paranaenses e fortaleçam a atuação do Estado, legando melhores e maiores serviços de infraestrutura.

Paralelamente, a AGEPAR iniciou a adoção do Programa de Integridade e *Compliance* da Controladoria-Geral do Estado, compondo o Núcleo de Integridade e *Compliance* (NIC).

14.5.2 Destaques

Dentre as diversas ações realizadas pela AGEPAR em 2019, algumas merecem destaque, como:

- ▶ **Transparência e canais de comunicação** - ampliação da transparência e de canais de comunicação com os usuários com a presença da AGEPAR nas mídias sociais. A agência passou a existir no *Facebook*, *Twitter*, *YouTube* e *Instagram*. As notícias das ações da agência passaram a ser divulgadas nessas mídias, além do *site* e mídia tradicional, proporcionando uma interação imediata com os usuários que, por meio do registro e do aproveitamento das reações, comentários, sugestões e reclamações, permitiu adotar providências internas e externas voltadas à melhoria da qualidade do serviço prestado pelas entidades reguladas.
- ▶ **Audiências Públicas do Saneamento** - organizou e percorreu o Estado realizando 10 audiências públicas nas cidades-polos para debater com a população as regras para os serviços de fornecimento de água e captação de esgoto. Foram realizados encontros em Santo Antônio da Platina, Ponta Grossa, Cascavel, Umuarama, Campo Mourão, Pato Branco, Guarapuava, Curitiba, Maringá e Londrina. Todas as audiências foram registradas integralmente em vídeo, áudio e texto e com transmissão, ao vivo, pelas mídias sociais *Facebook*, *YouTube* e *Instagram*. Além da contribuição por meio da consulta pública no site da AGEPAR, mais de 600 pessoas puderam debater e apresentar sugestões aos diretores para a regulamentação.
- ▶ **Resoluções** - neste ambiente de total transparência, estão listadas e divulgadas as seguintes ações normativas, decisórias e homologatórias que compõem as atividades da instituição, como: a) a expedição das Resoluções Normativas (RN) que dispõem sobre a isenção do pagamento de tarifa na travessia da Baía de Guaratuba, para veículos emplacados e pertencentes a proprietários residentes no Município de Guaratuba - PR; a metodologia de cálculo para o efetivo cumprimento da política tarifária e suas consequências, prevista nos Contratos de Concessão Rodoviária, no

parâmetro referente ao Degrau de Pista Dupla; a metodologia para a aplicação da regra de depreciação utilizada no reequilíbrio dos Contratos de Concessão Rodoviária; o cronograma de Revisão Tarifária dos Contratos de Concessão Rodoviária; e que estabelece os critérios para a isenção, no Anel de Integração, da cobrança de tarifa de pedágio de veículos da categoria oficial;

b) expedição das Resoluções Homologatórias (RH) que homologam o reajuste da tarifa dos serviços de coleta, transporte, transbordo, recebimento, tratamento e disposição final de resíduos sólidos urbanos objeto dos Contratos de Programas nº 02/2010 e nº 03/2010; o Reajuste Tarifário por Segmento de Mercado, do serviço público de fornecimento de gás canalizado prestado pela Companhia Paranaense de Gás (COMPAGÁS); o reajuste da tarifa básica da travessia da Baía de Guaratuba; o reajuste tarifário da SANEPAR; o reajuste anual da tarifa básica das praças de pedágio nº 02 e 03 do Lote 01, referente ao contrato nº 071/97; a margem de distribuição relativa ao fornecimento de gás natural canalizado destinado à planta de geração de energia elétrica pertencente à Usina Termelétrica a Gás de Araucária; o cálculo tarifário Transporte Metropolitano e Intermunicipal de Passageiros do Estado do Paraná; e o cálculo da tarifa técnica média do transporte público coletivo da Região Metropolitana de Curitiba; c) expedição das Resoluções Decisórias (RD) - recurso administrativo interposto pela Concessionária de Rodovias Integradas do Paraná S/A (VIAPAR) ao Auto de Infração nº 006/2017; recurso administrativo interposto pela Concessionária de Rodovias Integradas do Paraná S/A (VIAPAR) ao Auto de Infração nº 007/2017; Suspensão integral dos efeitos da Resolução Homologatória nº 010, de 25 de outubro de 2019.

- ▶ Realização das Consultas Públicas - Regulamento Geral de Saneamento (RGS), vigência de 22/03 a 14/06/19, para receber contribuições para a proposta do Regulamento que será discutido nas audiências públicas. Tomada de Subsídios do Gás Canalizado, vigência de 23/08 a 23/09/19, para obter contribuições para o desenvolvimento de metodologia para o reajuste da tarifa média praticada do serviço de distribuição de gás canalizado no Paraná.
- ▶ Expedição das Notas Técnicas (NT) - Notas Técnicas de Metodologia para cálculo do cumprimento da política tarifária no parâmetro referente ao Degrau de Pista Dupla; e de Concessão Rodoviária - análise metodológica do cálculo da depreciação dos investimentos no âmbito dos contratos de concessão rodoviária nº 071/97 ao 076/97.

14.5.3 Perspectivas

Estão em andamento a criação e formatação os seguintes estudos e manuais: a) metodologia de atualização das Bases de Ativos Reguláveis (BAR) do saneamento; b) manual de Fiscalização do Saneamento; c) estudo de parâmetro para nova licitação da Travessia de Guaratuba por *ferry boat*; d) manual de Fiscalização de Rodovias; e e) manual de Fiscalização do *ferry boat*.

Dentre as metas a serem concluídas em 2020, estão: a) manual de Fiscalização Transporte Passageiros; b) Revisão Tarifária Extraordinária (RTE) do saneamento para analisar diferimento da

revisão de 2017; c) estudos para Regulação da travessia para Ilha do Mel; d) Regulamento e Manual de Fiscalização da primeira Revisão Tarifária do Gás; e) implementação da Governança 5.0 na AGEPAR, com plataforma de controle/acompanhamento dos serviços de regulação pela via digital; f) convocação para nomeação de 26 concursados remanescentes dos aprovados no concurso público para quadro próprio da Agência; e g) aquisição de uma sede própria para AGEPAR, para que o quadro próprio tenha espaço adequado para suas atividades e que possa abrigar, dentro de padrões necessários, todos os servidores hoje existentes e todos os que integrarão o quadro próprio da nova estrutura da AGEPAR.

14.6 SUPERINTENDÊNCIA GERAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR (SETI)

A reforma administrativa do Estado, aprovada pela Assembleia Legislativa do Paraná, transformou a Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior em Superintendência Geral da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI). A Superintendência Geral de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior foi instituída por meio da Lei Estadual nº 19.848, de 03 de maio de 2019 e pelo Decreto Estadual nº 1.419, de 23 de maio de 2019. A instituição está vinculada à Governadoria do Estado, e possui a atribuição de conceber, coordenar e executar política estadual referente às áreas de ciência, tecnologia e ensino superior, num processo de contínuo desenvolvimento em prol da sociedade paranaense.

O Paraná tem uma ampla estrutura de ensino superior mantida pelo Estado. A meta da SETI, em termos gerais, é consolidar a estrutura existente, buscando meios para o alcance da excelência dos cursos e programas institucionais.

O Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior conta com as seguintes universidades vinculadas: Universidade Estadual de Londrina (UEL); Universidade Estadual de Maringá (UEM); Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG); Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE); Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO); Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP); e Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR). Também estão vinculadas as instituições de ensino superior Fundação Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Mandaguari (FAFIMAN), Faculdade Municipal de Educação e Meio ambiente (FAMA) e Centro Universitário de União da Vitória (UNIUV)

As universidades estaduais são importantes locais de produção de conhecimento científico e de inovação tecnológica. Oferecem ensino gratuito em diversas áreas do conhecimento, com atividades de ensino de graduação, pós-graduação *lato* e *stricto sensu*, pesquisa, inovação, extensão universitária e cooperação técnico-científica nacional e internacional, com ensino presencial em 32 municípios e na modalidade a distância em 60 municípios polos. As instituições juntas possuem 7.685

docentes (90% com título de Mestre e/ou Doutor) e 8.847 agentes universitários. As universidades estaduais ofertam 381 cursos de graduação (350 presenciais e 31 na modalidade a distância), 304 cursos de especialização, 197 cursos de mestrado e 93 cursos de doutorado. Em 2019, as universidades estaduais registraram 94.594 alunos matriculados e cerca de 10.000 estudantes graduados.

O Índice Geral de Cursos (IGC) é um indicador do Ministério da Educação (MEC) responsável por sintetizar a qualidade dos cursos de graduação e de pós-graduação *stricto sensu* das instituições. As sete universidades estaduais do Paraná mantiveram o bom desempenho na avaliação do MEC. A UEL, a UEM, a UEPG, a UNIOESTE, a UNICENTRO e a UENP obtiveram conceito 4; a UNESPAR manteve o conceito 3, no IGC, em uma escala de 1 a 5. Para a avaliação são considerados os recursos didáticos pedagógicos, a titulação do corpo docente, entre outros indicadores mostrando a relevância na qualidade das universidades que compõem o Sistema Estadual de Ensino Superior.

Integram a estrutura organizacional das universidades estaduais do Paraná três Colégios de Aplicação Pedagógica, quatro Hospitais Universitários, quatro Hospitais Veterinários, sete Escritórios de Aplicação Jurídica, cinco Centros Odontológicos, duas Clínicas de Fisioterapia, três Clínicas de Psicologia, cinco Farmácias-Escola, uma Clínica de Nutrição, quatro Laboratórios de Análises Clínicas, cinco Núcleos de Inovação Tecnológica, e quatro Museus. Estes, além da função acadêmica, são relevantes espaços de atendimento e assistência à população.

São subordinados funcionalmente à Superintendência Geral de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior: Fundo Paraná; Sistema Estadual de Parques Tecnológicos (SEPARTEC) e Sistema Universidade Virtual do Paraná (SISTEMA UVPR).

O Fundo Paraná foi criado pela Lei nº 12.020/98 e alterado pela Lei nº 15.123/06, para atender ao estabelecido no Art. 205 da Constituição Estadual, a fim de apoiar o desenvolvimento científico e tecnológico do Estado do Paraná, com o financiamento de programas e projetos de pesquisas institucionais.

O Sistema Estadual de Parques Tecnológicos (SEPARTEC) foi instituído por meio do Decreto nº 9.194/2018 e tem a missão de elaborar uma política pública para a implantação de parques tecnológicos, para oferecer serviços de infraestrutura com o objetivo de estimular e fortalecer a competitividade empresarial, o desenvolvimento da inovação, assim como a aproximação entre universidades, centros de pesquisas e empresas.

O Sistema Universidade Virtual do Paraná (SISTEMA UVPR) tem como finalidade ampliar estrategicamente a oferta e o acesso à educação superior, o incentivo à pesquisa, o desenvolvimento tecnológico e a extensão universitária para todas as regiões do Estado, por meio de cursos e ações na modalidade de ensino a distância.

A SETI integra o Conselho Paranaense de Ciência e Tecnologia (CCT PARANÁ), que atua para formular e implementar a Política Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Representantes da SETI participam de mais de 60 colegiados pertencentes à estrutura governamental.

Outro Conselho vinculado à SETI é o Conselho de Reitores de Universidades Estaduais do Paraná (CRUEP), que se reuniu, periodicamente durante o ano de 2019, sob a presidência do Superintendente Geral de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior para debater estratégias e ações que contribuam para o avanço do ensino superior no Paraná. Com a manutenção e consolidação do Sistema Estadual de Ensino Superior não resta dúvida de que se está colaborando para o desenvolvimento do Estado com a finalidade de melhoria na qualidade de vida das pessoas e, desta forma, cumprindo o previsto entre as metas do Governo.

14.6.1 Principais Realizações

Todas as atividades desenvolvidas sob a coordenação da SETI tiveram como referencial dois grandes programas que serão desenvolvidos na gestão 2019 - 2022.

O Programa Paraná Mais Ciência tem como objetivos: estabelecer estreito diálogo entre instituições de pesquisa e a sociedade paranaense; integrar o conhecimento gerado nas universidades, nas empresas e nas cadeias produtivas; transformar soluções de problemas regionais em inovações de interesse internacional; trazer benefícios sociais, econômicos e culturais para o Estado; incentivar pesquisa e desenvolvimento na área de tecnologias digitais, componentes e dispositivos eletrônicos; promover a internacionalização e a inclusão social; e popularizar a ciência.

E o Programa Ensino Superior Inovador tem como objetivos: buscar a qualidade e inovação no Ensino Superior por meio do aprimoramento dos processos de gestão, monitoramento, avaliação, transparência e regulação dos diferentes níveis da formação acadêmica ofertados pelas instituições estaduais de ensino superior do Paraná; ampliar o acesso à educação superior de qualidade, utilizando como uma das estratégias a expansão de cursos na modalidade a distância; capacitar futuros profissionais e qualificar continuamente os recursos humanos já empregados na disseminação e desenvolvimento da educação, ciência e tecnologia; cumprir com as demandas sociais e promover ações que fomentem o desenvolvimento regional; e incentivar processos de internacionalização por meio do ensino de línguas estrangeiras.

Com a reforma administrativa do Estado, houve a diminuição de 28 para 15 o número de secretarias, a proposta ainda reduziu em 313 o número de cargos na administração direta. Com a criação da Superintendência Geral as primeiras ações se concentraram na elaboração do Planejamento Estratégico, que envolveu os seguintes eixos: Reestruturação da gestão administrativa; Desenvolvimento regional e popularização da ciência; Inovação e Competitividade.

Entre as principais realizações estão:

14.6.1.1 Lei Geral das Universidades

Elaboração da minuta de Lei Geral das Universidades Estaduais do Paraná (LGU) com a organização de um banco de dados sobre o Sistema Estadual de Ensino Superior. A Superintendência Geral de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior encaminhou no mês de outubro, a minuta da Lei Geral das Universidades para análise da Casa Civil. A proposta pretende melhorar a gestão de pessoal, o custeio e o investimento nas universidades, além de consolidar o Sistema Estadual de Ensino Superior, pautado por critérios públicos, transparentes e auditáveis. A partir da nova Lei serão estabelecidos parâmetros que proporcionem uma equidade entre as universidades estaduais, haverá reforço na autonomia universitária e valorização da eficiência na gestão.

14.6.1.2 Lei de Inovação

A SETI coordenou no início do ano uma consulta pública sobre a nova Lei Estadual de Inovação, realizada nos meses de maio e junho. Representantes da comunidade acadêmica e de diferentes setores da sociedade apresentaram sugestões fundamentadas em estudos ou experiências. A proposta de Lei é resultado do trabalho coletivo envolvendo a Coordenação de Ciência e Tecnologia da SETI, Sistema Estadual de Parques Tecnológicos (SEPARTEC), Programa Paraná Inovador e especialistas de universidades paranaenses. A proposta está tramitando no Governo do Estado.

14.6.1.3 Implantação do Observatório Universitário sobre Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)

Alinhado com as áreas estratégicas do Governo para promover a inclusão e aproximação dos jovens universitários das IEES às ODS e à Agenda 2030. Na SETI, esta concepção orienta o desenvolvimento dos programas, projetos e ações institucionais, no ensino (por meio da graduação), na pesquisa (por linhas de pesquisa específicas), na extensão universitária e na cooperação técnico-científica com os segmentos municipais, estaduais, federais e internacionais.

14.6.1.4 Programa de Residência Técnica

Trata-se de mais um programa inovador que se desenvolve em parceria com as universidades estaduais e secretarias de estado. O objetivo é proporcionar aos profissionais um conhecimento especializado que vai contribuir com a formação de pessoal para atuar em processos de planejamento, organização e controle de atividades que dão sustentação administrativa para atividades de órgãos públicos.

Durante 2019, aconteceu o lançamento do Edital do Programa de Residência Técnica em Engenharia e Gestão Ambiental. O curso está em andamento e é desenvolvido pela UEPG, em parceria com a SETI e Secretaria do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo (SEDEST). A primeira turma conta com 200 residentes que desenvolvem atividades em instituições vinculadas a SEDEST, Instituto

Ambiental do Paraná (IAP), Instituto de Terras, Cartografia e Geociências (ITCG) e Instituto das Águas do Paraná (ÁGUAS PARANÁ). Além deles, 20 servidores públicos estão matriculados no curso de especialização.

Foi lançado o edital para a oferta da terceira edição do Curso de Especialização em Gestão Pública, vinculado ao Programa de Residência Técnica do Estado. O curso oferta 463 vagas para residentes em sete polos no estado e 100 vagas para servidores públicos estaduais. As vagas estão distribuídas nos polos: Escola de Gestão (Curitiba e Paranaguá); UEPG (Ponta Grossa); UNIOESTE (Cascavel, Francisco Beltrão, Pato Branco, Toledo, Foz do Iguaçu e Marechal Cândido Rondon); UEM (Maringá, Campo Mourão, Cruzeiro do Oeste, Cianorte, Paranaíba, Umuarama, Ivaiporã e Apucarana); UEL (Londrina); UENP (Cornélio Procopio, Jacarezinho e Bandeirantes); e UNICENTRO (Guarapuava, Pitanga, Irati e União da Vitória). O curso tem duração de dois anos e inicia em março de 2020.

14.6.1.5 Programa de Apoio à Capacitação de Servidores Públicos - Mestrados Profissionais

A SETI e a SEAP/Escola de Gestão do Paraná ofertam 30 vagas para o Curso do Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Políticas Públicas - Mestrado Profissional - área de concentração: Elaboração de políticas públicas, realizado pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). O mestrado é destinado a servidores públicos efetivos, com formação em nível superior em qualquer área do conhecimento, ocupantes de cargo de nível superior das carreiras do Poder Executivo do Estado do Paraná ou militares do Quadro de Oficiais da Polícia Militar do Paraná que atuem na gestão, elaboração e implantação de políticas públicas. O programa já capacitou cerca de 100 servidores públicos.

PROFAR - O Curso de Mestrado Profissional em Assistência Farmacêutica é promovido pela SETI em parceria com a Secretaria Estadual da Saúde e a Universidade Estadual de Maringá. O mestrado oferece 16 vagas direcionadas a servidores públicos ocupantes de cargo de nível superior das carreiras de Farmacêutico, que atuam na Assistência Farmacêutica das regionais de saúde, hospitais e unidades da SESA.

14.6.1.6 Execução do Projeto Cidade Amiga do Idoso

Instituída pelo Decreto nº 9.328, de 03 de abril de 2018, a Estratégia Brasil Amigo da Pessoa Idosa (EBAPI), importante marco para incentivar as comunidades e as cidades a promoverem ações e práticas destinadas ao envelhecimento ativo, saudável, sustentável e cidadão. O projeto envolve 42 municípios sendo executado pela UTFPR em parceria com a UNICENTRO, UEL, UEM, UNIOESTE e UEPG. A SETI em parceria com o Ministério da Cidadania e SEJUF, adotou estratégia de criar uma rede de pesquisadores das universidades estaduais e a UTFPR, para execução do projeto de extensão para auxílio aos municípios paranaenses que aderiram à estratégia.

Todas as ações desenvolvidas durante o ano foram vinculadas ao que está estabelecido no Programa Plurianual (PPA) 2020-2023, que foi desenvolvido em 2019. O PPA estabelece os Programas, Metas, Objetivos e Indicadores para a SETI.

14.6.1.7 Ensino Superior

No Estado do Paraná, a Rede Estadual de Ensino Superior compõe-se de 10 Instituições, sendo sete universidades estaduais, três instituições universitárias municipais: FAMA/Clevelândia, FAFIMAN/Mandaguari e UNIUV/União da Vitória; cinco Escolas Superiores: Escola da Polícia Civil, Escola de Magistratura, Escola de Segurança Pública, Escola de Saúde, Escola Municipal de Curitiba de Administração Pública; e um Centro de Formação: Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF) do Ministério Público do Paraná.

Durante o ano de 2019, houve a renovação de reconhecimento de 110 cursos de graduação nas universidades estaduais e nas faculdades municipais, sendo: 16 na Universidade Estadual de Londrina (UEL); 13 na Universidade Estadual de Maringá (UEM); 08 na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG); 21 na Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO); 12 na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE); 08 na Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP); 27 na Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR); 03 na Fundação Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Mandaguari (FAFIMAN); e 03 na Faculdade Municipal de Educação e Meio Ambiente (FAMA). Estão tramitando um total de 70 processos de reconhecimento de cursos de graduação e de renovação de reconhecimento.

Foram concluídos os credenciamentos institucionais da Escola de Magistratura do Paraná; do Centro Universitário de União da Vitória (UNIUV); da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR); e da Escola Superior da Polícia Civil do Paraná. Estão tramitando os credenciamentos de cinco universidades estaduais: UEL, UEM, UEPG, UNIOESTE e UNICENTRO.

Outra ação importante foi o apoio dado para a realização do XIX Vestibular dos Povos Indígenas no Paraná (para alunos indígenas, pertencentes a cinco etnias diferentes Kaingang, Guarani, Xetá, Fulni-ô e Terena). Trata-se de uma política pública de inclusão desenvolvida pelo governo do Estado do Paraná. O Paraná foi pioneiro, no Brasil, ao criar o Vestibular Indígena. O programa já possibilitou que 79 índios conquistassem o diploma. A SETI apoia com o financiamento de bolsa-auxílio para os estudantes. Em 2019, a aplicação das provas ocorreu de maneira regionalizada nos municípios de Manoel Ribas, Nova Laranjeiras, Mangueirinha, Londrina e Curitiba.

- ▶ A SETI apoiou a realização do V Encontro de Educação Superior Indígena no Paraná no Centro de Capacitação de Faxinal do Céu, Distrito de Pinhão/PR, no segundo semestre de 2019. O encontro se caracteriza como um espaço de diálogos, discussões, intercâmbios culturais, trocas de experiências, socialização de produção de conhecimentos, análises e proposições, com a

fundamental e legítima participação dos povos indígenas, visando à qualificação dos processos de ingresso, permanência e formação acadêmica de estudantes indígenas vinculados às universidades estaduais do Paraná e à UFPR.

- ▶ Também apoiou e atuou na coordenação do Simpósio Nacional sobre Metodologias Ativas, que discutiu assuntos pertinentes para o futuro da educação. Foram realizadas duas etapas, a virtual e a presencial, ambas com temas importantes para os profissionais da educação. Entre os temas debatidos, destacam-se a educação híbrida; a aprendizagem cooperativa; as ações interdisciplinares com uso de Tecnologias da Informação e da Comunicação; os novos espaços de aprendizagem e a inovação educacional. No total, foram 1.022 inscritos para a etapa virtual e 380 para a etapa presencial.
- ▶ Outra ação foi a assinatura de Termo de Cooperação com o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná visando estabelecer condições de mútua colaboração para o apoio institucional aos programas de formação, desenvolvimento profissional e pessoal aos profissionais e acadêmicos das áreas da Engenharia, Agronomia e Geociências, com promoção de palestras, troca de experiências e informação, eventos e demais atividades.

14.6.1.8 Ciência, Tecnologia e Inovação

A Superintendência de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI) está atuando para fortalecer o Sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação no Estado e para avançar nos processos de cooperação entre o setor público, setor privado e as universidades. Para isso foi elaborado o Plano de Ciência, Tecnologia e Inovação, que tem como pressupostos os eixos estruturantes a seguir.

Projetos Estratégicos em Ciência, Tecnologia e Inovação:

- ▶ Elaboração de estudos visando implantar o Programa de Residência Técnica em Inovação em parceria com a *Stanford University*, Transformação Digital e E-Gov - INTEGRE. O programa de Residência Técnica e, conseqüentemente, do curso de Especialização em Inovação, Transformação Digital e E-Gov, apresentará aos alunos e residentes os fundamentos gerais de inovação tecnológica, da Transformação Digital e seu processo de gestão estratégica. Serão ofertadas 200 vagas para servidores públicos e 50 para residentes.
- ▶ Elaboração do Projeto PRIME - o projeto tem por objetivo, identificar, estruturar e validar as propriedades intelectuais depositadas (ativos tecnológicos) por ICTs do Estado, preparando as ideias e projetos que porventura tenham potencial para alcançar o mercado consumidor. Na 1ª edição (2020), serão alvo do projeto aproximadamente 500 propriedades intelectuais das universidades estaduais. Nos próximos anos, o projeto será aberto a todas as ICTs do Estado e demais interessados. O projeto se desenvolverá em parceria da SETI com a Fundação Araucária e SEBRAE.

- ▶ Elaboração do Projeto Legado Paranaense - o projeto se propõe a transformar a Universidade Virtual do Paraná (UVPR) em referência no desenvolvimento pessoal contínuo (*lifelong learning*), gerando habilidades (*hard e soft skills*), conhecimentos e repertório para alunos, professores das universidades estaduais e comunidade paranaense, por meio do contato com representantes do setor empresarial, acadêmico e cultural do Estado. A participação de paranaenses que se destacam nas mais diversas áreas, contribuirá para gerar conhecimento e legado em diversas áreas do conhecimento. Serão ofertados cursos presenciais, semi-presenciais, EAD, *bootcamps*, cursos livres e pagos. O Núcleo de Educação a Distância (NEAD) da Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná criou a Plataforma LICON, que será a base do projeto, uma inovação que pretende congrega projetos, dar visibilidade a recursos educacionais e formar pessoas em qualquer lugar do mundo por meio de cursos conectivos.

14.6.1.9 Extensão

A SETI apoia vários projetos de extensão desenvolvidos pelas universidades. As ações priorizam a tecnologia e inovação sociais produzidas na interação entre universidade, comunidade e empresa, e financiam projetos com ações voltadas à qualificação profissional e ao desenvolvimento social e econômico, sobretudo em regiões de baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

Programa Universidade sem Fronteiras: A SETI promoveu ações de articulação entre as instituições de ensino superior para a execução dos projetos do Programa Universidade sem Fronteiras que compreendem as equipes multidisciplinares que atuam em diferentes áreas sociais e em ciência e tecnologia, primando pela qualificação acadêmica (docentes e estudantes) e oportunizando a experiência do primeiro emprego ao recém-formado. Os projetos contemplaram, mediante editais, diferentes áreas sociais: a) 85 projetos na área de promoção da Saúde, Agricultura Familiar e Agroecologia, Educação, Inclusão e Direitos Sociais e Inovação e Diversidade Cultural; b) 10 projetos para atender aos Núcleos de Estudos e Defesa dos Direitos da Infância e da Juventude (NEDDIJ), em conjunto com a rede de atendimento da criança e adolescente; c) 16 projetos do Programa Patronato, em parceria com a Secretaria de Estado da Segurança Pública (SESP); d) 14 projetos do Programa Bom Negócio Paraná, em parceria com a Secretaria de Estado do Planejamento e Projetos Estruturantes (SEPL); 10 projetos referentes ao Núcleo Maria da Penha (NUMAPE), que oferece acolhimento, apoio jurídico e psicológico para mulheres vítimas de violência doméstica.

Entre os anos de 2018 e 2019, o Governo do Estado do Paraná aplicou R\$ 18,0 milhões no Programa Universidade Sem Fronteiras (USF), contemplando mais de 1,4 milhão de atendimentos. Do montante investido, R\$ 7,0 milhões foram destinados a subprogramas, totalizando mais de 300 mil atendimentos. O Núcleo de Estudos e Defesa de Direitos da Infância e da Juventude (NEDDIJ) recebeu R\$ R\$ 2,4 milhões, atendendo mais de 74 mil cidadãos. Já o programa Patronato foi contemplado com R\$ 4,7 milhões, totalizando mais de um milhão de atendimentos nos dois exercícios, enquanto o

Núcleo Maria da Penha (NUMAPE) levou uma fatia superior a R\$ 1,8 milhão, somando mais de 29 mil atendimentos. Ao programa Bom Negócio foi direcionado R\$ 1,9 milhão, contemplando 4.484 capacitações em 340 municípios paranaenses. Considerando somente o ano de 2019, foram atendidos cerca de 367 mil cidadãos paranaenses em todos os programas e subprogramas da USF.

14.6.1.10 Relações Internacionais

A SETI estimula projetos que promovam a cooperação produtiva com instituições, que desenvolvam, direta ou indiretamente, o ensino, a pesquisa, a extensão e a inovação científica e social, oriundas de todos os países com os quais o Brasil mantém relações diplomáticas.

Durante o ano foram realizadas as seguintes ações:

- ▶ Assinatura do Memorando de Entendimento entre a SETI e o Estado de Victoria - Austrália, visando estabelecer condições de mútua colaboração para o apoio institucional em pesquisas nas áreas de manejo sustentável da água, cidade habitável, adaptações à mudança climática, centros e comunidades regionais, e energia renováveis.
- ▶ Criação do Centro de Assessoria à Produção Acadêmica (CAPA) - para realizar serviços de *coaching* (assessoria individualizada) com autores, revisão e tradução de artigos, e preparação para apresentações em inglês. Promover eventos relacionados à escrita acadêmica, e auxiliar diversos órgãos das IEES com demandas pontuais de tradução, como a criação de versões de *homepages* em inglês para programas de pós-graduação, e *folders* institucionais para as ações internacionais, assessoramento na tradução das pesquisas desenvolvidas para publicação em periódicos científicos de impacto internacional e disseminação das atividades desenvolvidas pelas IEES de forma mundial.
- ▶ Assinatura do Memorando de Entendimento entre a SETI e a STEINBEIS - Alemanha, visando estabelecer condições de mútua colaboração para o apoio institucional aos programas de formação em Educação Empreendedora para estudantes das universidades estaduais. O memorando está tramitando na Alemanha.
- ▶ Assinatura do Memorando de Entendimento entre a SETI e a Fundação para a Ciência e a Tecnologia de Portugal, visando promover a colaboração em ciência, tecnologia e inovação em áreas de interesse mútuo. O memorando está tramitando em Portugal.

14.6.1.11 Unidade Gestora do Fundo Paraná (UGF)

O Fundo Paraná - UGF tem como função principal a gestão executiva dos recursos do Fundo Paraná, atendendo os eixos e programas estabelecidos pelo Conselho Paranaense de Ciência e Tecnologia (CCT/PR).

Destacam-se as principais ações da Unidade Gestora do Fundo Paraná, em 2019:

- ▶ Programa Paraná Mais Orgânico - visa contribuir para a consolidação do Paraná como o estado com o maior número de produtores orgânicos certificados do País, mediante diferentes formas de certificação dos agricultores familiares, promovendo a inovação tecnológica em bases agroecológicas e fomentando novas formas de comercialização, por meio do cooperativismo/associativismo. O programa é formado por oito núcleos, sendo sete nas universidades estaduais e um no Centro Paranaense de Referência em Agroecologia (CPRA), tendo o TECPAR como órgão certificador oficial do programa. Investimento: R\$ 1,15 milhão.
- ▶ Paraná Fala Línguas Estrangeiras - Paraná Fala Inglês e Francês - visa impulsionar as universidades a promoverem ações de internacionalização de maneira significativa por meio do ensino, da pesquisa e da extensão que ultrapassem as barreiras geográficas ao capacitar estudantes, docentes e agentes universitários em língua estrangeira. Investimento: R\$ 1,17 milhão.
- ▶ Programa Universidade Sem Fronteiras - Instituído pela Lei Estadual nº 16.643/2010, tem como objetivo executar uma política de extensão nas instituições públicas ou privadas sem fins lucrativos que praticam a disseminação de conhecimentos via projetos de extensão, priorizando o financiamento de áreas estratégicas para o desenvolvimento social de populações vulneráveis. Investimento: R\$ 12,28 milhões.

14.6.2 Destaques

Pode-se destacar como intervenção estratégica a elaboração da Lei Geral das Universidades e a reformulação da Lei de Inovação do Estado. A primeira desenhou a nova arquitetura institucional das universidades públicas do Paraná para os próximos anos. Essa política prevê critérios técnicos de organização da força de trabalho docente e técnica nas IEES, equidade na distribuição do orçamento de custeio e aproveitamento dos ganhos de eficiência na gestão orçamentária. Já a segunda, moderniza os institutos de estímulo à produção de tecnologias tanto para o setor privado como para público. Ela capacita o Estado a acompanhar as rápidas transformações provocadas por instituições e *startups* inovadoras e cria um conjunto de incentivos para a transformação do conhecimento em produtos.

14.6.3 Perspectivas

Pretende-se no tocante ao Programa Ensino Superior Inovador: estabelecimento de parâmetros de custeio, investimento e de gestão nas IEES, visando maior desempenho e equidade do sistema; redução da evasão, ampliação e qualificação da pós-graduação (mestrados e doutorados); implantação de novos cursos relacionados à Ciência e Tecnologia, bem como novos cursos de pós-graduação *lato sensu* e de graduação nas modalidades presencial e a distância; e introdução de novos idiomas aos cursos de língua estrangeira.

Pretende-se no tocante ao Programa Paraná Mais Ciência o apoio a projetos: de novas empresas fundadas na tecnologia digital; de extensão tecnológica; de pesquisa nas áreas estratégicas

definidas pelo Conselho Paranaense de Ciência e Tecnologia; de tecnologias sociais; e de pequenas empresas de base tecnológica.

14.7 UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA (UEL)

A Universidade Estadual de Londrina (UEL) vinculada à Superintendência Geral de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI), instituída por meio da Lei Estadual nº 6.034 de 06 de novembro de 1969 e Decreto Estadual nº 18.110, de 28 de janeiro de 1970, é regida por seu Estatuto, por seu Regimento Geral e pelas Resoluções de seus Conselhos, obedecidas as Legislações Estadual e Federal. Ao longo de seus 48 anos de reconhecimento junto ao MEC, vêm provendo atividades voltadas ao Ensino, à Pesquisa e à Extensão, que se concretizam na formação eficiente e com qualidade de centenas de profissionais, oriundos de diversas regiões do país, em cursos de graduação, nos cursos de Especialização, nos Programas de Mestrado e de Doutorado, tanto presencial como a distância, contribuindo assim, para o desenvolvimento científico, tecnológico, econômico, social e cultural de Londrina e Região.

A UEL conta atualmente com 52 cursos de Graduação presenciais e um curso na modalidade EaD distribuídos em bacharelados e licenciaturas por 9 Centros de Estudos. Desenvolve pesquisa, tecnologia e inovação em todas as áreas bem como oferta cursos de pós-graduação em níveis de Mestrado, Doutorado, Especialização e Residências. É referência nas ações de extensão para o município e região, bem como inclui em todos os seus cursos de graduação a extensão e a pesquisa como estratégia de formação e aprimoramento profissional.

Integram a estrutura organizacional da universidade Colégio de Aplicação, Hospital Universitário, Clínica Odontológica Universitária, Bebê Clínica, Clínica Psicológica, Laboratório de Medicamentos, Hospital Veterinário, Fazenda Escola, Escritórios de Aplicação de Assuntos Jurídicos, Casa de Cultura, Museu Histórico Pe. Carlos Weiss, Museu de Ciência e Tecnologia, Rádio UEL, TV UEL, Agência de Inovação Tecnológica e Laboratório de Tecnologia Educacional. Além da função acadêmica estes espaços realizam atendimento e assistência à população.

14.7.1 Principais Realizações

- ▶ Vestibular descentralizado com aplicação de provas em Cascavel e Curitiba.
- ▶ Recredenciamento Institucional da UEL e renovação de reconhecimento de 16 cursos de Graduação.
- ▶ Recredenciamento Institucional da UEL - EAD pelo INEP/MEC.
- ▶ Núcleo Interdisciplinar de Estudos em Resíduos (NINTER UEL) - tem como objetivos combater o desperdício de materiais; reduzir o impacto ambiental, social e econômico provocados pelo

desperdício; promover a inovação a partir de resíduos e criar novas cadeias de valor. O Núcleo reúne pesquisadores, atualmente, das áreas: *Design*, Administração, Engenharia Civil, Microbiologia e Física. O foco está em resíduos de diferentes naturezas como rejeito orgânico, reciclável e resíduos sólidos urbanos. Há também trabalhos em resíduos industriais, da construção civil e agrossilvopastoril. Hoje são quatro grandes projetos, e um deles congrega outros cinco. É o que trata da reciclagem de baterias de íons de lítio e gestão de unidades de desenvolvimento e inovação tecnológica.

14.7.2 Destaques

- ▶ Novos cursos de Graduação implantados: Nutrição (40 vagas) e Biotecnologia (20 vagas).
- ▶ Eventos técnicos durante a EXPOLondrina 2019 - mais de 100 professores e estudantes de graduação e de pós-graduação de cinco Centros de Estudos da UEL participaram da grade técnica da ExpoLondrina 2019. Os pesquisadores estiveram concentrados na Via Rural (Fazendinha), juntamente com o Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) e o Instituto Agrônomo do Paraná (IAPAR), com estandes e uma grade de palestras técnicas, oficinas e cursos sobre várias áreas ligadas ao agronegócio e empreendedorismo.
- ▶ Inovatec-2019 - o evento de inovação que teve como objetivo implantar e fortalecer a política do setor na universidade, a partir de um sistema que alcance todo o Estado, buscando fomentar as ações de inovação e esclarecer que as iniciativas podem ser produtos, serviços ou mesmo consultorias. Foram discutidos os seguintes temas: Marco Legal dos Estados e Política Institucional de Inovação e Verde que te quero Verde - visão sobre as patentes verdes no Brasil.
- ▶ Projeto de Eficiência Energética - em implantação com cinco grandes ações: substituição de lâmpadas, condicionadores de ambiente e destiladores de água, com ênfase na economia de energia; e ainda a instalação de usinas fotovoltaicas e produção de biogás por meio de biodigestores, para produção de energia renovável pela própria universidade. Os Projetos de Eficiência Energética e Pesquisa e Desenvolvimento devem garantir produção própria de 10,0% de energia elétrica e de redução de 15,0% nos gastos com energia para a redução do consumo e produção de energia renovável no próprio *campus*, além de geração de tecnologia que pode ser implantada em muitos municípios.
- ▶ Inovação em produtos de controle e repelência do vetor e no monitoramento de arbovírus - O desenvolvimento de um produto - bioinseticida - para controle do mosquito *Aedes aegypti* em duas formulações: comprimido e pó. O projeto tem abrangência estadual e na UEL, o bioinseticida pode ser usado em reservatórios de água com difícil acesso, que impede a eliminação de larvas do mosquito, mesmo que seja em caixa d'água para consumo humano. O bioinseticida usa materiais inertes a partir de produtos naturais, conforme recomendações da Organização Mundial de Saúde

(OMS). A produção artesanal do bioinseticida da UEL atende a prefeituras e empresas que mantêm com a UEL contratos de prestação de serviços.

- ▶ Curso especial Pré-Vestibular na Penitenciária Estadual de Londrina - PEL II para cinquenta apenados com o objetivo de promover a ressocialização e abrir novas oportunidades para internos com segundo grau completo, enquadrados na chamada Unidade de Progressão e que se preparam para o Regime semiaberto.
- ▶ Projeto Patronato faz orientação e acompanhamento de apenados em regime aberto e penas alternativas em diversas áreas com o objetivo de proporcionar a reinserção social e assim diminuir a reincidência em crimes. Foram realizadas diversas atividades, sendo 5.664 relacionadas a atendimentos e protocolos PROJUDI.
- ▶ Projeto Envelhecimento Ativo - oferece práticas de atividades físicas a idosos de todas as regiões de Londrina, três vezes por semana, e formação continuada, direcionada aos profissionais de saúde com o objetivo de melhorar a qualidade de vida da população idosa de Londrina. Os integrantes do projeto produziram um manual sobre Envelhecimento Ativo que será distribuído a todos os municípios do Paraná por meio da Secretaria de Estado da Saúde (SESA).
- ▶ Projeto Núcleo de Apoio Técnico ao Judiciário é responsável pela elaboração de notas técnicas a serem repassadas à Justiça para os casos de pacientes do SUS, que buscam medicamentos que não constam da lista oficial. As informações subsidiam os juízes, trazendo economia de recursos e agilidade nas decisões, uma vez que algumas perícias podem ser reduzidas.
- ▶ Núcleo Interdisciplinar de Gestão Pública (NIGEP) - é um órgão agregador de pessoas e atividades, na consecução de objetivos comuns nas áreas de ensino e/ou pesquisa e/ou extensão e/ou difusão cultural. Desenvolve atividades tanto para o governo quanto para sociedade civil organizada com intuito de promover estudos e ações interdisciplinares no trato a questões vinculadas à gestão e avaliação de políticas públicas. Algumas ações: Termo de Cooperação Técnica com a Prefeitura Municipal de Londrina - ações aprimoram o mapeamento de processos, levantamento de informação e de custos, diagnóstico do Sistema de Compras Públicas e de indicadores como eficiência, eficácia e efetividade das políticas públicas. O objetivo é elaborar propostas, ideias e ajustes nos processos e procedimentos, que possam tornar o processo de compras mais ágil e transparente, dar efetividade às políticas públicas, visando atender acima de tudo a qualidade dos serviços prestados à população. Parceria com a Prefeitura de Tamarana com ações semelhantes para atender a demanda do município, que possui o menor IDH da região. As prioridades estabelecidas estão voltadas às áreas de saúde, de educação e de gestão social.
- ▶ Programa Sinapse de Inovação Paraná. Propostas selecionadas no Resultado Final Homologado: a) Aplicação de nanopartículas de prata como antimicrobianos (saúde e bem-estar); b) autocicatrização de materiais cimentícios com adição de bactérias (biotecnologia); c) avaliação da biocompatibilidade de membrana multicamada de celulose bacteriana nanoestruturada com gaze

(químico e materiais); d) *beta-glucan-bot* - ampliação de escala e regularização (saúde e bem-estar); e) biossíntese de acil-açúcares - mediadores de resistência a pragas (químico e materiais); f) novo biocosmético a base de levana (biotecnologia).

14.7.3 Perspectivas

- ▶ Abertura da Maternidade de Alto Risco do Hospital Universitário da UEL - a nova maternidade contará com 76 leitos para mães, recém-nascidos e UTI neonatal permitindo um melhor atendimento às mães e bebês de alto risco. O prédio terá quatro pavimentos e contará com pronto socorro obstétrico, centro cirúrgico com duas salas; sete salas de pré-parto, parto e puerpério; enfermarias com leitos de internação; 20 leitos de UTI neonatal, unidade de cuidados intermediários, entre outras alas de atenção materno-infantil.
- ▶ Conclusão da ampliação do Pronto Socorro do Hospital Universitário da UEL - o pronto-socorro do Hospital Universitário - UEL vai dobrar o número de leitos, passando de 48 para 96. A nova planta física também contempla áreas específicas para pacientes em diferentes condições de saúde, como a unidade cardiovascular, que terá leitos de retaguarda para pacientes graves cardíacos, neurológicos e vasculares. Também será construído um centro para pacientes vítimas de trauma para estabelecer dois eixos de atendimento, separando os pacientes em condição mais crítica dos menos críticos, o que melhora a eficiência do processo de atendimento.
- ▶ Laboratório de Estudos de Polimorfismos de DNA - convênio entre a UEL, SETI, SEJUF, Ministério Público, Tribunal da Justiça para realizar exames de DNA para reconhecimento e/ou investigação de paternidade demandados pela SEDS e realizar estudos dos polimorfismos de DNA de interesse para a infância e juventude.
- ▶ Conexão - Inovação - Desenvolvimento - o Hub de Inovação tem como objetivo estabelecer uma rede de relacionamentos da UEL com a sociedade para incrementar as atividades já desenvolvidas pela universidade. É a porta de entrada das demandas do setor produtivo para a universidade e tem como papel identificar e promover atividades de estímulo à inovação e ao empreendedorismo, ampliando o impacto do ensino, da pesquisa e da extensão em favor do desenvolvimento socioeconômico sustentável.
- ▶ Instituto de Inteligência Artificial da Universidade Estadual de Londrina - atuará de forma integrada com o Hub de Inovação da UEL e terá por objetivo realizar pesquisas fundamentais e aplicadas de inteligência artificial (IA), além de buscar impulsionar os avanços científicos que revelem o potencial da IA para o Agronegócio. A proposta visa criar sistemas que conheçam, raciocinem, aprendam e interajam continuamente e naturalmente com a temática de Inteligência Artificial, com vistas a possibilitar a aplicação de sistemas de IA atuais e futuros nos problemas industriais reais e ainda apresentar grandes desafios técnicos. Deve também atender e realizar

ciência e pesquisa fundamental ou aplicada em nível nacional e que promova o avanço dos impactos econômicos, financeiros e sociais por intermédio da inovação.

- ▶ Centro de Tecnologia e Inovação em Educação - CONNECT-UEL - o projeto busca promover o desenvolvimento de novas tecnologias e processos de ensino e de aprendizagem na área educacional que resultarão na formação de cidadãos com qualificações múltiplas para o mercado e, também, para a vida em sociedade. Nesse sentido, as possibilidades de inovação são variadas e a interface da universidade com outros setores é necessária. O Centro de Tecnologia e Inovação em Educação (CONNECT-UEL) pode servir como apoio e suporte aos municípios da rede de ensino da Região Metropolitana de Londrina, além de servir como referência na área de projetos tecnológicos educacionais para todo o Brasil.
- ▶ Implantar o projeto Universidade Aberta a Terceira Idade (UNATI).

14.8 UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA (UEPG)

A Universidade Estadual de Ponta Grossa é uma instituição pública de ensino superior mantida pelo governo do Estado do Paraná, com dois *campi* na cidade de Ponta Grossa e um campo avançado em Telêmaco Borba.

A instituição se caracteriza por ser socialmente referenciada, com impacto determinante no desenvolvimento da região dos Campos Gerais e no Paraná com um todo, e funciona como um complexo de ensino, fornecendo para a comunidade educação fundamental, por meio do Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente (CAIC), ensino médio, por meio do Colégio Agrícola Augusto Ribas, de uma Fazenda Escola de 300 hectares com atividades experimentais e produtivas, um Núcleo de Educação a Distância (NUTEAD), que dispõe de 54 polos, a maioria no Paraná, mas também em Santa Catarina e São Paulo, com vários cursos na modalidade EAD, de 38 cursos de graduação presenciais, 27 mestrados e 10 doutorados, um moderno Hospital Universitário, o maior da região, com residências tanto médicas (11) como multiprofissionais (9), e projetos extremamente emblemáticos, como a Universidade Aberta da Terceira Idade, a Incubadora de Empreendimentos Solidários (IESOL), O Laboratório de Mecanização Agrícola (LAMA), o Complexo de Laboratórios Multiusuários (C-LABMU) entre outros.

Com uma política voltada à inovação, à internacionalização e ao desenvolvimento humano, cultural e econômico dos Campos Gerais, a presença da UEPG no cenário do ensino superior brasileiro é crescente tal como demonstram alguns *rankings*. Segundo a revista britânica *Times Higher Education (THE)* a UEPG está entre as 12 melhores universidades em citações do país, e no atendimento aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas está em primeiro lugar. Pelo *Ranking* Universitário Folha (RUF), na avaliação global, está entre as 50 melhores universidades brasileiras.

Quantitativo referente a alunos: a) curso de graduação - 9.361 alunos, sendo 7.661 matriculados em cursos presenciais e 1700 na modalidade EAD; b) cursos de Especialização - 1.185 alunos; c) cursos de mestrado - 663 alunos; d) cursos de Doutorado - 346 alunos; e) Colégio Agrícola - 290 alunos; f) Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente (CAIC) - 676 alunos.

14.8.1 Principais Realizações

Dentre diversas ações realizadas pela UEPG, em 2019, estão:

- ▶ Informatização total dos processos da UEPG via Sistema Eletrônico de Informações (SEI) - hoje não existe mais processo em papel na instituição, é a primeira Instituição de Ensino Superior paranaense a fazer isso.
- ▶ Primeira Instituição de Ensino Superior paranaense a criar uma Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, voltada à diminuição da evasão dos cursos e o bem-estar dos alunos.
- ▶ Duplicação da área do Museu dos Campos Gerais, o maior da região, e uma revitalização total deste espaço, hoje referência na cultura paranaense. A UEPG concorreu a um edital do Ministério da Justiça e ganhou R\$ 10,5 milhões para a construção de uma nova sede administrativa do Museu e o restauro do prédio histórico.
- ▶ Criação do programa de atenção psicológica aos alunos e funcionários: UEPG Abraça - que está cuidando da saúde mental da população interna e é uma referência hoje na área.
- ▶ Inauguração do novo prédio do LABMU - área de 851,74 m², no valor de R\$ 1,4 milhão, com recursos do CT-Infra - FINEP e complementação com recursos próprios.
- ▶ Inauguração do Centro Tecnológico de Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais (CETEP) - com área de 733,04 m², no valor de R\$ 1,1 milhão, com recursos do CT-Infra - FINEP e complementação com recursos próprios.
- ▶ Construção de uma rede de fibra ótica que interliga as zonas de pesquisa do município a partir da UEPG - um investimento de R\$ 290,0 mil que a universidade ganhou via edital da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), do Governo Federal.
- ▶ Iluminação do *Campus* de Uvaranas, fase II da Rota Segura, com um investimento de R\$ 740,0 mil - verba do Fundo Paraná - SETI.
- ▶ Convênio com a Polícia Militar do Paraná para instalar, no *Campus* Uvaranas, uma base da PM, com investimento de R\$ 80,0 mil na reforma de um imóvel da UEPG, levando segurança ao bairro mais populoso da cidade.
- ▶ Convênio com o time Operário Ferroviário Esporte Clube para que o complexo de esportes da UEPG pudesse servir de Centro de Treinamento para os jogadores e campo de estágio para alunos e de pesquisa para os professores. O Operário já investiu mais de R\$ 1,0 milhão em três campos profissionais de futebol e em reforma de vestiários.

- ▶ Investimentos de R\$ 428,0 mil na reforma do prédio histórico do Cine Teatro Pax, que pertence à UEPG, o recurso foi destinado pela SETI, por meio do Fundo Paraná. A verba será investida na troca da cobertura, pintura externa e na instalação de um sistema de proteção contra descargas atmosféricas.
- ▶ Além da reforma do prédio histórico, retomada da construção do Centro de Eventos, anexo ao Cine Teatro Pax, com área de 4.407,06 m², que será o maior espaço para eventos dos Campos Gerais. Verbas do Fundo Nacional de desenvolvimento da Educação (FNDE) e recursos próprios da UEPG.

14.8.2 Destaques

Busca por uma maior proximidade com a sociedade como um todo, principalmente com o setor produtivo, para que a UEPG assuma cada vez mais o papel de principal motor do desenvolvimento dos Campos Gerais. Esta abertura da Universidade para todo o conjunto social se reflete nas ações realizadas.

14.8.3 Perspectivas

- ▶ Investimento de R\$ 1,2 milhão na rede de internet do *Campus* Central - recursos do Fundo Paraná, SETI - 1º semestre 2020.
- ▶ Construção do Centro Multiusuário de Pesquisas Avançadas para Tecnologias do Agronegócio (CTAGRO) - verba do FINEP e da UEPG.
- ▶ Construção do Laboratório de Integração Tecnológica em Ciências Humanas e Sociais (LITEC) - verba da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e complementação da UEPG.
- ▶ Inauguração do prédio de Engenharia de Materiais, construído com verbas da FINEP e complementação da UEPG.
- ▶ Recapeamento do asfalto do *campus* Uvaranas - para transformar o *campus* no maior parque urbano da cidade, para que toda a comunidade possa usar - projeto *Campus* Parque.
- ▶ Inauguração do Museu de Ciências Naturais para visitação pública e para apoio às escolas da região - investimento de R\$ 1 milhão de reais - recursos do Ministério do Turismo.
- ▶ Reforma do prédio do antigo centro médico para transformar na Escola de Culturas e Línguas da UEPG - para campo de estágio dos alunos de línguas estrangeiras, destinada à formação da comunidade interna e externa - investimento de 200 mil reais, recursos próprios.
- ▶ Inauguração da Casa Internacional, lugar de hospedagem de professores estrangeiros, para estimular os convênios com outras instituições - recursos da FAUEPG.
- ▶ Inauguração do HUB de Inovação, uma área destinada a pré-incubar e incubar projetos, integrando professores, alunos, empresas e instituições, principalmente nas áreas de agronegócio, tecnologia da informação e engenharias.

- ▶ Instalação do primeiro supercomputador do Paraná, para pesquisas na área genética - R\$ 525.000,00 oriundos da Fundação Araucária.

14.8.3.1 Hospital Universitário Regional dos Campos Gerais

O Hospital Universitário Regional dos Campos Gerais, localizado estrategicamente no polo central da região dos Campos Gerais, faz parte da Rede de Assistência à Saúde de média e alta complexidade, atuando na formação de recursos humanos para a área da saúde sendo referência como Hospital de Ensino e inovações na saúde.

Pacientes atendidos, leitos, emergência, cirurgias, exames, foram aproximadamente mais de 100 mil atendimentos até o final de 2019. Para atender as demandas por espaço físico, há projetos que serão implementados pela reitoria nos próximos exercícios, dentre eles:

- ▶ Unidade de Terapia Intensiva (UTI) Neonatal completa seis anos - (UTI) Neonatal do Hospital Universitário da UEPG, desde seu funcionamento, atendeu 539 recém-nascidos, 61 só em 2019.
- ▶ Maternidade HU-UEPG - a maternidade do Hospital Universitário está em funcionamento desde julho de 2016 e conta com 41 leitos. Desde o início das atividades, foram cerca de 7500 nascimentos, e atualmente são realizados aproximadamente oito partos por dia. Dos cerca de 3.000 partos realizados por ano no HU-UEPG, mais de 70% são partos normais. Além do Centro Obstétrico e da Maternidade, o HU conta ainda com um berçário e 12 leitos de UTI Neonatal e Pediátrica.
- ▶ Está em construção uma ampliação da maternidade que terá dois pavimentos em concreto armado, área de cerca de 1.300 m², 20 leitos em 10 quartos, sala para atendimento de emergência e consultórios obstétricos e 481 m² de área para estacionamento.
- ▶ Instituto Médico Legal (IML) - está em fase de licitação o projeto do prédio, que será construído em terreno cedido pela UEPG, no *campus* de Uvaranas. A obra tem valor estimado de R\$ 8,0 milhões e abrigará o Centro de Estudos Anatômicos, o Serviço de Verificação de Óbitos e a nova sede do IML. Esta parceria entre a universidade, a Prefeitura Municipal de Ponta Grossa (PMPG) e a Secretaria de Estado da Segurança Pública, vai solucionar um problema importante do município e da região, mas para a universidade e Hospital Universitário abre a possibilidade para novas ações e cursos multiprofissionais na área de Medicina Legal.

14.9 UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ (UEM)

A UEM foi criada em 1969, fruto da ação de lideranças locais e estaduais que vislumbravam um papel fundamental no desenvolvimento socioeconômico do interior do Paraná. A instituição cresceu rapidamente e assumiu sua missão na formação humana e intelectual de pessoas, além da produção científica e tecnológica.

A universidade tornou-se centro de excelência em várias áreas do conhecimento, com projeção nacional e internacional, traduzida em aportes importantes de recursos para diversos projetos e laboratórios. O corpo docente é altamente qualificado e apresenta expressivos índices de produção científica e tecnológica.

A UEM tem por missão produzir conhecimento por meio de pesquisa, organizar, articular e disseminar os saberes por meio do ensino e da extensão, para formar cidadãos, profissionais e lideranças para a sociedade.

A instituição oferta de ensino de graduação para 17.231 alunos matriculados; de pós-graduação (residência, mestrado e doutorado) para 3.579 alunos matriculados; possui 954 alunos de iniciação científica, de todas as áreas do conhecimento; possui 311 projetos de extensão e durante 2019 desenvolveu 229 cursos e 270 eventos (atividades de extensão), com atendimento a 580.289 beneficiários.

Além de se consolidar como uma universidade preocupada em promover o desenvolvimento da região em que está inserida, proporciona aos seus alunos oportunidades de experiências extramuros, frutos de inúmeros convênios firmados com empresas e instituições de ensino pesquisa em todos os continentes.

A Universidade Estadual de Maringá (UEM) se destacou no *ranking* internacional, publicado no mês de maio, pelo *CWTS Leiden Ranking 2019*, que avalia o desempenho científico das universidades em relação a proporção de mulheres autoras de trabalhos científicos.

Na avaliação, entre os 1.288 trabalhos acadêmicos publicados em periódicos internacionais 54,1%, eram de autoria feminina, classificando a universidade em segundo lugar no *ranking*. A primeira colocada foi a *Medical University of Lublin*, na Polônia, com índice de 56%. O CWTS é um portal que reúne informações importantes sobre o desempenho científico de quase 1.000 grandes universidades do mundo.

14.9.1 Principais Realizações

Dentre as principais realizações, uma das mais novas conquistas foi a inauguração do ambulatório de oncologia infantil, responsável pelo diagnóstico de câncer em crianças e adolescentes.

14.9.1.1 14.9.1.1 Patentes

Atualmente, a Universidade possui 19 patentes concedidas e outros 99 pedidos em análise. Além disso, 24 programas de computador e 7 marcas estão registrados no INPI.

14.9.1.2 14.9.1.2 Complexo de Saúde

A UEM conta com um complexo de saúde que engloba o Hospital Universitário Regional de Maringá (HUM), o Hemocentro Regional, a Clínica Odontológica, a Unidade de Psicologia Aplicada (UPA), o Centro de Controle de Intoxicações (CCI), e diversos laboratórios, entre eles o de Ensino e Pesquisa em Análises Clínicas (LEPAC).

Criado para dar suporte principalmente aos cursos de Medicina e Enfermagem, o hospital, com 30 anos, é referência para atendimento pelo Sistema Único de Saúde (SUS) numa região de mais de 130 municípios. Com 123 leitos, incluindo os de UTIs adulto, pediátrica, neonatal e de Cuidados Intermediários, atende, em média, somente no Pronto-Atendimento, em torno de 60 mil pessoas, por ano.

O hospital também faz, em média, 33 mil atendimentos no Ambulatório de Especialidades, cerca de 12 mil internações, e quase 450 mil exames, por ano. Para ampliar este atendimento e continuar formando profissionais socialmente compromissados, a área física do hospital, hoje de cerca de 15 mil metros quadrados, está sendo aumentada. São quase oito mil metros quadrados em execução e quatro mil para serem iniciados. Das obras em andamento destacam-se a construção da segunda etapa do bloco industrial, o centro cirúrgico e a central de resíduos sólidos. A previsão é de que estas obras estejam concluídas até 2020.

Ligado ao hospital, o Hemocentro faz coleta em 30 municípios, produz e distribui hemocomponentes de sangue, como hemácias, plasma e plaquetas a mais de 30 hospitais.

A cada mês, a unidade realiza, em média, de três a quatro diagnósticos de câncer em crianças. Quando o setor estiver em pleno funcionamento, o paciente, após o diagnóstico, poderá ser tratado na rede pública em Maringá, evitando o deslocamento de crianças e familiares para Curitiba.

No Centro de Controle de Intoxicações, usuários do SUS recebem serviço qualificado no atendimento a casos de intoxicações e acidentes por animais peçonhentos. O Centro registra, em média, cerca de 2,4 mil atendimentos. O objetivo do CCI é reduzir a incidência e a morte por acidentes toxicológicos no Paraná.

Na Unidade de Psicologia Aplicada (UPA) são atendidas em torno de oito mil pessoas por ano. Elas recebem atendimento clínico, escolar e de trabalho.

O Laboratório de Análises Clínicas, o LEPAC, recebe pacientes encaminhados pelas unidades de saúde de mais de cem municípios vinculados à macrorregião Noroeste do Estado. São realizados entre 150 a 200 atendimentos diários. Entre eles, coletas de sangue e de outros materiais para a realização dos mais diferentes exames.

O LEPAC faz exames para detectar doenças como leishmaniose, hepatites dos tipos A, B e C, Aids, tuberculose, hanseníase e doença de chagas. No caso da Aids, o laboratório também acompanha

a progressão ou regressão da doença no organismo, por meio de exames de controle das células CD-4 e CD-8.

O Banco de Leite Humano visa atender as crianças que, por razões clinicamente comprovadas, não possam receber o leite da própria mãe e dele necessitam como fator vital. O Banco de Leite Humano da UEM coleta em média 250.000 litros de leite por mês, e possui ainda convênio com mais cinco Postos de Coleta firmados entre a Universidade e instituições da cidade.

A população carente recebe, com suporte do curso de Odontologia, tratamento em diversas especialidades na Clínica Odontológica. Os atendimentos são feitos com a supervisão de professores em áreas como dentística, periodontia, prótese dentária, endodontia, cirurgia, ortodontia, radiologia, estomatologia, pediatria e patologia. Também são atendidos pacientes nos diversos cursos de especialização, como: endodontia, estomatologia, implantes, ortodontia e prótese dentária. Em média, a Clínica faz cerca de 10 mil procedimentos ao ano, atendendo 4,5 mil pacientes. O Projeto Sorrir com Saúde/Clínica Odontológica realizou 1.000 atendimentos.

O Hospital Universitário de Maringá, em 2019, realizou 3.401 cirurgias, 10.134 internações, prestou 49.214 pronto atendimentos e realizou 342.789 exames médicos.

14.9.1.3 Projetos de Pesquisa:

- ▶ Programa de Educação Tutorial (PET) - são 15 grupos cadastrados no PET: Agronomia, Economia, Educação Física, Enfermagem, Engenharia Civil, Engenharia Têxtil, Engenharia Química, Farmácia, Física, Informática, Matemática, Odontologia, Pedagogia, Química e Zootecnia.
- ▶ Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) - O programa atende atualmente 18 subprojetos, envolvendo 19 cursos de licenciatura, em parceria com 37 escolas municipais e estaduais da região. São concedidas 556 bolsas, distribuídas para 447 alunos de licenciatura, 38 coordenadores e 71 supervisores.
- ▶ Projetos de Extensão - são 460 projetos na área, entre os permanentes e temporários, divididos nos segmentos da Comunicação, dos Direitos Humanos e da Justiça, da Educação, do Meio Ambiente, da Tecnologia e da Produção, do Trabalho, da Saúde e da Cultura; e 253 bolsas de extensão, beneficiando alunos da graduação.
- ▶ Projetos de Atendimento à Comunidade: a) Programa de Prevenção e Tratamento do Dependente Químico (PROVENT) - atende a comunidade universitária e familiares, oferecendo orientação e tratamento em casos de dependência em relação ao álcool e outras drogas; b) Projeto de Apoio ao Dependente Químico (PADEQ) - oferecido à comunidade em geral, com atividades que promovem o conhecimento para a prevenção e tratamento da dependência química em suas relações psicossociais; c) Patronato - presta serviço a cerca de 1.400 egressos beneficiados com a progressão para o regime aberto, liberdade condicional, sentenciados com trabalhos externos,

liberdade vigiada e prestação de serviços à comunidade. E atende também pessoas com suspensão condicional da pena, por determinação da Vara de Execuções Penais, dos Juízes das Varas Criminais e Justiça Federal, com penas restritivas de direito. Todo o trabalho é desenvolvido de maneira educativa e ressocializadora.

- ▶ Destacam-se ainda: a) Núcleo Maria da Penha (NUMAPE) - que presta atendimento às mulheres vítimas de violência; b) Núcleo de Estudos e Defesa de Direitos da Infância e da Juventude (NEDDIJ); e c) Núcleo de Prática Jurídica

14.9.1.4 Hospital Veterinário - UEM - *Campus* Avançado de Umuarama

O Hospital Veterinário da Universidade Estadual de Maringá (HVU) presta serviços médico-veterinários à comunidade, atendendo animais provenientes da Região Metropolitana de Umuarama e regiões adjacentes, inclusive de grandes centros como Maringá e Londrina, além de animais provenientes do Estado de Mato Grosso do Sul, estando assim consolidado como centro de referência em atendimento clínico-cirúrgico tanto para animais de pequeno, quanto de grande porte.

A oferta de tais serviços, além dos benefícios para a saúde animal e também à saúde pública, é um dos pilares básicos do ensino de graduação em Medicina Veterinária, assim como de pós-graduação (Programa de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Residência Médico-Veterinária e Programa de Mestrado em Produção Sustentável e Saúde Animal), ofertando aos alunos a vivência da prática clínica em suas instalações e ambiente para o desenvolvimento de pesquisas.

- ▶ Realiza cerca de 2.000 cirurgias por ano e vários exames para diagnóstico.
- ▶ Cursos da UNATI - Universidade para a Terceira Idade - 2019
- ▶ Obras - encontram-se em execução doze construções, incluindo nesta conta algumas que estavam paralisadas, como o Bloco Didático e Administrativo (B-12).

14.9.2 Destaques

- ▶ UEM colabora na descoberta de primeiro dinossauro do Paraná - (Junho/2019) - Publicação do artigo: *A new desert-dwelling dinosaur (Theropoda, Noasaurinae) from the Cretaceous of south Brazil* disponível no site <https://www.nature.com/articles/s41598-019-45306-9>
- ▶ O projeto elaborado pela Unidade Mista de Desenvolvimento Territorial (UMDT) da Região da Associação dos Municípios do Setentrião Paranaense (AMUSEP) entre UEM, AMUSEP, EMATER e Núcleo Regional da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento.

14.9.3 Perspectivas

O desafio da universidade é continuar cumprindo o papel relevante na formação de pessoas e na produção científica e tecnológica, intensificando as ações no cenário nacional e internacional, buscando a excelência em todas as áreas que atua.

No âmbito interno, a UEM busca oferecer, cada vez mais, ambiente acolhedor à sua comunidade com efetiva política de assistência estudantil e programas voltados aos seus servidores. Há um cronograma de inaugurações previsto para o começo de 2020. O Centro de Handebol (Bloco M-15), o novo prédio da Universidade Aberta à Terceira Idade (UNATI) e a Clínica Odontológica (S-08) são alguns exemplos.

14.10 UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE (UNICENTRO)

A UNICENTRO é uma universidade *multicampi* vinculada ao Sistema Estadual de Ensino Superior do Paraná. Trata-se de entidade da administração indireta do Poder Executivo Estadual, dotada de personalidade jurídica de direito público, com patrimônio e receitas próprias, gozando de autonomia didático-científica, disciplinar, administrativa e de gestão financeira e patrimonial.

Desenvolve atividades acadêmicas pautadas pela indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, nas seguintes áreas do conhecimento: Ciências Exatas e da Terra; Ciências Biológicas; Engenharias; Ciências Humanas, Letras e Artes; Ciências da Saúde; Ciências Agrárias e Ciências Sociais Aplicadas.

Abriga nove Setores do Conhecimento e 39 departamentos pedagógicos, que no ensino de graduação respondem pela oferta de 42 cursos de graduação. No ensino de pós-graduação, oferta 42 cursos entre os níveis *lato* e *stricto sensu*, sendo 25 cursos de especialização (*lato sensu*), seis cursos de doutorado e 17 cursos de mestrado.

14.10.1 Principais Realizações

- ▶ Graduação - manutenção de 42 cursos de graduação presenciais, com 65 ofertas e 7.131 alunos matriculados; oferta de sete cursos de graduação a distância em 35 polos de apoio ao Ensino a Distância, com 1.947 alunos matriculados; implementação do curso de Graduação em Medicina (Bacharelado) e início das atividades da primeira turma do curso; início das atividades do curso de Pedagogia Indígena. O curso, em regime de alternância e coordenado pelo Departamento de Pedagogia, visa atender uma demanda da população indígena; condução do Recredenciamento Institucional. Esse procedimento, que ocorre a cada 10 anos é requerido pelo Conselho Estadual de Educação e foi coordenado pela Superintendência Geral de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, SETI.
- ▶ Pós-Graduação: a) oferta de 25 cursos de pós-graduação *lato sensu* presenciais, com 418 alunos matriculados; oferta de 23 cursos de pós-graduação *stricto sensu*, sendo seis doutorados e 17 mestrados, (com 210 e 543 alunos matriculados, respectivamente); b) início das atividades do Doutorado Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário, no *campus* de Irati; c) início das

atividades do Programa de Pós-Graduação em Nanociências e Biociências (Mestrado), no *campus* CEDETEG; d) Submissão, para apreciação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), de sete novas propostas de cursos de Mestrado e Doutorado (Doutorados em Educação, Letras, Química, PROFNIT, Mestrados em Ciências Contábeis, em Organizações e Controladoria e em Cuidado e Tecnologias em Saúde e Enfermagem).

- ▶ Atendimento à Comunidade - atendimento aos municípios de Guarapuava, Irati e de toda a região de entorno da universidade com a prestação de serviços nas áreas de: fisioterapia, psicologia, nutrição, farmácia, fonoaudiologia, orientação e proteção de direitos da infância e juventude, mulheres vítimas de violência, medicina veterinária, órtese e prótese, dentre outros.
- ▶ Eventos: a) Semana de Integração Ensino Pesquisa e Extensão - 2019, com mais de 4.000 inscritos; b) realização do Festival Universitário da Canção, FUCA, no *campus* Santa Cruz; c) realização da Primeira Manhã de Ciências no *campus* CEDETEG; d) realização do UNICENTRO na Comunidade, com quatro sábados de atividades, tanto em Guarapuava quanto em Irati, voltadas à comunidade;
- ▶ Infraestrutura: a) inauguração do complexo de laboratórios multiusuários no *campus* Irati, o BIO 3, que é o Centro Integrado de Pesquisas de Biomassa, Biotecnologia e Bioenergia; a estrutura tem uma área total de 750 m² com diversos laboratórios interligados, sendo utilizada para o desenvolvimento de estudos sobre energia renovável; b) reformas dos laboratórios didáticos do Departamento de Química - Laboratório de Química Geral e Inorgânica, de Química Orgânica, de Química Analítica, de Físico-Química; e, também, de Microbiologia, ligado ao Departamento de Ciências Biológicas, no *campus* CEDETEG; reforma e ampliação para o Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências Naturais e Matemática, no *campus* CEDETEG; adequações à prevenção de incêndios no *campus* CEDETEG; construção do Barracão da Fazenda Escola no *campus* CEDETEG; melhorias e instalação de controles de acesso no estacionamento do *campus* Santa Cruz.

14.10.2 Destaques

- ▶ A UNICENTRO foi classificada entre as melhores Universidades da América Latina e do Brasil, segundo ranking da consultoria britânica QS World University Rankings, que considerou oito critérios de avaliação: reputação acadêmica, empregabilidade, proporção professor/estudante, qualificação docente, citações por artigo, artigos por instituição, internacionalização e impacto na web. A UNICENTRO foi considerada entre as 200 melhores da América Latina, estando também entre as melhores do Brasil, ocupando a 59ª posição. No comparativo com as universidades estaduais brasileiras, a UNICENTRO é a 14ª do país.
- ▶ Foi considerada a 18ª instituição de ensino superior mais inovadora do país segundo *Ranking* Universitário da Folha de S. Paulo (RUF). O jornal Folha de S. Paulo avaliou 196 universidades, públicas e privadas, de todo o território nacional para a elaboração do seu *Ranking* Universitário.

- ▶ O Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública da UNICENTRO (Tecnólogo na modalidade de educação a distância) recebeu a nota 4,35 no seu processo de reconhecimento (maior nota do Estado do Paraná).
- ▶ O Projeto Daoxi, proposto por professor do Departamento de Física da UNICENTRO, e de estudante do curso de Mestrado em Nanociências e Biociências foi finalista no edital da Sinapse de Inovação, programa promovido pela Fundação Araucária com o objetivo de promover ideias inovadoras no Estado.
- ▶ Prêmio Paraná de Economia, conquistado por estudante de Ciências Econômicas do *campus* da UNICENTRO de Pitanga.
- ▶ Destaque de pesquisa que desenvolve cerveja para diabéticos no episódio de abertura da temporada do programa O melhor do Brasil é o Brasileiro no canal Globonews. A pesquisa é desenvolvida em parceria entre o IFPR e a UNICENTRO, e é coordenada por professor da UNICENTRO.
- ▶ Docente da UNICENTRO recebe o prêmio de melhor artigo apresentado no Congresso Brasileiro de Cirurgia de Cabeça e Pescoço. O prêmio foi conferido a professor do Departamento de Medicina da UNICENTRO.
- ▶ Pesquisa de professora da UNICENTRO é base para Projeto de Lei Complementar que trata de equidade na política. Trata-se do Projeto de Lei Complementar de nº 35/2019, que usa como base pesquisa desenvolvida por professora egressa do curso de Jornalismo e docente do Departamento de Comunicação Social da UNICENTRO, que propõe a adoção de um sistema de cotas de representação, não só com vagas para candidaturas, para assegurar um percentual de mulheres efetivamente eleitas, no âmbito do poder legislativo.

14.10.3 Perspectivas

- ▶ Ensino de Graduação: a) melhorar as condições de oferta dos cursos de graduação existentes na universidade (infraestrutura de salas de aula, laboratórios de ensino, equipamentos); b) implementar os cursos de graduação previstos no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da universidade (Artes Cênicas, Engenharia Civil, Engenharia de Produção, Engenharia Elétrica, Ciências Sociais, Agronegócios, Direito e Zootecnia); c) dar continuidade à política de combate à evasão e à reprovação; d) consolidar a política de assistência estudantil, inclusão e acessibilidade da universidade (ampliação dos serviços de orientação psicológica, social e pedagógica aos alunos, ampliar as vagas de moradia e alimentação, melhorar as condições de acessibilidade dos *campi* com instalação de elevadores etc.).
- ▶ Pesquisa e Pós-Graduação: a) melhorar a infraestrutura de apoio à pesquisa na universidade (física e, em especial, de materiais laboratoriais, químicos, reagentes etc.); b) dar continuidade à política de verticalização do ensino com a ampliação da oferta de cursos de pós-graduação *stricto sensu*

na universidade (implantação dos seguintes cursos, previstos no PDI: Doutorados em História, Letras, Biologia Evolutiva, Ciências Veterinárias, Ensino de Ciências Naturais Matemática, Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação e Administração; e Mestrados em Ciência da Computação, Física, Cuidado e Tecnologias em Saúde e Enfermagem, Reabilitação do Movimento Humano, Nanociências e Biociências, Contabilidade, Organizações e Controladoria e Psicologia; c) dar continuidade às ações visando a elevação dos conceitos dos cursos de pós-graduação.

- ▶ Extensão - melhorar as condições da oferta de atividades extensionistas na universidade (infraestrutura física, veículos, comunicação etc.); e dar continuidade à implantação da curricularização da extensão.
- ▶ Pessoal - ampliar o quadro de pessoal da universidade para atendimento das demandas institucionais instaladas, em especial, o quadro de agentes universitários; e dar continuidade à política de qualificação de docentes e técnicos em andamento.
- ▶ Internacionalização - dar continuidade à implantação da política de internacionalização do ensino, pesquisa, pós-graduação e extensão na universidade (ampliar a mobilidade discente e docente, eventos internacionais etc.).
- ▶ Gestão - buscar a ampliação do orçamento da universidade visando a composição do quadro de pessoal, a melhoria da infraestrutura e dos recursos para custeio; e estimular a maior participação da universidade na sociedade.

14.11 UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ (UNESPAR)

Criada pela Lei nº 13.283, de 25 de outubro de 2001, alterada pela Lei nº 13.385, de 21 de dezembro de 2001, Lei Estadual nº 15.300, de 28 de setembro de 2006 e pela Lei Estadual nº 17.590, de 12 de junho de 2013 é uma autarquia estadual de regime especial, dotada de personalidade de direito público, com sede na cidade de Paranavaí e foro nas Comarcas onde estão jurisdicionados os *campi* que a integram, formando cada uma *campus* próprio, com sua organização na forma multicampi, nos termos da lei, descentralizada geograficamente e mantida por recursos orçamentários do Estado do Paraná, regida por Estatuto, por seu Regimento Geral e Resoluções de seus órgãos superiores. Com cerca de 12 mil alunos, está presente em sete *campi* em seis cidades do Paraná: Apucarana, Campo Mourão, Curitiba (*Campi* Curitiba I/Embap e Curitiba II/FAP), Paranaguá, Paranavaí e União da Vitória. Atualmente mantém 72 cursos de graduação e 10 cursos de mestrado em funcionamento.

14.11.1 Principais Realizações

14.11.1.1 Ensino de Graduação

Foi aprovado pelo Conselho Universitário (COU) da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), a Política de Cotas da instituição. Serão disponibilizadas aproximadamente 3.300 vagas para as séries iniciais.

Com o aumento de registro de violência de gênero, a Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR) implantou a Ouvidoria de Gênero. A ação tem sido adotada por outras universidades e instituições públicas no país, a intenção é viabilizar uma instância para receber e processar denúncias de assédio de gênero, prática de atos potencialmente preconceituosos ou sexistas, agressões de conotação sexual ou sexista, bem como qualquer manifestação de discriminação relacionada ao gênero ou à orientação sexual na comunidade acadêmica.

14.11.1.2 Pós-Graduação e Pesquisa

- ▶ Implantação de cinco novos programas de Mestrado - abertura de cinco novos programas de mestrado, aumentando de quatro para nove o número de cursos; dentre os novos mestrados, três são de modalidade Acadêmica e dois na modalidade Profissional. No *campus* Curitiba I/Embap funcionará o Mestrado Acadêmico em Música. No *campus* Curitiba II/FAP foram aprovados o Mestrado Acadêmico em Cinema e Artes do Vídeo e o Mestrado Profissional em Artes. Já o Mestrado Acadêmico e Educação Matemática será *intercampi*, com sede nas cidades de Campo Mourão e União da Vitória. O quinto programa de mestrado implantado está sendo realizado em associação com outras Instituições de Ensino Superior do Paraná.
- ▶ Pesquisa - trabalhou no desenvolvimento de 458 projetos de pesquisa em diversas áreas do conhecimento, distribuídos em seis cidades do Paraná. Na iniciação científica foram desenvolvidos um total de 390 projetos, sendo distribuídos em 184 projetos com bolsa e 206 projetos sem bolsa.
- ▶ Implantação do Núcleo de Inovação Tecnológica - aprovado pelo Conselho Universitário, tem por objetivo estruturar e implantar laboratório para a disseminação das políticas de propriedade intelectual, transferência de tecnologia e apoio a cultura empreendedora.

14.11.1.3 Extensão e Cultura

- ▶ Ações de extensão - com um total de 240 ações de extensão distribuídas em sete campi, a universidade possibilita o diálogo com diferentes culturas. Os 18 programas, 143 projetos, 39 cursos e 40 eventos realizados pela extensão e cultura, revelam o empenho de todos os docentes, agentes e estudantes envolvidos nas ações.

- ▶ Bolsas de extensão e projetos financiados - são 47 projetos de extensão financiados e 202 bolsas de extensão. Oferta de bolsas permanência para estudantes: O Programa Institucional de Bolsa Permanência da UNESPAR é iniciativa da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PROGRAD), por meio da Diretoria de Assuntos Estudantis (DAE) e visa colaborar com a superação das desigualdades financeiras e garantir condições mínimas que contribuam com a formação dos estudantes da UNESPAR. Ao todo, foram concedidas 21 bolsas, três em cada *campus* da instituição. Ao todo, R\$ 67.200 de recursos próprios da PROGRAD serão destinados para o financiamento de 21 bolsas de permanência, três por *campus*. As bolsas são no valor mensal de R\$ 400 e têm duração de oito meses, até dezembro de 2019. O pagamento das bolsas está condicionado à disponibilidade orçamentária.

14.11.1.4 Relação com a comunidade externa

- ▶ Implantação dos Conselhos Consultivos Comunitários - em 2019, a universidade implantou Conselhos Consultivos Comunitários nos *campi* de Campo Mourão, Paranaguá e União da Vitória. A ação, respaldada no Estatuto da UNESPAR, tem como objetivo fomentar o diálogo com a comunidade externa com base nos princípios democráticos de participação. A criação do Conselho vem ao encontro do compromisso da instituição em formar profissionais e desenvolver investigações científicas de interesse público.
- ▶ Participação em Comissão sobre educação ambiental no Paraná - por meio da Comissão Permanente de Gestão e Educação Ambiental (CPGEA), a universidade sediou, no dia 24 de setembro, a audiência pública sobre a minuta do programa que visa estabelecer as diretrizes e linhas de ação para a Educação Ambiental no Estado, elaborada pelo Governo do Paraná, via Diretoria de Políticas Ambientais, da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo (SEDEST). A organização do evento foi realizada por professor do *campus* de Paranaguá, que é membro da CPGEA.

14.11.1.5 Infraestrutura

- ▶ Execução de Obra de Engenharia para a Edificação - foi aberto procedimento licitatório 15.346.397-2 edital 045/2018, que prevê a execução de obra de engenharia e edificação do Bloco 3 no *campus* de Campo Mourão, localizado às margens da BR-369; O investimento total para a construção do novo bloco é de R\$ 1,7 milhão, com recurso oriundo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), por meio de emenda parlamentar.

14.11.2 Destaques

A UNESPAR, visando ampliar o debate sobre políticas da universidade entre a comunidade acadêmica, realizou audiências públicas, criadas e implementadas em 2017.

Desde então, anualmente são realizadas uma série de 14 audiências, uma por semestre em cada *campus*. São espaços de apresentação de ideias e sugestões, cumprindo o plano de metas da gestão para os próximos anos, aclamado pela comunidade da universidade.

Com o tema Universidade, sociedade e (des)envolvimento as discussões do segundo semestre aconteceram em todos os *campi* da UNESPAR. Toda a comunidade interna e externa foi convidada a participar e, em especial nos *campi* Apucarana e União da Vitória, a participação da sociedade civil foi grande e proveitosa durante as audiências, quando fizeram algumas exposições de aspectos que merecem ser considerados pela gestão da universidade. A aproximação com a comunidade externa é uma das metas propostas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2018/2022.

A comunidade externa também pode, pela primeira vez em 2019, realizar matrícula em disciplinas isoladas nos seus cursos de graduação inclusive para a comunidade externa. De acordo com a Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD), a intenção é o melhor aproveitamento do Ensino Superior como bem público. As vagas ofertadas para esta modalidade foram as remanescentes dos processos de ingresso, sendo eles Vestibular, SISU, PROVAR e Vagas Ociosas. Puderam solicitar a matrícula especial portadores de diplomas de curso superior, alunos matriculados regularmente em diferentes cursos da UNESPAR ou em outras instituições e pessoas que concluíram o Ensino Médio.

Outro ponto importante foram ampliações físicas iniciadas e aprovadas em diversos *campi*. Em Campo Mourão, a construção do segundo bloco do *campus*, com custo total próximo a R\$ 1,7 milhão, recurso oriundo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), por meio de emenda parlamentar de 2011. As obras para a construção do bloco, localizado às margens da BR-369, tiveram início e a universidade está aguardando a segunda parcela para a finalização da obra. A ampliação do espaço vai permitir a transferência de atividades da sede para o local, permitindo o desenvolvimento do ensino, pesquisa e extensão.

Em novembro, o reitor assinou, na Casa Civil, o recebimento de R\$ 1,0 milhão em recursos viabilizados por indicação parlamentar para a construção do primeiro bloco do *campus* União da Vitória. Atualmente a universidade funciona em um prédio público no centro da cidade, onde divide espaço com um colégio. A licitação foi realizada em dezembro e as obras devem iniciar em janeiro de 2020.

Em Paranavaí, o *campus* vai contar, a partir do próximo ano, com um novo espaço para as atividades esportivas do curso de Educação Física. Foram assinados em dezembro o contrato e a ordem de serviço que autoriza a construção de uma quadra poliesportiva no valor de R\$ 519.253,94.

14.11.3 Perspectivas

Consolidação dos seis novos cursos de mestrado já citados, além dos mestrados já implementados anteriormente sendo eles: Mestrado Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD), Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória), Mestrado Profissional em Filosofia (Prof-Filo), e Mestrado Acadêmico em Ensino (PPIFOR).

Lançamento do novo programa de reestruturação dos cursos de graduação. Implantação do plano de gestão e educação ambiental no âmbito da UNESPAR, especialmente com a adoção de políticas de plástico zero e menos papel.

14.12 UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE DO PARANÁ (UENP)

A Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP) foi criada pela Lei Estadual nº 15.300 de 28 de setembro de 2006 e credenciada pelo Decreto Estadual nº 3.909, de 01 de dezembro de 2008, fundamentado pelos Pareceres do Conselho nº 495/08 e nº 05/09. Presente em três *campi*, nos municípios de Cornélio Procópio (*campus* de Cornélio Procópio), Bandeirantes (*campus* Luiz Meneghel) e Jacarezinho (*campus* de Jacarezinho), onde é também instalada a sede da Reitoria. Com seus *campi* distribuídos estrategicamente na região Norte Pioneira Paranaense, possibilita que os moradores de seus 46 municípios tenham a oportunidade de conquistar o nível superior de ensino, por meio da graduação e da pós-graduação.

Com 27 cursos de graduação presenciais em diferentes áreas de conhecimento, atendendo a aproximadamente 5.000 estudantes advindos dos municípios de inserção regional e, também, de diferentes regiões do país. A Universidade oferece, ainda, 02 cursos de graduação EAD, atendendo mais de 500 estudantes em diferentes regiões do Estado do Paraná. Além de desenvolver mais de 50 Projetos de Ensino para fortalecimento da formação acadêmica de nossos estudantes.

14.12.1 Principais Realizações

14.12.1.1 Ensino

Uma ação de grande importância institucional e de significativo impacto social foi a implantação de ações afirmativas na forma de reserva de vagas sociais e sócio raciais nos processos seletivos de ingresso em cursos de graduação.

Desde 2018, são reservados 40,0% de suas vagas para estudantes advindos de escolas públicas e estudante autodeclarados negros, também advindos de escola pública. Isso equivale a quase metade de nossas vagas.

Em 2019, por exemplo, a universidade totalizou mais de 870 estudantes matriculados em vagas ocupadas pelas Cotas Sociais e Sócios Raciais, nos últimos 02 anos.

Com a política de Ações Afirmativas, a universidade intervém socialmente na região em que está inserida, proporcionando aos jovens da região novas oportunidades de vida e de caminhos de formação acadêmica e profissional, interferindo de forma imediata na realidade das famílias com menor renda e agindo com resultado global na sociedade como um todo.

14.12.1.2 Pesquisa e Pós-Graduação

Realizações que se referem a pós-graduação:

- ▶ Proposição de programas - em 2019 foi submetida uma proposta à CAPES: Mestrado Acadêmico em Ciência do Movimento do Corpo Humano. A proposta recebeu diligência, houve resposta da Instituição, mas, infelizmente, não se obteve a aprovação; contudo, em 2019, ela foi submetida novamente após ampla análise e readequação e aguarda-se o resultado. Destaca-se que ela recebeu o aporte financeiro para estruturação pelo Convênio 150/2017 da Fundação Araucária, no valor de 30 mil reais cada uma, totalizando, na modalidade B2 - Projetos de Pesquisa Estruturantes de Novos Programas *Stricto Sensu* R\$ 120.000,00.
- ▶ Estudos para proposição de buscar programas potenciais nos diversos centros de estudos - aprovada a proposta do Mestrado Profissional em Educação, que foi implementada em 2019, com início das suas atividades. As demais propostas encontram-se em reestruturação para submissão em 2020. Destaca-se que todas elas receberam aporte financeiro para estruturação pelo Convênio 150/2017 da Fundação Araucária, no valor de 30 mil reais cada uma, totalizando, na modalidade B2 - Projetos de Pesquisa Estruturantes de Novos Programas *Stricto Sensu* R\$ 120.000,00. Além delas, pelo mesmo convênio, também o Programa de Mestrado Profissional em Ensino recebeu fomento a fim de estruturar proposta para submissão de Doutorado, em 2021, assim como o Programa em Ciência Jurídica, que teve o curso de Doutorado implementado em 2016.
- ▶ Implementação do Mestrado Profissional em Educação - PPEd - *campus* Jacarezinho, 20 vagas anuais.
- ▶ Estímulo a convênios e criações de programas de pós-graduação interinstitucionais e em rede - a PROPG tem atuado junto ao sistema a fim de estabelecer parcerias que possam resultar em propostas associativas, por exemplo, dentre outras ações. Em 2019, aprovou-se a oferta de Curso de Pós-Graduação *Stricto Sensu* na modalidade DINTER de Doutorado Interinstitucional em Ciência Jurídica do Centro de Ciências Sociais Aplicada da UENP - *Campus* Jacarezinho com a Universidade Federal do Amapá (UNIFAP); aprovou Resolução pelo CEPE/UENP que normatiza a participação de docentes da UENP em programas externos a fim de que eles qualifiquem suas produções, bem como se insiram em atividades de investigação e docência, na expectativa de estabelecerem redes de pesquisa que possam resultar em futuras associações em propostas.

- ▶ Oferta de cursos *Lato Sensu*: em 2019, para além dos 2 cursos presenciais em Humanidades e Geografia e desenvolvimento regional, foram implementados os cursos de Matemática e Direito Administrativo.

Realizações que se referem a Pesquisa:

- ▶ Estruturação dos laboratórios, grupos de pesquisa e equipamentos - realizada por meio de convênios com a Fundação Araucária, como o Pró-Equipamentos (2018), Convênio 12/2018, no valor de R\$ 130,0 mil, destinados especificamente ao Programa de Mestrado Acadêmico em Agronomia, no *campus* Luiz Meneghel, para aquisição de equipamentos laboratoriais; o Pesquisa Básica e Aplicada, Convênio 04/2017, no valor de R\$ 250,0 mil, com objetivo de incentivar e fomentar a pesquisa desenvolvida pelos grupos de pesquisa, fortalecer as linhas de pesquisa estruturadoras de programa, a fim de alcançar a verticalização; ainda, o Convênio 150/2017 UENP/UNESPAR, com a Modalidade D, voltada ao auxílio às atividades de projetos de pesquisa e inovação, no valor de R\$ 30,0 mil. A estruturação aconteceu em 2019.
- ▶ Apoio à publicação, com o pagamento de taxas de publicação e de tradução - além dos recursos oriundos do Programa de Apoio à Pós-graduação (PROAP), da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), utilizados pelos Programas Acadêmicos (Agronomia e Ciências Jurídicas) em virtude do regulamento Portaria CAPES nº 64, de 24 de março de 2010, a UENP publicou o Edital Conjunto PROPG/EDITORA UENP 001/2019, para apoiar o pagamento de taxas de revisão/tradução em língua inglesa e de publicação de artigos em periódicos (<https://uenp.edu.br/doc-propg/doc-propg-editais/propg-editais-2019>).
Registre-se, ainda, que, com a recente regulamentação do uso do Fundo Próprio de Fomento à Pesquisa, Extensão e Cultura (FUNPEC) da UENP, pela Resolução 06/2019-CAD, a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPG) apresentou ao Comitê Gestor do referido Fundo o Plano de Trabalho para novembro/19-outubro/2020 que contempla: a) apoio à participação em eventos, com uso de diárias - 25% do recurso; b) apoio à publicação - revisão/tradução em língua Inglesa e taxa de publicação em periódicos indexados - 50% do recurso; e c) oferta de cursos de formação estratégica em pesquisa e pós-graduação - 25% do recurso.
- ▶ Apoio à participação em eventos - em convênio com a Fundação Araucária, para além do uso do Programa de Apoio à Pós-graduação (PROAP/CAPES) pelos Programas Acadêmicos, é ofertado para todos os docentes apoio à participação em eventos no Brasil e no Exterior, conforme editais publicados anualmente pela PROPG. Em 2019, soma-se a essas duas possibilidades de fomento também o uso do FUNPEC/UENP.
- ▶ Ações de inovação tecnológica da universidade, a política de inovação do estado e áreas estratégicas para pesquisa científica e de inovação tecnológica na UENP: por meio da sua Agência de Inovação (AITEC), tem se envolvido em ações articuladas às estratégias do Estado para a área de inovação, o que pode ser verificado no site <http://aitec.uenp.edu.br/>.

No âmbito de regulamentação, a PROPG revisou as normas que resultaram na publicação da Resolução 12/2019-CEPE, que regulamenta a pesquisa e que inclui capítulo próprio sobre pesquisa com inovação e transferência tecnológica.

Ainda, realizou Workshop sobre internacionalização da Pós-graduação (19/03/2019 e 23/04/2019), visando à elaboração, em andamento, do Planejamento estratégico da Pós-graduação, que incorpora a definição das linhas estratégicas para a verticalização, incluindo-se a área de inovação.

- ▶ Certificação de grupos de pesquisa junto ao CNPq - atualmente, a UENP conta com 55 grupos certificados nas sete áreas de conhecimento.
- ▶ Registros de projetos de pesquisa - estão registrados em sistema próprio de gerenciamento de pesquisa 242 projetos.
- ▶ Capacitação Docente - conclusão de nove docentes no doutorado e cinco no pós-doutorado

14.12.1.3 Extensão e Cultura

As ações de extensão tiveram como objetivos principais o desenvolvimento regional e a aproximação do estudante com a comunidade externa.

A UENP apresenta diversos programas e projetos, a saber: PATRONATO, NEDDIJ, NUMAPE, Universidade Sem Fronteiras, Projeto Rondon. Além destes, registrou mais de 100 projetos/programas de extensão, com a participação de alunos bolsistas (93), voluntários (340), docentes (173), agentes universitários (21), colaboradores externos (71) e o envolvimento de mais de 27 mil pessoas da comunidade externa.

Obteve, ainda, a implantação do Núcleo de Apoio Social e Psicológico (NASP) para atendimento a comunidade acadêmica.

No que tange às ações culturais se destacam o EnCena: Mostra de Teatro; o Salão de Artes Plásticas - ações promovidas em parceria com outras instituições. Projetos como e a realização da Caravana Cultural e a Mostra de Artes Afro-brasileira movimentam, anualmente, todo o norte do Estado com ações artístico-culturais.

Outras duas ações de impacto podem ser observadas por meio da criação do Galpão Cultural - espaço destinado para a realização de projetos culturais da Universidade e da comunidade externa; bem como o resgate do carnaval de Jacarezinho - projeto que reúne mais de 10 mil pessoas todos os anos.

14.12.2 Destaques

Realizou investimentos nos três *campi* da Universidade, visando à adequação do espaço físico com o intuito de oferecer melhores acomodações à comunidade acadêmica. Neste exercício foram aplicados recursos nas seguintes obras:

- ▶ Novos blocos do *Campus* de Cornélio Procópio - foi aplicado o montante de R\$ 7,3 milhões na construção de novos blocos, com 6.197,40 m², para abrigar as atividades da instituição. Estas atividades estavam sendo executadas em ambiente cedido pelo Estado em instalação fora do *Campus*. Com este investimento a Universidade passará, a partir de 2020, a realizar todas as suas atividades em um mesmo local.
- ▶ Ampliação da Biblioteca do *Campus* de Cornélio Procópio - foram investidos o valor de R\$ 745,7 mil, relativos a 621,9 m², na ampliação do prédio da Biblioteca do *Campus* de Cornélio Procópio.
- ▶ Reforma e Ampliação do Núcleo de Estudos Agroecologia e Território (NEAT) - aplicados em reforma e ampliação do NEAT, a importância de R\$ 362,1 mil relativos à execução de 493,46 m² de construção.
- ▶ Executada a construção de 595,40 m² de construção de passarelas nos *campi* de Cornélio Procópio e Jacarezinho, com investimentos de R\$ 107,0 mil.
- ▶ Além das obras retro descritas, foi aplicado o montante de R\$ 143,0 mil em reformas no Centro de Ciências da Saúde do *Campus* de Jacarezinho.
- ▶ Aprovação do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2019-2023 - com 34 objetivos estratégicos e com indicadores passíveis de mensuração; prioriza ações de desenvolvimento regional, como aproximação com as demandas locais; e prevê a expansão e indica os Cursos Superiores de Tecnologia como possibilidades, pois visam o atendimento a vocações regionais, cursos de curta duração.
- ▶ Saúde - iniciou o funcionamento da Clínica Multiprofissional de Enfermagem no *Campus* Luiz Meneghel de Bandeirantes e desde 2018 a UENP iniciou a oferta do programa de residência em Reabilitação Física.
- ▶ Indicadores de Avaliação - passou pela avaliação de dois cursos EAD, Letras e Gestão Pública que obtiveram conceito 4; passou pela avaliação para credenciamento no MEC do EAD na UENP para o qual obteve o conceito 4 também e melhorou de posição no Ranking da Folha de São Paulo, passando de 155 para 150.

14.12.3 Perspectivas

- ▶ Submissão de duas propostas de Programa à CAPES - mestrado acadêmico - áreas de Saúde e de Humanidades; submissão proposta à CAPES de curso Doutorado - pelo Programa de Mestrado Profissional em Ensino; ampliação da residência - oferta de residência em Enfermagem; ampliação

oferta lato sensu presencial: curso Ciências da Religião e ensino Religioso; curso Gestão pública e Inovação (em parceria com UTFPR-CP); curso Educação Matemática; envio de projeto à SESA para construção da Nova Clínica de Fisioterapia - *Campus* de Jacarezinho; envio de projeto à SESA para equipar a 3ª Clínica Odontológica da UENP; desenvolver estudo avançado sobre os dados de ocupação e permanência estudantil em nossos cursos de graduação; e diagnosticar as condições de ocupação de vagas e as causas da evasão, de modo a propor ações institucionais e externas que visem a plena ocupação das vagas públicas ofertadas pela universidade.

14.13 INSTITUTO DE TECNOLOGIA DO PARANÁ (TECPAR)

O Instituto de Tecnologia do Paraná (TECPAR) é uma instituição científica e tecnológica na área da saúde que tem como foco de atuação o desenvolvimento e produção de medicamentos estratégicos para a saúde pública brasileira e o apoio ao desenvolvimento tecnológico e o empreendedorismo inovador.

14.13.1 Principais Realizações

Dentre as principais atividades desenvolvidas em 2019, destacam-se: aprovação do Regimento Interno dos Parques Científicos e Tecnológicos do TECPAR pelo Conselho de Administração do Instituto; promoção da capacitação de auditores de sistemas orgânicos; avaliação do Centro de Tecnologia em Saúde e Meio Ambiente e do Centro de Tecnologia de Materiais pela Coordenação Geral de Acreditação do Inmetro (CGCRE); reforço da parceria com Fiocruz e IBMP; participação no Fórum sobre Segurança Cibernética; lançamento de chamamento público para o Parque Tecnológico de Maringá; encontro orienta sobre participação no Programa Sinapse da Inovação Paraná; Instituto coordenará projeto para aplicações do grafeno e nanotecnologia; promoção de workshop sobre perspectivas na área de saúde humana e animal; Diretores do TECPAR, representantes do Ministério da Saúde e dos parceiros privados se reúnem para tratar de projetos estratégicos de PDPs; Diretor de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação representa o Instituto no Paraná *Day*; Centro de Medições e Validação do TECPAR recebe Certificado de Acreditação nº CAL 0085; entre outras.

14.13.2 Destaques

Contrato firmado como Governo para prestar serviços de P&D em energia; participação no evento Governo 5.0, em Foz do Iguaçu; promoção de evento sobre fontes renováveis de energia, o *Smart Energy CI & Expo*, que é uma iniciativa do TECPAR organizada em parceria com a Universidade Federal do Paraná (UFPR) e Paraná Metrologia, com o apoio da Superintendência de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e demais instituições que compõem o comitê gestor do projeto *Smart Energy Paraná*; participação em debate sobre nova Lei de Inovação; estudo de parceria em energias

renováveis com a Centrais Elétricas do Rio Jordão S/A (ELEJOR); *Compliance* começa treinamentos sobre Código de Conduta e Integridade; TECPAR, Sebrae e Prefeitura de Araucária formalizam implantação de fazenda inteligente; Diretor-presidente participa do Fórum Internacional de Governos Inteligentes; participação no encontro de desenvolvedores de *startups* e TECPAR participa de entrega de Selo Qualidade no Turismo do Paraná.

O TECPAR concluiu em 2019 o Estudo de Viabilidade Técnica e Financeira para construir um novo Laboratório de Produção de Insumos para Diagnóstico Veterinário. A unidade terá capacidade produtiva de 40 milhões de doses de sete produtos voltados ao diagnóstico de tuberculose, brucelose e leucose em rebanhos bovinos, suínos e ovinos. A previsão é que em dois anos sejam iniciados os testes de produção da unidade.

A Incubadora Tecnológica do TECPAR (INTEC) completou 30 anos em 2019, recebendo o certificado do Centro de Referência para Apoio a Novos Empreendimentos (CERNE), que atesta que a incubadora tem uma gestão efetiva, com utilização de todos os sistemas para uma administração focada em resultados. A certificação é no nível Cerne 2. Neste ano, duas novas empresas entraram no processo de incubação, uma da área da saúde e outra, de energias renováveis.

O TECPAR Certificação chegou em 2019 à marca de 15 mil auditorias realizadas em 22 anos de atuação. As avaliações feitas pela unidade fazem parte do processo de certificação de sistema de gestão e de produtos de empresas de todo o Brasil.

O TECPAR lançou em 2019 seu programa de *Living Lab*, que vai transformar o *campus* CIC em um ecossistema de inovação aberto. O objetivo é usar o espaço como um laboratório a céu aberto para testar ideias de serviços ou produtos tecnológicos e avaliar a sua eficiência.

Em 2019, o TECPAR foi contratado pela Energética Suape II, empresa que comercializa energia elétrica gerada por usina termelétrica, para desenvolver sistemas inteligentes e inovadores na área de energia.

14.13.3 Perspectivas

- ▶ Ampliação da certificação de produtos e sistemas - TECPAR Cert.
- ▶ Retomada da produção da vacina antirrábica veterinária.
- ▶ Retomada do projeto de produção de antígenos para diagnóstico da brucelose e tuberculose bovina.
- ▶ Fortalecimento das parcerias para o desenvolvimento produtivo (PDPs).
- ▶ Ampliação do Parque Tecnológico da Saúde.
- ▶ Implantação do programa *Living Lab*.
- ▶ Reforço das ações da Incubadora Tecnológica do TECPAR (Intec).

14.14 ESCRITORIO DE REPRESENTAÇÃO DO PARANÁ EM BRASÍLIA

A Representação do Governo do Estado do Paraná em Brasília tem por objetivo dar assessoramento técnico e logístico ao Governador, Vice-Governador e suas comitivas e às outras autoridades do Estado, em cumprimento de agendas oficiais em Brasília, prestando informações e acompanhamento das políticas públicas do Governo Federal e assuntos relacionados ao Congresso Nacional de interesse do Estado, assim como promover a articulação com instituições federais municiando-as de informações atualizadas e qualificadas sobre o Estado, conforme Lei nº 17.173, de 30/05/2012.

14.14.1 Principais Realizações

Dentre as principais realizações de 2019, destacam-se o apoio aos prefeitos na XXII Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios. O evento teve por objetivo promover o diálogo e unir esforços de forma a construir um novo pacto federativo que permita enfrentar com eficiência a necessidade de ofertar políticas públicas à população brasileira; a realização da primeira edição federal do Paraná Day, com a presença do Governador e Secretários de Estado, que reuniu grandes empresas, autoridades nacionais, embaixadores e adidos comerciais de diversos países na tentativa de atrair novos investimentos estrangeiros para o Estado; participação da Rede Governança Brasil - que analisa a influência dos indicadores contábeis no nível de governança pública, buscando melhor planejamento e efetividade nas ações públicas; acompanhamento do andamento das 3.164 propostas voluntárias, que totalizaram o montante de R\$ 72,7 milhões apresentadas e aprovadas na Plataforma +Brasil pelas Prefeituras Municipais do Estado do Paraná e Secretarias Estaduais, em decorrência do trabalho de divulgação pelo ERPB no ano de 2019.

14.14.2 Destaques

Realização de eventos articulando a aproximação do Governador e Secretários Estaduais, com a Bancada Federal e Senadores do Estado do Paraná pleiteando recursos para o Orçamento Geral da União e com vistas a garantir a inclusão de Emendas da Bancada Federal aos programas estaduais nas áreas da Educação, Agricultura e Saúde.

Reuniões visando estreitamento nas relações comerciais do Estado do Paraná com as Embaixadas de Angola, Hungria, Paraguai, Vietnã, Chipre, Macedônia, Azerbaijão, Eslováquia, França, Noruega, Suíça, Catar, Nepal, Bangladesh, El Salvador, Grécia, Austrália, Reino Unido, Ucrânia, Tailândia, Chile, Itália, Espanha, Canadá, Sérvia, Bolívia, Áustria, Estados Unidos, Alemanha, Belarus, Bélgica, Indonésia, Rússia, Israel, Irlanda, Irã, Geórgia, Malásia, República Tcheca, Holanda, Coreia do Sul e Luxemburgo.

14.15 DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO PARANÁ (DIOE)

É uma entidade autárquica, dotada de personalidade jurídica de direito público e vinculada à Casa Civil. O órgão é responsável pela edição do Diário Oficial Executivo, Suplemento de Concursos Públicos, Diário Oficial Comércio, Indústria e Serviços e Diário da Assembleia, e presta serviço de impressão de material para a administração direta e indireta do governo e empresas públicas. Além de divulgar os atos oficiais do governo, o DIOE é importante apoiador na difusão da história e cultura paranaense, por meio da impressão de diversos títulos históricos, informativos, biografias, contos e poesias. Em fase de reestruturação administrativa, esforços têm sido feitos para modernizar a Imprensa Oficial e torná-la mais eficiente, como a implantação de controle dos processos internos por meio de sistema de gestão da qualidade, com base na NBR ISO 9000:2008.

14.15.1 Principais Realizações

Em 2019, o DIOE realizou a publicação de todos os materiais que lhe foram apresentados e que competiam à sua responsabilidade. Quanto aos impressos, realizou parceria pontual com a Secretaria de Educação, produzindo as Provas Paraná, bem como serviços de pequena monta, adequando a produção, com licitação de manutenção, de insumos, papelório e processo de contratação de colaboradores para o crescimento de sua produção no período que sucede o planejamento de longo prazo.

Realizou as atividades de administração e manutenção do planejamento e consolidou um caminho a ser traçado para o quadriênio que sucede.

14.15.2 Perspectivas

O DIOE buscará atender as demandas gráficas, editoriais e de publicações da administração pública direta e indireta, produzindo e disponibilizando os diários oficiais, bem como suplementar materiais de uso de papelaria necessários aos órgãos e entidades da administração; emitir certificação digital junto à CELEPAR; prestar serviços editoriais, gráficos e publicações de interesse público atendendo normas e padrões de qualidade e manter a eficiência produtiva e administrativa desta Autarquia; atender as demandas gráficas do Estado do Paraná (Administração Direta e Indireta) nos prazos acordados; realizar ações de Investimentos em processamento de Dados - atingir o Parque Gráfico a 90% de sua produtividade total e transformar o Jornal em 100% WEB *on-line*.

14.16 BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL (BRDE)

O Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) foi fundado em 15 de junho de 1961 pelos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, com o objetivo de fazer o Sul do Brasil prosperar. Desde então, o BRDE tem sido um parceiro que apoia e acompanha o desenvolvimento de projetos para aumentar a competitividade de empreendimentos de todos os portes na região. Uma referência em financiamentos de longo prazo para investimentos, capaz de transformar projetos em realidades.

É uma Instituição financeira pública de fomento, controlada pelos três estados do Sul e que conta com autonomia financeira e administrativa. O BRDE está sujeito a acompanhamento e controle do Tribunal de Contas, bem como à fiscalização do Banco Central do Brasil. Conta hoje com 463 colaboradores nos três Estados. Sua estrutura administrativo-organizacional é determinada por Regimento Interno estabelecido pelo Conselho de Desenvolvimento e Integração Sul (CODESUL) e fundamentada por Atos Constitutivos aprovados pelas Assembleias Legislativas dos Estados-Membros.

14.16.1 Principais Realizações

Este documento apresenta as principais atividades e resultados do período compreendido entre janeiro e dezembro de 2019 do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), no Estado do Paraná.

14.16.1.1 Contratações por Segmento

No período de janeiro a dezembro de 2019, o BRDE no PR realizou novos contratos em um montante de mais de R\$ 850,0 milhões, incremento de 14,0% em relação as contratações de 2018. Os segmentos econômicos de maior destaque foram: o primário, em número de contratos, e o terciário, em termos de valor contratado, conforme apresentado na Tabela 1.

TABELA 1 - CONTRATAÇÕES NO PARANÁ PELO BRDE (Jan-Dez./2019).

SETOR	VALOR CONTRATADO	NUMERO DE CONTRATOS
Primario	R\$ 195.057.363,27	965
Secundario	R\$ 115.498.975,05	61
Terciario	R\$ 539.729.554,25	333
TOTAL	R\$ 850.285.892,57	1.359

FONTE: BRDE/AGPR/Cubos

14.16.1.2 Contratações por Porte das Entidades

Na segmentação por porte das entidades destaca-se o volume de contratos com produtores rurais. No âmbito empresarial, micro, pequenas e médias empresas são as maiores beneficiárias, somando R\$ 375,0 milhões. O financiamento ao pequeno empreendedor e ao produtor rural continua

sendo o principal negócio do BRDE. A Tabela 2 mostra as contratações realizadas pelo BRDE no PR de janeiro a dezembro de 2019, segregando por porte da entidade.

TABELA 2 - CONTRATAÇÕES NO PARANÁ POR PORTE DAS ENTIDADES (Jan-Dez/2019).

PORTE ENTIDADE	VALOR CONTRATADO	NUMERO DE CONTRATOS
Produtor rural	R\$ 177.488.318,55	1.104
Micro-empresa	R\$ 16.161.641,30	33
Pequena empresa	R\$ 95.213.823,30	119
Media empresa	R\$ 263.596.672,92	49
Grande empresa	R\$ 287.290.210,20	51
Prefeitura	R\$ 10.535.226,00	3
TOTAL	R\$ 850.285.892,57	1.359

FONTE: BRDE/AGPR/BI

14.16.1.3 Operações Contratadas por Região

Entre as regiões com o maior volume de operações contratadas estão a Oeste Paranaense, a região Sudoeste Paranaense e a Metropolitana de Curitiba, que somaram aproximadamente R\$ 222,0 milhões, R\$ 134,0 milhões e R\$ 149,0 milhões, respectivamente. A Tabela 3 detalha a situação em cada uma das mesorregiões do Estado do Paraná. Destaque para a atuação do BRDE no interior do Estado.

TABELA 3 - CONTRATAÇÕES NO PARANÁ PELO BRDE (JAN-DEZ/2019)

MESORREGIÃO PROCESSO	VALOR CONTRATADO	NUMERO DE CONTRATOS
Centro Ocidental Paranaense	R\$ 43.615.630,11	90
Centro Oriental Paranaense	R\$ 31.440.497,33	30
Centro-Sul Paranaense	R\$ 33.683.618,32	96
Metropolitana de Curitiba	R\$ 148.688.933,64	77
Noroeste Paranaense	R\$ 11.873.176,59	41
Norte Central Paranaense	R\$ 133.447.794,07	161
Norte Pioneiro Paranaense	R\$ 25.098.576,03	35
Oeste Paranaense	R\$ 222.742.878,94	424
Sudeste Paranaense	R\$ 4.277.362,67	33
Sudoeste Paranaense	R\$ 134.428.972,21	309
Total	R\$ 789.297.439,91*	1.296

FONTE: BRDE/AGPR

Obs*.: R\$ 60.988.452,66 foram contratados pela Agência do PR em outros Estados.

14.16.1.4 BRDE - Principais Contas

A seguir são apresentados os principais números do BRDE no período compreendido entre janeiro a junho dos anos de 2019 e de 2018. Com destaque para o lucro líquido que, em 2019, é 69,0% superior ao realizado no mesmo período de 2018. Os dados de dezembro de 2019 estarão disponíveis ao longo do primeiro trimestre de 2020.

PRINCIPAIS NÚMEROS DO BRDE	JUN 2018	JUN 2019
Ativo Total	R\$ 16,9 bilhões	R\$ 16,8 bilhões
Operações de Crédito	R\$ 13,0 bilhões	R\$ 13,0 bilhões
Patrimônio Líquido	R\$ 2,57 bilhões	R\$ 2,78 bilhões
Lucro líquido	R\$ 65 milhões	R\$ 109,6 milhões

* Fonte: <https://www.brde.com.br/wp-content/uploads/2019/11/BRDE-BRGAAP-junho-2019-completo.pdf>

14.16.2 Destaques

O ano de 2019 foi marcado por uma significativa retomada da atividade econômica no Estado e o BRDE, no Paraná, exerceu papel de protagonismo nessa evolução.

Ao longo de 2019, o BRDE no Paraná viabilizou a oferta de R\$ 850,0 milhões de crédito a empresas paranaense e produtores rurais, em vários segmentos econômicos, uma ampliação de 14,0% em relação ao ano de 2018.

A principal fonte de recursos utilizada pelo Banco foi o Sistema BNDES, com 61,9% das contratações do semestre. As outras fontes utilizadas apresentaram a seguinte participação: Recursos Próprios - 15,02%, Finep - 5,9%, FGTS/CEF - 6%, Fundo Geral de Turismo (FUNGETUR) - 1,85%, Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD) - 6,74%, Prestação de Garantias - 1,85%, e FUNCAFÉ - 0,7%.

Dentre as instituições financeiras credenciadas a operar com recursos do Sistema BNDES, o BRDE ocupou o 2º lugar nos desembolsos realizados na Região Sul até novembro de 2019. Em termos de desembolsos nacionais, o Banco alcançou a 8ª colocação.

Um dos destaques foi o setor cooperativismo paranaense, foram R\$ 390,0 milhões aplicados em projetos prioritariamente voltados para agroindústria ou para investimento dos cooperados, em sua maioria pequenos produtores. Em operações, PRONAF foram realizados mais de 650 contratos, consolidando o BRDE como o Banco do Agricultor.

Outro destaque relevante foi o financiamento para micro, pequenas e médias empresas, que representou 46,5% das aplicações no Paraná, com foco muito forte para Inovação- R\$ 80,0 milhões.

O BRDE também é o principal agente financeiro do Fundo Geral do Turismo (FUNGETUR). Mesmo atuando somente em três estados, o banco é responsável por 48,0% do total de operações do Fundo em todo o País, com destaque para o Paraná, onde foram investidos R\$ 67,7 milhões em hotéis, pousadas, centros de convenções, parques temáticos e aquáticos em diversas regiões do Estado. O desempenho fez com que o Ministério do Turismo ampliasse o limite disponibilizado ao BRDE para novas contratações, o que se traduzirá em apoio ainda maior ao setor nos próximos anos.

Destacamos também a atuação da agência paranaense do BRDE na administração de recursos do Fundo Setorial Audiovisual (FSA) - ANCINE. O Banco é o agente financeiro do Fundo desde 2012,

dando todo suporte operacional. Em 2019, foram realizados 668 contratos totalizando R\$ 541,0 milhões em desembolsos.

14.16.3 Perspectivas

Na Agência do Paraná, a meta orçamentária para contratação em 2020 é de R\$ 956,0 milhões, porém a Diretoria do Paraná instituiu o desafio de contratar R\$ 1,0 bilhão. Após a mudança de conjuntura em relação ao BNDES, que reduziu a disponibilidade de recursos, o foco é na diversificação de *funding* e na prestação de serviços. Entre as linhas disponíveis para 2020 destaque para os recursos da FINEP, com o objetivo de financiar à Inovação, recursos da AFD, para projetos de sustentabilidade e energias renováveis e FUNGETUR para projeto na área do turismo. Também para 2020, o BRDE está concluindo captação de recursos externos com o Banco Mundial, para projetos de resiliência no Municípios Paranaenses e com a CAF - Banco de Desenvolvimento da América Latina, além da estruturação para a captação no mercado interno. Outra fonte importante são os recursos próprios do Banco via o Programa Promove Sul, em torno de R\$ 150,0 milhões para 2020. O objetivo do BRDE com a diversificação de fontes de recursos é disponibilizar ao empreendedor paranaense as melhores condições de taxa e prazo para a realização dos seus investimentos.

O apoio ao crédito agrícola continuará sendo um dos principais objetivos do BRDE, que tradicionalmente financia o investimento do produtor no campo bem como a modernização das Cooperativas de produção do Estado. Para 2020, o BRDE quer se consolidar como o Banco do Agricultor, e ampliar sua atuação com o pequeno produtor.

Outro importante projeto para o Banco, em 2020, é o projeto BRDE 6.0 de transformação digital. O projeto contempla para este ano o novo site do Banco, com diversas funcionalidades como o envio da solicitação de financiamento de forma eletrônica, lançamento do *APP*, para facilitar a conectividade com os nossos clientes e parceiros, além de toda transformação de *backoffice*, para possibilitar a redução no prazo das análises, transparência do processo para o cliente e melhor utilização dos recursos.

Já na prestação de serviço o BRDE irá atuar fortemente como estruturador de projetos de PPPs e Concessões para o Estado do Paraná e para os Municípios. O Banco conta com equipe técnica e tem parceria com importantes instituições como FGV e Bancos Multilaterais para este tema.

Cabe destacar outra importante meta estabelecida pela Diretoria do Banco, que 35,0% dos projetos financiados sejam de Inovação ou Sustentabilidade. Na Inovação haverá um apoio grande às *startups* via o Programa BRDE LAB de aceleração e Fundos de Investimento em que o BRDE é cotista, além da Indústria 4.0 que poderá receber apoio via financiamento. Já no quesito sustentabilidade haverá um foco muito importante para as energias renováveis, eficiência energética e projetos relacionados à aceleração dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

A perspectiva é que, em 2020, o BRDE seja um importante indutor ao investimento, de forma integrada com o Estado do Paraná, no desenvolvimento regional e das regiões de baixo IDH, gerando renda e emprego de forma sustentável.

14.17 COMPANHIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO PARANÁ (CELEPAR)

A CELEPAR é uma empresa com a finalidade de identificar, desenvolver, implantar e operar soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação como instrumento de aprimoramento do desempenho e inovação da Administração Pública, melhorando os resultados do governo em termos de operação e gestão, com a consequente melhoria dos serviços ao cidadão.

14.17.1 Principais Realizações

14.17.1.1 Governo Digital

- ▶ Paraná Inteligência Artificial (PIÁ) - solução de inteligência artificial para oferta de serviços à população paranaense. São mais de 390 serviços públicos reunidos de forma simples e intuitiva e já disponíveis aos cidadãos.
- ▶ Novos Portais - com a implantação do PIÁ, a CELEPAR já transformou 40 sites dos diversos órgãos do Governo do Paraná em portais, com o propósito de oferecer serviços à sociedade de forma desburocratizada e simplificada, para promover a participação democrática e o exercício da cidadania interativa. Na construção dos portais, observam-se os padrões de interoperabilidade, usabilidade, acessibilidade e as boas práticas mundiais na internet. Além disso, busca-se facilitar o reconhecimento das páginas oficiais, utilizando paleta de cores que valoriza a identidade de cada instituição. Tudo isso focado nas necessidades do cidadão em seu relacionamento com as instâncias governamentais.

14.17.1.2 Soluções Para Educação

- ▶ Matrículas *On-line*: desenvolvido pela CELEPAR, o sistema Matrícula *On-line* possui um conjunto de funcionalidades que tem por objetivo permitir que os pais ou responsáveis pelo aluno possam escolher a sua escola de interesse e efetivar a matrícula ou a rematrícula de estudantes no Ensino Fundamental II e no Ensino Médio nas escolas públicas do Estado pela internet, sem a necessidade de ir até a escola.
- ▶ APP Escola Paraná Professor - o sistema Registro de Classe *On-Line* (RCO) e rotina Presente na Escola foi desenvolvido pela CELEPAR em parceria com a Secretaria de Educação e do Esporte, para registro do que acontece em sala de aula: frequência, conteúdos ministrados e avaliações. Os

professores e equipe pedagógica mantêm essas informações via *site* ou aplicativo Escola Paraná Professores. A CELEPAR ainda contribui com toda a infraestrutura necessária para que as escolas tenham acesso às informações em tempo real.

- ▶ Presente na Escola - é uma rotina do Registro de Classe *On-Line* para monitoramento da frequência dos estudantes por Escola, Núcleo Regional de Educação e Secretaria de Estado da Educação e do Esporte, por meio de relatórios gerenciais diários, mensais e semanais para os respectivos gestores. A rotina roda diariamente durante a madrugada, processando cerca de 4 milhões de dados relevantes sobre frequências registradas no dia anterior, para que os gestores já iniciem o dia com um e-mail contendo o resumo da situação dos estudantes.
- ▶ c) Escola Paraná - solução para que pais de crianças e adolescentes possam acompanhar o desempenho dos filhos pelo *smartphone*.

14.17.1.3 Soluções para Saúde

- ▶ Sistema SAMU: solução para controle das ocorrências de atendimento de urgências e emergências do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), distribuídos nos 399 municípios do Estado. Estão entre as principais funções do sistema: Controle da solicitação de atendimento, Triagem médica, Atendimento móvel das ocorrências via 192 e Controle/Despacho de frota do SAMU.
- ▶ Sistema de Assistência à Saúde (SAS) - novo sistema para a gestão do atendimento à saúde dos servidores, dependentes e aposentados.
- ▶ Sistema de Regulação de Leitos - sistema para atendimento a todo o processo de solicitação/agendamento/gestão de leitos, cirurgias eletivas, consultas e exames, além do processo de avaliação, monitoramento e faturamento da Regulação de Leitos do Estado do Paraná.
- ▶ Componente de Medicamento de Dispensação Excepcional (CMDE) - Sistema de Medicamento Excepcional - novo módulo de Avaliação Técnica que tem como objetivo melhorar a parametrização dos resultados de Exames e a adoção de novos critérios e formatos baseados em definições/instruções do Ministério da Saúde.

14.17.1.4 Soluções para Segurança:

- ▶ APP 190 - Botão do Pânico - inclusão de funcionalidade com características de Botão do Pânico, para acionamento via aplicativo da Polícia Militar por mulheres em situação de risco e que possuem Medida Protetiva expedida.
- ▶ Inquérito Digital Paraná - solução de automação da geração de documentos digitais (e mídias) do Inquérito Policial pelas unidades da Secretaria de Estado da Segurança Pública (SESP) e de todo o controle do fluxo de documentos entre o Executivo, Judiciário e Ministério Público. Abrange desde o recebimento e registro da notícia-crime (BO) pelas Polícias Civil e Militar, passando pela

informatização do Termo Circunstanciado de Infração Penal (TCIP), Flagrante e Inquérito, até a integração com os sistemas do TJPR/MPPR. Por meio da integração, é possível visualizar e controlar todo o caminho da apuração criminal, do atendimento inicial feito pela Polícia Militar à sentença proferida pelo Poder Judiciário, auxiliando na tomada de decisão qualificada para a aplicação da lei criminal de forma ágil e eficaz, e ainda contribuindo para a eliminação o uso de papel.

- ▶ e-Civil - Novo formato do RG-Paraná - adaptações no sistema realizadas para atender ao Decreto nº 9.278/2018, que definiu um novo formato/*layout* para as carteiras de identidade.
- ▶ PREVFOGO - Lei nº 19.449/18 - adequação do sistema PREVFOGO (sistema de Vistoria do Corpo de Bombeiros) para atender à Lei nº 19.449, de 05 de abril de 2018. A lei entrou em vigor em janeiro de 2019 e estabeleceu o poder de polícia para o Corpo de Bombeiros na execução das atividades de fiscalização, análise de projetos e vistoria anual de segurança e prevenção contra incêndio, pânico e explosão.

14.17.1.5 Soluções para Trânsito

- ▶ Certificado de registro e licenciamento de veículo (CRLV) Digital - solução para possibilitar que os proprietários de veículos registrados no Estado do Paraná possam ter o CRLV nos seus *smartphones*, em versão digital. Em conjunto com a CNH Digital, compõe o aplicativo Carteira Digital de Trânsito (CDT).
- ▶ Novo site e aplicativo do DETRAN/PR - após a saída da empresa que prestava esses serviços ao Detran, a CELEPAR assumiu o portal, o *App* e as consultas utilizadas pela Central de Atendimento, bem como a solução de *software* dos totens para atendimento ao cidadão. A transição, que ocorreu em tempo recorde, foi gerenciada pelo DETRAN/PR, com o apoio técnico da CELEPAR, sem repercussões negativas na mídia e resultando, também, em uma economia de milhões de reais por ano para o DETRAN/PR.
- ▶ Junta Administrativa de Recursos de Infrações (JARI) 100,0% Digital - processo de votação suportado por *App* em reuniões gerenciadas pela aplicação Gestão Eletrônica de Processos de Recurso (GEPROC).
- ▶ Solução de Agendamento e Atendimento - trata-se de solução baseada em árvore de decisão que, a partir da identificação do usuário, direciona o atendimento para resolução 100,0% digital ou orienta para o agendamento em unidades do DETRAN/PR já habilitadas para este modelo, ou ainda guia o cidadão em relação ao atendimento presencial. Também permite ao DETRAN/PR a obtenção de dados de desempenho do atendimento nas CIRETRANs e UTRs já habilitadas para atendimento agendado.

14.17.1.6 Soluções Diversas

- ▶ *App* Paraná Serviços - solução para aproximação de profissionais autônomos e interessados nos serviços desses profissionais, já utilizada por mais de 10.000 pessoas e que está contribuindo com a criação de oportunidades de trabalho e renda em todo o Estado.
- ▶ Sistema de Trânsito Agropecuário (SISTRAN) - solução desenvolvida em parceria com a ADAPAR, sendo uma das soluções de vital importância para o status do Estado do Paraná como Área Livre de Febre Aftosa sem Vacinação, pois a nova solução garante, por meio da confirmação de saída de cargas em trânsito, que não permaneceram animais dentro do Paraná por mais de 24 horas do seu ingresso declarado em um posto de fiscalização da Defesa Agropecuária.

A implantação do projeto, realizada a partir de setembro, permite uma melhor e mais ampla rastreabilidade e controle sobre o trânsito animal, além de direcionar as ações fiscalizatórias da ADAPAR e possibilita que os policiais da Polícia Rodoviária Estadual registrem ocorrências no sistema, por meio de parceria firmada entre as instituições.

Ainda, a partir das informações de trânsito disponíveis no SISTRAN, existe uma solução de *Business Intelligence (BI)*, que permitirá mapear e monitorar os principais corredores sanitários do Estado para entrada e saída de animais suscetíveis à febre aftosa.

- ▶ Sistema de Gestão Ambiental (SGA) - permite que o usuário, tanto na pessoa física quanto jurídica, solicite a emissão e a dispensa de licenciamento ambiental, entre outros serviços relacionados ao Instituto Ambiental do Paraná (IAP) pela *internet*, sem a necessidade comparecer à sede ou aos Escritórios Regionais do órgão para fazer tal solicitação, proporcionando mais conforto e agilidade nos processos.

Desenvolvido pela CELEPAR em conjunto com o IAP, o sistema facilita e agiliza o cumprimento das exigências do processo de licenciamento ambiental para os empreendimentos das atividades Industriais, agropecuárias, comerciais, serviços, imobiliárias etc, reduzindo em 60,0% o tempo de espera. Além disso, o SGA padroniza as informações e integra diferentes órgãos ambientais, garantindo acesso imediato ao conjunto de dados georreferenciados, leis, normas e padrões ambientais atualizados, que incluem informações do licenciamento, monitoramento e fiscalização ambiental, viabilizando o trabalho dos profissionais.

- ▶ Bilhete de Passagem Eletrônico / BP-e - novo modelo de documento que facilita a rotina fiscal das empresas de transportes rodoviários, ferroviários e aquaviários, padronizando o registro das informações de seus passageiros, com o auxílio de novas tecnologias e da integração dos sistemas. O projeto foi desenvolvido de forma integrada pela CELEPAR em parceria com as Secretarias de Fazenda das Unidades Federadas, Receita Federal do Brasil, representantes das empresas de transporte de passageiros e Agências Reguladoras do segmento de transporte. Com o BP-e, não será mais necessário o uso de papel para emissão de passagens, como ocorre no transporte rodoviário, por exemplo. Desta forma, o projeto oferece vantagens para as empresas, para o fisco

(conjunto de órgãos públicos responsável pela arrecadação de impostos, taxas, etc), para o cidadão e para os contabilistas, pois, além de contribuir com o meio ambiente, proporciona redução nos erros de escrituração, evitando multas; gera informações mais confiáveis; permite maior controle fiscal; reduz os custos em processos e sugere novas oportunidades de negócio.

- ▶ Plataforma Passe Livre - desenvolvida pela CELEPAR em parceria com a Secretaria da Justiça, Família e Trabalho (SEJUF), que agiliza a obtenção do benefício estadual (Lei Estadual nº 18.419, de 07 de janeiro de 2015), que garante a isenção tarifária nos transportes coletivos intermunicipais para pessoas com deficiência e doenças crônicas, de acordo com a legislação prevista.

A implantação do sistema reduz o tempo de entrega da carteira de até seis meses para menos de 40 dias. Além disso, diminui em 90,0% a utilização de papel nas solicitações e facilita o acesso da população ao benefício.

14.17.1.7 CELEPAR Experience (Projetos de Sustentabilidade)

- ▶ Curso de Inclusão Digital por meio de *Smartphones* - participação de 2.535 pessoas idosas.
- ▶ Oficinas de Robótica/*Drones* - 350 participantes entre crianças e adolescentes.
- ▶ Lançamento do Portal Boas Práticas ODS - parceria com o Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado do Paraná (CEDES).

14.17.2 Destaques

- ▶ Prêmio ABEP - o Paraná Inteligência Artificial (PIÁ), sistema que desburocratiza a prestação dos serviços públicos do Estado, simplifica e facilita a vida do cidadão paranaense, recebeu em setembro/2019 o Prêmio Excelência em Governo Eletrônico. A iniciativa reconhece projetos e soluções de governo eletrônico que aprimoram a administração pública e oferecem melhores serviços ao cidadão. O PIÁ tirou o primeiro lugar, entre 89 participantes do prêmio, que é entregue anualmente desde 2002 pela Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Tecnologia da Informação e Comunicação (ABEP) e pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.
- ▶ Paraná *Day* em Nova Iorque - a CELEPAR participou da apresentação do Estado do Paraná no PR Day, apresentando as oportunidades ligadas à Copel, Copel Telecom, Compagás, Portos de Paranaguá e Antonina, Concessões de Rodovias, Ferrovias etc.
- ▶ Missão Vale do Silício: a CELEPAR estruturou e coordenou parte da agenda da missão realizada pelo governador Ratinho Junior ao ecossistema de inovação do Vale do Silício.
- ▶ *ThinkinG* - Fórum Internacional de Governos Inteligentes - a CELEPAR organizou o evento internacional realizado em Foz do Iguaçu, quando se apresentaram especialistas de vários lugares do mundo (Estônia, Reino Unido, Índia, Israel, Estados Unidos), compartilhando experiências sobre como promover transformação digital no âmbito do Governo. Foi realizada também uma grande

oficina de *sprint* e *design thinking*, com mais de 200 servidores do Estado, para pensar em soluções para problemas hoje existentes. Essas ideias foram compiladas e servirão de base para novos *sprints*, visando a sua adoção/implementação.

- ▶ Selo ODS com o Projeto ODS & Arte - a CELEPAR foi finalista do prêmio do Serviço Social da Indústria para alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 2019 (SESI ODS) na categoria Poder Público Estadual. A cerimônia de premiação ocorreu em 05 de setembro de 2019, durante o Congresso SESI ODS, no auditório da Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP). A Companhia participou com o projeto ODS & Arte, que une arte e desenvolvimento sustentável por meio de uma galeria digital ao contemplar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) nas mais diversas formas de manifestação artística: visuais, plásticas, dança, música, teatro, moda e artesanato.

14.17.3 Perspectivas

- ▶ Desenvolvimento de soluções de grande impacto para a gestão pública - o programa visa a melhoria do desempenho de gestão e de prestação de serviços de áreas finalísticas do Governo do Estado do Paraná, introduzindo facilidades alavancadas pelo uso da tecnologia da informação e comunicação, contando com a aplicação dos recursos humanos da CELEPAR, especializados no desenvolvimento de soluções para as várias áreas de governo. O programa está desdobrado em um conjunto de projetos para o desenvolvimento de novas funcionalidades - expandindo os sistemas existentes e/ou gerando novos sistemas - para toda a administração pública estadual.
- ▶ Fortalecimento e ampliação da utilização de sistemas corporativos no Estado - visa a melhoria do desempenho de gestão do Governo do Estado do Paraná, atuando por meio de sistemas de informações corporativos e de impacto em várias organizações públicas governamentais.
- ▶ Evolução do Governo Digital - programa que visa a melhoria da qualidade da prestação de serviços públicos do governo do Estado do Paraná, por meio de uma arquitetura de serviços digitais que estabelece novos e inovadores mecanismos de prestação de serviços e de interação entre o governo e os cidadãos. Para 2020, planeja-se a ampliação da oferta de serviços públicos do governo estadual no Paraná Inteligência Artificial (PIÁ) e, dentro das possibilidades, de municípios, do governo federal e de outros poderes, consolidando-se como a plataforma de serviços públicos para o cidadão paranaense.

14.18 AGÊNCIA DE FOMENTO PARANÁ (FOMENTO PARANÁ)

A Fomento Paraná é uma instituição financeira de desenvolvimento do Governo do Paraná, que foi criada em 1999 para facilitar e ampliar o acesso ao crédito de modo a promover a geração de emprego renda no Estado. Para isso, oferece linhas de crédito para financiar empreendimentos de

micro, pequeno e médio porte, em projetos de implantação, modernização, ampliação de atividades comerciais, industriais e de serviços.

Opera por meio de uma rede de agentes de crédito e correspondentes autorizados, em parceria com prefeituras, associações comerciais, federações do comércio e da indústria e sindicatos a elas vinculados. Os agentes de crédito e correspondentes são responsáveis por fazer a interface com empreendedores para orientar, recepcionar e encaminhar as propostas de financiamento via sistema informatizado. Por meio desse modelo, a instituição contratou R\$ 99,0 milhões em financiamentos para empreendedores privados em 2019 e mantém um saldo de carteira de R\$ 300,0 milhões circulando na economia paranaense.

14.18.1 Principais Realizações

Em 2019, a Fomento Paraná se reposicionou estrategicamente focando na aproximação e expansão das parcerias, modernização de plataformas e na sustentabilidade da instituição a longo prazo.

Promoveu um realinhamento de ações do Sistema de Financiamento aos Municípios (SFM), em parceria com a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e de Obras Públicas (SEDU) e o PARANACIDADE, para melhorias em processos e condições na oferta de financiamento aos municípios.

Atendendo a uma determinação do governador, a Diretoria da Fomento deu início a uma série de movimentações para percorrer os municípios paranaenses - 106 municípios foram visitados. Os encontros com prefeitos, vereadores e representantes de associações comerciais serviram para apresentar a instituição e o Sistema Paranaense de Fomento, com as respectivas linhas de financiamento. Visam também formalizar novas parcerias para credenciar agentes de crédito e correspondentes, ampliando as oportunidades de acesso ao crédito para os empreendedores, além de levar as novidades do governo.

A Fomento Paraná passou a ofertar a nova linha Crédito Pequenas Empresas, lançada pelo BNDES, com financiamentos de até R\$ 500,0 mil, destinada à concessão de empréstimos para micro e pequenas empresas para contribuir com a manutenção e com a geração de empregos.

Também passou a ofertar a linha de crédito e fez a primeira operação de crédito no país para caminhoneiros, com recursos do BNDES, destinada a financiar transportadores autônomos de carga para manutenção e conservação de caminhões para prestação de serviços de frete. O crédito é de até R\$ 30,0 mil por CPF.

A Fomento Paraná também readequou e reduziu as taxas de juros aplicadas nas Operações do Setor Privado, especialmente no Microcrédito, e nas Operações do Setor Público. No Setor Público também foi alterado o critério de definição das taxas, permitindo que municípios com IPDM baixo ou

médio baixo (menor do que 0,6) possam ser beneficiados com juros ainda mais acessíveis, e foram inseridos novos itens de financiamento, como projetos de engenharia e de eficiência energética.

Em parceria com a CELEPAR, a Fomento Paraná colocou em operação um novo portal institucional. Com visual moderno e responsivo, o novo site foi concebido em uma plataforma inovadora para atender às necessidades do Estado, que contempla todo o arcabouço legal atual, como a transparência, acessibilidade e facilidade de uso para as pessoas e também integra os serviços públicos disponíveis no Governo Digital.

A Secretaria da Justiça, Trabalho e Direitos Humanos (SEJUF) e a Fomento Paraná firmaram uma parceria para que usuários do aplicativo móvel Paraná Serviços, lançado pela SEJUF, tenham acesso a informações sobre linhas de financiamento para compra de máquinas, equipamentos e insumos para melhorar ou ampliar os negócios na prestação de serviços.

Firmou convênios com a Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP), Federação do Comércio, Bens, Serviços e Turismo do Paraná (FECOMERCIO PR) e Federação das Associações Comerciais do Paraná (FACIAP). Pelas novas parcerias, tanto a FIEP quanto sindicatos filiados à FECOMÉRCIO e associações comerciais vinculadas à FACIAP passaram poder a atuar como Correspondentes Fomento Paraná e oferecer créditos de R\$ 20,0 mil a R\$ 1,5 milhão para apoiar micro, pequenas e médias empresas nos setores da indústria e do comércio paranaense.

De janeiro a dezembro, A Fomento Paraná firmou 5.646 contratos totalizando R\$ 98,9 milhões destinados a financiar micro e pequenas empresas e empreendedores informais em todas as regiões do Estado: a) 4399 microempresas - R\$ 63,1 milhões; b) 121 pequenas empresas - R\$ 16,2 milhões.

Foi lançado o programa Banco da Mulher Paranaense, com linhas de crédito de R\$ 1,0 mil até R\$ 500,0 mil e taxas de juros reduzidas, para estimular o empreendedorismo feminino no Estado e promover a geração de emprego e renda. Foram contratadas apenas nesse programa, até 31 de dezembro, 928 operações de crédito, que totalizaram R\$ 10,9 milhões destinados a apoiar empreendimentos mantidos por mulheres.

Em parceria com as Sociedades Garantidoras de Crédito (SGC), a Fomento Paraná criou a Linha Fomento Fácil, com financiamentos de até R\$ 100,0 mil e garantia oferecida pelas SGC, para acelerar o fluxo de financiamentos nessa faixa de valores.

Para colocar em operação o Banco da Mulher Paranaense e a nova linha Fomento Fácil, foram trabalhados textos de novos decretos e de alterações em leis estaduais, como a Lei Estadual nº 16.357/2009 (que instituiu o Fundo de Equalização do Microcrédito); a Lei Estadual nº 19.934/2019 (que autoriza a concessão de subvenção econômica, com recursos do FDE, pela Fomento Paraná); e a Lei Complementar nº 163/ 2013, que institui no Estado do Paraná o tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e às empresas de pequeno porte.

A Fomento Paraná aplicou R\$ 386,6 milhões em operações de crédito para o setor público e o setor privado, até 31 de dezembro. Do total aplicado no período, R\$ 287,7 milhões foram aplicados em Operações do Setor Público, para obras de infraestrutura e bens públicos para os municípios. Do valor destinado ao setor privado, R\$ 62,1 milhões são relativos a 5.361 operações de microcrédito contratados em municípios de todas as regiões do Estado.

Foi editado novo decreto que restabelece a atuação do Sistema Paranaense de Fomento (SPF), composto em conjunto e para atuação organizada e complementar com o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) e a Agência Paranaense de Desenvolvimento (APD).

A Fomento Paraná e o SEBRAE promoveram mais um Encontro Estadual de Agentes de Crédito e Desenvolvimento, envolvendo também os Correspondentes de Crédito e o BRDE, como integrante do SPF. Durante o encontro foi entregue o Prêmio Fomento Paraná e SEBRAE/PR de Microcrédito 2019, que teve o município de Francisco Beltrão como campeão geral.

Apoiou ou patrocinou 72 eventos promovidos por parceiros como prefeituras, Secretarias de Estado e empresas públicas, federações e associações comerciais e empresariais, entre outras entidades, visando ampliar as parcerias e divulgar e fortalecer a marca da instituição perante diferentes públicos de interesse do negócio crédito e empreendedores em geral.

Prospectou mais de 2.750 empresas de janeiro a dezembro de 2019 e participou de mais de 90 eventos para divulgação da marca e das linhas de crédito da instituição.

Realizou 6 encontros regionais com agentes de crédito e correspondentes, 6 cursos de capacitação para novos agentes e correspondentes e está presente em 210 municípios com agentes ou correspondentes, com um total de 250 postos de atendimento.

14.18.2 Destaques

- ▶ Lançamento do programa Banco da Mulher Paranaense, com linhas de crédito com juros reduzidos para mulheres empreendedoras, em valores de R\$ 1,0 mil a R\$ 500,0 mil. Em pouco mais de três meses foram realizadas 928 operações, que totalizaram R\$ 10,9 milhões em financiamentos para empreendimentos pertencentes a mulheres.
- ▶ Visitas a 106 municípios para ampliar as parcerias e a concessão de crédito.
- ▶ A Fomento Paraná contratou R\$ 386,6 milhões em operações de crédito em 2019, sendo R\$ 287,7 milhões para Operações do Setor Público, financiando obras de infraestrutura e bens públicos para municípios paranaenses.
- ▶ Redução de taxas de juros públicas e privadas.
- ▶ Lançamento das novas linhas Crédito Caminhoneiro e Empréstimo Micro e Pequenas Empresas, ambas do BNDES.

- ▶ Lançamento da nova linha Fomento Fácil.
- ▶ Foram contratados R\$ 62,1 milhões em 5.361 operações de microcrédito (até R\$ 10,0 mil para pessoas físicas e até R\$ 20,0 mil para pessoa jurídica), o que elevou para R\$ 101,0 milhões o saldo da carteira de microcrédito da instituição (recursos circulando na economia).

14.18.3 Perspectivas

- ▶ Consolidar a atuação como instituição financeira de desenvolvimento.
- ▶ Ampliar o número de parcerias com prefeituras (até 300), associações comerciais e empresariais.
- ▶ Sindicatos e outras entidades para aumentar a presença nos municípios paranaenses.
- ▶ Aumentar a participação no mercado de crédito para Micro e Pequenas Empresas.
- ▶ Investir em tecnologia e processos de inovação para tratar e aprovar mais rapidamente as operações de crédito.
- ▶ Consolidar a linha Banco da Mulher Paranaense.
- ▶ Implantar o Banco do Agricultor.
- ▶ Concluir a estruturação e colocar em funcionamento novos fundos destinados a apoiar as micro e pequenas empresas paranaenses: de Aval Garantidor (FAG), de Capital de Risco (FCR) e de Inovação (FIME).
- ▶ Instalar e lançar o espaço de aceleração para *startups* em parceria com BRDE, Invest Paraná, CELEPAR e SEBRAE.
- ▶ Colocar em operação o Fundo Geral do Turismo (FUNGETUR) para financiar empreendimentos, obras e serviços considerados de interesse para o desenvolvimento do turismo nacional.
- ▶ Lançar o programa Paraná Recupera, destinado a ofertar imediatamente recursos para apoiar empreendedores e municípios afetados por intempéries climáticas.
- ▶ A Fomento Paraná trabalha na busca de novas fontes para captação de recursos para financiar empreendedores paranaenses.
- ▶ A Fomento Paraná estuda uma nova redução nas taxas de juros para micro e pequenas empresas.
- ▶ A Fomento Paraná prepara uma reforma administrativa visando a racionalização de custos e uma melhor ocupação dos cargos dos colaboradores visando aumentar a eficiência e assegurar a sustentabilidade da instituição a longo prazo.

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

15 SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA (SESP)

A Secretaria de Estado da Segurança Pública (SESP), órgão auxiliar do Governador, nos termos do artigo 25, da Lei nº 19.848, de 03 de maio de 2019, compete: a promoção das medidas necessárias à realização da manutenção e preservação da ordem e da segurança pública; a apuração e repressão dos crimes, em especial os praticados contra a pessoa, o patrimônio e a administração pública; a realização de perícias; a custódia de presos; a defesa das garantias individuais pessoais e da propriedade pública e particular, mediante a atuação de suas instituições policiais subordinadas, articuladas com o Governo Federal e demais estados da federação; a realização e fomento de campanhas educacionais e de orientação à comunidade; as atividades de prevenção, combate a incêndio, busca, salvamento, resgate e socorros de urgências; a internalização da filosofia do respeito e do bem servir ao público, como setor responsável pela prestação de serviços em nível de indivíduo e de comunidade; a coordenação da aplicação da legislação de trânsito, exercendo o seu controle e fiscalização nos centros urbanos e nas rodovias estaduais; a adoção da filosofia do policiamento comunitário, focado à resolução de conflitos; e a coordenação da produção de conhecimento sobre a atividade de segurança pública no âmbito estadual.

15.1 PRINCIPAIS REALIZAÇÕES E DESTAQUES

15.1.1 Gestão Penitenciária

Foi consolidado o processo de transferência para a gestão plena do Departamento Penitenciário (DEPEN) de 37 carceragens da Polícia Civil, o que equivale a mais de 5,5 mil presos, que antes ficavam na custódia de policiais civis. O número de presos em delegacias no dia 1º de abril era da ordem de 11,7 mil e em 1º de outubro de 6,2 mil, ou seja, reduziu-se em praticamente 50,0% o número de presos em delegacias, sob gestão da Polícia Civil.

As delegacias serão ambientes modernos e adequados para o atendimento ao cidadão e um local para permanência do preso somente até a audiência de custódia.

Contudo, é preciso gestão e comprometimento para a geração de pelo menos mais 10 mil vagas no sistema prisional.

Na geração de vagas foram adotadas medidas com a construção e ampliação dos seguintes estabelecimentos penais:

- ▶ Construção da Cadeia Pública de Campo Mourão, em fase final de execução.

- ▶ Ampliação da Penitenciária de Piraquara II e da Penitenciária de Foz do Iguaçu, em fase final de execução.
- ▶ Finalização dos projetos de construção da Cadeia Pública de Jovens e Adultos em Piraquara e do Centro de Integração Social de Campo Mourão para regime semiaberto.
- ▶ Finalização dos projetos de ampliação da Penitenciária Industrial de Cascavel, da Casa de Custódia de Piraquara e Ampliação da Penitenciária Estadual de Piraquara I.
- ▶ Iniciadas as obras de construção das Cadeias Públicas de Ponta Grossa, Foz do Iguaçu, Guaíra e Londrina.
- ▶ Conclusão da construção do Centro de Integração Social de Piraquara, inicialmente destinado para o regime semiaberto feminino e, em função da demanda, será transformado em Unidade de Progressão Feminina para o regime fechado.
- ▶ Apresentação de proposta para construção das Cadeias Públicas de Umuarama e Laranjeiras do Sul, com reprogramação de recursos oriundos do Governo Federal.

Além dos presos no regime fechado, existem hoje no Estado mais de 7 mil presos monitorados por tornozeleiras eletrônicas, no regime semiaberto e semiaberto harmonizado.

Outras realizações que merecem destaque no âmbito do Departamento Penitenciário:

- ▶ Instalação, por meio de locação, de 25 *body scanners* dispensando as revistas íntimas em mulheres visitantes nas entradas dos complexos penitenciários.
- ▶ A Escola de Formação e Aperfeiçoamento Penitenciário capacitou mais de 4 mil servidores penitenciários, com a oferta de cursos na modalidade presencial e EAD. Os cursos foram nas áreas administrativa, formação de Brigadistas de Incêndio, Justiça Restaurativa, Habilitação em Pistola .40 (arma institucional), Fuzil e Espingarda e cursos operacionais de segurança externa, intervenção prisional e operação com cães. Na cerimônia de encerramento do ano letivo será assinado Convênio para vagas no Ensino Superior, com a oferta de bolsas de Graduação e Especialização com a Universidade Positivo, com o lançamento do Observatório de Execução Penal e Direitos Humanos com a UNINTER, que trará um tratamento científico aos problemas crônicos do sistema penitenciário.
- ▶ Retomada de gestão de vagas para o DEPEN extinguindo o Conselho de Transferência de Presos (COTRANSP).
- ▶ Compartilhamento de informação de monitoramento, aumentando a fiscalização com a Polícia Militar, Polícia Civil e Guardas Municipais.
- ▶ Criação e formação das Brigadas de Incêndio.
- ▶ Expansão da Seção de Operações Especiais (SOE) nas Regionais de Foz do Iguaçu e Francisco Beltrão.

- ▶ Criação do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI) em todos os Estados.
- ▶ Mecanização das Unidades.
- ▶ Implantação da fábrica de automação.

15.1.2 Polícia Civil

Principais realizações da Polícia Civil do Estado do Paraná, no cumprimento de suas atribuições:

- ▶ Retirada de veículos apreendidos/sucatas da frente das delegacias e de seus pátios, especificamente: Delegacia de Furtos e Roubos de Veículos da Capital, Central de Flagrantes de Curitiba; terreno do antigo departamento (rua Barão do Rio Branco), 1ªSDP de Paranaguá, 15ªSDP de Cascavel, Rio Branco do Sul e Delegacia de Polícia de Palotina.
- ▶ Decreto nº 3045/2019 para destinação de bens oriundos de ilícitos penais relacionados ao crime de lavagem de capital.
- ▶ Implantação do Inquérito Digital Procedimento de Polícia Judiciária Eletrônico (PPJ-e) em 100,0% das Delegacias de Polícia do Paraná.
- ▶ Realização de mutirão, em parceria com o Tribunal de Justiça e com Ministério Público do Paraná, para a digitalização de todos os inquéritos policiais e integração dos sistemas PPJ-e e PROJUDI.
- ▶ Realização de mutirão, coordenado pela Corregedoria Geral da Polícia Civil (CGPC), para conclusão de 156 Processos Administrativos Disciplinares (PADs).
- ▶ Realização de diagnóstico da situação da Polícia Civil do Paraná, com a participação de todos os policiais civis do Estado.
- ▶ Elaboração e publicação do Planejamento Estratégico 2019-2023 da Polícia Civil do Paraná, sendo o primeiro da história da instituição, estabelecendo objetivos e planos de ação.
- ▶ Implantação do Sistema de Gestão e Controle de Operações de Repressão Qualificada, desenvolvido pela Agência de Inteligência.
- ▶ Autorização para realização de concurso público para 300 vagas de Investigador de Polícia, 50 vagas de Delegado de Polícia e 50 vagas de Papiloscopista.
- ▶ Realização de investigação de conduta dos candidatos ao cargo de juiz do concurso público em andamento do Tribunal de Justiça do Paraná.
- ▶ Operações Itinerantes de prevenção à violência contra a mulher e combate ao feminicídio.
- ▶ Parceria com a Defensoria Pública do Paraná para atendimento de mulheres vítimas de violência (projeto piloto em Guaratuba).
- ▶ Parceria com a OAB/PR para orientação jurídica a mulheres vítimas de violência (projeto piloto em Londrina).
- ▶ Participação da PCPR nos eventos Paraná Cidadão - Paraná em Ação.

- ▶ Participação da PCPR no Projeto *Fusion Center* de Foz do Iguaçu (MJ).
- ▶ Implantação de calendário ordinário de correições nas Unidades Policiais.
- ▶ Implantação da Central de Flagrantes por Videoconferência da Região Metropolitana de Curitiba e das Centrais Regionais de Flagrante por Videoconferência no interior do Estado: 1ª SDP Paranaguá, 2ª SDP Laranjeiras do Sul, 5ª SDP Pato Branco, 6ª SDP Foz do Iguaçu, 8ª SDP Paranavaí, 10ª SDP Londrina, 12ª SDP Jacarezinho, 13ª SDP Ponta Grossa, 14ª SDP Guarapuava, 15ª SDP Cascavel e 19ª SDP Francisco Beltrão.
- ▶ Ampliação da Força Tarefa de Inquéritos Policiais, em conjunto com o Ministério Público do Paraná.
- ▶ Implantação das centrais regionais de arrecadação de bens apreendidos em Cascavel e Maringá para melhor logística nos deslocamentos do interior para a capital, quando houver necessidade de perícia.
- ▶ Reestruturação e fortalecimento do Núcleo Auxiliar de Controle Interno, sistema de *compliance* da PCPR.
- ▶ Criação do Arquivo Central da PCPR (controle e gestão documental).
- ▶ Lançamento do Programa Valorização da Vida e Melhoria da Saúde Mental dos Policiais Civis do Paraná, em parceria com a Faculdade de Psicologia da Universidade Positivo.
- ▶ Aquisição de soluções tecnológicas para a atividade de inteligência e implantação de solução tecnológica para coleta e autenticação de provas em meio digital.
- ▶ Implantação de sistema para controle e alerta de prazo de validade de coletes balísticos da PCPR e substituição de todos os coletes balísticos vencidos.
- ▶ Aquisição/recebimento de 31 viaturas policiais novas, modelo Trailblazer 4x4.
- ▶ Inauguração de uma Base de Operações com Cães, em Pato Branco, para atender as regiões Oeste e Sudoeste do Estado.
- ▶ Realização do exame de higidez/aptidão física, de investigação de conduta e de análise de recursos do concurso para o cargo de Escrivão da Polícia Civil do Paraná.
- ▶ Participação no Dia do Desafio, uma campanha promovida pelo Serviço Social do Comércio (SESC), para incentivar os policiais a praticarem exercícios físicos.
- ▶ Realização, em parceria com o Ministério da Justiça e Segurança Pública, da 5ª edição do Programa de Fortalecimento das Polícias Judiciárias, em Curitiba.
- ▶ Elaboração de projeto para, em três anos, renovar/modernizar a frota de viaturas descaracterizadas da PCPR (Programa de Renovação Permanente da Frota).
- ▶ Aprovação de projeto e celebração de convênio com a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD) para reaparelhamento da Divisão Estadual de Narcóticos (DENARC) e para a aquisição de 52 viaturas descaracterizadas para o enfrentamento do tráfico de drogas.
- ▶ Lançamento de Edital de Licitação para aquisição de kits de atendimento pré-hospitalar tático.

- ▶ Lançamento de Edital de Licitação para aquisição de Simulador Itinerante de Treinamento de Tiro.
- ▶ Lançamento de Edital para aquisição de Simulador de Tiro para a Escola Superior de Polícia Civil.
- ▶ Elaboração de projeto para aquisição de uniforme padronizado da PCPR para todos os policiais civis, para possibilitar a identidade visual.
- ▶ Elaboração de projeto para aquisição de insígnias operacionais para todos os policiais civis do Paraná.
- ▶ Implantação de mensagem de texto pós-atendimento ao cidadão que registrou um boletim de ocorrência nas delegacias de polícia do Estado.
- ▶ Elaboração de pesquisa de satisfação para o cidadão que foi atendido em unidades da PCPR.
- ▶ Distribuição do Mapa Estratégico Institucional da Polícia Civil do Paraná 2019-2023, para Subdivisões, Departamentos e Corregedoria Geral da Polícia Civil.
- ▶ Elaboração de projeto para a estruturação da Divisão de Combate a Corrupção (DCCO) e de seus cinco Núcleos.
- ▶ Definição e estabelecimento de novo fluxo de tramitação e controle do fundo rotativo das Delegacias de Polícia Civil.
- ▶ Instituição de comissões e início dos trabalhos para elaboração da Lei Orgânica da PCPR e para reforma e modernização da Estrutura Orgânica.
- ▶ Instituição de Comissão para elaboração de Plano de Carreira, com base em critérios de avaliação de desempenho.
- ▶ Instituição de Comissão para a criação do Processo de Remoção (movimentação do servidor entre unidades de mesma tipologia) e reformulação do Sistema de Promoção (movimentação funcional vertical na carreira).
- ▶ Elaboração de processo de seleção de professores e instrutores para a Escola Superior da PCPR.
- ▶ Modernização dos Cursos de Formação Técnico-Profissional para Delegados, Investigadores, Escrivães e Peritos Policiais Papiloscopistas.
- ▶ Realização, entre janeiro e setembro, de 172 Operações de Repressão Qualificada (ORQ), representando um aumento de 235,0% em comparação ao mesmo período do ano anterior e de 1.321 prisões no mesmo período, representando um aumento de 274,0%. Uma das operações ORQ denominada Operação Rolex, deflagrada pela Delegacia de Furtos e Roubos de Curitiba, desmantelou quadrilha de São Paulo que se passava por *motoboys* entregadores de comida, via aplicativo, para efetuar roubos de relógios de luxo.
- ▶ Polícia Civil do Brasil com maior número de prisões efetuadas na Operação PC27, realizada nacionalmente e de forma integrada com as polícias civis das outras unidades da federação.
- ▶ Realização de convênio com a Polícia Civil do Estado de São Paulo para integrar e agilizar as perícias de impressões digitais (Sistema LEAD).

- ▶ Emissão de 728.359 novas carteiras de identidade e de 122.833 segundas vias, na modalidade via rápida/*Internet*, entre janeiro e outubro, representando o recorde da instituição.
- ▶ Informatização dos Postos de Identificação da Região Metropolitana de Curitiba (RMC) e litoral.
- ▶ Início do projeto RG itinerante em escolas da região metropolitana de Curitiba.
- ▶ Instalação de novos postos do Instituto de Identificação, na Rua da Cidadania, do bairro Tatuquara, em Curitiba, na Rua da Cidadania do bairro Pinheirinho, em Curitiba, no interior do Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR) e na Agência do Trabalhador de Cornélio Procópio.
- ▶ Conclusão das obras e aquisição de móveis para a Delegacia Cidadã, padrão III, de Paranaguá, com inauguração prevista para o lançamento da Operação Verão 2019/2020.
- ▶ Reparos e revitalização do prédio da 12ª SDP de Jacarezinho.
- ▶ Inauguração da nova sede da Delegacia da Mulher de Pato Branco.
- ▶ Inauguração da nova sede do Núcleo de Combate aos Cibercrimes (NUCIBER), em Curitiba.
- ▶ Mudança e início das atividades da Delegacia da Mulher de Curitiba, na Casa da Mulher Brasileira.
- ▶ Inauguração da nova sede da Delegacia da Mulher e da Divisão de Combate à Corrupção em Londrina.
- ▶ Criação do Setor Especializado de Atendimento à Mulher, na Subdivisão Policial de Londrina.
- ▶ Criação da Delegacia da Mulher em Arapongas.
- ▶ Nova sede da Delegacia de Proteção ao Meio Ambiente em Curitiba.
- ▶ Conclusão da academia de *Crossfit* e treinamento funcional da Escola Superior da Polícia Civil (ESPC).
- ▶ Inauguração da academia de musculação para atender exclusivamente policiais civis da região de Campo Mourão.
- ▶ Realização, pela Escola Superior de Polícia Civil do Paraná (ESPC), entre janeiro e setembro, de 121 cursos e capacitação, com a participação de 3.371 policiais-alunos.
- ▶ Realização de três edições do Curso de Orientação para a Imprensa em Áreas de Conflito Armado.
- ▶ Realização do 1º Curso do Brasil de Pós-Graduação em Atendimento Pré-Hospitalar (APH) em Combate Policial.
- ▶ Realização do 1º Curso do Brasil de Pós-Graduação em Operações Aéreas.
- ▶ Treinamento periódico do efetivo policial civil em Atendimento Pré-Hospitalar (APH) em Combate Policial.
- ▶ Economia da ordem de R\$ 3,3 milhões com contratos de locação de imóveis e renegociação de contratos terceirizados de alimentação de detentos.

15.1.3 Polícia Militar e Corpo de Bombeiros

A Polícia Militar do Paraná e o Corpo de Bombeiros do Paraná, no cumprimento de suas missões institucionais, realizaram as seguintes atividades:

- ▶ Abertura da contratação de 2.400 vagas de soldados da Polícia Militar do Paraná e do Corpo de Bombeiros do Paraná.
- ▶ Nomeação para a formação de 35 alunos Oficiais na Academia Policial Militar do Guatupê.
- ▶ Treinamento Operacional e Administrativo para efetivo da Polícia Militar do Paraná.
- ▶ Ampliação da Saúde preventiva da Polícia Militar Paraná.
- ▶ Ampliação dos Colégios da Polícia Militar do Paraná no interior do Estado.
- ▶ Início do Projeto Falcão pelo Batalhão de Polícia Militar de Operações Aéreas, que tem previsão de adquirir aeronaves para atender todo Estado, com Operações Policiais.
- ▶ Obras e projetos concluídos - reforma da Consultoria Jurídica do Quartel do Comando Geral, reforma elétrica do Corpo de Bombeiros do Portão, reforma do Posto de Bombeiros Cabo Bonatto, Reforma Elétrica da Academia Policial Militar do Guatupê (APMG), reforma do Telhado RONE, reparos no Regimento de Polícia Montada.
- ▶ Investimentos com equipamentos para a Polícia Militar: 615 Rádios - R\$ 2,8 milhões; Integral Digitalização do Despacho 190 (COPOM) - R\$ 3,4 milhões; 1.363 Coletes - R\$ 1,2 milhões; 321 Viaturas - R\$ 36,3 milhões; e 865 Computadores e Impressoras Multifuncionais - R\$ 2,5 milhões.
- ▶ Investimentos com equipamentos para o Corpo de Bombeiros: entrega de 08 viaturas tipo Auto Bomba Tanque (ABT) - R\$ 4,2 milhões; 10 viaturas tipo Auto Bomba Tanque (ABT) - R\$ 5,3 milhões; 14 viaturas tipo Auto Bomba Tanque e Resgate (ABTR) - R\$ 13,8 milhões; 03 viaturas tipo Auto Plataforma Mecânica (APM), com capacidade para atingir 54 metros, adquiridas por meio da Concorrência Pública Internacional - R\$ 10,4 milhões; 04 viaturas tipo Auto Busca e Salvamento (ABS), com tração 4x4, destinadas ao Grupo de Operações de Socorro Tático (GOST), para Operações com Cães e Operações de Resgate - R\$ 1,2 milhões; 400 Rádios Transceptores - R\$ 1,6 milhões; 13 veículos tipo Sedan - R\$ 561,7 mil; e 800 pares de botas de combate a incêndio - R\$ 599,2 mil.
- ▶ As Unidades da Polícia Militar do Paraná e Bombeiro Militar do Paraná realizaram inúmeras operações de patrulhamento ostensivo com abordagem a pessoas e veículos envolvendo trânsito urbano e rodoviário, *blitz* educativas, palestras, exposições, bem como operações do BOPE, BPAMB e BPFron.
- ▶ Início da Implantação do Programa do Governo do Paraná de Integridade e *Compliance* na Polícia Militar do Paraná - Curitiba.
- ▶ Operações com focos em diferentes tipificações penais, como perturbação do sossego, descaminho e contrabando em regiões transfronteiriças, abuso e exploração de crianças e adolescentes.
- ▶ Implantação do Projeto Escola Segura nos municípios de Foz do Iguaçu, Londrina e Região Metropolitana de Curitiba, com previsão de expansão para o ano de 2020, para a Capital do Estado e Cascavel, Maringá, Ponta Grossa, Pato Branco, Lapa, Paranaguá e Guarapuava.

- ▶ Projeto Olho Vivo, visando acompanhar as inovações tecnológicas por meio de vigilância eletrônica das cidades.
- ▶ Implantação do APP - 190PR, aplicativo de *smartphone*, nas áreas do 1º, 2º e 6º CRPMs, abrangendo 117 municípios, e previsão de expansão para os 399 municípios do Estado.
- ▶ Modernização da página eletrônica do Corpo de Bombeiros na *web*, com reformulação gráfica, proporcionando interface moderna e intuitiva, facilitando o acesso aos serviços administrativos oferecidos à população, tais como solicitação de boletim de ocorrência, pedido de vistoria em estabelecimentos, análise de projeto, consulta estatística, dentre outras.
- ▶ Criação de Campanha para divulgação da Lei nº 19.449/2018, que desburocratiza o processo de abertura de empresas, para que todos os potenciais beneficiários possam usufruir os benefícios da simplificação de processos, mantendo o foco na segurança.
- ▶ A implantação dos Comandos Regionais de Bombeiro (CRBMs) e das Unidades da Corporação que foram elevadas no final do ano passado (Decreto Estadual nº 11.681/2018), demandaram estudos do Estado Maior da Corporação (EM/CCB) para adequação e remanejamento das vagas existentes, uma vez que não foram previstas ampliações no quadro de efetivo do CB.
- ▶ Modernização do sistema PREVFOGO visando a redução do prazo de solução de processos de segurança contra incêndio e pânico (licenciamento de edificações e estabelecimentos): licenciamento simplificado no prazo máximo da compensação bancária do pagamento da taxa de licenciamento e máximo de 15 dias quando é necessária a vistoria prévia, nos casos de alto risco.
- ▶ Liberação de Licenciamento do Corpo de Bombeiro de forma rápida e diretamente pela internet, para edificações que atendam aos requisitos e a renovação só depende do cidadão ou empresário em solicitar pelo novo site do Corpo de Bombeiros Militar. A dinâmica do prazo de solicitação de Licenciamento (para renovações) e Licenciamento Simplificado (para abertura de empresas), por meio do sistema PREVFOGO, ficou tão ágil que os prazos somente estão atrelados a rapidez em que o interessado quite o valor do serviço junto ao Estado do Paraná.
- ▶ Plano Anual de Instrução (PAI) contemplando o treinamento de 100,0% do efetivo quanto à atuação do bombeiro frente aos dispositivos da Lei nº 19.449/2018 e Decreto nº 11.868/2018 - ambos referentes à desburocratização e modernização do serviço de fiscalização do CB, além de treinamento em Combate a Incêndios e Combate a Incêndios Florestais.
- ▶ Execução de curso específico de 135 horas-aula, direcionado a 287 bombeiros militares empregados diretamente em atividades de vistoria do CB. A matriz curricular e o conteúdo do Curso de Capacitação de Vistoriadores, realizado por EaD, com aulas por videoconferência, contemplam a atualização da legislação vigente, dos procedimentos administrativos, das atualizações técnicas e das inovações tecnológicas que o Corpo de Bombeiros Militar trouxe para facilitar os processos de regularização das edificações e estabelecimentos no Estado.

- ▶ Investimento de R\$ 185,0 mil para a realização de 10 cursos, propiciando a formação, especialização e capacitação de aproximadamente 600 bombeiros militares e 120 Guarda-Vidas Civis.

15.1.4 Polícia Científica

A Polícia Científica do Estado do Paraná é o órgão responsável por todas as perícias criminais realizadas no Estado e, mesmo com quadro diminuto, tem sido destaque em muitas áreas da perícia, cabendo ressaltar as principais ações que geraram impacto:

- ▶ O Laboratório de Genética Molecular Forense (DNA) da Polícia Científica do Estado do Paraná faz parte da Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos (RIBPG). Até novembro, foram coletados perfis genéticos de mais de 6.500 presos e estima-se que, até o final do ano, sejam inseridos cerca de 4.400, representando um terço da população carcerária do Estado. Ademais, ao longo do ano, 27 coincidências (*matches*) foram reportadas no Banco de Perfis Genéticos. Graças ao Banco de DNA foi possível identificar a autoria de crime ocorrido há onze anos, que galvanizou interesse público em nível nacional.
- ▶ O Sistema Gestor de Documentos e Laudos (GDL) da Polícia Científica do Paraná alcançou pela primeira vez a marca de 100 mil registros de Requisições de Exames Periciais (REP) no ano.
- ▶ Participação nas perícias e identificação das vítimas de Brumadinho.
- ▶ Nomeação de 96 Peritos Oficiais, sendo 29 médicos, 62 peritos criminais, 2 toxicologistas, 2 químicos legais e 1 odontologista.
- ▶ Investimento de R\$ 37,7 mil na aquisição de equipamentos para modernização das necropsias e de R\$ 290,7 mil na aquisição de equipamentos para reativação do Laboratório de Patologia.

15.1.5 Fortalecimento dos Conselhos Comunitários de Segurança (CONSEG)

Os CONSEGs são entidades de apoio às forças policiais, no âmbito estadual, e representam grupos de pessoas de uma mesma comunidade, que se reúnem para discutir, planejar, analisar, e acompanhar as soluções de seus problemas, os quais refletem na segurança pública local. São meios para estreitar relações entre comunidade e a polícia e fazer com que estas cooperem entre si.

A partir do mês de abril, foram mapeados os CONSEGs existentes no âmbito do Estado do Paraná e retomado o processo de fiscalização e orientação quanto ao regular funcionamento.

Em outubro, 138 CONSEGs já haviam sido mapeados, 80 novos processos eleitorais foram abertos em diferentes regiões do Estado, resultando na emissão de 45 novas cartas constitutivas, das quais 28 foram entregues pessoalmente pelo coordenador estadual em solenidades de posse de Diretorias Executivas.

No intuito de ampliar a participação dos CONSEGs nas discussões e soluções em torno da segurança, além de dar maior transparência às demandas apresentadas, foram promovidas ações individuais e em parceria com outras instituições na orientação, assessoramento e treinamento dos seus membros, com a realização e divulgação dos seguintes eventos:

- ▶ 1º Seminário Regional para Membros do CONSEG - realizado para a discussão de temas relacionados ao cotidiano dos Conselhos.
- ▶ 2º Seminário Regional para Membros do CONSEG - realizado com a finalidade de estimular o espírito cívico comunitário, a atualização, integração e o intercâmbio de conhecimentos entre membros de Conselhos Comunitários de Segurança.
- ▶ Análise situacional de bairros de Curitiba -a CECONSEG apoiou as ações da Academia Policial Militar do Guatupê, servindo de interlocução entre os Cadetes da Escola de Formação de Oficiais e os Presidentes dos CONSEGs de Curitiba, a fim de envolver as comunidades no desenvolvimento de trabalho acadêmico junto à disciplina de Prática de Polícia Comunitária.
- ▶ 1º Curso de Capacitação para Conselheiros Comunitários de Segurança Pública - Batalhão de Polícia de Guarda (BPGd), Câmara de Vereadores de Piraquara, sociedade civil organizada - munícipes de Piraquara, integrantes de CONSEGs e autoridades locais.
- ▶ Integração do Judiciário com os CONSEGs do Paraná. A CECONSEG apoiou a iniciativa do TJPR, em resposta à demanda do CONSEG Água Verde, divulgando e acompanhando evento realizado onde o tema Segurança Pública e Cultura da Paz foi destaque, marcando a intenção do TJPR em firmar uma parceria com os CONSEGs do Paraná, visando capacitar seus integrantes para atuarem como mediadores de conflitos da comunidade.
- ▶ Servindo de canal de interlocução dos CONSEGs junto à SESP e às Forças Policiais, especialmente no sentido de reforçar o *accountability*, a CECONSEG buscou a integração com a Coordenadoria de Análise e Planejamento Estratégico (CAPE/SESP), no sentido de buscar soluções conjuntas para divulgação social de índices de criminalidade que possam ser acessados diretamente pelos CONSEGs. Os trabalhos estão em fase de final de execução pela CAPE.

15.1.6 Centro Integrado de Denúncias 181

- ▶ Implantação do *Voip Call Center* do Disque Denúncia - 181 - tecnologia que permite a transmissão de voz por IP (Protocolos de Internet), ou seja, transforma sinais de áudio analógicos, em dados digitais que podem ser transferidos pela Internet. O aplicativo utilizado, desenvolvido pela CELEPAR, chama-se “Asterisco Paraná” e melhorou o controle das chamadas e a prestação dos serviços dos atendentes, possibilitando também a inserção de mensagens automáticas de telefonia, de modo que o denunciante, quando ocupadas às linhas, é avisado sobre sua posição de espera e, concomitantemente, recebe instruções importantes para aprimorar o registro da denúncia.

- ▶ Readequações dos horários de atendimento e das escalas de serviço, passando de 24h/dia para o período das 8h às 23h, que concentra a maior demanda, possibilitando melhor aplicação do efetivo e, como resultado, o aumento significativo nos registros de denúncias. Entre 1º e 20 de outubro de 2018 foram registradas 1.587 denúncias, enquanto que no mesmo período de 2019, registrou-se 2.792, representando um aumento da ordem de 75%. A previsão de registro de denúncias é de aproximadamente 36.700 denúncias, ou seja, 30,0% a mais se comparado a 2018, que foi de 28.321 denúncias.
- ▶ Capacidade investigativa e autonomia - os difusores do Disque Denúncia - 181, profissionais que analisam e encaminham as denúncias para os órgãos policiais, receberam novas credenciais de investigação. Isso aumentou, consideravelmente, a qualidade das análises, motivo pelo qual, lhes foi concedida mais autonomia no que tange ao encaminhamento das denúncias, contribuindo para a celeridade dos processos de difusão.
- ▶ Recompensas e Poder Legislativo - a criação do Setor de Recompensas teria o objetivo de premiar o denunciante que, por meio de informações relevantes, contribuisse na prisão de criminosos. Inicialmente, o programa seria destinado apenas aos procurados da justiça, visto que por já terem sido submetidos a todo processo de persecução penal e deliberação do Poder Judiciário, garantiriam a imparcialidade das atividades. Paralelo a isso, ressalta-se que o gasto do Erário até a expedição de mandados de prisão é altíssimo, uma vez que são envolvidos diversos órgãos públicos com investimento de muitas horas de trabalho. A operacionalização de um Setor de Recompensas poderia incentivar o registro de denúncias no 181, reforçando o engajamento social no combate à criminalidade, para todas as naturezas criminais, e gerando resultados significativos no âmbito da segurança pública.

15.1.7 Centro Integrado de Comando e Controle (CICCR)

O Centro Integrado de Comando e Controle realizou, até o mês de outubro, 4.641 atendimentos a diversas instituições de Segurança Pública, bem como auxiliou na prisão de pessoas monitoradas e não-monitoradas, da maneira que segue: Polícia Militar do Paraná - 3.983, Polícia Civil do Paraná - 451, Guarda Municipal - 126, Polícia Rodoviária Federal - 2, Polícia Federal - 14, Polícia Militar de outros estados - 5, Polícia Civil de outros estados - 1, DEPEN - 9, Outras Instituições - 50, resultando na prisão de 791 pessoas, das quais 677 monitoradas e 114 não monitoradas.

Cada atendimento é registrado pelo 0800 e quando um atendimento tem mais de uma natureza é cadastrado o flagrante. Os atendimentos realizados foram gerados pelas seguintes naturezas: roubo - 60, furto - 27, tráfico - 52, homicídio - 1, porte/posse de arma de fogo - 8, receptação - 4, mandado de prisão - 485 e outros - 42.

O plantão 0800 do CICCR visualiza cada ocorrência que é gerada no Sistema de Controle Operacional (SISCOP) e faz a verificação junto ao Agente Penitenciário que, por sua vez, verifica se

houve suspeita de envolvimento de algum monitorado na ocorrência. Caso seja verificado o envolvimento, o CICCRR faz contato para averiguação, resultando em prisão ou não.

15.1.8 Assessoria de Conflitos da Terra

- ▶ A Assessoria de Conflitos da Terra esteve presente em 15 audiências de conciliação ocorridas nas diversas Comarcas do Estado até o mês de outubro, com vistas a instruir os processos judiciais (apresentação do planejamento operacional elaborado pela PMPR e sugestão de medidas com vistas à desocupação voluntária dos imóveis), auxiliar na promoção do acesso à Justiça aos ocupantes dos imóveis cuja ordem judicial esteja pendente de cumprimento e evitar/diminuir o desgaste do Estado decorrente de possíveis confrontos entre ocupantes dos imóveis e o efetivo policial disponibilizado.
- ▶ Passou a compor um grupo de trabalho fundiário responsável por representar o Estado do Paraná em Brasília/DF nas demandas coletivas mais complexas, como por exemplo, nos casos das intervenções federais decorrentes de ordens judiciais de reintegração de posse não cumpridas.
- ▶ Elaboração de cronograma mensal de operações policiais em reforço aos Ofícios de Justiça e efetivação de reintegrações de posse com desocupação voluntária dos imóveis, urbanos e rurais, sem a necessidade de fornecimento de reforço policial, após a realização de audiências de conciliação.
- ▶ Foram cumpridas 24 ordens judiciais de reintegração de posse sendo 09 em imóveis urbanos e 15 em imóveis rurais. Do total, 14 reintegrações ocorreram com o emprego da tropa e 10 por desocupação voluntária após a audiência de conciliação, representando 41,7%.
- ▶ A adoção de medidas inovadoras de autocomposição e implementação de mecanismos operacionais estratégicos, com vistas à resolução consensual de conflitos fundiários coletivos, encontra respaldo no Novo Código de Processo Civil e no Plano Nacional de Direitos Humanos 3 (PNDH-3).

15.1.9 Cidade da Polícia

Atualmente o Estado do Paraná, especialmente as organizações vinculadas à Secretaria de Estado da Segurança Pública, utiliza edifícios alugados para abrigar seus funcionários. Tendo em vista a necessidade de oferecer local adequado para a execução das tarefas que competem a cada organização, agrupando equipamentos públicos ora esparsos, reduzindo o montante atualmente gasto com o aluguel de instalações muitas vezes adaptadas, e para fins de abrigar em apenas um local os serviços destinados ao cidadão, a proposta da Cidade da Polícia tem a intenção de centralizar as unidades policiais e de segurança pública sob gestão da Pasta.

O terreno está localizado próximo ao centro da cidade, localizado na Avenida Getúlio Vargas nº 262 - Bairro Rebouças, em Curitiba, com área estimada de 36.000,00m² e área a ser restaurada

estimada de 1.361,00m², oferecendo fácil acesso a comunidade que será atendida no empreendimento, e também aos funcionários.

A implantação no local garantirá também revitalização da área que se encontra degradada e maior circulação de pessoas, dando mais vida a região.

A unificação do local de trabalho das policias beneficiará, não só o cidadão, mas também os servidores, garantindo maior comodidade e, conseqüentemente, aumento da qualidade e produtividade do trabalho, possibilitando e incentivando a cooperação entre as Forças.

Além de oferecer estrutura adequada e condizente às finalidades tipificadas, deverá trazer uma série de inovações aplicadas a edifícios públicos, dentro do conceito de sustentabilidade no ambiente construído, considerando sua complexidade frente à grande área construída esperada, a economia de recursos ao longo de sua utilização e a necessidade de mitigar impactos da obsolescência das edificações existentes no local, de usabilidade fabril, instalada na década de 40 e de uso industrial do ramo de bebidas.

O empreendimento está na convergência do Objetivo 11 - Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis, dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), agenda mundial adotada durante a Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável. As especificações técnicas do projeto padrão e Termo de Referência constam do protocolo 15.940.206-1.

15.1.10 Núcleo Estadual de Políticas Públicas Sobre Drogas

- ▶ Realizada a terceira edição do Concurso Estadual de Produção de Material Audiovisual Sobre Drogas, que consiste na produção de vídeos pelos alunos de Ensino Médio, com o tema de prevenção às drogas, sendo que o material produzido pelo vencedor foi transmitido nas salas de cinema de todo o Estado do Paraná, no mês de junho.
- ▶ Finalizadas as doações de veículos apreendidos em processos judiciais envolvendo o tráfico de drogas. Estas doações foram para entidades que tem por finalidade o trabalho de prevenção, repressão e tratamento ao uso indevido de drogas lícitas e ilícitas.
- ▶ Realizadas doações de computadores, monitores e projetores para os Conselhos Municipais de Drogas da Região Metropolitana, por intermédio do Convênio Federal nº 775602/12, firmado entre a SESP e a SENAD.
- ▶ Realização de leilões de bens apreendidos de traficantes com valor arrecadado de R\$ 735,0 mil. Do total de recursos arrecadados nos leilões e geridos pela SENAD, conforme previsto na Medida Provisória nº 885/19, até 40,0% retornam para reaparelhamento das Polícias responsáveis pela apreensão, enquanto o restante será aplicado em Políticas Públicas de Prevenção.

- ▶ Realização, até outubro, de 108 palestras em Colégios, Universidades, Comunidades Terapêuticas, Empresas, Indústrias e Grupos em Geral em 32 municípios do Estado.
- ▶ Cursos de Capacitação aos servidores do NEPSD: A saideira (A violência Contra as Mulheres) - na OAB PR; Abertura Junho Paraná Sem Drogas - no Museu Oscar Niemeyer; Programa Nacional de Qualidade Para Profissionais de Segurança Pública - PRÓ VIDA, em Brasília; Seminário em Comemoração aos 43 Anos de Comunidades Terapêuticas no Paraná; na ALEP PR; II Congresso Sobre Drogas, na OAB PR; Curso de Políticas Públicas Sobre Drogas no Brasil, UNODC em Brasília/PR; Fórum de Controle Social e Capacitação dos Conselhos Municipais e Observatórios Sociais, no SEBRAE - Curitiba/PR; 5º Congresso Brasileiro de Comunidades Terapêuticas, no Salão de Atos Barigui - Curitiba/PR e 6º Congresso Internacional *Freemind* 2019, em Águas de Lindóia/SP.

15.1.11 Departamento de Inteligência

- ▶ Assessoramento ao Governador do Estado e ao Secretário de Segurança Pública no cumprimento do Decreto nº 11.615, de 07 de novembro de 2018, que cria o Sistema Estadual de Inteligência de Segurança Pública do Estado do Paraná (SEINSP), com a finalidade de planejar, coordenar, executar e integrar as atividades de inteligência de segurança pública, visando subsidiar a formulação de políticas públicas nessa área, bem como assistir na execução das ações destinadas à manutenção da ordem pública, prevenção e controle da criminalidade.
- ▶ O SEINSP terá como órgão central o Departamento de Inteligência do Estado do Paraná (DIEP) e representação perante as comunidades de inteligência e demais órgãos com integração e produção de conhecimento.
- ▶ Capacitação de servidores por meio de cursos de especialização em atividades de inteligência de segurança pública junto à Secretaria de Operações Integradas (SEOPI) e demais órgãos.
- ▶ Identificação de Organizações Criminosas (ORCRIMS) já existentes no Estado e criação de novas dentro e fora do sistema prisional, compilando informações em banco de dados, realizando minuciosa análise, produzindo conhecimento e por fim realizando difusões à comunidade de inteligência dentro e fora do Estado, tendo como objetivo principal a prevenção, neutralização e/ou repressão de ações que coloquem em risco a segurança dos demais participantes com práticas contra a lei e a ordem.

15.1.12 Programa Pró-Vida

- ▶ Política Estadual de Saúde Mental, Qualidade de Vida e do Ambiente Organizacional da Segurança Pública do Paraná, que proverá fundamento, orientação e subsídios para programas e projetos dentro do seu escopo.

- ▶ Projeto de Lei que determinará a avaliação periódica da saúde mental de todos os servidores da segurança pública do Paraná.
- ▶ Alinhada ao Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) a SESP está elaborando o Programa Estadual de Saúde Mental das Forças de Segurança Pública do Estado do Paraná com a finalidade de melhorar a qualidade de vida, fortalecer os laços afetivos e proteger a vida humana, atendendo e capacitando os agentes de segurança pública para o auxílio e o enfrentamento da manifestação do sofrimento psíquico e do suicídio.

15.2 PERSPECTIVAS

Nos próximos meses será iniciado o processo de transferência, para a gestão plena do DEPEN, de mais 27 carceragens da Polícia Civil.

Com base no conhecimento e na experiência adquiridos na Penitenciária Central do Estado - Unidade de Progressão, em que de todos os presos trabalham durante o dia e estudam à noite, foi desenvolvido um projeto inovador de Parceria Público-Privada (PPP) para construção/operação de um presídio industrial em Piraquara - Penitenciária Industrial de Piraquara - Unidade de Progressão, que terá por fim industrializar todas as refeições que o próprio sistema já necessita, num contrato de concessão de longo prazo.

O projeto foi aprovado pelo Conselho de Parcerias do Governo do Estado, que se encontra em fase de estruturação, em conjunto com a Secretaria de Estado do Planejamento e Projetos Estruturantes.

- ▶ Elaboração de projetos de melhoria dos serviços prestados pelo Instituto de Identificação - Projeto Entrega do RG em casa; criação, em 03 anos, de Laboratórios Papiloscópicos em Maringá, Guarapuava, Foz do Iguaçu, Ponta Grossa e Cornélio Procópio; readequação dos Laboratórios Papiloscópicos de Curitiba, Londrina e Toledo; criação de Laboratório Papiloscópico, em São José dos Pinhais, dentro do Programa Nacional de Enfrentamento à Criminalidade e Violência.
- ▶ Elaboração do projeto conceitual para a Criação do Canil Central da Polícia Civil do Paraná.
- ▶ Abertura de licitação para a construção da Delegacia Cidadã padrão III de São José dos Pinhais, com área de 1.791 m², Rua das Nações Unidas, 664, com valor estimado de R\$ 6,5 milhões.
- ▶ Obras em andamento - reforma do Bloco 03 Academia Policial Militar do Guatupê (APMG) - BID; reforma do Canil do Batalhão de Operações Especiais (BOPE); reforma do 9º Batalhão da Polícia Militar de Paranaguá; construção da Sede do 21º BPM em Francisco Beltrão; construção da Escola de Bombeiros (BID); Corpo de Bombeiros de Apucarana; reforma do Auditório do CCB; Corpo de Bombeiros da CIC SUL Curitiba; reforma dos Institutos Médico Legal (IML) e de Criminalística (IC) de Umuarama; reforma e reparos no IC de Paranaguá; reparos no IC de Foz do Iguaçu; reforma no IML de Cascavel.

- ▶ Licitações e início de obras - sede do 7º BPM de Cruzeiro do Oeste, destacamento da Polícia Militar de Entre Rios - Guarapuava, Corpo de Bombeiros de Jaguariaíva, Corpo de Bombeiros de Ivaiporã, reparos nas instalações do Canil do Grupo de Operações de Socorro Tático (GOST), construção de muro no IC de Ponta Grossa.
- ▶ Projetos em andamento - reforma e ampliação do 13º Batalhão da PMPR Curitiba - BID; Centro Integrado de Operações de Segurança Pública (CIOSP); 3º BPM de Pato Branco; Batalhão de Fronteira de Marechal Cândido Rondon - BID; Sede do 5º CRPM - Cascavel - BID; Projetos de unificação de imóveis do Quartel do Comando Geral; Corpo de Bombeiros de Foz do Iguaçu - concluído; Corpo de Bombeiros de Medianeira; Corpo de Bombeiros de Colombo e a elaboração do projeto para construção do IC de Curitiba.
- ▶ Fortalecimento da Polícia Científica.
- ▶ Projeto de Lei nº 323/2019 - busca incluir os CONSEGs no Programa de Estímulo à Cidadania Fiscal do Paraná (Lei nº 18.451/2015), tornando-se uma alternativa viável de fonte de receita, permitindo um reforço na arrecadação dos conselhos por meio de créditos do Nota Paraná.
- ▶ Projetos encaminhados pelo Núcleo Estadual de Política Sobre Drogas à Secretaria Nacional de Drogas - SENAD, aguardando aprovação: Projeto de Prevenção ao Uso Abusivo de Drogas nas Escolas; evento e corrida temática de prevenção às drogas Fuja desta Droga!; Concurso Estadual de Produção de Material Audiovisual Sobre Drogas e aquisição de viaturas policiais descaracterizadas para redução de oferta de drogas no Estado do Paraná.
- ▶ Convênios firmados com a SETI para contratação de residentes, nos termos da Lei nº 16.020/2018, para proporcionar a prática acadêmico-pedagógica aos alunos dos Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu*, em unidades da Polícia Civil e Departamento Penitenciário.

COORDENADORIA ESTADUAL DA DEFESA CIVIL

16 COORDENADORIA ESTADUAL DA DEFESA CIVIL (CEDC)

Coordenadoria Estadual da Defesa Civil passou a ser um órgão ligado diretamente à governadoria. Essa vinculação se deve à necessidade de estruturar um atendimento rápido e eficaz a todas as situações de desastre que ocorram no Paraná, de forma que o impacto social e financeiro não prejudique o desenvolvimento do Estado. Suas ações são voltadas a desenvolver, a partir da articulação com outras instituições, ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação de desastres, permitindo que danos e prejuízos decorrentes de situações catastróficas sejam evitados ou minimizados. Por conseguinte, sua principal missão é de assessoramento e apoio direto ao governador nas ações referentes aos desastres acontecidos no Estado.

Além disso, o poder de articulação permite conjugar informações de diversas fontes e, com elas, desenvolver metodologias eficientes para a emissão de alertas e atendimento a desastres. Tem especial preocupação com a preparação dos municípios paranaenses em sua estrutura de atendimento à população, proporcionando treinamentos e ferramentas, além de uma extensa rede de informações. É importante ressaltar que é uma das Defesas Civas mais estruturadas do Brasil, servindo de espelho para o desenvolvimento de ações de planejamento, controle e informação.

16.1 PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

16.1.1 Tecnologia e Inovação

- ▶ Botão de Notificação de Desastres - visando diminuir o tempo entre o acontecimento de um desastre nos municípios paranaenses e a chegada da informação para a Coordenadoria Estadual da Defesa Civil, de forma a acompanhar e ajudar os municípios, o aplicativo SISDC Mobile, desenvolvido para que os gestores municipais pudessem desenvolver em campo seus Planos de Contingência Municipais, ganhou uma ferramenta inovadora: o Botão de Notificação de Desastres. Com ele, basta um clique do Coordenador para que o Centro Estadual de Gerenciamento de Riscos e Desastres (CEGERD) saiba que um problema aconteceu no município e faça contato para saber sobre a necessidade de apoio. Assim, o Estado se faz presente muito mais rapidamente nos municípios e auxilia a população afetada também muito mais rapidamente.
- ▶ Disponibilização de Alertas para TV fechada - em conjunto com ações da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil, os alertas sobre situações adversas que poderiam causar problemas agora

são disponibilizados nos canais de TV fechada, abrindo mais uma via de comunicação entre a Defesa Civil Estadual e a população paranaense.

- ▶ Sistema de Gestão do Programa Brigadas Escolares (SISBRIGADAS) - o Programa Brigadas Escolares - Defesa Civil na Escola é um dos principais programas para garantir a segurança da população, integrando-se em suas ações, com as propostas do Programa Escola Segura. Ele permite a formação de professores e servidores das escolas do Estado para que possam atuar como brigadistas em situações de emergência, trazendo muito mais segurança aos alunos e a toda a comunidade escolar. Esse treinamento formou, em 2019, cerca de 12 mil funcionários e professores nas 32 Regionais de Educação do Estado; juntamente com a instalação de equipamentos de segurança contra incêndio nas escolas permite a emissão do Certificado de Conformidade.

Com vistas a agilizar todo o processo de emissão do certificado, foi criado um sistema informatizado em que a interação entre brigadistas, diretores, Defesa Civil Estadual e FUNDEPAR ocorre de maneira mais rápida, diminuindo o tempo de emissão do Certificado de meses para dias. O Sistema foi disponibilizado até o momento para sete Núcleos Regionais (Curitiba, Região Metropolitana Norte, Pitanga, Maringá, Umuarama, Dois Vizinho e Campo Mourão), com previsão de ampliação para todos os núcleos em 2020.

Além da implantação do SISBRIGADAS, junto a ele houve a implantação da ferramenta de *Business Intelligence*, facilitando o acompanhamento e controle da regularidade das escolas em relação ao Programa Brigadas Escolares.

- ▶ Outras Inovações - além das atualizações mencionadas acima, o Sistema Informatizado de Defesa Civil (SISDC) passou por diversas atualizações para melhorar a capacidade de controle e interação com os municípios: a) envio de alertas no protocolo *Common Alert Protocol* (CAP) para replicação no Sistema Informatizado do Corpo de Bombeiros (SYSBM) - divulgação direta dos alertas para a instituição mais envolvida no atendimento às emergências de Defesa Civil, de maneira a poder se preparar; b) inserção de ferramenta para indicação de atualização, por formulário e geral, do Plano de Contingência *On-line*: facilita a informação ao Coordenador Municipal de Proteção e Defesa Civil, o motivando a fazer a atualização; c) novas ferramentas de pesquisa na plataforma GEO - a plataforma georreferenciada possui diversas camadas de informação que podem ser utilizadas para o atendimento a desastres; as novas ferramentas de pesquisa facilitam o acesso a certas informações como: áreas afetadas, abrigos, alertas emitidos pelo sistema CAP, estoque de material e estações de monitoramento; as novas ferramentas facilitam o controle e a visualização da informação espacialmente no Estado; d) Inclusão de documentos anexos no cadastro pedidos de ajuda humanitária - possibilita a inserção de documentos oficiais de solicitação ou de informação, aumentando a garantia de integridade das informações e *compliance*; e) melhorias no cadastro de usuários: possibilita melhor a identificação do tipo de usuário e funções que possui nas prefeituras, de forma que o contato com os municípios seja melhor direcionado.

16.1.2 Investimentos

- ▶ Aquisição de materiais para a força-tarefa de incêndios florestais - considerando o disposto no Decreto nº 7337, de 11 de julho de 2017, que institui o Regime de Força Tarefa para Resposta a Desastres no Paraná, voltado à preparação de diversas instituições do Estado para o atendimento aos desastres, foram adquiridos equipamentos para o atendimento a incêndios florestais por meio do Projeto de Desenvolvimento Multissetorial do Banco Mundial (Fortalecimento da Gestão de Riscos e Desastres). Esses equipamentos serão repassados ao Corpo de Bombeiros, que será o responsável por preparar os materiais e deixá-los disponíveis para as equipes de força-tarefa de cada Grupamento de Bombeiro. O Paraná, em face das atuais mudanças climáticas, tem sofrido cada vez uma quantidade maior de incêndios. Os investimentos com esses materiais alcançaram R\$ 1,2 milhão de reais. Com isso, todas as regiões do Estado estarão seguras. O projeto também se alinha com estratégias de Estado como o Programa de Prevenção de Incêndios na Natureza (PREVINA), que visa proteger as Unidades de Conservação estaduais.
- ▶ Aquisição de materiais e equipamentos para a força-tarefa de atendimento a produtos perigosos - ainda seguindo a proposta do Regime de Força-Tarefa para Resposta a Desastres, foram assinados os contratos de aquisição de materiais e equipamentos para atendimento a produtos perigosos que serão entregues nos primeiros meses de 2020. O valor dos equipamentos é da ordem de R\$ 2,1 milhões. Os equipamentos serão distribuídos aos Grupamentos de Bombeiro de todo o Estado, fazendo com que o Estado passe a contar uma estrutura para o atendimento seguro a emergências com produtos perigosos, isto é, aqueles que possuem características de risco muito maiores em virtude de suas características físico-químicas.

16.1.3 Preparação - Simulados

- ▶ Simulado de Comunicação em Desastre - Rede Estadual de Emergência de Radioamadores (REER) - a Rede Estadual de Emergência de Radioamadores é uma importante equipe de auxílio para a comunicação em caso de desastres em todo o Estado. Os radioamadores, todos voluntários, se empenham anualmente em estar prontos para a emergência. Neste ano, foram realizados simulados regionais, nos quais cada Regional de Defesa Civil desenvolve uma atividade com os radioamadores voluntários, e um simulado geral, em que os radioamadores da REER de todo o Estado participam das atividades e alinham procedimento para que, na hora de necessidade, estejam preparados para atuar.
- ▶ Simulado de Abandono de Área de Risco na Comunidade de Rio Sagrado - Morretes - o desastre acontecido em 2011 no litoral do Paraná foi um dos maiores a assolar nosso Estado. A comunidade do Rio Sagrado, em Morretes, que foi uma das mais atingidas, é também uma das maiores, com cerca de 1.300 residências. O simulado foi resultado de um trabalho de mapeamento de áreas de

risco, com identificação da suscetibilidade e da adequabilidade à ocupação. A partir disso a área foi dividida em setores, o levantamento das residências e moradores foi atualizado e os pontos de encontro e principais atores definidos. O treinamento foi realizado utilizando todas as tecnologias disponíveis, com atuação dos geólogos, transmissão de informações em tempo real da área afetável por *drone* e *broadcasting* em tempo real para o CEGERD, em Curitiba.

- ▶ Simulado de Controle de Febre Aftosa - em conjunto com ADAPAR - os atuais rumos nas atividades econômicas desenvolvidas no Estado tornaram prementes a capacidade de controle de problemas voltados à atividade agropecuária. A Defesa Civil Estadual foi responsável por preparar os agentes de defesa agropecuária da ADAPAR e do Ministério da Agricultura para a atuação integrada em situações de febre aftosa. A organização e ferramentas de gestão em desastres foram utilizadas para tornar mais eficiente as ações de controle que os órgãos de defesa agropecuária devem desenvolver nessas situações.

16.1.4 Preparação - Cursos

- ▶ Formação de Brigadistas do Programa Brigadas Escolares - o programa Brigadas Escolares - Defesa Civil na Escola formou, neste ano, com as duas ofertas do curso de formação de brigadistas escolares, cerca de 12 mil professores e funcionários das escolas estaduais e APAE para atuar como brigadistas escolares. A ação fortalece a segurança dentro do ambiente escolar.
- ▶ Curso de Capacitação de Agentes Municipais - o município é a ponta do atendimento, sendo o primeiro a dar as ações de resposta em seu território. Para tanto, precisa estar preparado e conhecer todas as ferramentas que estão à sua disposição para fazer a gestão dos desastres. Sentindo a necessidade de melhorar a capacidade dos gestores da região de Londrina, os gestores municipais foram capacitados a pedido do Coordenador Regional. Eles receberam treinamento sobre as ferramentas disponíveis para o atendimento a desastres, Plano de Contingência *On-line* e sua necessidade de atualização constante, sobre o uso do Sistema Informatizado de Defesa Civil (SISDC) e os procedimentos necessários para instruir os processos corretamente quando há necessidade de decretar Situação de Emergência.
- ▶ Preparação dos Coordenadores Municipais de Defesa Civil do Litoral para atuar durante o Verão Chuvoso - a capacitação reuniu os coordenadores das Defesas Cíveis do Litoral do Estado para reforçar todas as funcionalidades e ferramentas disponíveis para o atendimento a qualquer tipo de desastre. A reunião também contou com a participação da Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho. A estratégia se alinha com as ações desenvolvidas pelo Governo do Estado para garantir o melhor proveito da população que vai à praia durante a temporada de férias.
- ▶ Curso de Piloto de *Drone* - a CEDEC possui pessoal capacitado para a pilotagem de *drones*, com amplo conhecimento sobre a atual legislação. Os pilotos passaram por diversas capacitações de órgãos como o CINDACTA e o Instituto de Meio Ambiente de Santa Catarina. A expertise dos pilotos foi

repassada às instituições que necessitam da utilização desses equipamentos para melhorar o desenvolvimento de suas atividades rotineiras. Entre os capacitados estão agentes do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (ADAPAR), 12º Batalhão de Polícia Militar, 3º Grupamento de Bombeiros e Defesa Civil e Prefeitura de Londrina.

- ▶ Cursos Realizados Pela Escola de Defesa Civil (EaD): a) Escola de Defesa Civil realizou os seguintes cursos, tendo formado 936 alunos; b) Conhecimentos Fundamentais em Proteção e Defesa Civil (DPDC); c) Conhecimentos Básicos para Integrantes da Rede Estadual de Emergência de Radioamadores (REER); d) Sistema de Comando de Incidentes (SCI); e) Atendimento de Emergências em Edificações.
- ▶ Reformulação e Preparação de Material Didático de Cursos - foi feita a reformulação do material didático de alguns cursos da CEDEC, visando torná-los mais acessíveis e atraentes aos discentes. Entre os cursos estão o de formação de Brigadistas Escolares e de Atendimento a emergências em edificações, além de serem feitas novas filmagens para o Curso Fundamental de Defesa Civil e da Brigada Escolar Inclusiva.

16.1.5 Inclusão Social

- ▶ O Curso de Formação de Brigadistas Escolares recebeu melhorias para a inclusão social, inserindo em seus vídeos audiodescrição (isto é, a descrição dos vídeos para pessoas com deficiência visual) e interpretação em libras, para pessoas com deficiência auditiva. O trabalho foi desenvolvido a partir da união de esforços, com participação de jovens com deficiência visual com consultores, para garantir a qualidade do material.

16.1.6 Serviços para a População

- ▶ Atendimento a Ocorrências - CEGERD - foram atendidas 401 ocorrências de desastres, sendo que destas 22 tiveram Situação de Emergência decretada em virtude da extensão dos danos causados. O quadro a seguir expõe as tipificações mais recorrentes. Os prejuízos públicos e privados causados por esses desastres alcançaram, respectivamente, o patamar de R\$ 8,2 milhões (divididos entre água, energia, ensino, esgoto, limpeza, assistência médica e transporte) e de R\$ 68,7 milhões (divididos entre agricultura, indústria, pecuária e serviços).

QUADRO 1: OCORRÊNCIAS POR TIPIFICAÇÃO EM 2019.

desastre	número de ocorrências
Tempestade Local/Convectiva - Vendaval	155
Tempestade Local/Convectiva - Granizo	51
Alagamentos	43
Enxurradas	33
Estiagem	24
Deslizamentos	23
Transporte de produtos perigosos rodoviário	14
Incêndio Florestal - Incêndios em áreas não protegidas, com reflexos na qualidade do ar	14
Incêndio Florestal - Incêndios em Parques, Áreas de Proteção Ambiental e Áreas de Preservação Permanente Nacionais, Estaduais ou Municipais	8
Inundações	7
Colapso de edificações	4
Ciclones - Marés de Tempestade (Ressacas)	4
Derramamento de produtos químicos em ambiente lacustre, fluvial, marinho e aquíferos	4
Liberação de produtos químicos para a atmosfera causada por explosão ou incêndio	3
Tempestade Local/Convectiva - Tempestade de Raios	3
Transporte de passageiros e cargas não-perigosas rodoviário	2
Incêndios em aglomerados residenciais	2
Subsidências e colapsos	2
Corridas de Massa - Solo/Lama	1
Incêndios em plantas e distritos industriais, parques e depósitos	1
Erosão Continental - Ravinas	1
Erosão Continental - Boçorocas	1
Transporte de produtos perigosos marítimo	1
TOTAL	401

Fonte: SISDC/CEDEC.

- ▶ **Auxílio para Decretação de Situação de Emergência, Homologação e Reconhecimento** - um dos diferenciais do CEGERD é o auxílio aos municípios nos procedimentos necessários para a Decretação de Situação de Emergência. Dos 401 desastres acontecidos nesse ano, foram auxiliados 22 municípios a preencherem as documentações necessárias para a decretação de Situação de Emergência, o que permite ao município solicitar recursos adicionais ao Estado ou à União, assim como utilizar certos benefícios que só a decretação de Situação de Emergência permite. Quem se beneficia com essas ações é a população atingida, em especial, as pessoas mais socialmente vulneráveis.

- ▶ Nas ocorrências com decretação de Situação de Emergência, o CEGERD também apoiou os municípios na captação de recursos de assistência humanitária para resposta advindas do Governo Federal que perfazem o valor de R\$ 285 mil, além da liberação dos benefícios do FGTS para a população atingida em 11 municípios, o que facilita às pessoas afetadas recuperar-se e voltar à situação de normalidade social.

QUADRO 2: OCORRÊNCIAS COM DECRETAÇÃO DE SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA EM 2019.

Desastre	Número de ocorrências com Situação de Emergência
Tempestade Local/Convectiva - Granizo	11
Enxurradas	7
Estiagem	2
Tempestade Local/Convectiva - Vendaval	2
TOTAL	22

Fonte: SISDC/CEDEC.

- ▶ Envio de Ajuda Humanitária - uma das principais atividades de atendimento aos municípios é o envio de ajuda humanitária aos municípios em Situação de Emergência, ou seja, naqueles em que os desastres ultrapassaram a capacidade de resposta dos municípios. O envio de Ajuda Humanitária visa a permitir que as pessoas afetadas possam se recuperar o mais rápido possível do desastre. As quantidades enviadas foram:

QUADRO 3: AJUDA HUMANITÁRIA DISTRIBUÍDA EM 2019.

MATERIAL	QUANTIDADE	VALOR
Telhas	35.892	r\$ 377.942,76
Colchões	640	r\$ 95.360,00
Kit dormitório	640	r\$ 94.464,00
Kit higiene	250	r\$ 44.060,00
Kit limpeza	250	r\$ 35.302,50
Lonas	806	r\$ 182.881,40
TOTAL		R\$ 830.010,66

Fonte: SISDC/CEDEC.

- ▶ Manutenção dos Estoques - visando garantir o atendimento aos municípios nas situações em que suas capacidades de resposta se tornam limitadas para auxiliar à população, a Defesa Civil Estadual investiu próximo de R\$ 1,5 milhão na aquisição de materiais de ajuda humanitária divididos em colchões, kits dormitório, kits higiene, kits limpeza, telhas e lonas plásticas, de maneira que a população afetada possa se restabelecer o mais rápido possível.
- ▶ Envio de Alertas - um dos principais serviços à população é o envio de alertas pelo CEGERD. Entre avisos meteorológicos e alertas de desastres foram enviados 849 alertas. Essas mensagens são distribuídas para a população cadastrada pelo sistema de recebimento de alertas por SMS 40199.

QUADRO 4: ALERTAS POR MÊS ENVIADOS EM 2019.

Mês	Número de Alertas
janeiro	186
fevereiro	120
março	94
abril	37
maio	135
junho	24
julho	6
agosto	13
setembro	41
outubro	101
novembro	65
dezembro	27
TOTAL	849

Fonte: SISDC/CEDEC.

- ▶ **Vistorias de Risco** - os municípios paranaenses, em sua maioria, não possuem estrutura capaz de atender as demandas mais complexas relacionadas à análise de risco de desastres. Por isso, em muitas situações, os geólogos da Defesa Civil Estadual são demandados para realizar o atendimento às situações de risco, auxiliando os municípios a determinar o risco e a tomar medidas de segurança para a população. Neste ano foram realizadas 15 vistorias, atendendo aos municípios de Antonina, Campina Grande do Sul, Campo Magro, Capitão Leônidas Marques, Francisco Beltrão, Guaraqueçaba, Guaraniaçu, Itaperuçu, Mamborê, Quatro Barras, Salgado Filho, Santa Lúcia, Santo Antônio da Platina e Três Barras do Paraná.
- ▶ **Vídeos Informativos - Dicas de Prevenção** - foram produzidos 14 vídeos de dicas de prevenção que foram divulgados em redes sociais e vinculados ao site da Defesa Civil Estadual. As dicas são direcionadas à população, sendo simples e diretas, ensinando as pessoas a agir em situações de desastres como deslizamentos ou inundações. Os vídeos foram produzidos com auxílio de equipe técnica da Agência Estadual de Notícias. A visualização pelo *Instagram* foi variável com uma média de 10,0% dos seguidores, isto é, cerca de 200 visualizações por vídeo. Os vídeos foram disponibilizados na página da Defesa Civil, se integrando com as informações de prevenção de desastres. Os acessos à página de Dicas de Prevenção no site oficial da Defesa Civil foram de aproximadamente 1.500 durante o ano.

16.2 COMITÊS

Os comitês dos quais a Defesa Civil Estadual participa e preside são importantes articulações para o desenvolvimento de ações conjuntas de prevenção e resposta a catástrofes. Os comitês são:

Comitê de Segurança de Barragens, Comissão Estadual de Prevenção, Preparação e Resposta Rápida a Emergências com Produtos Perigosos (CEP2R2), Programa de Prevenção de Incêndios na Natureza, comitê de combate à dengue. Os três primeiros são presididos pela Defesa Civil Estadual.

A importância do desenvolvimento desses comitês é a de integração com as diversas instituições públicas, privadas, ONG ou voluntários que participam nos atendimentos, melhorando muito a agilidade e qualidade do atendimento e o envolvimento das ações com a população.

16.2.1 Barragens

- ▶ Foram realizadas discussões sobre quesitos necessários para garantir a segurança de barragens e estratégias para atuação dos órgãos envolvidos. Um dos principais pontos é o PL nº 712/2019, que está em trâmite na ALEP. As mudanças propostas pelo PL devem auxiliar na definição das responsabilidades dos empreendedores e órgãos públicos.
- ▶ Os representantes da CEDEC no comitê de barragens também participaram de eventos de segurança de barragens e visitas técnicas, visando proporcionar maior base de dados para o desenvolvimento das atividades. Isso garantiu maior conhecimento técnico para a elaboração das diretrizes necessárias à melhoria da segurança de barragens no Estado, assim como a preparação dos demais instrumentos de planejamento. Um dos desenvolvimentos foi o Piloto do Plano de Contingência de Barragem, de forma a preparar as Defesas Civas municipais para receberem e processarem as informações de barragens em seus territórios, sabendo como proceder.

16.3 DESTAQUES

16.3.1 Paraná mais Verde - Ação Conjunta

- ▶ A Defesa Civil do Estado participou ativamente da ação de entrega de mudas nas escolas estaduais de todo o Paraná - Paraná mais Verde. Auxiliou, especialmente, na organização logística para a entrega das mudas, identificando os potenciais atores e desenvolvendo ferramentas de controle para garantir que todas as escolas recebessem as mudas no tempo estipulado.
- ▶ A operação foi monitorada a partir do Centro Estadual de Gerenciamento de Riscos e Desastres (CEGERD) onde todas as informações chegavam aos representantes dos órgãos envolvidos, garantindo a efetividade e grandiosidade da ação.
- ▶ A operação como um todo, encabeçada pela SEDEST, envolveu mais de 3 mil pessoas e distribuiu mais de 413 mil mudas.

16.3.2 Carta Geotécnica Síntese de Adequabilidade a Ocupação na Porção Leste da Serra do Mar

- ▶ Trabalho inovador realizado na área de mapeamento de riscos, com identificação das áreas suscetíveis, edificações existentes e delimitação de adequabilidade à ocupação. A área escolhida é uma das mais afetadas pelo desastre Águas de Março, ocorrido em 2011. A população local é de cerca de 4 mil pessoas, em uma área de grande extensão.
- ▶ O mapeamento permitiu identificar os locais suscetíveis e interpolar a informação com as residências existentes, identificando cada um dos possíveis riscos a que estariam sujeitas. O trabalho dividiu a área em setores, identificando as estruturas para acolhimento das pessoas em cada setor, prevendo uma ação emergencial. Aliado à carta geotécnica, foram realizados treinamentos locais com a população, dividindo as ações em setores, de forma que a população conheça o planejamento e passe a saber como agir caso haja possibilidade de desastre no local.
- ▶ Esse é um trabalho pioneiro cuja metodologia desenvolvida poderá ser utilizada para outras áreas do Estado.

16.3.3 Desastres na Região Metropolitana de Curitiba (RMC)

O início do ano foi marcado por desastres de grande magnitude. Um deles foi a ocorrência de vendavais e granizo que atingiram a RMC e litoral. O atendimento aos municípios de Quatro Barras, Piraquara, Rio Branco do Sul, Pinhais e Antonina com o envio de telhas, kits dormitório, higiene e limpeza para as famílias atingidas pelo desastre. O diferencial foi a rapidez com que a Defesa Civil Estadual fez o atendimento: em 48 horas após o desastre os materiais já estavam sendo mobilizados. Isso é resultado tanto da preparação para o atendimento a essas situações quanto da disposição dos Coordenadores Municipais que, orientados pela Defesa Civil Estadual, fizeram rapidamente o levantamento de dados sobre os danos que o desastre causou aos municípios, proporcionando que os materiais fossem rapidamente enviados. Os municípios receberam telhas (15.290), kits dormitório e colchões (250), kits limpeza (250) e kits higiene (250).

16.3.4 Diagnóstico de Jandaia do Sul para o Programa Vida Nova

A Defesa Civil Estadual apoiou o diagnóstico das comunidades vulneráveis de Jandaia do Sul que serão atendidas pelo Programa Vida Nova. Para tanto foram repassadas as informações sobre as áreas atingidas por desastres no município, de forma a priorizar as áreas a serem atendidas. A partir disso, foi utilizada a metodologia de mapeamento de áreas de atenção, que são cadastradas nos Planos de Contingência *On-line*, integrada às informações indicadas pelo IPARDES. Um dos diferenciais do levantamento é o mapeamento por *drone*, utilizado para gerar ortofotos das áreas atendidas pelo programa.

Essa atividade garantiu indicação correta das pessoas a serem atendidas pelo programa que garantirá, primeiramente, a ação de retirada da comunidade vulnerável socialmente e, em segundo lugar, a eliminação da exposição ao risco de desastres a que essa comunidade estava exposta.

É importante frisar que o programa, ao atender pessoas em vulnerabilidade social, especialmente em áreas atingidas por desastres, diminui os danos que eventos adversos como chuvas fortes e vendavais poderiam causar a essas famílias.

16.4 PERSPECTIVAS

Entre as previsões para o ano de 2020, estão as seguintes:

- ▶ Estabelecer Parceria Público-Privada com a empresa JRC, dando continuidade ao projeto de monitoramento do radar banda X firmado pelo Estado do Paraná em 2016.
- ▶ Disponibilizar o SISBRIGADAS para todo o Estado do Paraná.
- ▶ Desenvolver plataforma para disponibilização do aplicativo DETECTA aos Coordenadores Municipais de Defesa Civil para avaliação de risco de deslizamento.
- ▶ Ampliar o Mapa de Adequabilidade da Ocupação do Litoral para o município de Paranaguá.
- ▶ Realização de cursos já existentes (Atendimento a emergências em edificações, Sistema de Comando de Incidentes e Conhecimentos Básicos para radioamadores da REER) e novos (Curso de legislação e pilotagem de *Drone*, Plano de Contingência *On-line* e Curso Fundamental para Gestores Municipais).
- ▶ Finalizar e aprovar regulamentação do Plano de Ação de Emergência de Barragens.

QUADRO 1 - ATENDIMENTO DE OCORRÊNCIAS PELO CEGERD DE ACORDO COM O TIPO - PARANÁ - 2019

OCORRÊNCIAS	QUANTIDADE
Total de municípios atingidos	152
Total de ocorrências	336
Total de pessoas afetadas	159.150
Total de pessoas desalojadas	2.591
Total de pessoas que permanecem desalojadas	495
Total de pessoas feridas	66
Total de pessoas enfermas	8
Total de casas danificadas	17.953
Total de casas destruídas	23

○ Fonte: SISDC/Defesa Civil.

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E PROJETOS ESTRUTURANTES

17 SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E PROJETOS ESTRUTURANTES (SEPL)

A Secretaria de Estado do Planejamento e Projetos Estruturantes (SEPL) é o órgão de assessoramento e apoio direto ao governador do Estado para o desempenho de funções de planejamento, coordenação e controle da ação geral do governo, dos assuntos e programas intersecretariais, bem como da organização base do sistema de planejamento e organização institucional.

Compõe sua atuação: a) a elaboração, coordenação e apoio ao desenvolvimento de projetos estruturantes, estratégicos e prioritários do Governo Estadual; b) a formulação, acompanhamento, monitoramento e avaliação da implementação de políticas públicas de desenvolvimento de caráter multisetorial; c) a coordenação da política de desenvolvimento integrado do território paranaense visando à sustentabilidade local e regional; d) a formulação de políticas de indução e de estímulo ao desenvolvimento produtivo integrado voltado à sustentabilidade econômica local e regional; e) a coordenação da elaboração, monitoramento, revisão e atualização do Plano Plurianual (PPA) e dos Planos Regionais de Desenvolvimento e a análise de resultados; f) a coordenação da elaboração da mensagem anual do Governador à Assembleia Legislativa do Paraná; g) o planejamento e modernização da estrutura organizacional de órgãos e entidades estaduais, bem como a criação, remanejamento, transformação e extinção de cargos de provimento em comissão e funções de gestão pública; h) a coordenação de atividades relacionadas à identificação, estruturação e análise de estudos de viabilidade técnica, econômico-financeira e jurídica de projetos passíveis de desestatização para deliberação do Governador; i) o acompanhamento da execução de projetos e contratos de parcerias desenvolvidos no âmbito do Paraná; j) a coordenação técnica e funcional do Sistema Estadual de Planejamento.

A Administração Indireta da SEPL é constituída pela autarquia Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico Social (IPARDES). Para auxiliar na viabilização de suas competências legais, a SEPL conta com o suporte especializado do Serviço Social Autônomo Paraná Projetos e do Serviço Social Autônomo Agência Paraná de Desenvolvimento (APD), que se vinculam à Pasta por contrato de gestão.

17.1 PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

17.1.1 Restruturação Organizacional

Reestruturação organizacional básica do Poder Executivo Estadual, em decorrência da Reforma Administrativa promovida pela Lei Estadual nº 19.848, de 03 de maio de 2019, que reformulou a estrutura do Estado, promovendo importantes ajustes organizativos para o melhor funcionamento e integração do Governo na consecução dos seus objetivos com precisão e economicidade, visando garantir a eficiência da Administração Pública no atendimento às demandas da população paranaense.

Destacamos a redução do número de Secretarias de Estado e a diminuição de cargos de provimento em comissão e funções de gestão pública, visando o aperfeiçoamento do planejamento das despesas públicas em decorrência do redimensionamento e otimização das estruturas estaduais, com garantia da efetividade e ampliação de sua ação.

Ressalta-se, também, a mudança de algumas vinculações de entidades da Administração Pública Indireta, tendo em vista nova alocação de competências, extinção e fusão de algumas Secretarias, em decorrência de reavaliação estratégica da atual gestão.

Para fins de implementação da Lei Estadual nº 19.848, de 2019, o desenho da estrutura governamental adotou novos contornos em razão do alinhamento à estratégia do plano de governo. À Coordenação de Modernização e Desburocratização do Estado (CMD) coube a consolidação desta mudança por meio de revisão da Administração Direta e Indireta:

- ▶ Na Administração Direta: a) criação da Superintendência Geral de Diálogo e Interação Social; de Tecnologia e Ensino Superior; de Governança Social; de Desempenho Governamental; de Apoio aos Municípios; de Articulação Regional; de Desenvolvimento das Bacias Hidrográficas; da Cultura; de Inovação; de Ação Solidária; e do Esporte; b) reestruturação e aprovação dos regulamentos com o detalhamento das estruturas básicas e competências da Casa Civil; Procuradoria-Geral do Estado; Controladoria-Geral do Estado; Coordenadoria Estadual de Defesa Civil e Casa Militar (as duas últimas sem status de Secretaria); c) reestruturação e elaboração dos regulamentos: Secretaria de Estado da Comunicação Social e da Cultura (SECC); Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e de Obras Públicas (SEDU); Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística (SEIL); Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho (SEJUF); Secretaria de Estado da Educação e do Esporte (SEED); Secretaria de Estado da Segurança Pública (SESP); Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo (SEDEST); Secretaria de Estado da Administração e da Previdência (SEAP); Secretaria de Estado do Planejamento e Projetos Estruturantes (SEPL); Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento (SEAB); Secretaria de Estado da Saúde (SESA) e Secretaria de Estado da Fazenda (SEFA).

- ▶ Na Administração Indireta, reestruturação dos seguintes órgãos, com elaboração dos respectivos projetos de lei: a) concluído e aprovado - Sistema de Tecnologia e Monitoramento Ambiental do Paraná (SIMEPAR); b) concluído e em trâmite final - Serviço Social Autônomo PARANÁ PROJETOS; Instituto de Desenvolvimento Rural (fusão do Centro Paranaense de Referência em Agroecologia, Instituto Agrônomo do Paraná, Instituto Paranaense de Assistência Técnica de Extensão Rural e Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná); Instituto Paranaense de Ciência do Esporte (IPCE) com alteração da denominação para Esporte Paraná; Serviço Social Autônomo Agência Paraná de Desenvolvimento (APD) com alteração da denominação para Invest Paraná; Instituto de Águas e Terra (fusão do Instituto Ambiental do Paraná; Instituto de Terras, Cartografia e Geologia do Paraná e Instituto das Águas do Paraná) e reestruturação da Paraná Turismo; Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional (FUNDEPAR) e Receita Estadual do Paraná.

17.1.2 Desestatização das Estruturas Não Estratégicas

Marco Legal das Parceiras Público Privadas (PPPs) - sancionada a Lei Estadual nº 19.811, de 05 de fevereiro de 2019, que trata das privatizações e concessões; esta lei regulamenta o programa, garante qualidade das parcerias com o setor privado e concede segurança jurídica ao poder público e aos investidores. Construída com uma visão técnica, é uma das leis mais modernas do país, proporcionando um ambiente favorável para atração de investimentos além de conferir segurança jurídica, governança e transparência. A regulamentação do Programa de Parcerias do Paraná (PAR) foi concluída em 05 de julho de 2019, por meio do Decreto nº 1953/2019. O PAR teve início em setembro de 2019 com a formalização de três propostas:

- ▶ Penitenciária (PIP) - a proposta consiste na construção de uma unidade com 500 vagas, para a progressão de regime de cumprimento de pena, com espaço destinado a uma cozinha industrial com capacidade para produzir 45 mil refeições diárias, que serão usadas para alimentar presos de Piraquara e de delegacias da Região Metropolitana de Curitiba, restaurante aberto ao público para atender aos visitantes das penitenciárias. Além disso, haverá o cultivo de alimentos orgânicos, escola de padeiros e de cozinheiros e a criação de uma logística de distribuição dos alimentos. A SEPL atuou na pré-análise do projeto para a aprovação do Conselho do Programa de Parcerias do Paraná (CPAR), e apoio na elaboração para contratação dos estruturadores do projeto da Penitenciária Industrial de Piraquara (PIP).
- ▶ Pátios de Veículos - o modelo deverá ser o de concessão comum, na qual o valor pago pelos usuários remunera a concessionária. A empresa privada fará a gestão dos pátios e o leilão dos veículos que não forem retirados pelos proprietários. Os espaços atualmente administrados pelo DETRAN geram uma despesa mensal em torno de R\$ 10,0 milhões. Em 2018, foram apreendidos 67.117 veículos e, em dezembro, 22.671 estavam nos pátios. A SEPL firmou acordo de cooperação

Técnica com BRDE para estruturação do projeto Pátios Veiculares e realizou o acompanhamento do desenvolvimento dos estudos dos Pátios Veiculares.

- ▶ Central de Atendimento ao Cidadão - o Estado deverá construir 33 Centrais de Atendimento ao Cidadão em todo o Paraná, onde serão ofertados, de forma unificada, serviços públicos estaduais, federais e municipais, como a emissão de documentos e acesso a benefícios. A SEPL apoiou com a abertura do Edital nº 01/2019 - Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI), a fim de receber propostas para a modelagem do projeto.

Outros projetos em andamento:

- ▶ Realizou estudo de pré-viabilidade dos Hospitais Regionais de Guarapuava, Ivaiporã, Telêmaco Borba e Centro de Especialidades de Guarapuava, com visitas *in loco*, com assessoramento do IFC.
- ▶ Realizou tratativas com Ministério da Infraestrutura, VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. e Empresa de Planejamento e Logística S.A. (EPL) para viabilização da estruturação e implantação da Ferrovia Maracaju-Paranaguá e ramal Foz do Iguaçu-Cascavel e apoio na contratação do Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica, Ambiental e Jurídica (EVTEAJ) da Ferrovia Maracaju-Paranaguá e ramal Foz do Iguaçu-Cascavel.

17.1.3 Inovação e Gestão Pública

- ▶ Escola de Liderança do Paraná - criada com o objetivo de promover a formação e a capacitação dos responsáveis pelas instituições públicas no Estado do Paraná, especialmente no que se refere ao planejamento e gestão. Realizou conferências de nível mundial para líderes, fóruns regionais e programas de capacitação às lideranças do Estado, capacitando mais de 730 líderes. Eventos realizados: a) uma edição do Fórum Estadual de Líderes, com 62 participantes; b) duas edições do Fórum Regional de Secretários de Planejamento, com 403 participantes; c) três edições do evento Diálogos, com 226 participantes; d) duas edições do programa SUMMIT - Liderando com Propósito, com 40 participantes; e) Conferência Internacional de Família e Inovação Social, com 300 participantes.
- ▶ Plano Plurianual: a) Relatório de Acompanhamento do PPA referente ao exercício 2018; b) Plano Plurianual 2020 a 2023 - elaboração do projeto de lei do PPA 2020-2023 em conjunto com os órgãos e entidades da administração pública direta e indireta, Outros Poderes, Ministério Público e Defensoria Pública, a partir da análise do diagnóstico apresentado pelos órgãos do Executivo que embasaram a elaboração dos Programas abordando cenários e problemas identificados. Oportunizou a participação popular na avaliação das propostas do Plano de Governo, por meio do site Planeja Paraná além de submeter os Principais Programas e Iniciativas da Proposta do PPA à sociedade organizada, em 06 Audiências Públicas realizadas em Curitiba, Ponta Grossa, Umuarama, Cascavel, Apucarana e Guarapuava (de 23 a 30 de agosto). O PPA 2020-2023 possui

16 Programas Finalísticos e 05 Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado, além das Obrigações Especiais; são 60 Indicadores, 342 Iniciativas e 177 Metas.

- ▶ Banco de Projetos Estadual - organização e sistematização da coleta de demandas junto a sociedade, prefeitos e deputados estaduais das necessidades de infraestrutura rodoviária e ferroviária, segurança pública, saúde, desenvolvimento regional e outras, compondo um Banco de Projetos Estruturantes que deverá nortear os investimentos do Estado e viabilizar as propostas do Plano de Governo 2019 a 2022 e PPA 2020 a 2023. Em função deste trabalho o Governo Estadual lançou, em 6 julho de 2019, o Banco de Projetos Estadual.

Fazem parte do banco de projetos R\$ 290,0 milhões para melhorar ou implementar pavimentação, trevos, contornos e pontes em ligações rodoviárias; R\$ 40,0 milhões para estruturar a malha ferroviária e concretizar as ligações Foz do Iguaçu-Cascavel e Dourados-Paranaguá; e R\$ 20,0 milhões para segurança pública, o que inclui a Cidade da Polícia, penitenciárias, institutos de criminalística e batalhões. A maior parte dos recursos será disponibilizado pelo Tesouro Estadual, mas também serão usadas linhas de financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

- ▶ Plano de Desenvolvimento do Litoral - o Plano de Desenvolvimento Sustentável do Litoral do Paraná (PDS LITORAL), que traça diretrizes e ações estratégicas rumo ao Litoral 2035, é atividade integrante do contrato SEPL nº 004/2017, desenvolvido com recursos financiados pelo Banco Mundial. A elaboração do Plano teve a duração de 20 meses envolvendo 2.000 pessoas dos municípios beneficiados por meio de 50 reuniões técnicas, 16 oficinas participativas e 28 audiências públicas. A entrega do PDS LITORAL ocorreu na Conferência Regional, realizada no dia 14 de novembro de 2019, em Paranaguá, às lideranças e comunidade dos sete municípios do Litoral Paranaense. O plano de ação entregue é o documento norteador para alcançar o Litoral 2035 pensado a partir dos cinco eixos do estudo (infraestrutura, econômico, ambiental, socioterritorial e institucional). Foram elaborados 10 programas que reúnem 76 projetos priorizados pelos envolvidos com ações de curto, médio e longo prazo.
- ▶ Plano da Metrópole Paraná Norte - a elaboração do Plano da Metrópole Paraná Norte teve a duração de 20 meses envolvendo 700 pessoas, dos 15 municípios, que interagem entre si, beneficiados por meio de 20 reuniões técnicas, 21 oficinas participativas e quatro audiências públicas. O plano de ação foi entregue por meio de uma Conferência Regional, em Apucarana, no dia 22 de novembro de 2019, às lideranças e comunidades do Plano da Metrópole Paraná Norte integrante do contrato SEPL nº 001/2018 financiado com recursos do Banco Mundial. O Plano é o documento norteador para alcançar a visão de futuro construída para o Paraná Norte de 2035. A partir de cinco dimensões (econômica, infraestrutura, institucional, meio ambiente e socioterritorial) foram elaborados 29 programas que se desdobram em 127 ações e projetos previstos para curto, médio e longo prazo.

17.1.4 Estudos Técnico-Científicos e Avaliações Socioeconômicas

Com o objetivo de subsidiar com informações e análises científicas o processo de tomada de decisões dos agentes sociais atuantes nos interesses do Estado do Paraná, com foco no desenvolvimento sustentável, foram realizados os seguintes estudos pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES):

- ▶ Publicação das estimativas do 4º trimestre/2018, 1º e 2º trimestres/2019 e em dezembro prevista a publicação das estimativas para o 3º trimestre/2019 da Projeção e revisão de Produto Interno Bruto (PIB) do Paraná.
- ▶ Situação Socioeconômica e Socioambiental do Paraná.
- ▶ Análise de Impacto e Potencialidade Regional, primeiro estudo considerou os municípios com baixo PIB *per capita* e índice IPARDES de Desempenho Municipal.
- ▶ Índice de Preço ao Consumidor de Curitiba (IPC Curitiba), cálculo de variação média de 240 produtos e serviços.
- ▶ Índice IPARDES de Desempenho Municipal (IPDM/2016), demonstra a evolução da realidade socioeconômica dos municípios.
- ▶ Realização de Estudos: a) Estudo Preliminar de Indicadores Fiscais e da Gestão Pública; b) Estudo de Impacto da Estrada do Colono; c) Estudo de Potenciais Produtivos da Erva Mate; d) Estudo preliminar de potencialidade de Geração de Empregos; e) Estudo do Desafio do Desenvolvimento Humano - 45 municípios; f) Estudo Preliminar de impacto econômico em trecho ferroviário - FERROESTE.
- ▶ Estimativa de despesas para veículos da frota própria do Estado.
- ▶ Estudo preliminar A indústria Sucroalcooleira no Paraná: Uma visão geral.
- ▶ Cálculo das Metas Executadas do Plano Estadual de Educação.
- ▶ Levantamento preliminar de Agrupamentos Produtivos.
- ▶ Subsídios para Estudo da Zona de Processamento de Exportação (ZPE).
- ▶ Revisão/Sugestão de questionário da rota do ciclo turismo - Vale do Ivaí.
- ▶ Tabulação de dados para o projeto FERROESTE, subsídios para a ampliação até Dourados/MS.
- ▶ Estudo de Apoio ao Plano Estadual de Saúde, elaboração de estudo socioeconômico e socioambiental comparativo das quatro macrorregiões de saúde (Norte, Noroeste, Leste e Oeste).
- ▶ Matriz Insumo Produto (MIP), desenvolvimento de instrumento de planejamento econômico que permitirá: observação pormenorizada da estrutura produtiva; aferição do grau das relações intersetoriais em uma economia; mensuração dos efeitos multiplicadores do movimento de uma atividade específica e projeções.
- ▶ Questionário de Sondagem do Programa de Desfavelamento - Vida Nova.

17.1.5 Promoção, Elaboração e Gerenciamento de Projetos

Ações desenvolvidas por meio de contrato de gestão firmado com o Serviço Social Autônomo Paraná Projetos.

No Desenvolvimento Regional Sustentável - Planejamento dos territórios segundo parâmetros de sustentabilidade e inovação que viabilizem o desenvolvimento integrado regional, observadas as vocações socioeconômicas, culturais e ambientais, foram elaborados os seguintes projetos:

- ▶ Eixo indutor de desenvolvimento rural regional no Vale do Ivaí com a realização de visitas técnicas, workshops e estudos sobre as possibilidades na região e a identificação de várias oportunidades, diferentes atores locais e regionais, atrativos diversos e cadeias produtivas propulsivas com base nos cenários levantados;
- ▶ Projeto básico de sinalização especial da Rota Cicloturística do Vale da Aventura, trajeto delimitado que percorre aproximadamente 235 km de estradas, predominantemente rurais, atravessando o território dos municípios de Borrazópolis, Cruzmaltina, Grandes Rios, Rio Branco do Ivaí, Rosário do Ivaí, Faxinal, Jardim Alegre, Lidianópolis, Ortigueira e Mauá da serra, na região central do Estado do Paraná, cruzando as sedes urbanas de Borrazópolis, Grandes Rios, Rosário do Ivaí, Faxinal e Mauá da Serra.
- ▶ Desenvolvimento sustentável do litoral do Paraná mediante acompanhamento da etapa final dos estudos realizados para o Plano de Desenvolvimento do Litoral e participação nas reuniões técnicas intersecretariais, oficinas e audiências públicas.

No que se trata da Requalificação de Espaços Públicos - Incentivo ao uso dos espaços públicos por meio da melhoria ou criação de infraestrutura, potencializando as trocas sociais, a conexão da comunidade com o espaço, integração com a natureza e melhoria da qualidade de vida, foram elaborados os seguintes projetos:

- ▶ Entorno da Cidade da Polícia: análises envolvendo o contexto, vias próximas, fluxos, acessos principais, construções imediatamente vizinhas, construções da região, volumetria, sombreamento, pontos de interesse e visuais, usos e tipologia a fim de realizar uma leitura e interpretação da paisagem e gerar diretrizes que possam balizar o projeto arquitetônico da Cidade da Polícia.
- ▶ Centros Administrativos Regionais: Levantamento das informações legais do terreno, definição do programa de necessidades e elaboração de proposta conceitual para o Centro Administrativo Regional de Londrina. As novas unidades ficarão em cidades polo e vão reunir todos os núcleos de governo, serviços e órgãos estaduais, num mesmo espaço físico, tornando o atendimento mais fácil, integrado e eficiente.
- ▶ Escola agrícola 4.0 na APA do Iraí: Estudo técnico referente ao imóvel Granja Canguiri, com objetivo de transformá-lo em uma escola agrícola 4.0, dentro do conceito que possibilita a interferência e

a conexão do mundo digital à produção agropecuária, otimizando a gestão no campo, nas cooperativas e nas agroindústrias. O projeto elaborado abrange: Centro de treinamento para agricultores, cooperativas, estudantes, investidores e população em geral, para oferta de cursos, palestras, seminários e treinamentos para introdução e formas de aplicabilidades de novas tecnologias, inteligência artificial e monitoramento direcionado à melhoria contínua na produção agrícola; e Hub de inovação - Plataforma física de conexão entre novas *startups*, investidores, empresas e usuários, facilitando oportunidades de negócios de forma mais rápida e eficiente e fomento de inovações - aceleradora.

Em se tratando de estudos e alternativas de Gestão: desenvolvimento de estudos e proposição de modelos de gestão buscando soluções viáveis e sustentáveis, que proporcionem a melhor conexão do equipamento público com a população, foram elaborados os seguintes projetos:

- ▶ Hospitais públicos do Estado com foco em parcerias - elaboração de resumo executivo do processo Estudo de viabilidade técnica e econômica para projeto de parceria público privada para gestão administrativa compartilhada do Hospital da Polícia Militar.
- ▶ Apoio à Secretaria de Estado da Saúde na realização de seminário: Modelos alternativos de gestão na saúde - visões e perspectivas, oportunidade em que foram apresentadas possíveis parcerias com entes privados com e sem fins lucrativos na área de gestão de unidades hospitalares.
- ▶ Levantamento e análise de dados das unidades hospitalares em construção no Estado - Hospital Regional de Telêmaco Borba, Hospital Regional do Centro Oeste em Guarapuava e Hospital de Ivaiporã, apoiando no estudo das parcerias possíveis na gestão das unidades hospitalares, visando à melhoria no atendimento da população e melhor utilização dos recursos públicos.
- ▶ Pátios veiculares do Estado do Paraná: apoio na realização de estudos buscando uma solução para os serviços de remoção, guarda, depósito e preparação para o leilão, a fim de eliminar os *déficits* econômicos do poder público, modernizar e proporcionar agilidade, eficiência e segurança na gestão e fornecimento dos serviços aos usuários, além de desonerar administrativamente a polícia de uma atividade meio, alheia a segurança pública.
- ▶ Elaboração do projeto executivo e confecção das placas de sinalização turística nas vias urbanas da Área Especial de Interesse Turístico Angra Doce, nos municípios de Jacarezinho, Ribeirão Claro, Carlópolis, Siqueira Campos e Salto do Itararé.

17.1.6 Desenvolvimento Econômico

- ▶ Elaboração do Relatório de Desempenho Final do Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e do Distrito Federal - PROINVESTE - Contrato nº 20/00002-2 com Banco do Brasil do período 1/12/2012 a 05/06/2019 em que foi aplicado no Estado do Paraná o montante de R\$ 831,8 milhões

nas áreas de Infraestrutura rodoviária, segurança pública e apoio financeiro a investimentos nos municípios.

- ▶ Finalização da execução do Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná - Acordo de Empréstimo nº 8201-BR com Banco Mundial no valor de U\$S 350,0 milhões. O Projeto aplicou 96,0% dos recursos previstos nas áreas de saúde, educação, agricultura, meio ambiente, gestão de riscos de desastres naturais e antrópicos, melhoria da gestão pública e fiscal do Paraná e desenvolvimento regional. A SEPL/CDG terá mais quatro meses, a partir de 30 de novembro de 2019, para finalizar o Relatório Final do Projeto, que explicita todas ações desenvolvidas, resultados físicos e financeiros da operação bem como as lições apreendidas que compreende o período de execução entre 12 de dezembro de 2013 a 30 de novembro de 2019.
- ▶ Elaboração em conjunto com a SEAP e Banco Mundial do estudo relativo a análise da folha de pagamento dos funcionários ativos e inativos do Estado do Paraná projetando cenários entre despesas com pessoal e receita corrente líquida até 2038. O estudo foi apresentado e discutido com o Estado do Paraná em Missão do Banco Mundial ocorrida em junho.

- ▶ Coleta, análise e organização de informações para elaboração da LDO 2020 e para o período 2019 a 2022 das oito operações de crédito em execução.
- ▶ Assessoramento e apoio técnico na negociação de mais quatro projetos (PROFISCO II - BID - US\$ 50,0 milhões, Paraná Urbano III - BID US\$ 118,0 milhões, Escola do Futuro - BID - US\$ 115,0 milhões e Chamada Publica Nacional - agente financeiro ainda não definido - R\$ 1,6 bilhões) com agentes financeiros nacionais e internacionais num montante total de R\$ 2,9 bilhões a serem aplicados a partir da assinatura do Contratos nas áreas de infraestrutura rodoviária, segurança pública, agropecuária, apoio aos municípios, melhoria da gestão fiscal, investimentos no litoral paranaense e educação. A assinatura dos contratos está prevista para 2020.

Ações desenvolvidas por meio de contrato de gestão firmado com o Serviço Social Autônomo Agência Paraná de Desenvolvimento (APD), a saber:

- ▶ Estudos elaborados - foram mapeados, no Estado, 260 setores com potencial de desenvolvimento econômico. A proposta é a construção de um instrumento que irá orientar as políticas públicas voltadas para inovação e atração de investimentos, o principal objetivo buscado com o projeto é o da integração produtiva do Estado de modo a permitir que as regiões que estão fora do centro econômico dinâmico do Estado tenham as mesmas oportunidades diminuindo assim as diferenças relacionadas à renda e à difusão do conhecimento. O que se pretende é ter parâmetros de ações conforme as que seguem: a) direcionar apoio técnico e político para facilitação dos investimentos para as prioridades, os desafios e as necessidades nacionais/regionais mais importantes para promover um desenvolvimento baseado no conhecimento; b) direcionar apoio técnico baseado

nas vantagens competitivas e no potencial de excelência de cada região; c) apoiar a inovação baseada na tecnologia e na prática, visando estimular o investimento do setor privado; d) promover o total envolvimento das partes interessadas e incentivar a inovação e a experimentação; e) traçar programas técnicos baseados em sistemas de acompanhamento e avaliação coerentes.

- ▶ Programa Municipal de Atração de Investimentos (PMAI) - auxílio aos municípios paranaenses na organização e desenvolvimento do ambiente de negócios, visando o alinhamento de estratégias que permitam ao município, junto da APD, realizar a prospecção de negócios a médio e longo prazo para promoção do desenvolvimento local. Foram entregues um total de 17 documentos. Além desses, estavam em andamento atividades de mais seis PMAIs, para os municípios de Goioerê, Pitanga, Nova Prata do Iguaçu, Contenda, Piraquara e Fazenda Rio Grande.
- ▶ Ações de Prospecção de novos Investimentos - foram realizadas ações prospectivas, e ainda, o gerenciamento do Programa de Incentivos do Estado, o Paraná Competitivo. No ano de 2019, até novembro a soma de projetos de investimentos no Estado, seja de implantação ou de expansão, é de aproximadamente R\$ 17,0 bilhões, com a expectativa de geração de mais de 14 mil empregos.

17.2 DESTAQUES

- ▶ Fortalecimento da SEPL - estruturação e implantação dos Núcleos de Planejamento Setorial (NPS), objetivando aumentar a integração e fomentar o Sistema de Planejamento Estadual, conforme estabelecido na Lei Estadual nº 19.848/2019. O planejamento setorial tem atuado: a) na elaboração da contextualização, programas, iniciativas, metas e indicadores para o Plano Plurianual - PPA 2020 a 2023; b) na elaboração do Relatório da Mensagem Anual do Governador e na realização das atividades de acompanhamento da execução das metas e indicadores estabelecidos no Plano Plurianual - 2016 a 2019.
- ▶ Fortalecimento das parcerias com outros órgãos/entidades, buscando unir forças no planejamento do Estado.
- ▶ Nomeação 39 novos servidores (13 administradores, 14 economistas, 07 contadores e 05 técnicos administrativos), aprovados em Concurso Público realizado em 2017 (Edital nº 079/2017), por meio dos Decretos Estaduais nº 2505/2019 e 3174/2019.
- ▶ Regulamentação e definição dos processos de Concessões e Parcerias Público-Privadas, buscando o incentivo da área.
- ▶ Estruturação da área de formação de líderes e altos gestores da Administração Pública Estadual e Municipal, assumindo o papel de protagonista na formação de liderança no Estado.

- ▶ Desenvolvimento e disponibilização do canal www.planejaparana.pr.gov.br para comunicar à sociedade as principais iniciativas de Planejamento, tendo sido divulgadas até outubro a Apresentação do Plano de Governo e as informações apresentadas nas Audiências Públicas.
- ▶ Maior aproximação com gestores públicos que atuam no desenvolvimento e planejamento das administrações municipais (Fóruns).
- ▶ Desenvolvimento de competências técnicas e de gestão para liderança na SEPL e demais secretarias.
- ▶ Interação entre o poder público e pensadores do mercado e da academia, promovendo a reflexão de grandes temas que auxiliam na elaboração e análise de políticas públicas.
- ▶ Institucionalização das instâncias internas de apoio à governança, com a indicação de recursos para as funções de *compliance*, controle interno e ouvidoria visando à estruturação dos respectivos processos.
- ▶ Implantação do Sistema de Gestão, Monitoramento e Avaliação de Programas e Projetos (SIGMA PP) para acompanhamento das sete operações de crédito em execução por outras Secretarias de Estado que ainda possuem valores a serem desembolsados e aplicados nos próximos anos, principalmente no setor de infraestrutura rodoviária, de R\$ 2,0 bilhões;

17.3 PERSPECTIVAS

- ▶ Aprovação e implementação de regulamentos com base na reestruturação administrativa do Estado.
- ▶ Plano Plurianual: a) revisão metodológica do PPA - início dos trabalhos visando a reestruturação do Plano considerando a experiência adquirida na elaboração dos períodos anteriores e a nova diretriz do Governo em fase de estudos (Plano de Desenvolvimento de Longo Prazo); b) acompanhamento do PPA - implementação do acompanhamento quadrimestral visando aprimoramento da gestão e ação corretiva antecipada dos órgãos na execução de seu planejamento.
- ▶ Validar e replicar o Projeto Empreendedorismo e Cidadania do Vale do Ribeira - estruturar e replicar o projeto de Empreendedorismo e Cidadania do Vale do Ribeira para outras regiões de baixo IDH no Estado do Paraná.
- ▶ Aumentar emprego e renda em cidades com baixo IDH - o objetivo é criar um programa de desenvolvimento que invista em municípios com baixo IDH, que impacte na economia local e introduza novas tecnologias às empresas e ao campo com a parceira e apoio do BRDE. A proposta apresentada consiste em uma linha de financiamento, com recursos do BRDE e da Fomento Paraná, que apoie a inovação e sustentabilidade na agricultura e o desenvolvimento tecnológico em micro, pequenas e médias empresas inovadoras. O setor turístico e as cooperativas também

podem ser fomentados. A iniciativa será desenvolvida em conjunto com as demais secretarias de estado e cada órgão deve ser responsável por uma área do projeto e a Secretaria de Estado do Planejamento e Projetos Estruturantes liderará o processo, discutindo as melhores maneiras de pôr a ideia em prática.

- ▶ Apoiar a modernização e inovação para microempresas - fomentar o apoio às microempresas e empresas de pequeno porte por meio de políticas públicas para a geração de emprego e renda, possibilitando a diminuição drástica do número de desempregados.
- ▶ Avançar com os Programas de Concessão e Parcerias Público Privadas - Iniciar o processo de concessão de quatro aeroportos no Estado (Afonso Pena, Bacacheri, Foz do Iguaçu e Londrina) e de mais de quatro mil quilômetros de estradas, ampliando o traçado do anel de Integração, além de possibilidades de PPPs para construção e administração de hospitais e presídios.
- ▶ Plano de Desenvolvimento de Longo Prazo (PDLP) - está sendo construído para apresentar a visão, metas e objetivos estratégicos até 2040. Juntamente com o projeto da Lei de Eficiência na Gestão do Estado (LEGE) vão contribuir para colocar o Paraná na vanguarda econômica, social e política. Com esses instrumentos o Paraná vai poder definir onde quer chegar e saber o que precisa fazer para alcançar esse objetivo.
- ▶ Apresentação de novos Estudos Técnico-Científicos - o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) tem como perspectiva de conclusão, em 2020, dos seguintes estudos: a) Avaliação de Programas com Captação de Recursos Externos; b) Índice de Vulnerabilidade Juvenil; c) Avaliação Qualitativa Perfuração de Poços nas Bacias Hidrográficas; d) Painel de Informações Dinâmico (PID); e) Estudo de Impacto de benefícios fiscais na cadeia produtiva; f) Índice Regional de Preços ao Consumidor (IRPC) - Abrangência Estadual.
- ▶ Gestão de Informações Estratégicas - reforçar a extração e confecção de subsídios, por meio de ferramentas amigáveis de extração de dados e focadas no fornecimento de informações alinhadas com as necessidades da população do Paraná e facilitadoras da tomada de decisão e definição de novas políticas públicas.
- ▶ Centro de Inteligência -formatação de um ambiente formado por vários atores do Governo e sociedade civil, onde será discutido e analisado os problemas do Paraná assim como construídas soluções sejam elas corretivas, preventivas e de construção do futuro.

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E DE OBRAS PÚBLICAS

18 SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E DE OBRAS PÚBLICAS (SEDU)

A Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano (SEDU) tem como missão ordenar o pleno desenvolvimento das cidades e garantir o bem-estar dos habitantes, por meio das políticas, do planejamento, da execução, da coordenação e do controle das atividades de: a) desenvolvimento urbano e regional integrado, incluindo as aglomerações urbanas do meio rural; b) projetos, obras e serviços de engenharia de edificações de interesse estadual; e c) coordenação da política habitacional do Estado.

Com a reestruturação administrativa promovida pelo Governo Estadual, a SEDU recebeu a vinculação, além da autarquia Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba (COMEC), também da autarquia Paraná Edificações (PRED) e da Companhia de Habitação do Paraná (COHAPAR). A estrutura do Serviço Social Autônomo PARANACIDADE não compõe a SEDU, porém atua em cooperação conforme seu contrato de gestão, vigente desde 1996. Esta união facilitará o desenvolvimento de políticas públicas urbanas integradas e sustentáveis, e possibilitará melhorias na seara de obras públicas e urbanismo nos municípios paranaenses.

As entidades vinculadas à SEDU formalizaram Termo de Compromisso com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), que buscará integrar as ações da Secretaria na construção de cidades sustentáveis. Cerca de 360 municípios já firmaram este compromisso com a SEDU e o PARANACIDADE.

No Plano de Apoio ao Desenvolvimento dos Municípios (PAM 2019), até novembro, auferiu-se os seguintes resultados: a) convênios - 416 convênios com 227 municípios para equipamentos e obras de infraestrutura urbana sustentável, para os quais foram empenhados R\$ 214,0 milhões; b) pagamentos - foram liberados cerca de R\$ 261,0 milhões a ações já executadas e em andamento, incluindo os convênios celebrados em anos anteriores.

18.1 SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE

O PARANACIDADE tem por missão fomentar e executar atividades e serviços não exclusivos do Estado, relacionados ao desenvolvimento regional, urbano e institucional dos municípios e administrar recursos provenientes de fundos financeiros públicos, destinados ao desenvolvimento urbano, regional e institucional, em especial o Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano (FDU). A estrutura da entidade não compõe a SEDU, porém atua em cooperação conforme seu contrato de gestão, vigente desde 1996.

Para nortear os investimentos e obras de urbanismo nos municípios, o PARANACIDADE foi responsável pela licitação para estudo e elaboração dos Planos de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) de Cascavel, Londrina e Maringá (regiões metropolitanas consolidadas segundo o IBGE). O investimento previsto supera os R\$ 3,0 milhões. Será um documento muito importante para o desenvolvimento sustentável do Paraná na próxima década.

Os investimentos administrados pelo PARANACIDADE, em 2019, aproximam-se da cifra de R\$ 1,3 bilhão. Este valor engloba ações concluídas no corrente ano, assim como aquelas autorizadas para licitação. Cerca de metade do montante está atrelado ao Sistema de financiamento de ações municipais (SFM) (R\$ 600 milhões); na modalidade fundo perdido, em parceria com a SEDU, entre obras e equipamentos, o investimento superou os R\$ 500,0 milhões. Também são importantes os valores investidos por meio do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), que totalizaram mais de R\$ 30,0 milhões, e por meio do FGTS-Pró-transporte (R\$ 18,0 milhões).

No Sistema de Financiamento dos Municípios (SFM), foram liberados cerca de R\$ 233,7 milhões a ações já executadas e em andamento, incluindo os financiamentos concedidos em anos anteriores.

O portfólio de projetos, equipamentos e obras financiadas e apoiadas pelo PARANACIDADE é extenso, e alcança os 399 municípios do Paraná. Considerando obras concluídas ou autorizadas para licitação, figuram: aterros sanitários, ginásios e quadras de esportes, praças, meu campinho, parques, terminais de transportes, sedes de poderes executivo e legislativo municipal, teatros, creches, postos de saúde, escolas, entre muitas outras edificações que fortalecem a cidadania e os serviços públicos essenciais nos municípios.

Em diferentes modalidades (asfalto, paver, lajota, entre outros), a extensão de obras de pavimentação foi de mais de 1.200 quilômetros, quase equivalente à distância entre Curitiba e a capital federal, Brasília. Estas melhorias representam dignidade e qualidade de vida na moradia dos paranaenses, especialmente nos pequenos municípios.

Por meio do Portal dos Municípios, constantemente atualizado e recebendo *upgrades*, as prefeituras têm acesso à documentação, informações técnicas e apoio administrativo para acessar recursos e participar dos diversos programas de desenvolvimento urbano sustentável sob a responsabilidade do PARANACIDADE.

O PARANACIDADE oferece o Paraná Interativo, uma ferramenta eletrônica, disponível em seu *site*, que fornece informações e mapas temáticos sobre população, infraestrutura básica, equipamentos e serviços públicos dos 399 municípios do Estado do Paraná; utiliza como fontes bases de dados municipais, estaduais e federais. Em 2019, no Paraná Interativo, o PARANACIDADE realizou e contabilizou: mais de 15 mil acessos; mais de 1.000 equipamentos públicos cadastrados; mais de 500 quilômetros de novas ruas digitalizadas; 55 municípios com sua planta cadastral georreferenciada;

integração do Paraná Interativo com certificação digital; publicação de estudo para rotas acessíveis para mais municípios; Novas aplicações como iluminação pública, classificação do sistema viário e indicadores socioeconômicos.

18.2 COORDENAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA (COMEC)

A COMEC possui como base legal a Lei Estadual nº 6.517/74 e tem como objetivo coordenar funções públicas de interesse comum entre os 29 municípios que compõem a Região Metropolitana de Curitiba, como o Transporte coletivo metropolitano; o Sistema viário de interesse metropolitano; o Controle do uso e ocupação do solo; o Desenvolvimento socioeconômico e ambiental, entre outros, sempre na busca pela minimização dos desequilíbrios regionais.

Para atingir sua missão, a autarquia possui entre suas ferramentas e ações: a) planejamento; b) controle do uso e ocupação do solo; c) obras estruturantes; d) transporte coletivo; e) desenvolvimento; e f) parcerias.

18.2.1 Planejamento

O principal instrumento de planejamento previsto para a Região Metropolitana de Curitiba é o Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI), exigência prevista pelo Estatuto da Metrôpole (Lei Federal nº 13.089 de 2015), que tem como objetivo estudar e propor soluções para questões urbanas como: mobilidade, sistema viário, sistema de transporte coletivo, uso do solo, zoneamento, proteção ao meio ambiente, política de desenvolvimento, entre outros, de forma integrada entre os municípios.

A COMEC está finalizando o edital da licitação que contratará a elaboração do PDUI, no qual serão investidos cerca de R\$12,0 milhões.

18.2.2 Controle do Uso e Ocupação do Solo

Com base em marcos legais existentes, a COMEC emite pareceres técnicos e anuência prévia aos projetos de parcelamento do solo urbano, e emissão de consulta prévia à implantação de indústrias e empreendimentos na forma de condomínios em áreas de mananciais.

18.2.3 Obras estruturantes

A COMEC possui sob sua gestão obras consideradas estruturantes para a RMC: está em andamento a requalificação da Avenida das Américas, em São José dos Pinhais, cuja canaleta exclusiva para ônibus está parcialmente liberada.

Para 2020, está prevista a retomada das obras do Corredor Aeroporto-Rodoferroviária, na Avenida das Torres (Comendador Franco), em Curitiba e São José dos Pinhais.

Ainda na fase de projetos, trabalha na revisão do projeto de continuação da PR-423 ligando Araucária e Curitiba e, ainda em fase de estudos, a duplicação do trecho norte da PR-418 (Contorno Norte) e a duplicação da PR-423 ligando Araucária e Campo Largo.

Sob responsabilidade da concessionária Arteris, a conclusão do trecho 4 do Contorno Norte de Curitiba também vem sendo acompanhada pela COMEC. A empresa contratou neste ano o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) do projeto, que deverá ser entregue no segundo semestre de 2020.

Considerados importantes para a questão hídrica e na contenção de enchentes, a COMEC trabalha também na revisão de quatro projetos de parques para a Região Metropolitana de Curitiba: Parque Ambiental de Piraquara; Parque Natural do Iguaçu, em Araucária; Parque Metropolitano do Iguaçu, em Piraquara e São José dos Pinhais e Parque do Itaqui, em São José dos Pinhais. A implantação dos parques está sendo negociada com prefeituras e SANEPAR.

18.2.4 Transporte Coletivo

A COMEC é responsável por coordenar o sistema metropolitano de transporte coletivo, que atende cerca de 6 milhões de passageiros pagantes todos os anos.

O sistema funciona com contrato direto com as operadoras, porém, a COMEC tem como objetivo lançar um edital de licitação já em 2020 para esta regularização. Um grupo de trabalho vem se reunindo para a construção do Termo de Referência para o edital.

Foram 66 novos ônibus serão incorporados ao sistema, 10 deles no modelo articulado e outros nove com sistema multimodal. O investimento é de cerca de R\$ 32,5 milhões, por meio de subsídio às empresas concessionárias do transporte coletivo.

Novas linhas, horários, ampliações e rearranjos no sistema foram realizados, buscando atender o maior número de usuários, trazer mais velocidade e resgatar o protagonismo do sistema de transporte. São exemplos as novas linhas que fizeram a conexão com os hospitais Angelina Caron, em Campina Grande do Sul e Rocio, em Campo Largo.

Foram entregues 343 abrigos para pontos de ônibus, e uma nova licitação está em andamento para a contratação de 660 novos abrigos, no valor de R\$ 4,0 milhões.

A COMEC está finalizando os editais para contratação de empresa que irá elaborar os projetos executivos e complementares dos novos terminais de ônibus metropolitanos de Piraquara e São José dos Pinhais. Além disso, foram entregues as obras e reformas dos terminais de ônibus metropolitanos de Almirante Tamandaré, Campina Grande do Sul e Fazenda Rio Grande.

Foi lançado também o projeto experimental para redução da tarifa na linha Pinhais-Guadalupe, fora dos horários de pico. A ação tem como objetivo aumentar o número de passageiros reduzindo a tarifa nos dias úteis de R\$ 4,50 para R\$ 3,90.

Para aprimorar a integração dos ônibus com os diferentes modais da cidade, a COMEC está elaborando projetos para a implementação de bicicletários em todos os terminais de ônibus da RMC.

18.2.5 Desenvolvimento

Com o objetivo de fomentar o turismo na Região Metropolitana de Curitiba, a COMEC está finalizando um termo de referência para contratação de empresa que implantará uma rota de cicloturismo na RMC.

18.2.6 Parcerias

A COMEC estabeleceu importantes parcerias para o desenvolvimento de suas atividades:

- ▶ Com a SESP para compartilhar o Centro de Controle Operacional, com o objetivo de monitorar ações de trânsito e de segurança pública; com o Instituto Tecnológico de Transportes e Infraestrutura da Universidade Federal do Paraná (ITTI-UFPR) para estudos sobre mobilidade e planejamento urbano.
- ▶ Com a Associação Brasileira de Cimento Portland (ABCP), para a adoção deste material como revestimento duradouro, econômico e sustentável em obras de infraestrutura urbana e com a Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU) para desenvolvimento de projeto que adaptará os ramais viários da RMC para instalação de Veículo Leve sobre Trilhos (VLT).

18.3 COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO PARANÁ (COHAPAR)

A COHAPAR, sociedade de economia mista vinculada à SEDU, é responsável pela política habitacional e pela execução dos Programas Habitacionais do Governo do Paraná. Tem como metas equacionar e resolver o déficit habitacional do Estado, prioritariamente da população de baixa renda, incentivando a produção e aquisição de novas unidades habitacionais, requalificação, ampliação e reforma de imóveis urbanos e rurais, regularização fundiária e urbanização.

Nesse sentido, três linhas estratégicas têm norteado as ações da COHAPAR, voltadas ao atendimento às necessidades habitacionais no Estado, propondo soluções urbanas planejadas e sustentáveis, desenvolvidas para oferecer moradias dignas, com mais qualidade de vida e sustentabilidade: a) habitação rural; b) habitação urbana; c) titulação, regularização fundiária e urbanização em assentamentos precários.

Na Habitação Urbana, foi desenvolvido pelo Governo do Estado o Programa Habita Paraná, que visa suprir as carências habitacionais da população de baixa renda por meio de diversas

modalidades de atendimento. Durante o exercício, o Programa, nas modalidades de construção de novas unidades no meio urbano, obteve os seguintes resultados: a) Unidades em Projeto -12.541; b) Unidades Retomadas/Contratadas - 1.447; c) Unidades Entregues - 1.360.

Para atendimento de um público essencial, a Companhia lançou o Programa Viver Mais Paraná, que visa suprir as carências habitacionais da população idosa do Estado por meio de condomínios fechados com infraestrutura de acessibilidade e lazer. O Programa, nas modalidades de construção de novas unidades no meio urbano, obteve os seguintes resultados: a) Unidades em Projeto -560 (14 condomínios); b) Unidades Retomadas/Contratadas - 160 (quatro condomínios); c) Unidades em Execução - 80 (dois condomínios).

Na Habitação Rural, a COHAPAR apresentou projetos para 10.364 unidades, que aguardam seleção pelo Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR). Para acelerar os resultados, a COHAPAR buscou recursos junto ao Banco do Brasil na linha Pronaf - Mais Alimentos, que financiará a construção de moradias no montante de até R\$ 500,0 milhões para pequenos agricultores.

- ▶ Unidades em Projeto - aguardando seleção do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR): 10.364.
- ▶ Unidades Retomadas/Contratadas - 326.
- ▶ Unidades em Execução- 219.
- ▶ Unidades Entregues - 243.

Na área de Regularização Fundiária, a COHAPAR atua em programas habitacionais, buscando a regularização de ocupações irregulares, a realocação de moradores residentes em áreas de risco ou de proteção ambiental e evitar que novos assentamentos precários se desenvolvam, mediante ações que englobam a urbanização de áreas carentes, execução de obras de infraestrutura e a titulação de imóveis irregulares. Foi desencadeada uma revisão geral nos processos já iniciados, os quais deverão ser recontratados futuramente com a devida observância a legislação aplicável; serão 28.378 unidades em revisão. Algumas modalidades da regularização englobam o Programa Escritura na Mão, ações de Escrituração Direta e de Comercialização de lotes com ocupação consolidada.

Quanto ao tema Urbanização de Assentamentos Precários, a COHAPAR desenvolveu, em conjunto com diversas Secretarias do Estado, o Programa Vida Nova, que atuará especificamente em ações de desfavelamento, relocação de famílias e regularização de ocupações irregulares, além prever uma série de atividades intersetoriais junto às famílias, visando proporcionar inclusão social e qualidade de vida. Está em execução um projeto-piloto que atenderá 75 famílias no município de Jandaia do Sul, e a previsão é de que cerca de 5.000 famílias sejam atendidas nos próximos três anos em outras regiões do Paraná.

No que se refere a projetos, a COHAPAR realiza a viabilização técnica dos empreendimentos habitacionais produzidos, participando desde a escolha da área, desenvolvimento de projetos e envio

para os agentes financeiros, até a sua contratação. No tocante a obras, a Companhia supervisiona e faz a gestão em empreendimentos distribuídos em todo o Paraná, coordenando a edificação de unidades habitacionais e obras de infraestrutura para atendimento às famílias paranaenses.

18.4 PARANÁ EDIFICAÇÕES (PRED)

Tem como missão planejar, coordenar e executar projetos, obras e serviços de engenharia de edificações, de interesse da administração pública estadual, centrada no desenvolvimento sustentável. Realizou e apoiou a elaboração de estudos de viabilidade e termos de referência, bem como de licitação e contratação de projetos, obras e serviços de engenharia, fiscalização, monitoramento e recebimento de projetos, obras e serviços de engenharia da administração direta e autárquica do Estado do Paraná.

A PRED contabiliza entre suas realizações: a) 180 contratos vigentes no valor de R\$ 432,5 milhões, considerando as diversas situações de obras (em andamento, concluída, etc.); deste total, o valor faturado em 2019 foi R\$ 231,4 milhões; b) 50 contratos de obras em andamento, no valor de R\$ 322 milhões; c) 366 convênios vigentes, no valor de R\$ 263,7 milhões; deste total, foram 100 convênios concluídos, representando R\$ 50,2 milhões.

A Paraná Edificações atuou em 57 contratos de projetos de engenharia, no valor de R\$ 4,8 milhões. Destes, sete foram concluídos e 31 estão em andamento; os demais estão aguardando início dos trabalhos ou estão paralisados.

A autarquia atua em conjunto com as diferentes áreas da administração estadual, como demonstrado pelo extenso e diversificado rol de edifícios públicos construídos ou reformados. Todos os contratos e suas informações estão disponíveis no Mapa de Obras do site da PRED.

- ▶ Na assistência social e na proteção da criança e do adolescente: CRAID, CRAS, CREAS, Conselho Tutelar, Casas de Semiliberdade CENSEs.
- ▶ Na saúde: Hospitais, Laboratórios, Centro de Especialidades Odontológicas, Centro Psiquiátrico e Hemobanco.
- ▶ Na segurança pública: Delegacias, sedes dos Bombeiros e da Polícia Militar, Penitenciárias, Cadeias públicas, Colônia Penal Industrial, IML e Institutos de Criminalística.
- ▶ No agricultura e abastecimento: Agências de Defesa Agropecuária.
- ▶ No esporte: Centro Nacional de Treinamento de Atletismo.
- ▶ No turismo: Centros de Atendimento ao Turista.
- ▶ Na cultura: Museu de Arte Contemporânea do Paraná.

18.5 CONSELHO ESTADUAL DAS CIDADES (CONCIDADES)

O Conselho Estadual das Cidades (CONCIDADES), vinculado à SEDU, é responsável por articular a sociedade civil e diferentes entidades governamentais, aproximar o Governo do Estado das demandas sociais, além de estudar, propor e fiscalizar a implementação das políticas públicas de desenvolvimento urbano integrado e sustentável.

Entre as conquistas alcançadas, ressalta-se: a) realização da Primeira Conferência de Mediação de Conflitos Fundiários; b) reconhecimento da representatividade dos Movimentos Sociais no CONCIDADES, que contribuiu com a criação da Superintendência de Diálogo e Interação Social (SUDIS), mais um espaço que dará voz aos movimentos sociais; c) 364 conselhos municipais em atividade; d) 43 reuniões e seis conferências estaduais, com a participação de 260 municípios; e) cinco reuniões ordinárias e cinco reuniões dos grupos de trabalho e visitas a municípios.

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

19 SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA (SEFA)

A Secretaria de Estado da Fazenda, órgão auxiliar do Governador, nos termos do artigo 27 da Lei nº 19.848, de 3 de maio de 2019, tem por finalidade planejar, organizar, dirigir, coordenar, executar, controlar e avaliar: o desempenho da política econômico-tributária e fiscal, a gestão orçamentária, a gestão dos recursos financeiros, a gestão contábil estadual e as atividades pertinentes à gestão corporativa da Pasta.

Na busca de equilibrar as contas públicas e gerar recursos para fazer frente às despesas de custeio e aos investimentos necessários ao Plano do Governo Estadual, destacamos os resultados e os avanços mais importantes alcançados, bem como as principais atividades da gestão financeira do estado, seguindo as diretrizes de redução de despesas, renegociação de dívidas, incremento de receitas e melhoria da gestão.

19.1 PRINCIPAIS REALIZAÇÕES E DESTAQUES

19.1.1 Governança

Melhorias na gestão:

- ▶ Reorganização Administrativa com o realinhamento de atividades e funções estratégicas em aderência à motivação da Lei nº 19.848/2019.
- ▶ Planejamento Estratégico - revisado e atualizado para ter maior aderência ao plano de governo
- ▶ Gestão de Portfólio e Projetos - foi contratada consultoria para desenvolver e implantar Metodologia de Gerenciamento de Portfólio e Projetos na SEFA/PR. Já foram realizadas as fases de planejamento, diagnóstico e desenho do processo.
- ▶ Mapeamento de processos internos - iniciativa inserida na Gestão de Processos em fase de conclusão do Termo de Referência.
- ▶ Incremento ao Programa de Capacitação e Desenvolvimento (EFAZ) com realização dos Eventos: Programa de Capacitação em Gestão Orçamentária, Financeira, Fiscal e Contábil (julho/agosto); Seminário Gestão Pública: Desafios e Oportunidades da Administração (setembro). Em parceria com o Ministério Público do Paraná (MPPR), ocorreu o Seminário Gestão Pública: Desafios e Oportunidades da Administração. Durante os seus painéis, foram discutidos temas atuais relacionados às experiências, aos desafios e às perspectivas da Administração Pública, especialmente no que tange a Gestão de Pessoas, Orçamento, Gestão Fiscal e Previdência.

- ▶ Realização de Eventos Nacionais sediados no Paraná: Reunião do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ), do Comitê Nacional de Secretários de Fazenda dos Estados e do DF (COMSEFAZ) e da Comissão de Gestão Fazendária (COGEF).
- ▶ PROFISCO I - Programa de Modernização da Gestão Fiscal do Paraná. O programa foi concluído com sucesso em 1/11/2019, com a execução de 100,0% do valor de USD 8,500,000 financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Dos vinte e quatro estados que contrataram o programa, apenas dois conseguiram concluí-lo dentro do prazo contratual de 5 anos, sendo o Paraná um deles, obtendo o parecer regular do TCE/PR.
- ▶ PROFISCO II PR - Programa de Modernização da Gestão Fiscal do Estado do Paraná. O programa terá um investimento de USD 55,000,000, sendo USD 50,000,000 financiados pelo BID e USD 5,000,000 correspondentes à contrapartida local, incluindo os Componentes: 1. Gestão Fazendária e Transparência Fiscal; 2. Administração Tributária e Contencioso Fiscal; 3. Administração Financeira e Gasto Público. Foram realizadas a Missão de Orientação, a Missão de Análise a negociação contratual e aprovação do Programa pelo BID, Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério da Economia (SAIN/ME), Secretaria do Tesouro do Nacional (STN); Procuradoria da Fazenda Nacional (PGFN) e Procuradoria Geral do Estado do Paraná (PGE/PR).
- ▶ Solução Integrada de Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil (Novo SIAF) - foi contratada auditoria externa para prestação de serviços de auditoria independente, tendo como objeto avaliar a estrutura e eficiência dos processos do Novo SIAF.

19.1.2 Gestão Tributária

- ▶ Racionalização dos serviços da Receita Estadual do Paraná (REPR), com ampliação daqueles prestados de forma digital, ato que propiciou a otimização dos serviços com a realocação de recursos financeiros e de pessoas pelo fechamento de 20 Agências.
- ▶ Elaboração da previsão das receitas tributárias conforme mudanças no cenário macroeconômico ou alterações legais, bem como apresentação de relatórios periódicos relativos ao desempenho da arrecadação tributária.
- ▶ Readequação do Programa Nota Paraná lançado em 2015, estimula a emissão de nota fiscal por todos os estabelecimentos comerciais do Paraná, mediante retorno de parte dos impostos pagos para os consumidores, com aumento na distribuição de prêmios. Possui 2,86 milhões de cidadãos cadastrados, 176,2 mil estabelecimentos comerciais participantes, com 1,22 bilhão de notas fiscais emitidas e R\$ 1,2 bilhão em créditos concedidos (dados até novembro).
- ▶ Análise estratégica e preparação para execução de trabalhos de auditoria em diversos segmentos, com base nos levantamentos de malhas fiscais elaborados na Inspeção Geral de Fiscalização e Delegacias Regionais - Comandos de Auditoria Fiscal/Ordens de Serviço encerrados, com atuações no valor de R\$ 2,5 bilhões.

- ▶ Estudos e iniciativas determinantes para exclusão da Substituição Tributária do vinho e para a concessão de crédito presumido para os microcervejeiros.
- ▶ Execução de projetos de fiscalização específicos sobre os segmentos de bebidas, operação Dose Certa, com resultados em autuações da ordem de R\$ 14,0 milhões; de varejo, projeto Supermercados, com previsão de recuperação R\$ 405,0 milhões; de distribuidoras de combustíveis, com valores da ordem de R\$ 440,0 milhões; e sobre os setores de energia e telecom, Projetos Autuação rubrica de assinaturas - tributação sobre o valor não recolhido por empresas do segmento telecom e SVA - Serviços de Valor Adicionado.
- ▶ Fiscalização derivada de demanda judicial na composição de créditos utilizados entre empresas (segmentos de telecomunicação e indústria linha branca).
- ▶ Ações de fiscalização sobre o estoque e o transporte nas operações com fumo em folha e sobre os segmentos de fármacos e de materiais de construção, com o monitoramento de concessão e de revogação de Regimes Especiais; sobre as empresas do setor têxtil, bem como estudos e iniciativas de estorno de créditos das empresas que atuam com o produto asfalto ecológico.
- ▶ Operações estaduais integradas, com foco nos combustíveis, com lavratura de autos de infração (abril: R\$ 685,0 mil; novembro: R\$ 98,0 mil), além de operações de fiscalização em conjunto com outros órgãos de controle - Ministério Público (MP); Agência Nacional do Petróleo (ANP) e Instituto de Pesos e Medidas do Paraná (IPEM).
- ▶ Acompanhamento e monitoramento da arrecadação por segmentos econômicos, com o objetivo de identificar fatos relevantes passíveis de ações na área fiscal, com destaque para monitoramento de solventes importados, álcool e óleo combustível fora dos padrões dos órgãos de controle
- ▶ Intercâmbio com outras unidades federadas para desenvolvimento de ferramentas automatizadas para o controle e monitoramento de empresas.
- ▶ Estudos para alterar legislação: benefícios fiscais no processo produtivo básico/implementos agrícolas.
- ▶ Desenvolvimento do Arquivo Digital de Recuperação, de Ressarcimento e de Restituição do ICMS devido a título de Substituição Tributária, para subsidiar a execução desses processos; e Projeto Tabela de Preço Sugerido ao Consumidor Final, com a implantação de arquivo padronizado para atender aos Convênios e Protocolos ICMS - veículos, cigarros, medicamentos e sorvetes
- ▶ No escopo de documentos fiscais eletrônicos, elaboração da nova sistemática para substituição da Guia de Informação de Apuração do ICMS no regime da Substituição Tributária(GIA-ST); desenvolvimento da Nota Fiscal Avulsa eletrônica para o Microempreendedor Individual (MEI); aperfeiçoamento do sistema emissor da Nota Fiscal de Produtor Rural eletrônica; desenvolvimento do Projeto para emissão da Nota Fiscal de Energia Elétrica eletrônica (NF3e); desenvolvimento do Projeto de adequação para recepção e armazenamento da ECD e dados

agregados para uso nas auditorias fiscais; regularização do cadastro inativo de Produtor Rural; e implementação da obrigatoriedade do registro de benefício fiscal nas NF-e e NFC-e.

- ▶ Análises de impacto econômico e fiscal nas ações governamentais baseadas em renúncias de receita.
- ▶ Ações estratégicas sobre as empresas enquadradas no regime do simples nacional, com o monitoramento de contribuintes impedidos de recolher o ICMS pelas regras do Simples Nacional, em virtude de a receita bruta ter ultrapassado o sublimite do ICMS, bem como instrução de processos judiciais e administrativos de restituição, exclusão e opção ao regime.
- ▶ Combate aos contribuintes devedores contumazes, pelo qual foram monitoradas 141 empresas, das quais, até setembro, 54 se encontravam enquadradas no Regime Especial de Controle, de Fiscalização e de Pagamento, que obriga as empresas a recolherem o ICMS antecipadamente, por ocasião da ocorrência do fato gerador, em que pese a existência de algumas liminares que afastam tal obrigação. A arrecadação aos cofres públicos foi de R\$ 75,2 milhões (R\$ 25,5 milhões do Regime Especial), de janeiro a setembro, contra R\$ 59,0 milhões em 2017, indicando um acréscimo de 27,5% na arrecadação de ICMS. O projeto contribuiu para a cobrança das dívidas ativas de ICMS, bem como para trazer esses contribuintes para a adimplência no pagamento dos impostos gerados recentemente.
- ▶ Ambiente Analítico de *Business Intelligence (BI) MicroStrategy* - Racionalização e automatização dos procedimentos, rotinas e metodologias de auditoria e programação fiscal, com a criação de novos modelos de malhas fiscais e indicadores, além da implantação dos produtos *BI* Fiscalização e Contribuinte 360, que envolvem o agrupamento de visões e análises de contribuinte específico; início de desenvolvimento de painéis necessários ao controle e acompanhamento das ações governamentais baseadas em renúncias de receita; implementação de ferramenta de classificação dos itens de produtos de documentos fiscais pelo Código da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) e pelo Código Especificador de Substituição Tributária (CEST), a partir da criação de modelo de predição com uso de *machine learning* e de inteligência artificial, com previsão de expansão para o código GTIN; implantação do modelo de predição de probabilidade de quitação de Dívidas Ativas, com objetivo de incrementar a eficácia e a eficiência na recuperação de créditos tributários; evolução da malha de carga de itens informados em EFD bem como a geração de solução *BI* para análise de dados da ECD; implantação e carga de novos campos NF-e (leiaute 4.0); integração da área de assunto Registros de Exportação (RE) e Declaração de Trânsito Aduaneiro (DTA); ajustes de versão dos leiautes do DASD, e finalização do dimensional da DEFIS; migração de painéis corporativos para nova tecnologia *Dossier*, além da implantação dos produtos Portal Administrativo AGAA, para administração de tarefas, e Projeto Prisma, que revitalizou o relatório gerencial metas para as Delegacias Regionais da Receita Estadual.
- ▶ Especificação das notas técnicas da área de TI para embasar os projetos previstos no PROFISCO II.

- ▶ Entrada em produção do Processo Administrativo Fiscal eletrônico (e-PAF).
- ▶ Gerenciamento do Projeto Prisma, estabelecendo metas de arrecadação e de cobrança para as Delegacias Regionais da Receita.
- ▶ Implantação dos módulos de IPVA e ITCMD no novo Sistema de Gestão Tributária (SGT); apoio as atividades de sustentação do SIAF, inclusive com a definição do Termo de Referência para contratação de empresa de Sustentação para o SIAF.
- ▶ Elaboração do Projeto de Lei visando atualização da Lei Complementar nº 131, de 28 de setembro de 2010, ao desenvolvimento do Regimento da Receita Estadual do Paraná; elaboração do novo Regimento da Receita Estadual.
- ▶ Simplificação de processos com a integração, por meio da REDESIM, dos Cadastros da Receita Estadual e da JUCEPAR com o propósito de permitir a redução do tempo médio de abertura, fechamento, alteração e legalização de empresas.
- ▶ Celebração de Convênio de Cooperação Técnica com a Prefeitura de Maringá-PR para compartilhamento de dados no interesse da arrecadação e fiscalização do imposto, com acesso ao banco de dados do ITBI (Convênio assinado). Reuniões com Prefeitura de Curitiba visando a celebração de Convênio de Cooperação Técnica para compartilhamento de dados no interesse da arrecadação e fiscalização do imposto, com acesso ao banco de dados do ITBI (em fase de formalização e implementação).
- ▶ Atendimento às demandas da Caixa Econômica Federal visando a regularização tributária das transmissões de imóveis vinculados ao Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) não albergadas pela isenção do imposto (Demandas por empreendimento).
- ▶ Constituição de grupo de trabalho para estudo e levantamento de soluções visando otimizar a realização de análises administrativas; simplificar e desburocratizar rotinas; identificar necessidades específicas de capacitação técnica voltada à fiscalização do imposto, etc. (atividades em andamento).
- ▶ No escopo dos mecanismos de controle de arrecadação, implantação da arrecadação de GR-PR com Cartão de Débito de outras instituições financeiras (Sistema Multibanco); início da homologação com vistas ao Credenciamento da Caixa Econômica Federal como agente arrecadador junto a SEFA/PR; estabelecimento de procedimentos iniciais visando o credenciamento do Banco BANCOOB, desenvolvimento as etapas de emissão de guia e em contingência, na versão 2.0 do Portal GNRE *on-line*, com a finalidade de implantar a GNRE Múltipla (múltiplos documentos de origem e múltiplas receitas) no meio do portal nacional; implementação da arrecadação de IPVA *on-line* junto ao Banco do Brasil por meio de *webservice*, em substituição à base replicada de IPVA e Participação no Convênio nº 001/2019, Arrecadação GNRE- SEFA/PE e Estados junto ao COTEPE/CONFAZ.

- ▶ Nos serviços de atendimento ao cidadão, implementação do Robô do Cadastro na página da SEFA (agosto/2019), a fim de proporcionar e fomentar o autoatendimento e reduzir o número de ligações no SAC referentes ao Cadastro.
- ▶ No Cenário de Dívida Ativa, disponibilização de novos códigos de receita para inscrições de Taxas da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (ADAPAR); inscrição em dívida ativa dos débitos pendentes de IPVA acima de 5 UPFs (2014 a 2018), o que representou aproximadamente 343.000 créditos tributários inscritos; inscrição em dívida ativa dos débitos pendentes de IPVA entre 1 UPF e 5 UPFs (2015 e 2016), o que representou aproximadamente 581.000 créditos tributários inscritos.
- ▶ Elaboração da minuta de Projeto de Lei nº 782, de 2019, o qual retira a obrigatoriedade de envio de cartas de notificação de lançamento.
- ▶ Implantação da Lei nº 19.802/2018 que autorizou o parcelamento de débitos de ICMS, bem como de dívidas não tributárias, em até 180 meses com redução de multa e juros. Foram parcelados R\$ 2,56 bilhões e pagos, em parcela única, R\$ 134,9 milhões até 30/10/2019. O prazo para adesão aos benefícios da Lei se encerra no dia 18 de dezembro.
- ▶ Acompanhamento pelo Grupo Estratégico de Recuperação de Ativos (GERA) formado pela Receita Estadual do Paraná e pela Procuradoria Geral do Estado, de 10 (dez) grupos empresariais com histórico de dívida ativa de grande montante.
- ▶ Participação no Grupo Operacional do Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos, composto pelo Ministério Público do Paraná, Secretaria de Estado da Fazenda, Procuradoria Geral do Estado e Secretaria de Segurança Pública. As reuniões iniciaram-se em maio de 2019 e o primeiro caso tratou de desconsideração de personalidade jurídica e indisponibilidade de bens de um grupo empresarial com passivo de R\$ 61,0 milhões. Na ação declaratória foi concedida tutela provisória determinando o arresto de ativos financeiros e indisponibilidade de bens imóveis e veículos do grupo econômico. Houve bloqueio de ativos financeiros no montante de R\$ 18,0 milhões, dos quais R\$ 10,0 milhões já foram revertidos aos cofres públicos para quitação de débitos. Além disso, o grupo em questão realizou o recolhimento espontâneo de R\$ 2,5 milhões em dívida ativa e o parcelamento de R\$ 4,2 milhões em dívida ativa.
- ▶ Ações envolvendo o CADIN, relativas às pendências enviadas entre 1º de janeiro e 30 de novembro deste ano, que acarretaram em baixa ou parcelamento de 60,9% da quantidade de pendências, correspondendo a 32,7% do valor cadastrado.

19.1.3 Gestão Orçamentária

- ▶ Acompanhamento mensal da execução do orçamento de investimento das empresas públicas e das sociedades de economia mista no Sistema Integrado de Gestão, Avaliação e Monitoramento Estadual (SIGAME).
- ▶ Sistema RH-Paraná Meta4 - realizado o empenho da folha de pagamento e o crédito bancário dos funcionários e das consignatárias das Instituições Estaduais de Ensino Superior (UEM, UEL, UEPG, UNIOESTE e UNICENTRO) e das empresas, de que trata o Decreto nº 2.879/2015, no Novo SIAF, por meio de funcionalidade desenvolvida no Meta4. Os trabalhos foram desenvolvidos em conjunto com a SEPL/SEAP (coordenadoras do projeto), com a participação da Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná (CELEPAR).
- ▶ Cota Orçamentária Trimestral e Financeira Mensal - manutenção da política de gastos das Secretarias, compatível com a disponibilidade financeira do Estado.
- ▶ Sistema de Avaliação do Gasto Público - monitoramento dos Indicadores de Gasto Mensal e Relatório de Desempenho Fiscal Mensal.
- ▶ Comitê de Qualidade da Gestão Pública - promoção de ações visando a qualidade e a racionalização do gasto público.
- ▶ Inclusão de dois projetos no Componente Administração Financeira e Gasto Público do PROFISCO II: Implantação de um modelo de orçamento para resultados e Desenvolvimento de um modelo de gestão dos investimentos públicos estaduais.
- ▶ Lei Orçamentária Anual (LOA) 2020 encaminhada com a relação das contratações/nomeações de pessoal e à abertura de concurso público, aprovadas pela Comissão de Política Salarial (CPS) - Anexo VII
- ▶ Por decisão da CPS, limitou-se a contratação e renovação dos Contratos de Regime Especial (CRES), com o objetivo de reduzir gastos com pessoal e a despesa primária corrente, a fim de infringir a Lei Complementar nº 156/2016.
- ▶ Solicitação às Instituições Estaduais de Ensino Superior (IEES) para proporem uma Lei de Eficiência do Gasto.
- ▶ Iniciado os trabalhos para entrada das IEES no Meta 4, sistema de RH do Estado.
- ▶ Encaminhamento de LOA 2020 com condicionantes que reduzem despesa ou aumentam receita: aprovação da Reforma da Previdência; extinção da Licença Prêmio; venda de ativos do Estado e aprovação da Lei de Eficiência do Gasto.
- ▶ Participação na reestruturação do estado, auxiliando na elaboração dos projetos de lei com o objetivo de reduzir o número de autarquias e ou empresas estatais por incorporação e, acima de tudo, redução de despesa.
- ▶ Liberações orçamentárias buscando sempre o equilíbrio fiscal e em conformidade com a Lei Complementar nº 156 (despesa primária corrente).

- ▶ Regulamentação, por meio de decreto, de prazos para elaboração e entrega das Leis de Diretrizes Orçamentárias e Orçamentárias Anuais.

19.1.4 Gestão Financeira

- ▶ Pagamento de Precatório e Requisição de Pequeno Valor (RPV) de R\$ 673,4 milhões, de janeiro a agosto/2019.
- ▶ Restituições de Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) e Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) - devolução de R\$ 20,4 milhões de impostos pagos em duplicidade ou recolhidos indevidamente pelos contribuintes (janeiro a agosto).
- ▶ Restos a Pagar - pagamento de R\$ 2,1 bilhões de restos a pagar processados e não processados de exercícios anteriores (janeiro a agosto).
- ▶ Pagamento da Dívida com a União - o acordo firmado entre a União e os entes federados, em julho de 2016, para escalonamento crescente dos pagamentos a partir de 2017, gerou uma redução de desembolso de R\$ 257,0 milhões, no período de janeiro a junho.
- ▶ Compensação de créditos de precatórios com dívidas ativas de pessoas físicas e jurídicas - foram indicadas para compensação dívidas ativas no montante de R\$ 347,8 milhões, que possibilitam o pagamento de até R\$ 313,0 milhões de precatórios, caso sejam pagas todas as parcelas correspondentes aos 10,0% das dívidas ativas (Decreto nº 8.470/2017).
- ▶ Acompanhamento da apuração e recebimento dos recursos do Sistema de Compensação Previdenciária (COMPREV) entre o Regime Geral da Previdência Social (RGPS) e os Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS).
- ▶ Implantação do parcelamento de dívidas ativas não tributárias, conforme Resolução SEFA nº 1.064/2018 e art. 13 da Lei nº 19.358/2017.
- ▶ Depósitos judiciais - obtenção da liberação de R\$ 427,5 milhões, até agosto.
- ▶ Alienação da participação acionária excedente do Estado na SANEPAR, no valor de R\$ 546,2 milhões, sem perda do controle acionário.
- ▶ Gestão do Fundo de Combate à Pobreza (FECOP) - visando promover medidas destinadas à redução da pobreza, com ações em assistência social, nutrição, habitação popular e proteção de direitos (Lei nº 18.573/2015), foram arrecadados R\$ 343,7 milhões (até setembro).
- ▶ Identificação e cobrança das contrapartidas sociais das empresas do Programa Paraná Competitivo. Os recursos são destinados aos programas sociais, de tecnologia e inovação gerenciados pelo Estado.

- ▶ Programa Estadual de Apoio ao Desenvolvimento Urbano e Melhorias de Infraestrutura Municipal - Paraná Urbano III - iniciado novo pleito para financiamento junto ao Governo Federal, no valor de US\$ 118.4 milhões, com o objetivo de contribuir para a redução do déficit de infraestrutura urbana nos municípios paranaenses de maneira sustentável.
- ▶ Captação de operação de crédito com instituições financeiras nacionais de R\$ 1,6 bi, por processo seletivo, encontrando-se na fase de abertura de propostas.
- ▶ Padronização das solicitações de pagamentos por meio do protocolo digital, conforme orientação no portal Novo Siaf.
- ▶ Elaboração de um fluxo de caixa dividido pelas principais receitas e despesas do Tesouro, fornecendo uma visão clara e concisa da situação financeira do Estado, facilitando a tomada de decisões da Alta Administração.
- ▶ Elaboração do relatório financeiro mensal, de forma detalhada, com as principais entradas e saídas de recursos do Tesouro, com os principais gastos do Estado, além das Receitas mais importantes, assim como o comportamento ao longo do ano.
- ▶ Liberação de cotas financeiras mensais para os órgãos do Estado, estipuladas pelo Tesouro, com ajustes diários, diferente das liberações diárias que ocorriam conforme a demanda dos órgãos, isso permite um melhor controle e previsão das saídas de caixa do Tesouro, além da adequação dos pagamentos conforme o fluxo de caixa do Estado.
- ▶ Criação do controle de cotas liberadas, utilizadas e remanescentes.
- ▶ Acompanhamento dos fundos de investimentos do Tesouro, possibilitando a análise em conjunto dos gestores dos fundos no intuito de verificar as principais oscilações e oportunidades de ganhos.
- ▶ Utilização do Novo SIAF para realização das transferências entre contas bancárias permitindo a contabilização automática.
- ▶ Revisão do processo de contabilização e recolhimento eletrônico dos recursos judiciais em processos litigiosos com ganho de causa, permitindo a contabilização automática.
- ▶ Integração das receitas arrecadadas por meio de Guia de Recolhimento do Paraná de forma automática, permitindo a contabilização em tempo real.
- ▶ Elaboração da minuta de decreto para criação da Comissão de Coordenação e Controle das Operações de Crédito e Concessão de Garantias (COPEC) no intuito de otimizar a aplicação do espaço fiscal obtido junto à Secretaria do Tesouro Nacional (STN) por meio do Programa de Ajuste Fiscal (PAF) e alinhar as estratégias de investimento estadual.
- ▶ Implantação do novo ementário da receita pelo padrão nacional publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional.
- ▶ Implantação de Sistema de Restituição de IPVA (RIP), novo modelo de cobrança aos municípios referente a cota parte do IPVA restituído a contribuintes do Estado por pagamento indevido.

- ▶ Tratativas em conjunto com a PGE para criação de um sistema de controle e pagamento de RPV e Precatórios, importando informações do PROJUD, que possibilitará a devida retenção de Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária desses processos.
- ▶ Celebração do Contrato nº 012/2019, firmado entre o Estado do Paraná e a Caixa Econômica Federal, para a implementação das rotinas relacionadas ao artigo 101 do ADCT, modificado pela Emenda Constitucional nº 94, de 15 de dezembro de 2016 e Emenda Constitucional nº 99, de 14 de dezembro de 2017, visando a adequação da utilização dos recursos oriundos dos depósitos judiciais para cumprimento do Plano Anual de Pagamento de Precatórios firmado entre o Estado e o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

19.1.5 Gestão Contábil

- ▶ Reestruturação da Contabilidade-Geral do Estado para Diretoria de Contabilidade-Geral do Estado, transpondo-a a nível de Gerência e criação do Departamento do Sistema de Finanças Públicas do Estado do Paraná (DSIAF).
- ▶ Incremento de novos servidores oriundos do concurso da JUCEPAR 079/2015, por meio de Termo de Cooperação Técnica entre SEFA, SEPL e SEAP.
- ▶ Planejamento interno estratégico da contabilidade para a sustentação do Sistema Novo SIAF.
- ▶ Padronização dos procedimentos contábeis por meio de informações e instruções técnicas e apoio técnico aos GOFs e Financeiros e a regulamentação de prazos para a gestão contábil.

19.2 PERSPECTIVAS

- ▶ Propositura do Programa Integrado de apoio à formulação, análise e monitoramento de políticas públicas, em parceria SEPL/IPARDES/Casa Civil cuja finalidade seja o tratamento de dados possibilitando avaliar a eficiência, monitorar e propor políticas públicas à administração direta e indireta do Estado, assim como propiciar suporte e subsídio ao planejamento territorial baseado em evidências, propósitos e resultados.
- ▶ Convergência de interpretação Inspeção Geral de Tributação, Conselho de Contribuintes e Procuradoria Geral do Estado. A medida visa não gerar gastos não recuperáveis em ações de fiscalização (hora-homem de auditores, valor do Auto de Infração-AI, e honorários advocatícios, que podem chegar a 15,0% do valor do AI).
- ▶ IPVA Digital - PL 782/19 - alteração da forma de notificação do IPVA aos contribuintes passando para ambiente digital, estima-se uma economia de R\$ 9,0 milhões para 2020.
- ▶ Reforma da Previdência do RPPS - propositura de medidas que disciplinarão as regras de concessão de aposentadoria e pensão para servidores públicos vinculados ao RPPS/PR de forma a alinhar à modelagem da PEC 6/2019.

- ▶ Compensação dos 13.500 requerimentos pendentes de análise do COMPREV, fruto de ações governamentais com a Secretaria de Previdência e INSS, estima-se que o Estado deixe de desembolsar o equivalente a R\$ 700 milhões em 2020.
- ▶ Recuperação de recebíveis do BADEP em parceria com a Fomento e PGE.
- ▶ Recuperação de créditos do FGTS, Plano Verão e revisão de débitos descontados do FPE, mediante a realização de medidas administrativas e judiciais, estima-se a recuperação da ordem de R\$ 200,0 milhões em 2020.
- ▶ Realizar ações de combate à evasão tributária nos setores de combustíveis, supermercados e empresas cadastradas no Simples Nacional e MEI.
- ▶ Refinar a malha fiscal e subir a linha de corte - Autorregularização, estimando o incremento de R\$ 40,0 milhões em 2020.
- ▶ Incrementar a Fiscalização de trânsito de mercadorias com o projeto Barreira Fiscal, estima-se o incremento em 2020 de cerca de R\$ 10,0 milhões.

